

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/280316622>

As Guerras dos índios Kaingang

Book · October 2009

DOI: 10.13140/RG.2.1.2683.0567

CITATIONS

2

READS

1,041

1 author:



Lúcio Tadeu Mota

Universidade Estadual de Maringá

81 PUBLICATIONS 182 CITATIONS

SEE PROFILE

Some of the authors of this publication are also working on these related projects:



A presença das populações Jê (Kaingang e Xokleng) na Capitania de São Paulo nos séculos XVIII e XIX [View project](#)

LÚCIO TADEU MOTA

AS GUERRAS DOS ÍNDIOS KAINGANG

A HISTÓRIA ÉPICA DOS ÍNDIOS KAINGANG NO PARANÁ (1769-1924)



2ª Edição
Revisada e Ampliada





As guerras dos índios **KAINGANG**

A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)

2a. Edição
Revisada e ampliada

Carta chorografica.

que contém a entrada, que mandou fazer o Sr.
Cap. General D. Luiz Antonio de Souza, com o Sr.
Do. pelo Sr. Coronel Antonio Botelho, em que se des-
tahe os Campos de Guarapuava, pertencendo a si-
os Alzumbros de Genes Xalson.

Fez-se em Curitiba de 1771, té anno
1772



Editora da Universidade Estadual de Maringá

Reitor: *Prof. Dr. Décio Sperandio*

Vice-Reitor: *Prof. Dr. Mário Luiz Neves de Azevedo*

Diretor da Eduem: *Prof. Dr. Ivanor Nunes do Prado*

Editor-Chefe da Eduem: *Prof. Dr. Alessandro de Lucca e Braccini*

Conselho Editorial

Presidente: *Prof. Dr. Ivanor Nunes do Prado*

Editor Associado: *Prof. Dr. Ulysses Cecato*

Vice-Editor Associado: *Prof. Dr. Luiz Antonio de Souza*

Editores Científicos: *Prof. Adson Cristiano Bozzi Ramatis Lima, Profa. Dra. Analete Regina Schelbauer, Prof. Dr. Antonio Ozai da Silva, Prof. Dr. Clóves Cabreira Jobim, Prof. Dr. Edson Carlos Romualdo, Prof. Dr. Eliezer Rodrigues de Souto, Prof. Dr. Evaristo Atêncio Paredes, Prof. Dr. João Fábio Bertonha, Profa. Dra. Maria Suely Pagliarini, Prof. Dr. Oswaldo Curty da Motta Lima, Prof. Dr. Reginaldo Benedito Dias, Prof. Dr. Ronald José Barth Pinto, Profa. Dra. Dorotéia Fátima Pelissari de Paula Soares, Profa. Dra. Terezinha Oliveira, Prof. Dr. Valdeni Soliani Franco.*

Equipe Técnica

Divisão de Projeto Gráfico e Design: *Marcos Kazuyoshi Sassaka*

Fluxo Editorial: *Edneire Franciscon Jacob, Maria José de Melo Vandresen, Mônica Tanamati Hundzinski, Vania Cristina Scomparin Luciano Wilian da Silva, Marcos Roberto*

Artes Gráficas: *Andreussi*

Divisão de Marketing: *Marcos Cipriano da Silva*

Comercialização: *Norberto Pereira da Silva, Paulo Bento da Silva, Solange Marly Oshima*



Lúcio Tadeu Mota

As guerras dos índios **KAINGANG**

A história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)

2a. Edição
Revisada e ampliada



Maringá-PR
2008

Imagem da capa: “Cena 33: vem os Índios em grande quantidade dispostos á traição, que tinhão premeditado.” Guache e aquarela atribuído a Joaquim José de Miranda, século XVIII (42,5 x 55 cm).

Capa – arte final: *Luciano Wilian da Silva*

Projeto gráfico e editoração: *Marcos Kazuyoshi Sassaka*

Fonte: *Dutch811 BT*

Tiragem: *1.800 exemplares*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

M917i Mota, Lúcio Tadeu
As guerras dos índios Kaingang : a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924) / Lúcio Tadeu Mota, apresentação de Carmem Sylvia de Alvarenga Junqueira. — 2. ed. rev. e ampl. — Maringá : Eduem, 2008.
298 p. : il., fots., mapas

ISBN 85-85545-06-2 (1. ed.)

ISBN 978-85-7628-113-9 (2. ed.)

Livro indexado no Geodados. <http://www.geodados.uem.br>

1. Paraná - História - Índios Kaingang - 1769-1924. 2. Índios Kaingang - Paraná - Resistência - 1769-1924. I. Título.

CDD 21.ed. 981.62004984

Copyright © 2008 para o autor

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, do autor.

Todos os direitos reservados desta edição 2008 para Eduem.

1. edição 1994

1. reimpressão 2005



Eduem - Editora da Universidade Estadual de Maringá

Av. Colombo, 5790 - Campus Universitário, 87020-900 - Maringá-Paraná-Brasil

Fone: (0XX44) 3261-4527 - Fax: (0XX44) 3261-4253

Site: www.eduem.uem.br - E-mail: eduem@uem.br



Agradecimentos

Agradeço a paciente e perseverante orientação da professora Dra. Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira, sem a qual não seria possível o desenvolvimento deste trabalho.

O apoio recebido pelos colegas da Universidade Estadual de Maringá, os professores Hermenegildo Fabiano e Marta Bellini, na leitura dos originais, e o professor Leonildo Carnevalli, pela correção final.

E o atendimento recebido, sempre que necessário, dos funcionários da Biblioteca Central da Universidade de Maringá, da Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, da Biblioteca Pública de Curitiba, do Arquivo Público do Estado do Paraná, do Museu Paranaense e do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.





Sumário

Agradecimentos.....	5
Apresentação	9
Introdução.....	11
PARTE 1 A construção do vazio demográfico.....	17
Capítulo I ESPAÇO, NATUREZA E IDÉIAS	19
Capítulo II OS GEÓGRAFOS E A CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO	27
Capítulo III A SOCIOLOGIA, A HISTORIOGRAFIA E O VAZIO DEMOGRÁFICO	39
Capítulo IV A REPETIÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO NOS LIVROS DIDÁTICOS	55
Capítulo V O VAZIO DEMOGRÁFICO NAS OBRAS QUE FAZEM A APOLOGIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO	63
PARTE 2 A presença indígena no Paraná.....	73
Introdução	75
Capítulo I AS PRIMEIRAS POPULAÇÕES NO PARANÁ	77
Capítulo II O TERRITÓRIO DO GUAYRÁ	87
Capítulo III A LITERATURA ETNOLÓGICA E PRESENÇA INDÍGENA NO PARANÁ	91

Capítulo IV A PRESENÇA INDÍGENA NOS RELATOS DE VIAJANTES, RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVÍNCIA E OFÍCIOS DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS	95
PARTE 3 A resistência Kaingang no Paraná.....	111
Introdução	113
Capítulo I AS ARMAS KAINGANG	117
Capítulo II AS EXPEDIÇÕES DO TENENTE-CORONEL AFONSO BOTELHO E A RESISTÊNCIA KAINGANG NOS CORAN-BANG-REÊ	129
Capítulo III DIOGO PINTO E A GRANDE EXPEDIÇÃO MILITAR DE OCUPAÇÃO DOS CORAN-BANG-REÊ	147
Capítulo IV AS GUERRAS DOS KAINGANGS EM OUTRAS PARTES DA QUINTA COMARCA DE CURITIBA	161
Capítulo V A GUERRA CONTINUA NO PARANÁ PROVÍNCIA .	167
Capítulo VI OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA ALÉM DAS AÇÕES AMADAS.....	197
Capítulo VII OS CACIQUES KAINGANG	231
Considerações Finais	281
Referências	285



Apresentação

Foi com satisfação que aceitei o convite para apresentar ao leitor este livro de LÚCIO TADEU MOTA. Trata-se de um trabalho realizado com muita seriedade intelectual e que demandou vários anos de estudo e pesquisa.

Lúcio Tadeu ingressou no Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC de São Paulo discretamente, na condição de estudante do “interior”, sem ostentar os enganosos lampejos de jovem moderno! Dono de uma capacidade de trabalho considerável e de uma vontade imbatível, ele durante os primeiros anos procurou se inteirar das contribuições mais relevantes da Antropologia. Conjugou seus estudos à prática da investigação de documentos sobre o Estado do Paraná e os índios Kaingang. Além das atividades docentes, sua vida passou a girar, de um lado, em torno de papéis empoeirados, cartas rebuscadas, fragmentos de difícil leitura, relatos incompletos e, de outro, em torno de paradigmas, questões teóricas, metodológicas e técnicas. Pouco a pouco, de dentro do jovem do “interior” nascia um competente pesquisador.

“As Guerras dos Índios Kaingang” é um texto de muitas qualidades: enriquece a história do Estado do Paraná, ao preencher uma lamentável lacuna que há mutilava o sentido do encontro entre civilizações diferentes, entre o índio e o branco. O autor demonstrou ainda que com paciência, disciplina de trabalho e entusiasmo pelo saber é possível encontrar entre relatórios, cartas, informes etc o fio condutor da trajetória de um povo. Com isso, três coisas ficaram evidentes: 1) a riqueza que os documentos históricos significam e sua propriedade de preservar a memória; 2) a importância política, social e cultural dos estudos sobre etno-história; e 3) o registro da história Kaingang, que a eles retorna para avivar lembranças

As guerras dos índios Kaingang

passadas, e também como testemunho do cruel destino que o colonizador lhes impôs. Seguramente, o leitor atento saberá colher outros ensinamentos do livro de Lúcio Tadeu Mota.

Carmen Junqueira



Introdução

É comum todos os anos, no mês de abril, quando da comemoração do Dia do Índio, a imprensa do norte do Paraná publicar reportagens sobre os índios Kaingang da região. São reportagens ilustradas com fotografias e títulos dramáticos como: O RESTO DE UMA RAÇA; ÍNDIOS KAINGANG FORAM TRANSFORMADOS EM BÓIAS FRIAS NO NORTE DO PARANÁ¹, Aparecem, ainda, matérias especiais com manchetes como: SEM MATAS E SEM LENDA², MANGUEIRINHA SEM CRETÃ³ que discorrem sobre a morte do líder Kaingang Ângelo Cretã em 1980, e a situação da Terra Indígena de Mangueirinha invadida por pistoleiros a serviço de grupos empresariais interessados nas matas de araucárias da área.

Essas notícias relatam o que sobrou dos Kaingang no Paraná, confinados em reservas, às margens dos rios Tibagi, Ivaí, Piquiri, Iguaçu e outros menores, em torno das grandes cidades como Londrina, Maringá, Guarapuava e outras, tanto do extremo norte do Estado como em direção ao sul até Palmas, acompanhando as serras que separam o segundo do terceiro planalto paranaense. Vivem numa situação de pobreza comparável à das populações dos grandes centros urbanos. Vivem do cultivo de suas terras com roças familiares e coletivas, da fabricação e comercialização artesanato nas cidades vizinhas, do trabalho temporário nas fazendas das redondezas e complementam seu sustento com o que recebem dos programas sociais dos governos federal e estadual.

1 Revista Pois É, n. 20, abril de 1988.

2 Jornal Folha de Londrina. 20/4/1990. p. 30.

3 Jornal Folha de Londrina. 22/4/1990. p. 28.

As guerras dos índios Kaingang

Terras Indígenas	Etnias	Município(s)	Situação Fundiária¹ (Funai)	Área (Ha)² (Funai)	População³ (Funasa)
Bacia do Rio das Cinzas/Laranjinha					
Pinhalzinho	Guarani -Nhandewa	Tomazina	Registrada no CRI em 1986	593	139
Laranjinha	Guarani -Nhandewa Kayowá	Santa Amélia	Registrada no CRI (1997) e SPU (1998)	284	259
YvyPorã Laranjinha	Guarani -Nhandewa	Abatia, Cornélio Procopio e Ribeirão do Pinhal	Declarada (19/4/2007) Portaria 796	1.238	238
Bacia do Rio Tibagi					
Apucarana	Kaingang	Tamarana	Registrada no CRI (1955)	5.575	1.323
Barão de Antonina	Kaingang	São Jerônimo da Serra	Registrada no SPU (1977) e no CRI (1992)	3.750	376
São Jerônimo	Kaingang Guarani Xetá	São Jerônimo da Serra	Registrada no CRI(1992) e no SPU (1977)	1.339	562
Tibagy/Mococa	Kaingang	Ortigueira	Registrada no SPU (1996)	859	114
Queimadas	Kaingang	Ortigueira	Registrada no CRI (1996) e no SPU em (1998)	3.077	453
Bacia do Rio Ivaí					
Faxinal	Kaingang	Cândido de Abreu	Registrada no CRI (1992)	2.043	420
Ivaí	Kaingang	Manoel Ribas e Pitanga	Registrada no CRI (1992)e SPU (1994)	7.306	1.155
Marrecas	Kaingang	Turvo e Guarapuava	Registrada no CRI em 1985	16.839	505
Bacia do Rio Piquiri					
Boa Vista	Kaingang	Laranjeiras do Sul	Declarada (29/10/2007) Portaria 1.794	7.344	43
Bacia do Rio Iguaçú					
Mangueirinha	Kaingang/ Guarani	Mangueirinha, Chopinzinho e Coronel Vivida	Registrada no CRI, Comarca de Palmas em 1961	16.375	1.848
Rio das Cobras	Kaingang/ Guarani	Nova Laranjeiras e Espigão Alto do Iguaçú	Registrada no CRI da laranjeiras do SUI (1984 e no SPU (1988)	18.681	2.796
Palmas	Kaingang	Palmas (PR) e Abelardo Luz (SC)	Em identificação	2.944	743
Rio Areia	Guarani -Nhandewa	Inácio Martins	Registrada no CRI (1993) e no SPU (1999)	1.352	141
Bacia do Rio Paraná III					
Avá-Guarani do Ocoí	Guarani -Nhandewa	São Miguel do Iguaçú	Tabelionato da Comarca de São Miguel do Iguaçú, Lv nº 18-Nfls.125/129, de 25/08/83	231	572
Tekohá Añetete	Guarani -Nhandewa	Diamante D'Oeste	Área adquirida pela Itaipu para União (1997)	1.744	287
Litoral					
Cotinga	Guarani -Mbyá	Paranaguá	Registrado no CRI e SPU (1994)	1.701	72
Cerco Grande	Guarani -Mbyá	Guaraqueçaba	A ser identificada	56	35
Ilha do Superagui	Guarani -Mbyá	Guaraqueçaba	A ser identificada		28
Terras indígenas	3 Etnias				

1. www.funai.gov.br. 2. www.funai.gov.br. 3. Funasa.

Quadro 1. Terras indígenas no Paraná em 2007 por bacias hidrográficas.

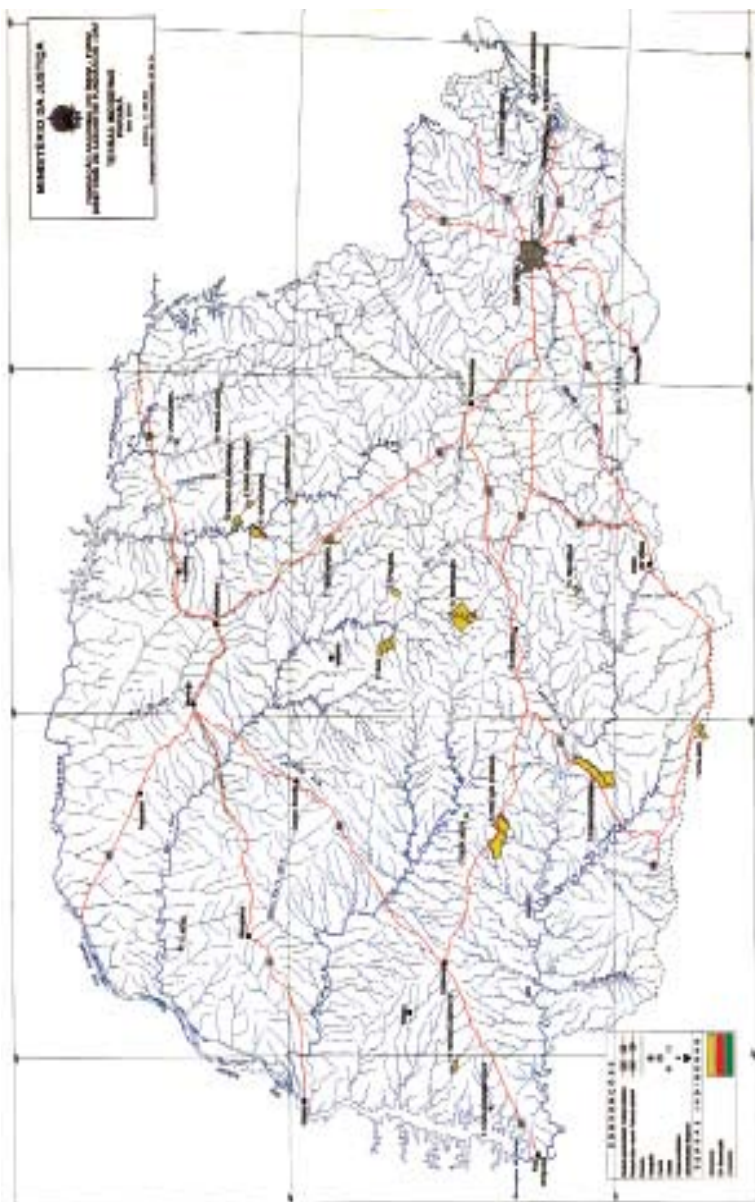


Figura 1. Mapa do Paraná com a localização das terras indígenas no Estado.

Existem hoje no Paraná, conforme dados da FUNAI, vinte e uma (21) Terras Indígenas, ocupando as diversas regiões do estado desde o litoral até as margens do rio Paraná. As Terras Kaingang localizam-se na área central do Estado, cortando-o transversalmente no sentido nordeste/sudoeste, acompanhando as serras que dividem o segundo do terceiro planalto paranaense.

A evidente presença indígena no Paraná não é, entretanto, registrada pela história da região, e o objetivo da primeira parte deste trabalho é mostrar como se construiu a idéia do vazio demográfico.

Pois, na maioria dos discursos oficiais, em livros didáticos, nas obras sobre o pioneirismo no norte do Estado, nos trabalhos acadêmicos que tratam da ocupação da região a partir de 1930, é comum encontrar-se a afirmação de que essas terras eram “devolutas”, “selvagens”, “desabitadas”, “estavam abandonadas”, “virgens”, “selváticas”, “sertão bravo”. As terras do setentrão, do oeste e sudoeste paranaense, para o colonizador dos anos de 1920 aos anos de 1950 estavam desabitadas, vazias, prontas para serem ocupadas e colonizadas. É o mito do vazio demográfico.

Ao lado dessa falácia, a classe dominante apaga um dos sujeitos da história: os povos indígenas. A ocupação da região é tida como pacífica, sem lutas ou resistências, uma vez que, segundo a versão oficial, os povos indígenas simplesmente não existiam.

Na segunda e terceira parte, buscaremos resgatar a presença e resistência indígena em meio às suas relações com o “civilizado”, marcadas pela violência⁴.

Abordaremos essas formas de luta e resistência dentro da perspectiva antropológica que considera as ações das sociedades indígenas enquanto ações políticas:

El proceso de descolonización ha tenido consecuencias inmediatas en la práctica científica peculiar de la antropología social y de la sociología de las sociedades no europeas, sobre la representación clásica de esta categoría de sociedades. Ha alterado las costumbres, provocando el pudor terminológico (respecto a calificativos como “arcaico”, “primitivo”, etc) e introducido la duda en cuanto al alcance actual de la empresa antropológica. Repentinamente,

4 Carmem JUNQUEIRA, Edgard de Assis CARVALHO. Antropologia e Indigenismo na América Latina. p. 5.

de golpe, las sociedades consideradas estáticas, o limitadas, a la “repetición”, se han abierto al cambio o a la revolución; han vuelto a encontrar una historia; han dejado de pertenecer al orden de la passividad y de los objetos inanimados⁵.

Esta é uma perspectiva que põe em relevo o pluralismo das sociedades humanas. Supera o ponto de vista etnocêntrico e reintroduz na história as sociedades que foram excluídas pelo colonialismo, registrando o seu movimento dinâmico.

A percepção crítica do sistema de dominação colonial resulta na elaboração de uma teoria que coloca a relação da sociedade europeia, cristã e industrializada com as sociedades indígenas da Ásia, África, América e Oceania centrada no binômio dominação/subordinação que compõe uma totalidade.

As formulações de Balandier nos indicam um caminho para melhor entender os processos históricos e as relações interculturais dos Kaingang diante da expansão da sociedade nacional, como um projeto político de longo alcance. Projeto que rejeita o avanço da sociedade nacional sobre suas terras e defende seu modo de vida e sua liberdade. Os conflitos internos e as ambigüidades vividas pelos Kaingang permeiam seu projeto, fazendo eclodir cisões, e alianças contraditórias.

Dentro dessa orientação, vamos, primeiro, resgatar a presença dos Kaingang por todo o território paranaense e adjacências, contrapondo-a à idéia construída pelas classes dominantes do “vazio demográfico”. Essa presença será resgatada a partir de 1760, através dos relatos das expedições militares do coronel Afonso Botelho e Diogo Pinto, que tentaram ocupar os campos de Guarapuava e Palmas; pelos relatos dos viajantes que por aqui transitaram no século XIX; pelos ofícios, comunicados, cartas e relatórios dos governos da Colônia, do Império, da Província e do Estado do Paraná e pelos registros das primeiras crônicas sistemáticas sobre os índios, como, por exemplo os textos dos padres Francisco das Chagas Lima e Luiz de Cemittille, e de Telêmaco Borba.

Resgatada a presença dos índios Kaingang no Paraná contrapondo a idéia do “vazio demográfico”, passaremos a demonstrar que a conquista dos territórios Kaingang foi feita em meio a reação permanente dos índios às vilas que brotavam em suas terras, às

5 Georges BALANDIER. El Concepto de Situacion Colonial. 1972. As aspas e os grifos no texto são do autor.

fazendas implantadas em seus campos, aos viajantes, tropeiros, comerciantes e aventureiros que cruzavam suas matas e campinas, às patrulhas da guarda nacional e provincial que percorriam suas terras. Esses ataques se prolongaram durante os séculos XVIII XIX e início do século XX, em todos os territórios ocupados.

Os choques contra as populações conquistadoras foram uma constante na vida Kaingang desde o século XVIII. Nessa relação conflituosa, criaram técnicas de combate, refinaram táticas de luta, aperfeiçoaram formas de atacar e de manter o inimigo sobre pressão, enfim, desenvolveram técnicas de guerra, de guerrilhas, de emboscadas e ataques capaz de fazer frente a um inimigo muito superior a eles. Confirmando a idéia de Florestan Fernandes que desmistifica a pseudo pacificidade dos índios durante a conquista e a ocupação europeia.

Ainda hoje se mantém o “mito” de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. [...] Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas [...].⁶

Nossa análise sobre a resistência Kaingang no Paraná inicia-se com os relatos da expedição do tenente-coronel Afonso Botelho em 1768 e termina com os acontecimentos na serra da Pitanga em 1924.

Trabalhamos com documentação primária, manuscrita e impressa, proveniente de relatórios de expedições militares e científicas, relatórios oficiais de presidentes de província bem como ofícios e documentos da burocracia governamental existentes no Arquivo Público do Paraná. Com inúmeros relatos de viajantes, cientistas e aventureiros que por aqui passaram nos séculos XVIII, XIX e XX, bem como com o rico material da literatura etnológica existentes sobre os Kaingang no sul do país, destacando os trabalhos e crônicas sistemáticas sobre os índios dos padres Francisco das Chagas Lima e Luiz de Cemitille e de Telêmaco Borba o primeiro a elaborar uma monografia sobre os Kaingang.

6 Florestan FERNANDES. *Investigação Etnológica no Brasil e Outros Ensaios*. Petrópolis, Vozes, p. 11.



PARTE 1

Construção do vazio demográfico:

(uma forma de ocultar os conflitos indígenas no Paraná)





Capítulo I

ESPAÇO, NATUREZA E IDÉIAS

A princípio tudo representava um panorama selvático. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimável de fecundação e fertilidade prontos para fornecerem colheitas dadivosas. [...] Havia, de primeiro, a terra protegida pela floresta imensa. E lentamente a floresta, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes (MARINGÁ ILUSTRADA, 1972, p. 194).

Frases como essas de diferentes autores são comuns nos escritos, oficiais ou não, sobre o norte e o oeste paranaense colonizados nos séculos XIX e XX.

Neste tópico vamos discutir a ideologia da construção de um território vazio, desabitado, no terceiro planalto paranaense. Vamos falar da produção desse espaço dentro dos marcos da expansão capitalista, que incorpora uma nova área ao seu sistema produtivo. Desmistificando a idéia de um processo harmonioso e pacífico elaborado pela ótica colonialista.

Procuraremos mostrar como esse espaço, habitado por comunidades indígenas, passa a ser projetado como um espaço vazio improdutivo, pronto a ser ocupado pela economia nacional produtiva.

Os agentes dessa projeção são vários: a história oficial das companhias colonizadoras; as falas governamentais e sua incorporação nos escritos que fazem a apologia dessa colonização exaltando seu pioneirismo; os geógrafos que escreveram sobre a ocupação nas décadas de 30 a 50 do século XX; a historiografia sobre o Paraná

produzida nas universidades e, por fim, os livros didáticos, que são uma síntese das três fontes, repetindo para milhares de estudantes do Estado a idéia da região como um imenso vazio demográfico, até o início da década de 30 deste século, quando começa, então, a ser colonizada.

A ideologia corrente alimenta um conceito de natureza externa à sociedade, à espera de ser possuída. Assim, o norte e oeste paranaense, da metade do século XIX em diante, com suas florestas, campos, rios, rochas, terras roxas, climas amenos, aguardariam a sua internalização no processo de produção da sociedade industrial moderna.

Essa visão dualista aparece de forma fragmentária na tradição intelectual judaico-cristã, mas toma forma em Kant, e se cristaliza, nos dois séculos seguintes, enquanto espinha dorsal do pensamento burguês sobre a natureza⁷.

A nós interessa, mais particularmente, como essa ideologia de natureza se desdobra no momento em que a sociedade industrial incorpora novas áreas ao sistema de produção, explicando o olhar dominante sobre as terras indígenas paranaenses.

Neil Smith, focalizando o desdobramento da ideologia dualista da natureza, no espaço geográfico norte-americano, chama-a de *natureza poética*⁸. Comentando a literatura da conquista do território norte-americano, Smith diz:

Embora a linguagem fosse refinada, a imaginação menos ativa, e focalizasse mais ênfase sobre a conquista que sobre aquilo que era conquistado, a literatura de conquista do século dezenove reflete a mesma antipatia com relação à natureza selvagem. O sertão é a antítese da civilização; ele é estéril, terrível, até mesmo sinistro, não tanto por ser a morada do selvagem, mas por ser seu habitat "natural". O natural e o selvagem eram uma coisa só; eles

7 Sobre a história dos conceitos da natureza da antiguidade até o século dezoito, ver os trabalhos de Clarence GLACKEN: *Traces on the Rhodiam Shore*, Berkeley, 1967, Frederick TURNER: *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*, Rio de Janeiro: Campus, 1990. Com relação a Kant, ver: R.G. COLLINGWOOD, *The Idea of Nature*, Londres, 1945. Mais especificamente sobre o pensamento kantiano ver, entre outros, o trabalho de Ernst CASSIRER, *El Problema del Conocimiento*, vol II, Fondo de Cultura Económica, México, 1986, e ainda Raymond VANCOURT, *Kant*, edições 70, Lisboa, 1986.

8 Cf. Neil SMITH, *Desenvolvimento Desigual*, p. 35-47.

eram obstáculos a serem vencidos na marcha do progresso e da civilização⁹.

Como na literatura da conquista americana, a literatura que faz a apologia da colonização paranaense trata a natureza de forma hostil, como um perigo a ser vencido *numa longa jornada de lutas e sacrifícios*, pois na *missão de domar matas virgens* é necessário, sobretudo, *estoicismo*. A natureza hostil, construída pelo pioneirismo colonizador, tinha uma função que, conforme Smith, era: *a de legitimar o ataque à natureza*¹⁰. Mas tão logo é conquistada, posta ao chão a golpes de machado, reduzida a cinzas, a natureza sofre uma transformação tanto física como no discurso.

A floresta cheia de perigos se transforma nas *terras roxas, prontas para fornecerem colheitas dadas de frutos destinados à alimentação e preservação da espécie humana*¹¹. Misto de *hostilidade e idolatria*¹², a natureza como algo exterior ao social, ao homem que a subjuga.

Concluindo, Smith afirma:

O conceito de natureza é um produto social e nós vimos que, em conexão com o tratamento da natureza na frente pioneira americana, esse conceito tinha uma clara função social e política¹³.

Isto é, justifica a ocupação dos espaços que faziam parte de uma outra forma de relação homem/natureza. Isso ocorre em especial a partir do século XVII, no bojo do processo de acumulação capitalista, quando florestas, rios, terras, rochas e minerais são transformados em matérias-primas e meios de produção.

Apesar de correr o mundo em busca de lucro, o capital não vai com suas próprias pernas, são os homens seus agentes e emissários. Homens imaginativos, como o inglês Lord Lovat, que percebem a existência de *qualquer coisa de irresistível na contemplação de mapas onde aparecem grandes áreas de terras desabitadas*,

9 Op. cit., p. 37.

10 Op. cit., p. 39.

11 Cf. **Maringá Ilustrada**, Maringá, maio de 1972, p. 194.

12 Cf. Neil SMITH, op. cit., p. 39.

13 Op. cit., p. 45.

*mas com grandes potencialidades*¹⁴. Homens que viram *grandes potencialidades* em extensas porções de terras nos continentes americano, africano e asiático e partiram para colonizá-las e desenvolvê-las como se fossem *terras desabitadas*. As terras do norte paranaense, habitat imemorial de comunidades indígenas, foi no início deste século uma dessas áreas.

O geógrafo Reinhard Maack, numa palestra realizada em junho de 1959, no Instituto Federal de Pesquisa para Economia de Florestas e Madeiras em Hamburgo na Alemanha, discutiu a questão da colonização do norte do Estado do Paraná e as suas conseqüências na paisagem natural da região:

Desde aqueles dias, quando a mata ainda dominava as áreas de Londrina e Rolândia e preparavam-se as primeiras terras de cultura, muita coisa transformou-se no Norte do Paraná. Quem diria naqueles tempos que as matas pluviais virgens desapareceriam tão rapidamente e em tal extensão? Já ao se organizar as primeiras fazendas, sítios e chácaras chamei a atenção sobre as conseqüências de uma desmatção irrefreada, exigindo correspondentes reservas florestais em cada propriedade. Sobrevoando-se atualmente o Norte do Paraná pode-se ver que esta exigência foi melhor atendida pelos habitantes de Rolândia. Em outras áreas a mata foi destruída completamente. A reserva florestal mínima exigida de 15 a 20% somente foi mantida em poucas propriedades. As conseqüências já se manifestam numa assustadora extensão a qual pode-se verificar pelas cifras baseadas em observações objetivas, que apresentarei posteriormente¹⁵.

Maack apresentou dados importantes sobre a modificação da natureza na região:

14 Cf. depoimento de Arthur Thomas, gerente da Companhia de Terras Norte do Paraná, até 1949. In: Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná*. São Paulo, p. 7.

15 Reinhard MAACK. A Modificação da Paisagem Natural pela Colonização e suas Conseqüências no Norte do Paraná. In: *Boletim Paranaense de Geografia*, n. 2/3, 1961, p. 29.

Resumindo, constatamos as seguintes conseqüências como resultado da modificação da paisagem natural causada por exagerada desmatação:

- 1) - Perturbação do limite normal entre as zonas climáticas Cfa e Cwa. Conseqüentemente, uma tendência cada vez maior dos extremos, uma vez um inverno muito seco com aridez catastrófica e temperaturas elevadas, e outra vez períodos muito extensos de chuvas hibernais com excessiva umidade e as conseqüentes entradas da frente polar e alteração do coeficiente de variação das precipitações de 1,6 para 2 a 2,9.
- 2) - Perturbação do ciclo normal da água em conseqüência da alteração dos fatores climáticos: diminuição do nível freático, esgotamento das fontes e condução irregular da água pelos rios, carregados de sedimentos e com enchentes extremas.
- 3) - continuada erosão do solo, regionalmente em grandes extensões¹⁶.

Ainda em relação às modificações ocorridas no solo considerado de grande fertilidade, o autor aponta:

O esgotamento da terra roxa legítima em substâncias nutritivas vegetais torna-se evidente pelas seguintes cifras:

1 alqueire de solo da mata virgem primitiva exhibe na zona do Norte do Paraná de uma maneira geral, as seguintes substâncias nutritivas:

Matéria orgânica (húmus)	412.000 kg
Nitrogênio (N)	11.000 kg
Cálcio absorvível (CaO)	20.000 kg
Potássio absorvível (K ₂ O)	1.400 kg
Fósforo solúvel (P ₂ O ₅)	1.600 kg

Após o cultivo de café durante 20 anos o mesmo solo revelou apenas ainda a seguinte substância nutritiva com perda de 35 cm da melhor camada da superfície:

Matéria orgânica (húmus)	26.000 kg
Nitrogênio (N)	1.400 kg
Cálcio absorvível (CaO)	900 kg

16 Op. cit., p. 44.

Potássio absorvível (K₂O) 115 kg
Fósforo solúvel (P₂O₅) 600 kg¹⁷

Conforme essas indicações, as transformações ocorridas na natureza foram enormes. As modificações de clima e solo, afetando imediatamente os sistemas hídricos, devem ter atuado nos sistemas de flora e fauna impactando o ecossistema da região. Em outras palavras, a ocupação acelerada da região para a produção de café¹⁸ fez com que se produzisse uma outra natureza, diferente daquela conhecida pelas comunidades indígenas e com a qual se relacionavam, e construíam a sua sociedade.

O desenvolvimento do capitalismo, entretanto, envolve não um desenvolvimento quantitativo mas qualitativo da relação com a natureza. [...] Com a produção da natureza em escala mundial, a natureza é progressivamente produzida de dentro e como parte da chamada segunda natureza. A primeira natureza é destituída do fato de sua primitividade, sua originalidade¹⁹.

Seguindo a linha de raciocínio de Smith de que *a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza*²⁰, podemos afirmar que, ao produzir uma segunda natureza no norte do Paraná, o capitalismo estava produzindo um novo espaço geográfico²¹ próprio à sua atuação e diferente do espaço tradicional das comunidades indígenas. O norte do Paraná, a partir do final do século passado, passa a ser o espaço da produção de mercadorias, da acumulação de riquezas. Nesse movimento de expansão, a sociedade nacional vai destruindo o espaço das comunidades e construindo o seu próprio, de modo acelerado.

A partir dos anos de 1930 a velocidade torna-se ainda maior com a ocupação do chamado Norte Novo e Novíssimo²², na margem

17 Op. cit., p. 40-41.

18 Sobre essa questão do café no Norte do Paraná, ver Nadir CANCIAN, *Cafeicultura Paranaense - 1900/1970*. Pedro Calil Padis, *Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná*, principalmente os capítulos de 7 a 10 que tratam da economia do norte do Estado.

19 Neil SMITH, op. cit., p. 93.

20 Op. cit., p. 109.

21 Existe uma longa discussão sobre essa questão de “espaço” na geografia. Ver principalmente as obras de Milton SANTOS: *Metamorfoses do espaço habitado; Espaço e sociedade; Pensando o espaço do homem; Espaço e dominação*. Ver ainda de Henri LEVEBVRE, *La production de l'espace*. Tonino BETTANINI, *Espaço e ciências humanas*.

22 Sobre a história dos três nortes paranaenses ver Ruy C. WACHOWICZ, *Norte Velho, Norte*

esquerda do rio Tibagi, pela ação da Companhia de Terras Norte do Paraná, que funda as principais cidades da região.

Se a natureza existente na região é muito diferente da que existia há vinte anos, conforme nos mostrou Maack, o espaço que vai tomando forma com a colonização é também muito diferente daquele ocupado pelas comunidades indígenas. Conforme Robert Sack, o espaço para as sociedades tradicionais tinha um significado muito maior e abrangente, carregado de conteúdo social, histórico e até mesmo religioso.

Na visão primitiva, a terra não é algo que pode ser dividido em partes e vendida como lotes. A terra não é uma parte do espaço existindo dentro de um sistema maior. Pelo contrário, ela é vista em termos de relações sociais. As pessoas, como uma parte da natureza, estão intimamente ligadas à terra. Pertencer a um território ou a um lugar é um conceito social que exige, primeiramente e antes de tudo, pertencer a uma unidade social. A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disto, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados²³.

O espaço da sociedade industrial caminha em outra direção: é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço, também são mercadorias. Por isso mesmo ele é diferente do espaço das comunidades Kaingang, Guarani, Xokleng e Xetá que aí viviam, e cujas terras foram divididas, cercadas e vendidas.

Cria-se o vazio demográfico a ser ocupado pela colonização pioneira. Vazio criado pela expulsão ou eliminação das populações indígenas que, desse modo, são colocadas à margem da história.

Pioneiro.

23 Robert SACK. *Conceptions of space in social thought*. In: Neil Smith, op. cit., p. 112.



Capítulo II

OS GEÓGRAFOS E A CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO

A partir da segunda metade da década de 1930 até o início dos anos 1960, o Paraná, principalmente o norte, foi alvo de visitas, excursões, passeios científicos, etc. Os relatórios das visitas, artigos, comunicações, ensaios e outros escritos dos geógrafos foram publicados, em sua maior parte, pela **Revista Brasileira de Geografia**. Esses trabalhos foram e são bastante utilizados como fonte de referência para inúmeros textos acadêmicos sobre a região, principalmente no que tange à questão demográfica e ao pioneirismo. Nesse sentido, procuraremos ver como esses trabalhos tratam o norte do Paraná no momento da sua ocupação, com especial ênfase sobre como visualizaram a região antes da ocupação, e até que ponto contribuíram para criar a idéia de que a região era um enorme vazio demográfico, quase despovoada.

Cinco anos após a fundação de Londrina, Pierre Monbeig, então professor de Geografia da Universidade de São Paulo, discutia a questão da zona pioneira no norte do Paraná. Focalizando a atuação da Companhia de Terras Norte do Paraná em Londrina, afirmava que, sem sombra de dúvida, já havia no local um povoamento, no caso a Colônia Militar de Jataí, e logicamente culturas e caminhos. No entanto, chama a atenção para o nível de primitivismo desse povoamento e para o que havia a oeste de Jataí:

[...] Se de um lado, a colonia Jatai figura no mapa do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, dai em diante para oeste não há indicação alguma de povoamento, salvo alguns ranchos de caboclos perto das aguadas, com uma derrubada

insignificante e uma cultura que se limita ao milho²⁴.

O relato sugere que a oeste de Jataí, onde estava sendo construída Londrina, nada havia. A preocupação de Monbeig centra-se nos núcleos urbanos, na origem dos povoamentos. Sua pergunta é *sobre que massa humana iam apoiar-se os recém-chegados*, ignorando assim a existência de índios além ou nos arredores de Jataí.

Leo Waibel, estudioso da colonização européia no Brasil, excursionou pelo sul do país em fins dos anos 40, fazendo trabalho de campo sobre a colonização. Seu projeto foi a elaboração de um **Atlas da colonização do Brasil**, cujo objetivo era mostrar os fatos relacionados com a colonização. Em 1949, sintetiza suas observações sobre a colonização mais significativa que ocorre no Brasil, a européia, nos três estados do sul. Com relação ao norte do Paraná, na área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), afirma: *Cerca de 200.000 pessoas vivem na área da companhia que há 20 anos atrás era desabitada*²⁵.

Num texto de 1950, a pesquisadora do Conselho Nacional de Geografia, Lysia Maria C. Bernardes, analisa a distribuição da população no Estado do Paraná de acordo com o censo demográfico de 1940. Logo na introdução, escreve:

A maior parte da população do Paraná situa-se no planalto, concentrando-se a sudeste e reduzindo-se consideravelmente para oeste onde ainda se encontram, atualmente, reservas de terras virgens, muitas das quais devolutas²⁶.

Adiante, analisando a distribuição da população do terceiro planalto, mais precisamente nas terras colonizadas pela CTNP, relata o que era a região antes de 1930.

24 Pierre MONBEIG. A Zona Pioneira do Norte do Paraná. In: **Boletim Geográfico**, ano III, n. 25, abril de 1945, p. 12.

25 Leo WAIBEL. Princípios da Colonização Européia no Sul do Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano XI, n. 2, abril/junho de 1949, p. 177. Apesar de considerar o norte “desabitado” ao tratar do início da colonização no século passado, no Sul do país, ele afirma que as enormes florestas do Sul “eram o domínio indiscutível desses índios”, os Botocudos. Índios esses que foram afastados das florestas pela colonização implementada pelo governo, principalmente nas florestas que ficam nas imediações dos campos criadores de gado, ou por onde passavam as estradas das tropas.

26 Lysia M. C. BERNARDES. Distribuição da População no Estado do Paraná em 1940. **Revista Brasileira de Geografia**, n. 4 out./dez. de 1950, p. 57.

Em 1940, depois de dez anos de atividades da Companhia, Londrina apresentava uma população urbana e suburbana de 10.531 habitantes e os dois distritos Rolândia e Nova Dantzing, respectivamente 2.988 e 3.493 almas. A população rural subia então a 56.196 habitantes. Atualmente já foi essa extensa área desmembrada em vários municípios novos, cujas sedes nem figuravam ainda nesse mapa, calculando-se que, nas terras da Companhia, onde em 1930 não havia um só habitante, vivem hoje duzentas mil almas²⁷.

Continuando em direção ao oeste do Estado, a autora conclui que, apesar da qualidade do solo e de suas florestas pode-se considerá-lo *um vazío demográfico*²⁸.

Um ano depois, a autora, comparando os recenseamentos paranaenses de 1920 e 1940, fala do extraordinário crescimento da população do Estado verificada no espaço de vinte anos, e que isso *corresponde, pois, em sua maior parte ao avanço do povoamento para oeste e à ocupação das zonas até então desabitadas*²⁹.

Já em 1951, os geógrafos ligados à Associação Brasileira de Geografia produzem os primeiros trabalhos de geografia urbana de cidades do norte paranaense. Neyde Prandini publica nos Anais da Associação Brasileira de Geografia um texto sobre a geografia urbana de Londrina. Vejamos como ela percebe a região antes da fundação da cidade:

Eis por que essa região, que era em 1929 um sertão desconhecido, teve suas florestas quase inteiramente devastadas, e em seu lugar sucedem-se, a perder de vista, os cafezais; ela esta atualmente em grande parte colonizada³⁰.

27 Op. cit., p. 72.

28 Op. cit., p.73.

29 Lysia M.C. BERNARDES. Crescimento da População do Estado do Paraná (Comparação entre os recenseamentos de 1920-1940). In: *Revista Brasileira de Geografia*, abr./jun. de 1951, p. 102.

30 Neyde PRANDINI. Aspectos da Geografia Urbana de Londrina. In: *Anais da ABG*, 6(1), p. 61, 1951/52.



Figura 2. Mapa do Paraná em 1940 com os principais centros urbanos. Observa-se que as cidades da fronteira oeste são ao norte Rolândia, ao centro Pitanga, Guarapuava e Laranjeiras, e ao sul Palmas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística não considera, no seu mapa, os núcleos de populações indígenas existentes e os seus territórios. Constrói um mapa com imensos espaços considerados “vazios”, “desabitados”.

Fonte: Lysia Maria Cavalcanti BERNARDES. Distribuição no estado do Paraná em 1940. In: *Revista Brasileira de Geografia*, n. 4, out./dez. 1950, p. 59.

Mais adiante, discorrendo sobre o crescimento da população londrinense:

Essa população cresceu a princípio muito lentamente, o que é natural: Londrina era uma cidade “Bóca de Sertão”, a primeira que se construía numa zona praticamente desconhecida³¹.

Trabalhando na perspectiva do professor Leo Waibel de construir um **Atlas da Colonização** no sul do país, Nilo Bernardes elabora um artigo em 1950 com o objetivo de apresentar um quadro claro das condições de povoamento do Estado do Paraná. Nesse trabalho são apresentados mapas que mostram como vão sendo preenchidas as

31 Op. cit., p. 74.

zonas *desabitadas* do Estado no decorrer dos anos. O mapa mostra o avanço da sociedade nacional no território paranaense, detalhando a ocupação a partir de meados do século passado:

Embora no começo do século os povoadores espontâneos já dessem início ao alastramento sôbre o oeste paranaense, no segundo planalto a encosta longe das rotas de Guarapuava e de Palmas ainda estava desabitada. Todo o oeste dos atuais municípios de Tibaji e Reserva era ainda parte do vasto sertão que se continuava até o Rio Paraná³².

O autor coloca todo o norte e oeste do Estado como um *vasto sertão*. Mas o que significa para o autor o conceito de *sertão*? Ele mesmo o define numa nota de rodapé: *O termo sertão é aqui empregado sempre no sentido de vazio demográfico*³³. A definição é clara. Bernardes concebe a região no início do século como desprovida de população; em termos geográficos, um vazio demográfico.

O que se verificou na ocupação da maior parte do oeste foi um vasto assalto às terras devolutas do estado³⁴.

Quanto ao norte do Estado, ele escrevia;

Assim, em 1929, apesar de alguns povoados que apontavam mais além, na mata virgem, Cambará ainda era considerada “boca do sertão”³⁵.

32 Nilo BERNARDES. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. In: *Revista Brasileira de Geografia*, v. 14, n. 4, p. 68, out./dez. 1952.

33 Op. cit., p. 58. grifo do autor.

34 Op. cit., p. 71.

35 Op. cit., p. 75.

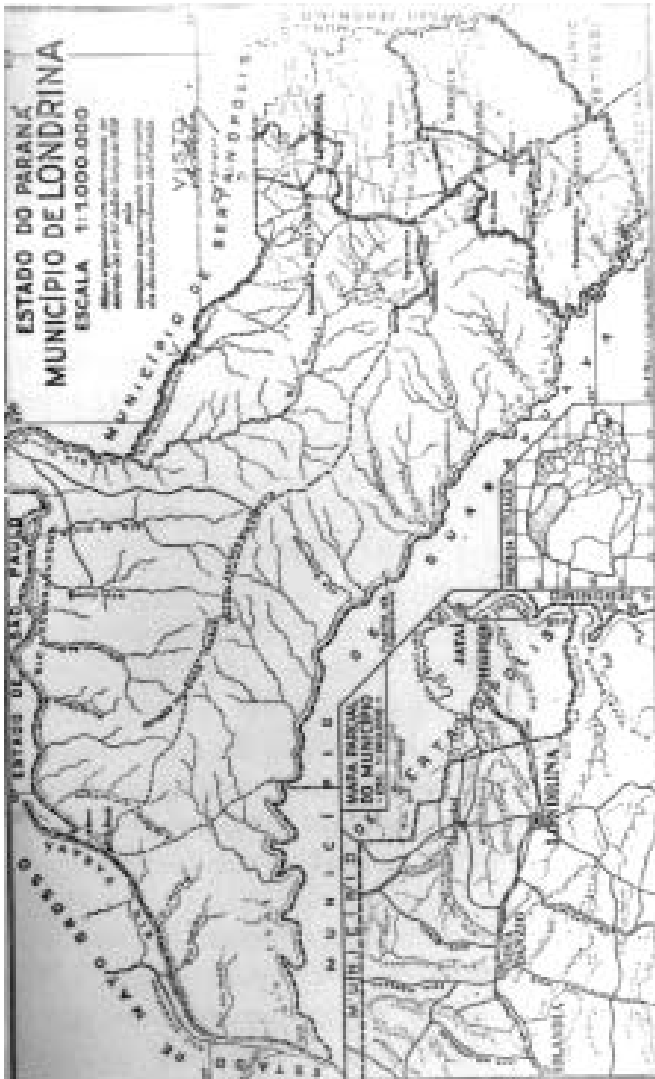


Figura 3. Mapa da região noroeste do Paraná, município de Londrina na época, entre os rios Bandeirantes, Pirapó, Paranapanema, Paraná e Ivaí, elaborado em 1938. Podemos observar a linha de ocupação com as cidades recém fundadas até Lovat, hoje Mandaguari, daí em diante até o antigo Porto São José aparece o território “vazio” pronto a ser ocupado.

Fonte: Orion VILLANUEVA. Rolândia: terra de pioneiros. Londrina, Gráfica Ypê, 1974, p. 24.

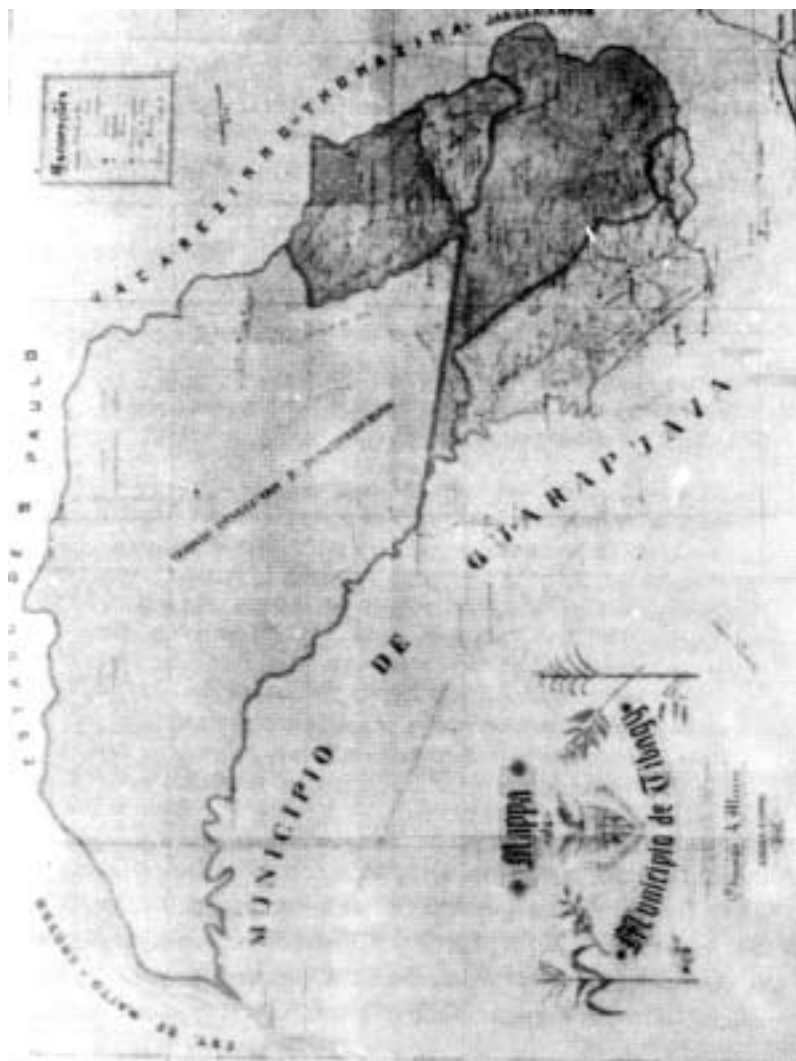


Figura 4. Mapa do município de Tibagi organizado por Edmundo Alberto Mercer em 1918. Uma grande extensão dos antigos territórios indígenas entre os rios Pirapó, Paranapanema, Paraná e Ivaí aparecem denominados de “Terras Devolutas e Desconhecidas”.

Fonte: Edmundo Alberto MERCER & Luiz Leopoldo MERCER. História de Tibagi. Curitiba, Cenicom, 1977, p. 156.

P
A
R
T
E

1

Os termos variam, *sertão*, *terras devolutas*, *boca de sertão*, em outras passagens *mata virgem*, mas o sentido geral é o de uma região desabitada.

A década de 50 é fértil em estudos sobre o povoamento do Paraná. Em 1953, a geógrafa Lysia M.C. Bernardes publica um estudo sobre a questão das “Frentes Pioneiras” no Paraná, no qual os conceitos que sustentam a idéia do vazio demográfico perpassam todo o texto:

[...] resolveu o governo do estado em 1939 iniciar os serviços de colonização em terras devolutas situadas nos então municípios de Guarapuava e Londrina³⁶.

Encravada em um sertão longínquo e despovoado, ameaçada de ficar com suas relações completamente cortadas com o resto da província, a colônia Jataí não pode alcançar nenhum progresso. [...] permaneceu o norte do Paraná, até o ultimo quartel do século XIX como sertão desconhecido e desabitado³⁷.

Em conseqüência da colonização promovida nos últimos vinte anos, por particulares, como também recentemente, pelo Estado, o norte do Paraná que até então não passava de um vasto sertão desabitado é, atualmente, uma das zonas mais prósperas do estado³⁸.

A massa humana, que já tinha chegado aos contrafortes do terceiro planalto no fim do século passado, inicia a ocupação das serras que dividem o segundo e terceiro planaltos. Chegando ao seu topo por volta de 1920, estende seu avanço pelo interior do terceiro planalto rumo ao rio Paraná nas décadas seguintes, como ilustram os mapas de estudos do povoamento do Paraná.

Mas nenhum mapa acusa a presença indígena, as colônias indígenas que já existiam desde meados do século XIX, e muito menos os toldos indígenas que se espalhavam por toda a região nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri.

36 Lysia M.C. BERNARDES. O Problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. In: *Revista Brasileira de Geografia*, ano XV, n. 3, jul./set. de 1953, p. 18.

37 Op. cit., p. 26.

38 Op. cit., p. 39.

A produção desses geógrafos vai subsidiar trabalhos acadêmicos nas décadas seguintes, que repetem a mesma idéia do vazio demográfico.

Num artigo elaborado para a **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, William H. Nicholls faz um resumo do II capítulo do livro **Noventa e Nove Fazendas: A estrutura e a Produtividade da Agricultura Brasileira**, que ele escreveu com Ruy M. Paiva:

Apesar de que o planalto ocidental do Paraná (distante de 200 a 400 milhas do litoral atlântico) já tivesse sido garantido desta forma pelos portugueses em meados do século 16, permaneceu porém virtualmente despovoado até quase 250 anos depois³⁹.

Mais adiante:

Quando o governador do Paraná assumiu a direção desta nova província, extensa mas quase vazia, que em 1853 ainda era pouco mais do que um lugar de passagem entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, ele imediatamente voltou os seus esforços para o estímulo à imigração e à colonização⁴⁰.

O autor trata o norte do Estado como um prolongamento físico de São Paulo, com *solo de terras roxas extremamente férteis, solo por excelência próprio para o plantio do café; essas terras, limitadas às partes norte e ocidental do estado por longo tempo despovoadas, tinham sido pouco tocadas até 1920*⁴¹. E a quem pertenciam essas ricas terras que ficavam a oeste do Tibagi? De acordo com Nicholls, elas *pertenciam em sua maior parte ao domínio público*⁴². Mas a colonização realizada pela CTNP e a cultura do café modificam radicalmente o norte do Paraná, que *evoluíra em poucas décadas de área desabitada para a mais*

39 William H. NICHOLLS. A Fronteira Agrícola na História Recente do Brasil: O Estado do Paraná, 1920-65. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 26, set./out. 1971, p. 28.

40 Op. cit., p. 30.

41 Op. cit., p. 32.

42 Op. cit., p. 32.

*próspera região do estado*⁴³. A argumentação é a mesma dos geógrafos da década de 50; *terras devolutas* na época, agora são de *domínio público*, o *sertão longínquo e desconhecido* agora é *virtualmente desabitado, quase vazio*.

Um outro americano escreve sobre o tema. Keith Derald Muller, preocupado com o que chama de *fronteira final do sul do Brasil*. Efetuando um estudo de caso na cidade de Toledo, no oeste do Estado, colonizada pela Maripá Land Company no pós-segunda guerra, desenvolveu igualmente a idéia do vazio demográfico. Ao explicar a ausência de disputas pela terra, Muller aponta como uma das razões o fato de a região

[...] ser totalmente desocupada com exceção de alguns quilômetros ao longo do rio Paraná, que incluíam exparsos estabelecimentos associados, que produziam erva mate e extraíam madeira⁴⁴.

Mais uma vez se concebe a região, anterior à colonização, como um local desabitado, desocupado, embora na década de 50 tivesse sido contactada a última tribo indígena do Paraná, os Xetá, na serra dos Dourados, a menos de 150 km ao norte das terras de Toledo.

A palavra **devoluto** é definida como *desocupado, desabitado, vago*, conforme o **Novo Dicionário Aurélio**. O conceito é largamente utilizado nos trabalhos acadêmicos para definir o território paranaense em fase de ocupação pela sociedade nacional. No Paraná, as chamadas *terras devolutas* obedeciam a uma classificação. Conforme sua localização em relação a centros urbanos, portos marítimos, fertilidade, utilização, eram definidas como *terras devolutas* de primeira, segunda e terceira categorias.

A dissertação de mestrado em história demográfica, defendida em 1978 na Universidade Federal do Paraná, por Peraro, coloca, na introdução, a questão da seguinte forma:

Já na década de 1930, teve início a ocupação demográfica e econômica de novas zonas do Norte do Paraná, em virtude de uma conjuntura política-econômica propícia a essa expansão, sendo a Região do Norte Novo até então quase

43 Op. cit., p. 36.

44 Keith D. MULLER. Colonização Pioneira no Sul do Brasil: O Caso de Toledo, Paraná. In: **Revista Brasileira de Geografia**, ano 48, nº 1, jan./mar. 1986, p. 110.

Capítulo II OS GEÓGRAFOS E A CONSTRUÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO

que completamente coberta de matas, motivo de interesse de companhias particulares. Uma delas, a Paraná Plantations Ltda. e sua subsidiária no Brasil - Companhia de Terras do Paraná, em posses de terras devolutas adquiridas do governo do estado⁴⁵.

A autora conclui seu trabalho utilizando o mesmo conceito, *devolutas*, para as terras do setentrão parananense: *Visava o governo Estadual o incremento do povoamento das terras devolutas situadas ao norte do Estado*⁴⁶. A bibliografia utilizada inclui os trabalhos dos geógrafos das décadas de 30, 40 e 50, as obras da CTNP e textos clássicos da historiografia paranaense, que analisaremos adiante.

45 Maria Adenir PERARO. *Estudo do Povoamento, Crescimento e Composição da População do Norte Novo do Paraná de 1940 a 1970*. Dissertação de mestrado em História do Brasil, opção História Demográfica. UFPr, mimeografado, p.11.

46 Op. cit., p. 170.



Capítulo III

A SOCIOLOGIA, A HISTORIOGRAFIA E O VAZIO DEMOGRÁFICO

Na década de 1950, o Paraná passa por um período de desenvolvimento ancorado na cafeicultura de exportação praticada no norte do Estado⁴⁷.

Enquanto os geógrafos de São Paulo e Rio excursionam pela região tentando compreender o seu rápido povoamento, os intelectuais paranaenses pensam o Paraná, refletem sobre o *homem paranaense* na busca de uma identidade para a sociedade local. Dentre os autores que colocaram o paranismo em questão nos anos 50, destacam-se dois trabalhos que, nos anos seguintes, vão ser referência para os estudiosos da sociedade paranaense. O primeiro é o de Temístocles Linhares, **Paraná Vivo: sua vida, sua gente, sua cultura**, publicado por ocasião das comemorações do centenário da emancipação política da província do Paraná, em 1953. O segundo é um clássico da sociologia local: **Um Brasil Diferente (ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná)** de Wilson Martins, publicado em 1955.

As duas obras procuram dar uma identidade ao homem paranaense, responsável pelo impulso desenvolvimentista por que passa o Paraná nesse momento. Nossa intenção é apontar como Linhares e Martins vêem a ocupação do espaço chamado Paraná⁴⁸.

47 Cf. Nadir A. CANSIAN. *Cafeicultura Paranaense - 1900/1970*. Curitiba, Grafipar, 1981.

48 Ver a análise dessas duas obras feitas pelos pesquisadores do Ipardes, A. M. de O. BURMESTER, F. PAZ, M. D. B. DE MAGALHÃES. **O Paranismo em Questão: O Pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na Década de 50**. Texto apresentado no I Encontro Regional de História - "Cultura e Sociedade" promovido pela Anpuh, Núcleo Regional do Paraná, em Curitiba, outubro de 1986, mimeografado.

No tempo das vacas magras, título de um dos capítulos do livro de Linhares, trata da pecuária no Paraná, da ocupação dos campos gerais do segundo planalto e dos campos de Guarapuava pelas grandes fazendas de gado. Linhares vê a instalação dos latifúndios de criação de gado nos campos paranaenses da seguinte forma:

É claro que no começo havia espaço de sobra. Mas foi inquestionavelmente o gado que trouxe o domínio da terra, varejada e esquadrihada em todas as dimensões, pois a criação, por demais preciosa, exigia a vigilância contínua e atenta⁴⁹.

Estes, (latifúndios) se de fato existiram em abundância, como tudo indica, foram sendo ocupados sem excessos nem lutas belicosas, mais como fruto de esforços pacientes e humildes⁵⁰.

Para Linhares, os campos gerais do sul do Estado eram *infundos*, e havia *espaço de sobra* para a instalação dos grandes criadores, espaços que foram ocupados *sem excessos nem lutas belicosas*, tudo pacientemente, pacificamente, *sem atitudes heróicas*, apesar de a criação do gado exigir uma *vigilância contínua e atenta*. Só não esclarece por que era necessária uma vigilância atenta: se contra os ladrões de gado das outras fazendas, os felinos que abundavam aqueles campos ou se contra os índios, que, conforme a literatura da época, “infestavam” os campos paranaenses.

Descrita a pacífica ocupação dos campos do sul vejamos como o autor de **Paraná Vivo** vê a ocupação das matas do norte do Estado.

Descoberta a região de terras roxas, estava descoberto o café paranaense, eis a conclusão lógica⁵¹.

O norte do Estado é descoberto, primeiro pelos mineiros que atravessam o rio Itararé e fundam as primeiras cidades do Norte Velho. Os mineiros vão ocupando as terras em direção ao rio Tibagi, a oeste.

49 Temístocles LINHARES. *Paraná Vivo*, p. 44.

50 Op. cit., p. 47.

51 Op. cit., p. 90.

Depois vieram paulistas e nordestinos que, com os paranaenses também já disseminados por ali, deram início à marcha para o oeste, espalhando-se em iniciativas de verdadeiro descobrimento⁵².

Vejamos o que move esses mineiros, paulistas, nordestinos e estrangeiros em direção ao norte paranaense:

Sensíveis à perspectiva, à esperança e à promessa de uma terra virgem, de uma casa modesta, mas farta, de algumas vacas e outras coisas indispensáveis, sem ninguém para lhes dar ordens ou lhes arrecadar a parte do leão, a verdade é que eles foram chegando e se fixando, para se tornarem uma legião⁵³.

São os pioneiros que, movidos pela perspectiva da propriedade privada, ocuparam as terras onde *era preciso fazer tudo* e que, vencidas as primeiras dificuldades, *viram realizados seus esforços*, pois *a terra correspondera em escala assombrosa aos seus novos desejos*⁵⁴.

Discutindo o *Homem paranaense*, Wilson Martins, no seu “**Um Brasil Diferente**”, volta ao momento da emancipação política do Paraná, em 1853, preocupado com o que pensa o primeiro presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, sobre o povoamento do território. De acordo com o autor, a questão do povoamento é a principal preocupação do presidente, já que todos seus problemas administrativos se resumem na falta de gente num território de duzentos mil km². Dessa forma, para Martins,

[...] a província era nesse momento, do ponto de vista humano, um ilimitado deserto, interrompido irregularmente por dezenove pequenos oásis, situados a distâncias imensas um dos outros - e distâncias literalmente intransponíveis, pois, além dos “caminhos históricos”, que iam revelar dentro de pouco não serem “caminhos econômicos”, nada existia

52 Op. cit., p. 91.

53 Op. cit., p. 107.

54 Op. cit., p. 107.

que pudesse prenciar uma rede qualquer de comunicações. [...] Em compensação, na maior parte do território o vazio era absoluto: eram os “campos gerais”, era a floresta, era a Serra do Mar⁵⁵.

Martins enfatiza a idéia do território despovoado, com as imagens de *ilimitado deserto*, ou *vazio absoluto*, para em seguida introduzir o imigrante estrangeiro e explicar o homem paranaense. Sublinha a *extraordinária premonição* de Zacarias de Goes com o futuro do Paraná, ao baixar a lei nº 29, de 21 de março de 1855, promovendo a imigração estrangeira para a província.

Na conclusão, Martins define o seu Paraná, o Paraná que ele idealizou, plasmado no migrante europeu, principalmente germânico. Um Paraná no início vazio, depois preenchido com *pedaços* de outras civilizações, que formam uma sociedade original, diferente da do resto do país.

Assim é o Paraná. Território que, do ponto de vista sociológico acrescentou ao Brasil uma nova dimensão, a de uma civilização original construída com pedaços de todas as outras. Sem escravidão, sem negro, sem português e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana não é brasileira⁵⁶.

O autor funde as populações indígenas na formação da sociedade paranaense por ele idealizada, as dissolve na sua *civilização original*, e opera a construção de um Paraná novecentista enquanto um território que se caracteriza por ser um *vazio absoluto*, *um ilimitado deserto*, apagando da história a presença indígena.

Se nos anos 1950 temos uma produção de caráter sociológico como as obras de Martins e Linhares, nos anos 1960 vamos ter, na Universidade Federal do Paraná, um núcleo de professores preocupados com a História do Paraná. Esse núcleo vai ser responsável pela produção de textos relacionados com a história regional do Paraná e também por uma linha de pesquisa desenvolvida no departamento de História, orientando ainda trabalhos de mestrado e doutorado nas décadas seguintes.

55 Wilson MARTINS. *Um Brasil Diferente*, p. 71.

56 Op. cit., p. 468.

Em 1951, Brasil Pinheiro Machado publicou um pequeno estudo denominado **Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná**, que pressupunha um modelo de explicação da história regional do Paraná. A sinopse constituiu-se num marco da historiografia paranaense, como aponta o editor da revista **História: Questões & Debates**:

Portanto, quase quarenta anos após a sua primeira publicação, seu conteúdo continua atual, além de sua importância para a historiografia paranaense. Dessa forma, explica-se a decisão do Conselho Editorial em republicar o artigo, com anuência do Autor, justificando também sua inserção na Revista como documento⁵⁷.

Vamos ver o lugar do índio no modelo de Machado:

É um momento culminante da história brasileira, aquele em que os descendentes de europeus, africanos e indígenas, tomam consciência de que não são mais nem europeus, nem africanos e nem índios, mas qualquer coisa diferente deles todos⁵⁸.

A metamorfose do índio em cidadão nacional se dá pela tomada de consciência em um momento da história. A identidade nacional é forjada na medida em que se deixa para trás a identidade indígena. A existência de uma pressupõe a eliminação da outra. E qual vai ser o *momento culminante* da tomada de consciência onde o índio deixa de ser índio para ser cidadão nacional? Ele não explicita, mas deixa pistas:

A história do Paraná é, pois, um capítulo da história regional do Brasil, e consiste na história da formação de uma comunidade que, como tal, adquiriu individualidade distinta, de qualquer forma, das outras comunidades regionais do

57 Cf. Nota do editor In: **História: Questões & Debates**, Revista da Associação Paranaense de História, ano 8, n. 14, dezembro de 1987, p. 177.

58 Brasil Pinheiro MACHADO. Esboço de uma Sinopse da História Regional do Paraná. In: **História: Questões & Debates**, ano 8, n. 14, dezembro de 1987, p. 178.

Brasil. Sua formação, em traços gerais, se processa do seguinte modo:

- a) pela formação de um centro social de irradiação, que se localizou em Curitiba;
- b) pela expansão dirigida desse centro, de onde resultou a conquista, pela posse, de determinado território;
- c) pela constante subordinação social e política dos núcleos resultantes da expansão ao centro social inicial de Curitiba, de modo a formar um conjunto⁵⁹.

O modelo destaca a dinâmica centro - periferia, tendo Curitiba como polo irradiador e subordinador dos núcleos resultantes da expansão pelo resto do território. A partir de Curitiba, no final do século XVII, temos nos séculos seguintes, XVIII e XIX, a conquista: primeiro dos campos do planalto curitibano nos arredores da cidade, em seguida dos campos gerais do segundo planalto e, por último, dos campos de Guarapuava já no terceiro planalto. A posse desses territórios pelos nacionais com fazendas de gado significou a expulsão das sociedades indígenas aí existentes para as matas, ou para as florestas do oeste e norte do Estado. Será este talvez o momento da tomada de consciência do indígena, de que ele não é mais um índio mas alguma coisa diferente? Será este o momento, o momento das perdas das terras para os nacionais, em que ele percebe que está deixando de ser índio? O processo de posse das terras indígenas seria o cadinho metamorfoseador do índio em nacional, de que nos fala o autor?

Depois das considerações iniciais, onde coloca as questões da metodologia de uma história regional, destacando a dinâmica centro - periferia e o estudo das comunidades diferenciadas na formação da sociedade paranaense, Pinheiro Machado passa a periodizar a história do Paraná, propondo capítulos específicos para cada período. Apresentado o que seriam o terceiro, quarto e quinto capítulos da história paranaense, Pinheiro Machado afirma que, a partir de 1640, restauração de Portugal, tem início a conquista da região sul pelas populações luso-brasileiras, e coloca a expansão dessas populações, até esse momento, em direção ao oeste, como sendo:

[...] nem defensiva nem ofensiva, mas simples migração de nomadismo aproveitador de

59 Op. cit., p. 183.

riquezas existentes. [...] É a história de um povo consumidor de riquezas naturais que, por revivência cultural e pela influência da terra, aliou o nomadismo destruidor com os métodos imprevidentes do indígena, sob a orientação do lucro imediato que era a forma peninsular do capitalismo nacente⁶⁰.

Para o autor, a expansão luso-brasileira em direção ao oeste *não é defensiva nem ofensiva*. Se pensarmos nos castelhanos que estão do outro lado do rio Paraná ou nas margens ocidentais dos campos gaúchos, essa expansão não tinha o sentido defensivo ou ofensivo como coloca o autor. Mas, se pensarmos na ótica das comunidades indígenas espalhadas pelos campos e florestas da região sul, essa expansão é altamente ofensiva, é um ataque direto aos seus territórios. Não bastasse isso, o autor ainda coloca como aliado o *nomadismo destruidor* dos luso-brasileiros com os *métodos imprevidentes do indígena* no saque à natureza, impetrado pela sociedade colonial na sua busca pelo *lucro imediato*. Conforme o autor, o índio ainda tem sua parcela de culpa pela ação do branco no processo de depredação da natureza.

Prosseguindo sua exposição sobre a ocupação do sul do país a partir da determinação do Estado português em ampliar suas fronteiras, o autor nos diz:

O processo consiste, primeiro, no esmagamento dos localismos e liberdades locais, depois o descobrimento dos lugares desabitados e seu povoamento compulsório, pela fundação de vilas e criação de fazendas e estâncias e pelas construções de estradas de ligação dos vários núcleos⁶¹.

Mais adiante:

Entre Portugal e Espanha tinha-se conseguido um acordo, que parecia a todos provisório. As fronteiras seriam demarcadas por onde houvesse ocupação e posse. Era preciso, então, povoar. Distender as populações em mais vilas.

60 Op. cit., p. 185

61 Op. cit., p. 188.

Chegar antes que os espanhóis nas terras desabitadas. Tomar posse⁶².

Permeando o texto estão os conceitos de *lugares desabitados*, *terras desabitadas* e, finalmente, utiliza-se de Oliveira Viana para apresentar o bugreiro como ponta de lança do processo civilizatório:

O bugreiro surge nas zonas de atrito do civilizado com nossa selvageria remanescente: no Paraná, em Santa Catarina e, principalmente, no Paranapanema e no traçado da Nordeste... Nessa obra de conquista civilizadora da terra, o bugreiro vence o obstáculo material, que é o índio nômade, povoador infecundo da floresta fecunda⁶³.

Dessa forma, o autor desenvolve sua proposta para um modelo explicativo da história do Paraná, propondo vinte e dois capítulos para a mesma. Modelo este que a editoria da revista **História: Questões & Debates**⁶⁴, da Associação Paranaense de História, *considera atual*, pois:

[...] várias gerações de professores e estudantes de história tem utilizado [...] tanto na investigação como no ensino da História do Paraná⁶⁵.

No entanto, nesse modelo, apesar dos vinte e dois capítulos propostos, não existe lugar para as sociedades indígenas existentes no território paranaense. A perspectiva dessa história é a da sociedade nacional. O referencial é, sempre, a ação do branco luso-brasileiro no

62 Op. cit., p. 191.

63 Op. cit., p. 199.

64 Sobre o texto de Pinheiro MACHADO, *Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná*, publicado originalmente no *Boletim do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense*, em Curitiba, em 1951, a *Revista História: Questões & Debates* publicou dois estudos sobre o mesmo. O primeiro, de Jayme Antonio CARDOSO, *O modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado*; o segundo de Marionilde Dias B. MAGALHÃES, *Acerca do modelo Pinheiro Machado*: uma leitura sobre a história regional. Os dois estudos foram publicados n. 2 em junho de 1981, dessa revista. Temos ainda um outro estudo publicado na *Revista Paranaense de Desenvolvimento* n. 73, de dezembro de 1980, intitulado *Considerações sobre teoria geral e modelos de explicações*, de Marina Lourdes RITTER.

65 Cf. nota do editor In: *História: questões & debates*, Revista da Associação Paranaense de História, ano 8, n. 14, dezembro de 1987, p. 177.

seu movimento demográfico de expansão que se assenhoreia de largos tratos do território⁶⁶.

O grupo de pesquisadores do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, que desenvolve linhas de pesquisa sobre a história regional, publicam, nos anos 60, vários textos tratando de questões relacionadas com a ocupação do Paraná. Em 1968, os professores Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen e Altiva P. Balhana publicam um artigo que trata da ocupação das terras paranaenses, ressaltando as concessões dos governos estaduais às grandes empresas colonizadoras estrangeiras e dos movimentos agrários ocorridos no momento. Faz ainda um levantamento dos principais conflitos de terras no Paraná nas décadas de 40, 50 e 60, constituindo-se num dos primeiros trabalhos sobre a ocupação das terras do Estado numa perspectiva crítica. No entanto, enfocam as terras ocupadas pelos índios como desabitadas. Ao tratar do Paraná tradicional, a região dos Campos Gerais, a perspectiva é a seguinte:

Além dos ervateiros que, desde o primeiro quartel do século XIX, criaram, pela exportação, o principal negócio da Província, ganhava expressão, no fim do século, a indústria da madeira.

No entanto, com a exploração dos ervais e das matas de araucárias, pouco fora acrescida, no decorrer do século, a área do território já ocupado. Por sua vez, o plano de colonização com imigrantes estrangeiros, posto em prática pelo Governo Provincial, também não visara o preenchimento de largos espaços vazios, mas também a agricultura de abastecimento⁶⁷.

Um pouco mais adiante:

A marcha da ocupação do território, porém, cessara com a estabilização e decadência da sociedade campeira dos Campos Gerais. Restavam, pois, ao final do século, desocupadas as regiões do Norte, Oeste e Sudoeste paranaense, afora a presença de

66 Brasil Pinheiro MACHADO. Op. cit. p. 182.

67 Cecília M. WESTPHALEN, Brasil P. MACHADO e Altiva P. BALHANA. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. In: Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, n. 7, 1968, p. 10.

rarefeitos posseiros caboclos, nos seus confins, que não organizaram em comunidades⁶⁸.

Os autores consideram que os planos de migrações desenvolvidos nos governos provinciais da segunda metade do século XIX não tinham como objetivo o *preenchimento de largos espaços vazios*. Consideram ainda as terras do norte, oeste e sudoeste do Estado *desocupadas*, apesar de alguns *rarefeitos posseiros caboclos*.

A mesma perspectiva continua quando tratam da ocupação do Paraná no século XX. Trabalhando com a questão das concessões feitas pelos governos do Estado às companhias colonizadoras utilizam o conceito de *terras devolutas*:

A mais conseqüente, no entanto, dessas concessões foi a realizada, por meio de venda, feita pelo Governo do Estado do Paraná, de terras consideradas devolutas à Paraná Plantations Limited com sede em Londres⁶⁹.

Ou ainda,

[...] o Governo do Estado, proprietário, ainda, de grandes áreas de terras devolutas e de terras de antigas concessões anuladas que haviam retornado ao seu patrimônio, iniciou também, a partir de 1939, diretamente, um programa de colonização de muitas dessas áreas no Norte paranaense⁷⁰.

Encontramos também no texto, além das idéias de *largos espaços vazios*, *regiões desocupadas*, *terras devolutas*, a afirmação de que o oeste paranaense permanecia, até os anos 20 deste século, *praticamente despovoado e desconhecido*⁷¹.

68 Op. cit., p. 11.

69 Op. cit., p. 18. A Paraná Plantation Limited foi a companhia que colonizou 545 mil alqueires de terras no norte do Estado, criando as principais cidades da região como Londrina, Maringá, Cianorte, Umuarama e uma dezena de outras cidades menores. No Brasil ela recebe o nome de Companhia de Terras Norte do Paraná. No período da segunda guerra mundial, um grupo brasileiro compra a CTNP, que passa a ser denominada Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

70 Cecília M. WESTPHALEN, Brasil P. MACHADO e Altiva P. BALHANA. Op. cit., p. 19.

71 Op. cit., p. 20.

Balhana publica na *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, de maio/junho de 1969, um artigo sobre a política migratória do Paraná, que traz como um dos subtítulos; **Imigração para povoar vazios demográficos**. De acordo com Balhana, com a *Independência acentua-se a preocupação pelos vazios demográficos*⁷². Este foi o caso dos núcleos coloniais de Thereza Cristina, fundada em 1847 pelo francês João Maurício Favre, nas margens do rio Ivaí, e da colônia Superaguy, de suíços, franceses e alemães, fundada por Carlos Perret Gentil, em 1852, em Guarequeçaba.

Estes núcleos, estabelecidos ambos em função da política de povoar os vazios demográficos, não tiveram condições de prosperidade e quase mesmo de sobrevivência⁷³.

A partir do início dos anos 70 começam aparecer trabalhos acadêmicos sobre o Paraná. São trabalhos de História, Geografia, Economia, Política, Sociologia, e que têm como substrato comum uma bibliografia básica ancorada nos textos dos geógrafos/sociólogos que refletiram o Paraná nos anos 50, e o núcleo de historiadores da Universidade Federal do Paraná, com sua produção nos anos 60.

Alguns desses trabalhos apresentam a configuração demográfica de determinadas regiões do Paraná no momento da sua ocupação, e a idéia do vazio demográfico também está presente.

Trabalho considerado importante nas últimas duas décadas na área de economia, foi a tese de doutoramento de Pedro Calil Padis - **Formação de uma Economia Periférica: O Caso do Paraná**, defendida em 1970 e publicada dez anos depois. Padis coloca a economia paranaense como periférica de um sistema maior, o brasileiro, e, mais especificamente, na periferia da economia paulista. Considera que, com a ocupação do norte do Estado, a implantação da economia

72 Altiava Pilatti BALHANA. Política Imigratória do Paraná. In: *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, maio/junho de 1969, p. 68.

73 Op. cit., p. 70. A produção desse grupo de professores do departamento de História da Universidade Federal do Paraná é muito vasta. WESTPHALEM, BALHANA e MACHADO participaram conjuntamente do primeiro volume de *História do Paraná*, 4 vols., organizado por Faissal EL-KHATIB, publicado em 1969, obra clássica da historiografia paranaense. MACHADO e BALHANA ainda escrevem para o *Boletim da Universidade do Paraná*, n. 3, junho de 1963, o artigo, *Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná*, além de varios outros estudos individuais publicados nos últimos anos.

cafeieira, a partir dos anos 30, *uma verdadeira revolução irá ocorrer na economia do Estado e transformar-lhe a fisionomia*⁷⁴.

Enfocando a região norte do Estado, diz:

Em menos de quarenta anos uma área de aproximadamente 71.637 quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 36 por cento do território paranaense transforma-se de densa mata, absolutamente despovoada, em região que, em 1960, contava com cerca de 1.843 mil habitantes (34 por cento da população do Estado) distribuídos em 172 cidades, algumas de porte considerável⁷⁵.

A partir da tese de Padis, muitas das explicações sobre a economia paranaense anterior a 1930 passam a adotar a perspectiva de economia periférica proposta por ele.

O primeiro trabalho acadêmico realizado especificamente sobre uma cidade fundada pela Companhia de Terras Norte do Paraná foi a dissertação de mestrado em história social da professora France Luz, da Universidade de Maringá, denominado **O Fenômeno Urbano numa Zona Pioneira: Maringá**. Como o próprio nome indica, a preocupação central é estudar a fundação, crescimento e desenvolvimento de uma cidade numa zona considerada pioneira. Ao fazer considerações sobre o povoamento do norte do Paraná, a autora afirma:

Ao se investigar o povoamento do Estado do Paraná, verifica-se que até o início deste século grande parte do seu território ainda não fora ocupado⁷⁶.

As tentativas de colonização desenvolvidas a partir da segunda metade do século passado com europeus não tiveram tanto sucesso, como dá a entender a mesma autora, e:

Assim, não tendo recebido grande contingente de imigrantes estrangeiros, nem atraído a migração interna, o Paraná se manteve em

74 Cf. Pedro Calil PADIS. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. p. 82.

75 Op. cit., p. 83.

76 Cf. France LUZ. *O fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá*, p. 84.

grande parte despovoado até o início deste século⁷⁷.

Dentro dessa perspectiva, o texto, se desenvolve em meio a expressões como; *boca do sertão*, *terras virgens*, que sugerem a idéia de um Paraná vazio à espera da colonização, seja via migrações proporcionadas pelo Estado, pela ação de companhias colonizadoras, ou até mesmo pelo povoamento espontâneo.

Outra dissertação de história social sobre o Paraná, também defendida na Universidade de São Paulo em 1980, discorre sobre o papel das sesmarias no século XVIII, na ocupação dos campos gerais paranaenses, e igualmente assume a idéia de *terras devolutas* para denominar as terras indígenas. **As Sesmarias do Paraná no Século XVIII**, de Marina L. Ritter, coloca a questão da seguinte forma:

O confronto sesmaria - fazenda, na solução encontrada pela ocupação efetiva do espaço paranaenses, demonstra o retalhamento da terra devoluta que permanecia nos contornos das Fazendas, proporcionando o aparecimento de uma infinidade de Sítios⁷⁸.

Primeiro, requerem-se as sesmarias, quer dizer, ocupam-se terras pertencentes às comunidades indígenas há centenas de anos, através de concessões da coroa portuguesa, que se acha dona de parte dessas terras. Em seguida, denominam-se as terras existentes entre as sesmarias, que também pertencem aos índios, de *terras devolutas*, isto é, desocupadas, sem dono, para logo em seguida retalhá-las em sítios, fazendo a ocupação definitiva.

Ao discutir a conjuntura ocupacional do norte paranaense, Ivani Rogati Omura, numa dissertação sobre comportamento político em Maringá, demonstra que a ocupação da região norte do Estado se deu em consequência do avanço da cultura cafeeira na sua forma empresarial, dirigida tanto pela Companhia de Terras Norte do Paraná como pelo próprio Estado, e que a questão do fenômeno migratório por que passou a região naquele instante foi uma decorrência da expansão do capital. No entanto, a autora

77 Op. cit., p. 85.

78 Cf. Marina Lourdes RITTER. **As Sesmarias do Paraná no século XVII**, p. 207.

enfoca as grandes áreas do Paraná como um imenso vazio a ser ocupado:

A investigação do povoamento do Estado do Paraná, permite constatar que grande parte de seu território não fora ainda ocupado até o início deste século. [...] Assim, apesar das tentativas oficiais de colonização já mencionadas, o norte do Paraná permaneceu até o último quartel do século XIX, como sertão desconhecido e desabitado⁷⁹.

Ao tratar da aquisição das terras da região pela **Paraná Plantations Ltd**, a autora afirma que isso se deu *através da compra de terras devolutas ao Estado*⁸⁰. E ao discutir o pioneirismo, o enfoque é o mesmo:

A frente cafeeicultora no Paraná pode ser vista como uma frente capitalista competitiva, e não como “frente pioneira”, pois admitindo que pioneiro é o que vai adiante, é o que abre caminho, o lavrador e o pequeno proprietário são pioneiros; na estrutura em estudo, porém, não coube ao lavrador a decisão de migrar: os fluxos foram determinados pelo movimento do capital, ou seja, a frente capitalista, ao fazer a prévia ocupação dos espaços vazios por grandes propriedades, antes que lá chegassem os lavradores e os pequenos proprietários, cumpriu o pioneirismo⁸¹.

Ainda em 1981, uma outra dissertação de mestrado sobre a colonização agrícola de Assaí por uma empresa japonesa a partir de 1930, também acaba por repetir a idéia do vazio demográfico. Tratando da colonização do Estado no século passado, o texto discorre⁸² sobre as várias formas de colonização levadas adiante, que vão desde a colonização oficial, promovida pelo governo, as particulares, que contam com estímulos governamentais, até os estabelecimentos das

79 Cf. Ivani Rogatti OMURA. *Eleitores e Eleitos - Composição e Comportamento Maringá, 1956-1964*, mimeografado, p. 37.

80 Op. cit., p. 41.

81 Op. cit., p. 53.

82 Os tipos de colônias apresentados aqui têm como referência o texto *Política Imigratória do Paraná*, da professora Altiva P. BALHANA, já discutido por mim anteriormente.

colônias militares com objetivos defensivos. Em seguida, aponta para os objetivos dos esforços dos governos central e provincial para a colonização do Estado.

Estes esforços serão feitos para aumentar a entrada de novos contingentes populacionais preenchendo os vazios demográficos⁸³.

A argumentação continua como a matriz teórica dos anos 60. Junto à criação das colônias *fazia-se a penetração pelo sertão em vários rumos*⁸⁴. Não se penetra nos territórios indígenas, e sim no *sertão*, sertão este que, como já definiu o geógrafo Nilo Bernardes, é sinônimo de **vazio demográfico**⁸⁵.

Poderíamos continuar mostrando como a idéia do vazio demográfico é uma presença constante nos trabalhos acadêmicos sobre a sociedade paranaense⁸⁶, aparecendo ora como *terras devolutas*, ora como *sertão desabitado*, ou outras variadas formas de expressão.

Essas formulações passam a ser reproduzidas nas escolas, em livros didáticos ou trabalhos acadêmicos, passando a ser aceitas como um pressuposto que acaba por retirar da história social paranaense a presença indígena, presença que resistiu e continua resistindo, das mais diversas formas, à ocupação de suas terras e à sua destruição enquanto comunidade diferenciada da sociedade nacional.

83 Cf. Evandir CODATO. Colonização Agrícola: A Colônia Três Barras - 1932/1970, p. 10, mimeografado.

84 Op. cit., p. 16.

85 Ver Nilo BERNARDES. *Expansão do Povoamento no Estado do Paraná*. In: *Revista Brasileira de Geografia*, 14(4): 58, out./dez. 1952.

86 Cf. ainda: Ruy C. WACHOWICZ. *História do Paraná*, 1967, p. 85, onde fala das terras do Paraná como “terra de ninguém, entregue ao gentio”, apesar de nesta mesma obra descrever em vários momentos conflitos entre branco e índios no processo de ocupação do Estado. Ana Yara D. P. LOPES. *Pioneiros do Capital: A Colonização do Norte Novo do Paraná*, dissertação de mestrado em ciências sociais, USP, 1982, num dos trabalhos mais críticos sobre o tema, também utiliza conceitos como “terras do Paraná, praticamente desabitadas” e “terras devolutas”, p. 3, 9, 24. Sandino HOFF, em *O Movimento da Produção de Excedentes numa Região Pioneira (Nas pegadas do trabalho: Café e Idéias)*, p. 90, fala em “terras improdutivas”, “terras devolutas”. Presentes também estão esses conceitos na fala dos governadores do Estado que promoverão a colonização do norte e oeste do Paraná, a partir da década de vinte.



e eram cidades. Cidades de intenso movimento, logo por outras suplantadas. É o desenvolver vertiginoso do chamado Norte novo⁸⁷.

A idéia do vazio demográfico, aos poucos preenchido pela lavoura do café, aparece de modo claro. Primeiro porque a extensão “nova” de terra, (imensa e fértil região do norte do Paraná) estava *abandonada, esquecida*. O café a revela, colocando-a no circuito das mercadorias. A partir daí, o *sertão foi recuando* e o vazio transformando-se em fazendas, vilas e cidades, num desenvolvimento *vertiginoso*.

Um manual intitulado **Geografia e História do Paraná**, editado em 1963, destaca o povoamento do norte do Estado como uma obra conjunta das companhias colonizadoras e do governo do Estado. São eles que planejaram a ocupação da região criando pequenas propriedades, abrindo estradas e fazendo saneamento:

As “companhias de terras” ajudadas pelo governo, desenvolvendo a planificação de pequenas propriedades, com vias de comunicação, bem como o saneamento, deram nova feição a economia do Estado e ao adensamento populacional da região. Para ali correram paulistas, mineiros, cariocas, nordestinos, imigrantes estrangeiros, desbravando e ocupando a zona que, em pouco tempo, chega a atingir 20 a 50 hab. por km⁸⁸.

Temos aí implícita a idéia da existência de um vazio que foi *desbravado e ocupado* por migrantes oriundos de outras regiões do país, e mesmo estrangeiros. São várias as cidades do norte do Paraná fundadas por migrantes estrangeiros: Uraí e Assaí, por japoneses; Cambé, por alemães.

Numa brochura de Estudos Sociais, destinada à 4ª série do 1º grau⁸⁹, Sandra H. Terra divide a economia paranaense em ciclos de desenvolvimento. Logo após o ciclo madeireiro, vamos encontrar a idéia da continuidade do desenvolvimento assentado no ciclo do

87 Cecília Maria WESTPHALEN. **Pequena História do Paraná**. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1953, p. 85.

88 Luiza P. DORFMUND. **Geografia e História do Paraná**. São Paulo, Editora do Brasil, 1963, p. 173.

89 Sandra Regina H. TERRA. **Estudos Sociais, Estados do Brasil, Paraná**. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1980.

café no norte do Estado, que demarca a última das fases isoladas da economia paranense:

As notícias da fertilidade da terra roxa do norte paranaense foram sendo transmitidas pelos tropeiros em suas viagens atraindo muita gente, principalmente paulistas e mineiros. Teve início o plantio do café, que logo despertou o interesse de muitas pessoas. Uma firma inglesa - Companhia de Terras do Norte do Paraná - estabeleceu-se no Brasil, lançando os fundamentos da cidade de Londrina. Florestas foram derrubadas, dando lugar às fazendas de café⁹⁰.

Numa outra brochura, **Vivo e Aprendo**, também de Estudos Sociais sobre o Paraná, destinada ao primeiro grau, é comum a idéia de desenvolvimento rápido das cidades fundadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná.

Maringá é uma cidade em pleno desenvolvimento. Sua expansão demográfica e econômica é importante para o norte do Paraná. Fundada em 1947, a população ultrapassa 200.000 habitantes. Londrina e Maringá foram fundadas pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná⁹¹.

É marcante nas terras roxas a presença de mineiros, paulistas e, mais tarde, de gaúchos e estrangeiros. Todos vêm ocupar o espaço vazio demarcado pela companhia colonizadora.

A última penetração deu-se pelo norte do Estado, a partir de 1930, quando os paulistas e mineiros, cultivadores de café, descobriram as férteis terras roxas, tão apropriadas ao cultivo dessa planta. Seguiram-se aos paulistas e mineiros, os nordestinos, os gaúchos e os colonos estrangeiros⁹².

90 Op. cit., p. 38.

91 Cf. Benedito M. de CARVALHO. et alii. **Vivo e Aprendo**. São Paulo, FTD, 1976, p. 61.

92 Op. cit., p. 88.

Esses textos didáticos assinalam alguns pontos diluidores das contradições do fazer-se do norte do Paraná. O conceito que aparece em quase todos eles é o de “desenvolvimentismo”. A ocupação nos anos 30/40 é retratada nos manuais de 50/60 como a grande epopéia pioneira de desbravamento do sertão rumo a um futuro grandioso. O desenvolvimentismo dos anos 50 se faz presente nas brochuras dos anos 70/80.

Outra questão que se apresenta é a do deslocamento da mão-de-obra e do capital para a nova área de expansão. Os trabalhadores são tratados enquanto povos migrantes (mineiros, paulistas, gaúchos, estrangeiros) que se diluem junto a pequenos, médios e grandes proprietários de terras, formando a população colonizadora conceituada como “pioneiros”. Quem são esses pioneiros? São os grandes fazendeiros do sul de Minas Gerais que compram terras no chamado Norte Velho do Paraná (terras situadas entre os rios Paranapanema e Tibagi) para o cultivo do café. Mas eles trazem consigo trabalhadores, conterrâneos, que vão fazer o desmatamento das terras, abrir estradas, formar, colher e transportar o café, construir vilas e cidades. O mesmo se pode dizer em relação aos paulistas, gaúchos e estrangeiros. No entanto, nos textos mencionados, fazendeiros e trabalhadores se confundem num mesmo bloco, no conceito de população, regionalmente chamados de pioneiros, quando se fala da ocupação do Norte Velho do Paraná. A mesma operação verifica-se na descrição da ocupação do Norte Novo.

As contradições entre os trabalhadores que não conseguem terras e fornecem a sua força de trabalho para o desbravamento das terras, e o capital representado pela companhia colonizadora, grandes proprietários de terras, comerciantes, são camufladas com o rótulo do pioneirismo. O pioneirismo serve também para ocultar as contradições entre os pequenos proprietários e o capital. O desenvolvimentismo e o pioneirismo cumprem assim, no plano ideológico, o papel diluidor/ocultador das contradições e dos conflitos existentes durante a ocupação dessa nova área de expansão do capitalismo, o norte do Paraná.

Um terceiro problema, que nos interessa mais de perto, é a construção do vazio demográfico. O *sertão esquecido*, as *terras devolutas*, a *região abandonada* são a expressão de uma ideologia que constrói espaços desabitados e apagam da história as populações indígenas e os pequenos posseiros.

Com o objetivo de pesquisar as *distorções ocasionadas pelo etnocentrismo* nos livros didáticos, Norma Telles⁹³ discute a questão das sociedades que são colocadas fora da história:

Das sugestões dos estudos acima mencionados e de algumas observações fragmentárias nos surgiu a idéia da necessidade de sistematizar, através de uma pesquisa, questões como a apresentação das diferentes culturas na formação da sociedade nacional nos manuais de História, destinados ao ensino secundário ou primário. Isto porque uma primeira leitura revelou uma distorção em graus variáveis na apresentação da diversidade cultural, preconceitos no tratamento de outras culturas. Por outro lado, os manuais são um campo privilegiado para se buscar imagens e preconceitos que se encontram no pensamento social. Que padrões culturais transmitem, que representações da estrutura e dinâmica da relação entre grupos oferecem⁹⁴.

Na tentativa de compreender por que certas sociedades estão “fora da história”, Telles conclui que duas posições são responsáveis por essa exclusão. A primeira é a posição racionalista, que fixa como ponto de partida da história de uma sociedade o momento da invenção do Estado, que concentra a memória coletiva de um povo estabelecendo as bases para o seu futuro. Isto é, liga seu passado com o seu futuro. Dentro dessa perspectiva, as sociedades indígenas estão fora da história racionalista, que acaba por nortear os manuais escolares de história e antropologia. A segunda perspectiva é a evolucionista. Esta demarca a história da humanidade numa sucessão de fases, em que o momento de uma sociedade hoje nada mais é do que uma etapa que uma outra sociedade já passou ou já cumpriu. É uma história singular para toda a humanidade, onde as várias sociedades passam cada qual por um estágio predeterminado por aquelas que estão mais “adiantadas”.

93 Cf. Norma TELLES, *Cartografia Brasilis*, Dissertação de Mestrado, PUC, 1983, mimeografado.

94 Op. cit., p. 19. Sobre a questão do livro didático enquanto instrumento de normatização de idéias, de divulgação ideológica propagada pelas escolas, ver: M. de F. BIVAR. *Ensino Primário e Ideologia*. 1975. M. de L. NOSELA. *As Belas Mentiras*. 1979. A. L. FARIA. *Ideologia no Livro Didático*. 1984. M. A. da SILVA. (Org.) *Repensando a História*. 1981.

Essas formas de operar a história excluem as sociedades tradicionais e imprimem a elas o ponto de vista histórico-ideológico das sociedades mais *adiantadas*, geralmente as vencedoras nos conflitos que se estabelecem.

Para a autora, os espaços dos continentes Africano, Asiático e Americano, nos manuais escolares, são esvaziados de um conteúdo próprio e só têm sentido a partir de outro espaço, o dos colonizadores, o espaço ibérico. Os espaços submetidos à conquista existem a partir da ação exterior dos conquistadores. Com isso, excluem-se da História certos acontecimentos como invasão, conquista, exploração, conflitos; encombrem-se as guerras coloniais reafirmando a perspectiva etnocêntrica e apagam-se as lutas de resistência das sociedades dominadas. A autora não deixa, no entanto, de apontar para a questão da resistência nativa à tomada do seu espaço.

Há na literatura muitos exemplos de resistência indígena oposta ao avanço colonial, desde o século XVI ao século XX, e fica claro que o 'que foi concedido a léguas' teve de ser conquistado a palmo, por guerras ou através de alianças, no transcurso dos séculos, e que este processo ainda não está terminado⁹⁵.

E, de volta aos manuais, faz a crítica:

Ora, no espaço vazio apresentado pelos manuais, de antemão não se deprende que a tomada de posse da terra foi um genocídio duplicado por um etnocídio da população indígena do continente. O estudante não aprenderá nada sobre a riqueza e a diversidade das paisagens continentais recortadas pelas várias etnias, assim como não conhecerá a natureza dos implantes coloniais e progresiva conquista do território, que, como se deprende do acima mencionado, não foi uma contínua e tranqüila extensão, mas uma guerra constante⁹⁶.

95 Cf. Norma TELLES, *Cartografia Brasilis*, Dissertação de Mestrado, PUC, 1983, p. 84, mimeografado.

96 Op. cit., p. 87.

Capítulo IV A REPETIÇÃO DO VAZIO DEMOGRÁFICO NOS LIVROS DIDÁTICOS

Nesse sentido, conclui: a história apresentada é uma grande simplificação seguindo as diretrizes da ideologia dominante⁹⁷.

97 Op. cit., p. 193.

Handwritten notes and markings on the right edge of the page, including a signature and some illegible text.



Capítulo V O VÁZIO DEMOGRÁFICO NAS OBRAS QUE FAZEM A APOLOGIA DA COLONIZAÇÃO DA REGIÃO

Nos livros didáticos, a construção do vazio demográfico surge ancorado nas teorias das migrações populacionais.

Nas obras que fazem a apologia da colonização do norte do Paraná essa construção é amparada no ato heróico de homens fortes, desbravadores, modernos bandeirantes. A ocupação da mata virgem cheia de perigos é uma epopéia que precisa ser contada e recontada até se tornar verdade. O vazio não é apenas um espaço em algum lugar no mapa que está pronto para ser povoado. O vazio demográfico das obras apologéticas é um espaço cheio de perigos que precisa ser vencido para que se possa erguer das cinzas das matas as cidades, a civilização.

Em 1957, Maringá fazia dez anos. Em meio às comemorações, foi editada uma revista especial intitulada **Maringá Ilustrada**. Entre os vários artigos sobre o nascimento e desenvolvimento da cidade, o de Ary de Lima, espécie de editor chefe da publicação, sintetiza a história de Maringá sob a égide do heroísmo e da epopéia.

Filha de um pioneirismo heróico e síntese de um perfeito trabalho de colonização. [...] O Setentrião Paranaense, então quasi deshabitado, sem qualquer reflexo na vida do país e do grande Estado sulino, já era credor da confiança de um punhado de homens [...] Esses homens, visionários do futuro, de elevada compreensão e não menos alto espirito de patriotismo, constituíram-se para a grande arrancada [...] Rapidamente, num milagre de colonização, povoou-se o Norte Paranaense. Amanheceram cidades, enquanto tratores e modernos

maquinários, derrubando matas e construindo estradas [...] A engenharia penetrava sertão a dentro e um rosário de localidades aparecia. A floresta dava lugar ao homem, cedendo-se na austeridade de suas espécies, aos rogos e acenos da civilização⁹⁸.

Passados 15 anos da comemoração dos primeiros dez anos da cidade, Maringá comemora seu jubileu de prata. Festas, inaugurações, e mais uma **Maringá Ilustrada** é editada. Pouca coisa muda, mas o pioneirismo heróico parece ficar cada vez mais forte e a linguagem que o retrata, mais rebuscada. A repetição de que a terra era selvagem e do grande esforço e sacrifício desprendido no seu desbravamento e civilização continua sendo a tônica do discurso.

Mencionar o pioneirismo e a colonização do Norte do Paraná, é quase recordar os vaticínios deslumbrantes da própria Genesis, traçando os épicos caminhos de longa jornada de lutas, sacrifícios e conquistas da humanidade. A princípio, tudo representava um panorama selvático, [...] E cada fração agreste do mundo teve de ser desbravada e civilizada a golpes de audácia e persistência. [...] Germinou, então, o pioneirismo, logo seguido da colonização. O seio da terra virginal, recoberto de florestas seculares, abrigava tesouros inestimáveis de fecundação e fertilidade, prontos para fornecerem colheitas dadivosas de frutos destinados a alimentação e preservação da espécie humana⁹⁹.

Nesse discurso, os sacrifícios, as lutas, a persistência e a audácia do pioneiro no seio da floresta é recompensada com *inestimáveis tesouros, colheitas dadivosas*, dando-lhe uma conotação universal: *alimentar e preservar a espécie humana*.

Paralelo às edições comemorativas, circulava na década de 60 o **Anuário de Maringá**, exaltando a cidade e os pioneiros. E com a mesma intensidade com que os exalta, exclui o antigo habitante indígena da região:

98 Cf. **Maringá Ilustrada**. Maringá, agosto de 1957, p. 4-5.

99 Cf. **Maringá Ilustrada**. Maringá, maio de 1972, p. 194.

Havia, de primeiro, a terra protegida pela floresta imensa, esperando que os séculos se passassem e chegasse, afinal, sua vez de produzir para alimentar o mundo. [...] Os antigos trilhos das onças iam, a pouco, dando lugar às largas avenidas¹⁰⁰.

Fala-se da *floresta imensa* cheia de animais e seus *trilhos*, mas não se fala do indígena que percorria os *trilhos das onças* e fazia seus próprios caminhos no terceiro planalto do Paraná.

Os anos se passam e as metáforas sofisticam-se no discurso ocultador da presença do índio.

O general café bandeirante de primeira linha encarregou-se de povoar a nova área roubada a selva¹⁰¹.

O café torna-se o sujeito da ação encarregado de roubar da selva uma nova área e povoá-la. Não são mais os dominadores que usurpam as terras dos índios. Agora é o *general café*, herdeiro dos bandeirantes paulistas que na região já tinham destruído as missões do Guairá, que rouba da selva o norte paranaense para povoá-lo. A selva cumpre seu destino de espera secular para se tornar o celeiro do mundo, produzir alimentos para o resto do planeta. Completa-se assim o ciclo da ocupação, sem mencionar a existência dos índios que viviam na região.

Mas não são somente os livros didáticos e as publicações oficiais comemorativas que apagam a presença indígena na região.

Vamos encontrar obras com aspirações de cientificidade a serviço da colonização harmoniosa e do pioneiro surgido no vazio demográfico.

Em 1964, um autor maringaense publica **Maringá: Geografia Regional**. É uma brochura que procura *suprir a lacuna existente sobre o assunto da geografia regional*. Escrivendo a história de Maringá toma o argumento construtor do mapa em branco. *A faixa Norte continuava inexplorada quase totalmente, coberta por densas florestas*¹⁰².

100 Cf. *Anuário de Maringá*, ano III, n. 3, 1965, p. 27.

101 Cf. *Anuário de Maringá*, ano VII, n. 7, 1969.

102 Cf. Renato BERNARDI. *Maringá: Geografia Regional*, Maringá, 1964, p. 89.

Em 1975, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, antiga Paraná Plantation, colonizadora da região, completa cinquenta anos de existência. Durante as festas comemorativas espalhadas pelo setentrião paranaense, foi editado o livro **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. Essa obra tem a pretensão de ser a última palavra sobre a história da região. Traz os dados oficiais da companhia colonizadora e depoimentos dos seus diretores e principais colaboradores. Na apresentação, o organizador do livro, um jornalista, cita um depoimento de Arthur Thomas, gerente da Cia. no tempo dos ingleses, de 1930 até 1949, publicado no **Times of Brazil**:

Para o homem imaginativo, há qualquer coisa de irresistível na contemplação de mapas onde aparecem grandes áreas de terras desabitadas, mas com grandes potencialidades. Seu pensamento voa ao encontro de meios e maneiras de acesso, colonização e desenvolvimento, e seus sonhos logo descortinam um futuro no qual o deserto se cobre de flores e da terra brotam imensas riquezas. Tais foram homens como Raleigh e Penn, Cook e Rhodes. E, em tempos mais recentes, o falecido Simon, Lord Lovat¹⁰³.

O mapa com uma enorme quantidade de terras desabitadas no início da década de 20 era a região ao sul do rio Paranapanema, a leste do rio Tibagi, a oeste do rio Paraná indo em direção sul, ultrapassando os rios Ivaí e Piquiri. Era o chamado norte do Paraná, uma região que era cobiçada muito antes de o diretor da Sudam Cottom Plantations Syndicate, Lord Lovat, contemplá-la em um mapa e planejar sua ocupação.

Ao longo de **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**, vamos encontrar várias passagens reafirmando a idéia do mapa vazio, desabitado. A adjetivação vai de *terras virgens*, *matas exuberantes* ao se falar do Norte Velho¹⁰⁴, ou de *uma imensa região, afamada pela assombrosa fertilidade de suas terras roxas*, conforme matéria paga publicada no jornal **O Estado de São Paulo** (15/1/1924) pela Cia. Ferroviária São Paulo - Paraná a fim de atrair a atenção do presidente da Sudam Cottom, Lord Lovat, para as terras do norte

103 Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975, p. 7.

104 O Norte Velho do Paraná é a região entre os rios Itararé/Paranapanema e o Tibagi.

paranaense. A idéia de região desabitada continua sendo construída em **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná** com um ensaio de Cassio Vidigal, presidente da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná por muitos anos. Procurando reconstruir a história do surgimento das cidades do Paraná, o texto relata o seguinte:

Se adotássemos, para os eixos das coordenadas, a latitude 24°35'30"S e a longitude 51°30'O. poder-se-ia dizer que quase todas as povoações se encontravam no quadrante sudeste, exceto Jaguariaiva, pertencente ao nordeste. O resto do atual território paranaense estava indiviso e coberto de mata densa. Os caminhos, então existentes, não passavam de veredas, senão picadas através dos sertões. Em 1854, a povoação mais setentrional era Jaguariaiva; e a mais ocidental talvez fosse Guarapuava¹⁰⁵.

Essa era a situação no início da década de 50 do século XIX, no momento da emancipação política do Estado do Paraná.

Vejamos o que diz o engenheiro Vidigal sobre o mapa do norte do Paraná, no início da década de 20 deste século, quando os ingleses se interessam pela região.

Em 1924, o governo do Brasil convidou a Inglaterra para conhecer sua situação agrícola e participar de investimentos dessa natureza, evento que, irrelevante em sua aprência, foi o fator principal da expansão do Paraná. Entre outros benefícios, ele motivou a compra das ações da companhia ferroviária pelos ingleses liderados por Lord Lovat, técnico de agricultura e reflorestamento da Missão Montagu, que aqui chegou no início daquele ano, atendendo o convite brasileiro. Entre as regiões visitadas, a margem esquerda do Paraná impressionou particularmente, embora a penetração não ultrapassasse Cambará. Para a frente só havia densa mata, que confirmava as informações dos mapas de Lovat: trezentos e cinquenta quilômetros de floresta virgem se estendiam

105 Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**, São Paulo, 1975, p. 225-226. Esse ensaio de Cassio Vidigal também foi publicado na Revista do Ateneu Paulista de História, números seis e sete.

até o rio Paraná e os povoados, ao lado de rios caudalosos, eram pouquíssimos¹⁰⁶.

O discurso da Cia. colonizadora, que apresenta o norte do Paraná sem a presença indígena, continua sendo repetido, reproduzido, nas obras que exaltam o papel civilizador da Cia.

Maringá: ontem, hoje e amanhã é um livro amplamente difundido nas bibliotecas da cidade, nas escolas e facilmente encontrado em residências maringaenses. Escrito em 1979, o livro está dividido em três partes. A segunda e terceira partes falam de Maringá no presente, apontando-lhe um futuro glorioso. A primeira fala de Maringá ontem, do surgimento e da formação da cidade. Utilizando dados da Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, o autor reescreve a história de Maringá:

[...] medida que estas áreas são ocupadas, a floresta imensa que as circunda vai cedendo lugar aos novos colonizadores que passam a criar pequenos núcleos habitacionais¹⁰⁷.

Mais adiante, discorrendo sobre o surgimento de Maringá:

Tal qual soldados dispostos a vencer a árdua luta, começaram a utilizar-se das armas de que dispunham. E com manobras rápidas e certeiras, as foices, os machados, as enxadas, os enxadões vibravam no ar. E lentamente, a floresta tão exuberante e impenetrável cedia lugar àqueles homens intrépidos e valentes.

Eram os cedros, jacarandas, perobas, marfins, pau-d'alhos, que tombavam sob o vigor do machado pioneiro. Quando a noite chegava, fogueiras eram acensas para iluminar os toscos acampamentos observados por animais selvagens assustados com tanto barulho¹⁰⁸.

106 Cia. Melhoramentos Norte do Paraná. **Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná**. São Paulo, 1975, p. 241.

107 Arthur ANDRADE. **Maringá: Ontem, Hoje e Amanhã**. São Paulo, Rumo Gráfica Editora, 1979, p. 47.

108 Op. cit., p. 61-62.

Nenhuma palavra, durante as trezentas páginas, sobre os povos que aí viviam por mais de 6 milênios. A mesma fórmula, *floresta selvagem, perobas, pau-d'alhos, e animais selvagens*, e nenhuma palavra sobre os índios é repetida numa outra brochura, **Maringá, da Floresta à Selva de Pedra**¹⁰⁹.

As brochuras enaltecedoras do pioneirismo e construtoras do mapa do norte do Paraná em branco são reproduzidas como “filhotes” do discurso oficial da Companhia de Terras. Em 1974, um médico/político de Rolândia - cidade entre Londrina e Maringá na rota da colonização - escreve **Rolândia, Terra de Pioneiros**.

Nesta vasta região, até então, quase sem futuro, devido ao fato de não existirem cidades ou vilas, muito menos estradas, a não ser uma trilha antiga denominada boiadeira, que se dirigia de leste para oeste¹¹⁰.

Mais adiante:

Fora a fazenda Coati, da CTNP (hoje Shangri-la) e algumas pequenas derrubadas em Heimtal o resto era uma imensa floresta virgem do rio Tibagi ao rio Paraná¹¹¹.

Como podemos ver no mapa da região, em 1938, a CTNP já havia levado a frente de colonização até Lovat, hoje Mandaguari. Adiante não existia nada, apenas o vazio no mapa. Toda a região entre os rios Bandeirante do Norte e Ivaí está desabitada. Ainda não existem as cidades de Maringá, Paranaíba, Cianorte, Umuarama e outras adjacentes.

O vazio no mapa se apresenta frente aos pioneiros, que estão no ponto mais avançado da colonização, como um enorme desafio a ser vencido. Passadas quatro décadas, o mapa, antes vazio, apresenta-se pontilhado de cidades, vilas, povoados, estradas. O sertão foi “amansado”, foi ocupado. Agora chegou a hora de escrever a história dessa grande epopéia. Em 1982, a Prefeitura de Mandaguari publica **Mandaguari: Sua História, Sua Gente**. O objetivo é *fazer o levantamento histórico do município, através de uma obra que*

109 Cf. Manoel CABRAL. *Maringá, da Floresta à Selva de Pedra*. Maringá, Editora Central, 1977.

110 Orion VILLANUEVA. *Rolândia, Terra de Pioneiros*. Londrina, Gráfica Ipê, 1974, p. 19.

111 Op. cit., p. 66.

*o mostrasse objetivamente em todos seus aspectos*¹¹². Como os mandaguarienses de 1982 viram o trabalho de seus conterrâneos há quarenta anos aparece escrito numa das passagens de **Mandaguari: Sua Obra, Sua Gente**.

É preciso, sobretudo, estoicismo na tarefa da colonização. Na missão de domar matas virgens, enfrentando o desconhecido sem nenhum trabalho de infra-estrutura capaz de debelar, prontamente, os perigos que rondavam os colonizadores¹¹³.

E quais são os perigos que o mapa vazio apresenta aos pioneiros?

[...] eram os animais selvagens, as aves e os insetos, que super-povoando as matas invadiam as plantações, destruindo, muitas vezes, todo o produto de um plantio feito com dificuldades. [...] a terrível epidemia denominada febre amarela. Alcinhada pelos caboclos de febre dos macacos, grassou a famigerada febre, que deixava os macacos mortos espalhados pelas matas transmitindo o vírus aos colonos, propagando-se a moléstia como uma incontrolável epidemia a ceifar centenas de vidas no Norte do Paraná. [...] as frequentes chuvas, que tornavam as estradas intransitáveis. [...] Nenhum perigo ou dificuldade abalou o ânimo do colonizador. Porém, o espectro negro da geada de 1942, mostrou-se um inimigo insuperável. Esse liquidou com a economia cafeeira local, principal responsável pelo progresso regional¹¹⁴.

As matas foram derrubadas; os animais selvagens, abatidos pelos caçadores; os insetos queimados juntos com as matas ou vencidos pelos agrotóxicos; as epidemias, debeladas ou mudaram de nome; as estradas, consertadas, asfaltadas. Novas geadas ocorreram em outros anos queimando milhões de pés de café, abalando a economia da

112 José A. F. SILVA. **Mandaguari: Sua História, Sua Gente**. Maringá, J. A. Editora. 1982, p. 1.

113 Op. cit., p. 5.

114 Ibidem.

região, que foi diversificando suas atividades com o plantio de culturas mais resistentes às geadas. Enfim, os colonizadores venceram todas as condições adversas, domaram o sertão e povoaram o *mapa vazio*.

Mais uma vez é repetida a operação: apresenta-se uma região coberta de matas selvagens e cheia de perigos. Constrói-se o mapa de uma região apenas com os acidentes geográficos, despovoado e, em seguida, segue-se o processo de ocupação. Cada mapa surgido vai incorporar os feitos da frente de expansão que avança sertão adentro.

Esse processo continua a se repetir por meio de muitas outras obras que tratam da história das cidades do norte do Paraná.¹¹⁵ Todas partem do pressuposto do vazio demográfico ocupado pela colonização da região a partir dos anos 30.

Existe uma lenda polonesa, anterior à primeira grande guerra mundial, muito conhecida em alguns distritos da Polônia na época da grande onda migratória para o Brasil, de que Paraná estava envolvido num imenso nevoeiro durante séculos e que, graças à Virgem Maria, compadecida com o destino dos camponeses pobres da Polônia, o Paraná tinha se livrado da fumaça que o encobria e a Virgem indicava aos poloneses que viessem povoá-lo¹¹⁶.

Parece que o nevoeiro que encobria o Paraná tornando-o invisível diante dos poloneses transferiu-se para sua história encobrendo as comunidades indígenas aqui existentes.

Se no caso da lenda são os poderes da virgem que livram o Paraná do ocultamento, na tragédia dos indígenas é o etnocentrismo daqueles que escrevem a história do Paraná que transferem o nevoeiro para cima dos índios, ocultando sua presença e participação como sujeitos da história paranaense ao resistirem à ocupação de suas terras e à destruição de sua cultura e de suas vidas.

115 Cf. Paulo M. S. da SILVA. **História de Paranavaí**. p. 32: “Porém a história de Paranavaí, mais propriamente, tem início no começo deste século. Naquela época toda a região do vale do Rio Ivaí era completamente despovoada, coberta de matas virgens, constituída de terras devolutas de propriedade do Estado. A partir daí foi que se iniciou o povoamento e a colonização da região”.

116 Cf. Sergio Buarque de Holanda na introdução que faz ao livro de Thomas Davatz, **Memórias de um Colono no Brasil**, editado pela Livraria Martins Editora - Edusp, p. XIX.



PARTE 2

**A presença indígena no
Paraná**





Introdução

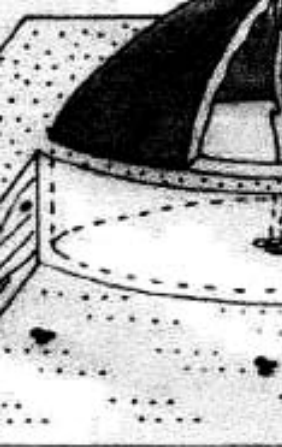
Na primeira parte do trabalho, discutimos como a ideologia dominante construiu a idéia do vazio demográfico em várias regiões do Paraná. Porém, conforme relatos dos viajantes, relatórios de expedições militares, científicas e governamentais e ofícios da burocracia governamental, os índios estavam presentes em todas as partes do Estado. Essas evidências contrariam a idéia de um Paraná desabitado. Contrariam a construção do vazio demográfico que apagou da história regional a presença indígena.

Nosso objetivo aqui é demonstrar a presença indígena no território que hoje é o Paraná. Utilizaremos os relatos das expedições oficiais dos governos imperiais e provinciais, relatos de viajantes que por aqui passaram no século XIX e XX, assim como a correspondência oficial de organismos ligados ao governo da província. Procuraremos mapear os locais ocupados pelos índios, marcando sua presença no território paranaense.

Não levaremos em consideração as fronteiras estaduais que foram sendo estabelecidas no processo de constituição dos Estados do Sul do Brasil. Mesmo porque os Kaingang, como veremos, ocupavam as vastas regiões do Sul do país antes da constituição dessas fronteiras.

Por último, procuraremos manter nosso foco sobre os índios Kaingang, objeto deste estudo, sem esquecer que os territórios que compõem o Paraná moderno também foram terras que abrigaram as populações Guarani, cujos remanescentes vivem nas Terras Indígenas localizadas no litoral, no norte e oeste do estado; os Xoclung, ao sul do Estado, nas matas da Serra do Mar, hoje aldeados, na sua maioria, em Santa Catarina, ou ainda dos Xetá, contactados no oeste do Estado, na década de 1950.





Capítulo I

AS PRIMEIRAS POPULAÇÕES NO PARANÁ

As evidências da existência de populações pré-cabralinas no que é hoje o território paranaense remontam à datações de oito mil anos antes do presente.

Em 1958, um grupo de arqueólogos do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Paraná foi comunicado de achados arqueológicos nas margens do rio Ivaí, no extremo oeste do Estado, na localidade de Cidade Gaúcha¹¹⁷.

As escavações, no sítio denominado José Vieira, demonstraram a existência de dois povoamentos no local. O material lítico colhido nos níveis mais profundos das escavações e submetidos a datação registraram uma idade entre o oitavo e nono milênio antes de nossa era. Isso significa acampamentos indígenas nas barrancas do Ivaí¹¹⁸ há oito mil anos. O material lítico colhido nas camadas superiores da jazida datam de dois a três mil anos, significando novos acampamentos em épocas posteriores à primeira. Temos, portanto, num mesmo local, acampamentos em épocas distantes, quatro a cinco milênios um do outro, em que são verificadas grandes transformações no clima e na vegetação. Outras escavações foram realizadas nas margens do rio Paraná e datadas em oito mil anos, assim como as escavações realizadas no centro - leste do Estado, na região de Vila Velha, também com oito mil anos.

117 Cf. Anette LAMING e José EMPERAIRE. A Jazida José Vieira, um sítio Guarani e pré-cerâmico no interior do Paraná. Nesse trabalho os autores também fazem observações em possíveis sítios arqueológicos na região de Apucarana.

118 De acordo com Reinhard Maack, em *Geografia Física do Estado do Paraná*, o rio Ivaí percorre um total de 685 Km, no sentido sudeste a noroeste do Estado, desaguando no rio Paraná. Compõe uma bacia de 35.845 km², com 102 afluentes.

A indústria lítica lascada do homem pré-histórico presente no norte paranaense se espalha ao longo do rio Ivaí. A 350 km subindo o Ivaí no município de Manoel Ribas, no centro do Estado, pesquisas arqueológicas feitas em 1960 revelaram a existência de material lítico correspondendo aos do sítio José Vieira, datados em torno de sete a oito mil anos. Foi encontrada também uma grande quantidade de material cerâmico, datado em torno de 800¹¹⁹.

Assim, podemos afirmar que os territórios hoje denominados Paraná vêm sendo continuamente habitados por diferentes populações humanas há cerca de 8.000 anos atrás, de acordo com os vestígios materiais mais antigos encontrados pelos arqueólogos. Entretanto, se considerarmos a cronologia dos territórios vizinhos que foram ocupados em épocas anteriores, é provável que ainda possam ser obtidas datas que poderão atestar a presença humana em períodos mais recuados, podendo alcançar até 11 ou 12.000 mil anos antes do presente¹²⁰.

As populações que aqui viveram entre 12.000 mil a 3.000 anos antes do presente são denominadas pela arqueologia de **Caçadores e coletores pré-históricos**. Elas foram substituídas pelas populações indígenas históricas, Kaingang, Xokleng, Guarani e Xetá, a partir de suas chegadas na região por volta de 3.000 AP, e continuam a viver aqui até os dias de hoje.

A arqueologia classifica essas populações caçadoras coletoras em tres tradições:

119 Cf. Margarida Davina ANDREATTA. *Notas parciais sobre pesquisas realizadas no planalto e litoral do Estado do Paraná*. De acordo com os autores, o material lítico lascado, tanto o encontrado na gruta de Wobeto, em Manoel Ribas, como o do sítio José Vieira fazem parte da indústria lítica lascada que se estende por toda a bacia do Prata.

120 De aqui em diante optamos por incorporar, nessa segunda edição, parte de um texto feito em parceria com Francisco Silva Noelli e publicado em outras obras conjuntas ou separadas. Entendemos que o texto aqui incorporado, bem como a figura, traz uma explicação mais adequada sobre a presença das populações caçadoras coletoras no Paraná.



Figura 5. Populações caçadoras-coletoras no Paraná.

➤ **Tradição Humaitá**

As populações que tinham uma tecnologia de fabrico de instrumentos líticos que os arqueólogos convencionaram chamar de “Tradição Humaitá”, não deixaram, aparentemente, descendentes historicamente conhecidos. Hoje se sabe que ocuparam todos os estados do Sul do Brasil e regiões vizinhas do Paraguai e Argentina entre 7.000 e 2.000 anos atrás. Seus vestígios mostram que elas possuíam as características das culturas do tipo bando, compostas de pequenos grupos (40-60 pessoas) manejando amplos territórios. Sua subsistência era baseada na caça e coleta de diversas fontes animais e vegetais. A exemplo de outros povos caçador-coletores sul americanos, também deveriam ter uma série de acampamentos sazonais espalhados dentro de um território definido. Estes acampamentos estariam relacionados a uma série de atividades de subsistência, obtenção e preparação de matérias-primas, rituais e lazer. Suas habitações poderiam ser, desde uma simples meia-água até casas mais elaboradas de madeira coberta por palha ou folhas de palmáceas. Eventualmente

poderiam ocupar abrigos-sob-rocha (reentrâncias em paredes rochosas).

Seus vestígios mais estudados até o presente, restringem-se aos instrumentos de pedra, pois a maior parte de seus objetos eram provavelmente confeccionados com materiais perecíveis que se destruíram ao longo da formação dos sítios arqueológicos. Entre as ferramentas de pedra podemos mencionar os grandes instrumentos lascados bifacialmente, lascas usadas para raspar, rasgar, cortar, tornear, bem como ferramentas para polir, furar, amolar, macerar, moer, pilar e ralar. Eles não elaboravam vasilhas cerâmicas.

➤ **Tradição Umbu**

As populações que fabricavam determinados tipos de instrumentos que os arqueólogos chamam de “Tradição Umbu”, também não deixaram, descendentes historicamente conhecidos. Os vestígios dessa tradição são principalmente as pontas de projeteis e resíduos de lascamento, encontrados em toda a região Sul do Brasil, Uruguai e partes do estado de São Paulo. Esses vestígios foram datados entre 12.000 e 1.000 antes do presente demonstrando a longa persistência dessa tradição nos mais variados ambientes da região.

Elas ocuparam preferencialmente as regiões de maior altitude nos planaltos do Paraná. Nesses locais construíram suas habitações tanto a céu aberto como nos abrigos sobre rochas, e no Rio Grande do Sul e Uruguai, nas áreas alagadiças, construíram os cerritos – aterros artificiais – onde fixaram suas habitações.

➤ **Tradição Sambaqui**

Os pescadores/coletores do litoral Sul do Brasil ocuparam uma vasta faixa entre o mar e a Serra do Mar desde o Rio Grande do Sul até a Bahia desde 6.000 até 1.000 mil anos depois de Cristo. Seus principais vestígios são os inúmeros montes – conhecidos por Sambaquis – que construíram intencionalmente com restos alimentares, adornos, conchas, ferramentas, armas, carvões de antigas fogueiras, vestígios de sepultamentos humanos e de antigas moradias.

Construídos tanto em planícies quanto em encostas, diretamente na areia ou sobre o embasamento rochoso, os Sambaquis têm ocorrências desde o Rio Grande do Sul até a Bahia de Todos os Santos, basicamente no interior dos ambientes lagunares que se apresentam em todo este trecho da faixa costeira. As baías, estuários e lagunas dessa porção do litoral apresentam normalmente grandes concentrações desses sítios arqueológicos.

A implantação dos Sambaquis nesses ambientes estuarinos não foi fortuita, ela se deu devido à existência de várias espécies de peixes, moluscos, crustáceos e outros animais, componentes riquíssimos da dieta alimentar desses grupos humanos.

Por ocasião da chegada dos primeiros europeus no início do século XVI já se encontravam na região as populações indígenas conhecidas hoje de históricas. São elas os Guarani e Xetá do tronco linguístico Tupi, e os Kaingang e Xokleng do tronco linguístico Macro-Jê.



Figura 6. Populações indígenas históricas no Paraná.

➤ A população Guarani

Dentre os povos indígenas que estamos tratando, os Guarani são os mais conhecidos em termos arqueológicos, históricos, antropológicos e lingüísticos. A denominação “Guarani” define ao mesmo tempo a população e o nome da língua por eles falada. Uma série de estudos comparados - arqueológicos e lingüísticos - realizados no leste da América do Sul indica que eles vieram das bacias dos rios Madeira e Guaporé. A partir daí, ocuparam continuamente diversos territórios ao longo das bacias dos rios Paraguai e Paraná até alcançar o rio da Prata, distante aproximadamente 3.000 km do seu centro de origem. Também expandiram-se para a margem esquerda do Pantanal, nos atuais estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Rio Grande do Sul, ainda ocuparam o Uruguai, Paraguai. Conforme as datações já obtidas, excetuando o Uruguai, foz do Rio da Prata e litoral sul-brasileiro, as demais regiões citadas foram ocupadas desde há pelo menos 3.000 anos atrás. Eles mantiveram esses territórios até a chegada dos primeiros europeus que, a partir do início do século XVI registraram em centenas de documentos os limites do vasto domínio Guarani.

Eles ocuparam os vales e as terras adjacentes de quase todos os grandes rios e seus afluentes. Quase nunca estabeleciam suas aldeias e roças em áreas campestres. Todos os sítios arqueológicos localizados estavam inseridos em áreas cobertas por florestas, seguindo o padrão de estabelecer as aldeias e as plantações em clareiras dentro da mata.

Como se pode constatar em vários de estudos regionais os Guarani possuíam um padrão para ocupar novas áreas sem, no entanto, abandonar as antigas. Os grupos locais se dividiam com o crescimento demográfico ou por problemas políticos indo habitar áreas próximas, previamente preparadas através de manejo agroflorestal. Isto é, abriam várias clareiras para instalar a aldeia e as plantações, inserindo seus objetos e plantas nos novos territórios. Assim como trouxeram suas casas, vasilhas cerâmicas e outros objetos, os Guarani também trouxeram de seus locais de origem diversas espécies de vegetais úteis para vários fins (alimentação, remédios, matérias-primas, etc.), contribuindo para o aumento da biodiversidade florística do sul do Brasil.

Desta maneira iam ocupando as várzeas dos grandes rios e, consecutivamente, com o passar do tempo, as áreas banhadas

por rios cada vez menores. Por exemplo, após dominar as terras próximas dos rios Ivaí, Pirapó e Tibagi, ocuparam trechos ao longo de alguns dos ribeirões que banham o divisor de águas desses rios.

As aldeias tinham tamanhos variados, podendo comportar mais de mil pessoas organizadas socialmente através de relações de parentesco e de aliança política. Estas famílias extensas viviam em casas longas, e cada aldeia poderia ter até sete ou oito casas. As casas eram construídas de madeira e folhas de palmáceas, podendo abrigar até 300 ou 400 pessoas e alcançar cerca de 30 ou 40 metros de comprimento por até 7 ou 8 metros de altura. Algumas aldeias, dependendo de sua localização, poderiam ser fortificadas, estando cercadas por uma paliçada.

A cultura material era composta por centenas de objetos confeccionados para servirem a diversos fins, sendo a maioria feita com materiais perecíveis (ossos, madeiras, penas, palhas, fibras vegetais, conchas, etc.) e, em minoria, de não perecíveis (vasilhas cerâmicas, ferramentas de pedra, corantes minerais). Deste conjunto normalmente sobrevivem apenas às vasilhas e as ferramentas de pedra e, eventualmente, esqueletos humanos e de animais diversos, conchas e ossos usados como ferramentas ou enfeites. O reconhecimento da existência desses objetos perecíveis, salvo condições raras de conservação, só é possível através de informações obtidas indiretamente por pesquisas históricas, lingüísticas e antropológicas.

➤ A população Xetá

Não houve ainda nenhuma pesquisa sobre os sítios arqueológicos Xetá, excetuando um pequeno estudo sobre a tecnologia lítica (Laming-Emperaire et al., 1978) e outro sobre a cultura material (Kozák et al., 1981).

Os Xetá, que falavam uma língua homônima, foram contactados esporadicamente desde a década de 1840 quando Joaquim Francisco Lopes e John H. Elliot - empregados do Barão de Antonina - fizeram contato com eles nas imediações da foz do rio Corumbatai no Ivaí onde estão hoje os municípios São Pedro do Ivaí, Fênix e São João do Ivaí. Posteriormente em 1872, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Whiter capturou um pequeno grupo nas proximidades do Salto Ariranha, no rio Ivaí, hoje Ivaiporã e Grandes Rios. Mais tarde outros contatos

foram noticiados, mas foi na Serra dos Dourados, próxima de Umuarama, entre 1955-56, que se deu o mais documentado encontro com um grupo de 18 pessoas (Kozák et al., 1981). A partir daqueles anos os Xetá desapareceram enquanto população, restando atualmente seus remanescentes com suas famílias espalhados pelo Paraná.

➤ A população Kaingang

A denominação “Kaingang” define genericamente e ao mesmo tempo a população e o nome da língua por eles falada. Na bibliografia arqueológica eles são conhecidos como “Tradição Casa de Pedra”. Embora exista uma volumosa bibliografia e inumeráveis conjuntos de documentos não publicados sobre os Kaingang, ainda se conhece pouco sobre os seus ascendentes pré-históricos.

Os resultados de estudos comparados - Arqueologia e Linguística - apontam o Brasil central como a região de origem dos Kaingang, que ocuparam imensas áreas dos Estados da Região Sul, parte meridional de São Paulo e o leste da Província de Misiones. Embora não existam ainda datas mais antigas que as dos Guarani, é provável que os Kaingang e os Xokleng tenham chegado primeiro ao Paraná, pois em quase todo o Estado os sítios Guarani estão próximos ou sobre os sítios arqueológicos dos Kaingang e Xokleng. Com a chegada dos Guarani e, na medida em que estes iam conquistando os vales dos rios, os Kaingang foram sendo empurrados para o centro-sul do Estado e ou sendo confinados nos territórios inter-fluviais e os Xokleng foram sendo impelidos para os contra-fortes da Serra Geral, próximos do litoral. A partir do final do século XVII, quando as populações Guarani tiveram uma drástica redução, os Kaingang voltaram a se expandir por todo o centro do Paraná. Em meados do século XVIII, com as primeiras expedições coloniais nos territórios hoje denominados Paraná, foi possível conhecer parcialmente a toponímia empregada pelos Kaingang para nominar seus territórios: Koran-bang-rê (campos de Guarapuava); Kreie-bang-rê (campos de Palmas); Campo-rê (Campo Erê - sudoeste); Payquerê (campos entre os rios Ivaí e Piquiri hoje nos município de Campo Mourão, Mamborê Ubiratã e outros adjacentes); Minkriniarê (campos de Chagu, oeste de Guarapuava no município de Laranjeiras do Sul); campos do Inhoó (em São Jerônimo da Serra). E quando da ocupação da

região norte e oeste do Paraná nos anos 30 a 50 desse século os Kaingang que já estavam aldeados em São Jerônimo da Serra e Apucarantina, mas circulavam pelas matas existentes caçando, coletando e pescando nos rios Tibagi, Pirapó, Ivaí, Piquiri e seus afluentes.

A sua cultura material também era composta predominantemente por objetos perecíveis e, se compararmos aos Guarani, houveram bem menos estudos e poucas coisas são conhecidas. O mesmo ocorre com a cerâmica, porém, os primeiros estudos já mostram que ela era utilizada basicamente para preparar alimentos. Suas ferramentas de pedra tinham funções similares às dos Guarani.

➤ A população Xokleng

A denominação “Xokleng” define genericamente e ao mesmo tempo a população e o nome da língua por eles falada. Na bibliografia arqueológica eles são conhecidos como “Tradição Itararé”. Apesar da volumosa bibliografia e inumeráveis conjuntos de documentos não publicados a seu respeito, ainda se conhece pouco sobre os seus ascendentes pré-históricos Sua chegada e presença no Paraná já foi resumida no item sobre os Kaingang, necessitando ainda de mais pesquisas para corroborar ou desabonar as conclusões e hipóteses vigentes. Suas aldeias eram geralmente pequenas, no interior das florestas, abrigando habitantes pouco numerosos. Também ocupavam abrigos sob rocha e casas semi-subterrâneas. Fabricavam vasilhas cerâmicas semelhantes às feitas pelos Kaingang, a tal ponto, que devido as pesquisas pouco sistemáticas realizadas até o presente, ainda é problemático definir claramente as diferenças. Sua funcionalidade também estaria relacionada ao preparo dos alimentos.





Capítulo II O TERRITÓRIO DO GUAYRÁ

Com a chegada dos europeus ao continente no início do século XVI, o território começa a ser cruzado, vasculhado por inúmeras expedições de reconhecimento, viajantes, aventureiros à caça de ouro e pedras preciosas, bandeirantes paulistas caçadores de índios, padres jesuítas catequisadores de “selvagens”.

Em 1542, o espanhol Alvaro Nunes Cabeça de Vaca - futuro governador no Paraguai desembarca em Santa Catarina chegando da Espanha. Da ilha de Santa Catarina, empreende uma viagem pelo interior do Brasil com destino a Villa de Nossa Senhora de Assunción, capital da província espanhola do Prata.

Na viagem pelas terras do Guayrá, cruzando o atual Paraná de leste a oeste, Cabeza de Vaca entra em contato com um grande número de habitantes da região. Conforme relato feito por Pedro Fernandez, seu *Notório Secretário*, e publicado em Valladolid no ano de 1555, podemos vislumbrar como foi esse encontro:

Tendo chegado a uma aldeia pertencente a tribu dos Guaranís, sahio o xefe com seo povo, xeio de alegria, e veio ao encontro da nossa gente. Traziam mel, patos, galinhas, farinha de milho, e por meio de interprete convidavam os exploradores a repousar nas aldeias, mostrando-se contentíssimos com a sua chegada. O que muito agradou a esses índios foi pagar-lhes tudo quanto traziam. O xefe d’esta aldeia xamava-se Pubebage: fizemo-lhes mimo de algumas tesouras, facas e vários outros objetos, e deixamos estes indígenas tão contentes,

que por todo o paiz resoavam cantos e dansa,
prosseguindo nós em nosso caminho¹²¹ .

Podemos perceber que o futuro governador do rio da Prata foi muito bem recebido pelos Guarani e os espanhóis tratam o gentio com cordialidade, talvez querendo se diferenciar dos portugueses. A viagem transcorreu com inúmeros encontros amistosos entre espanhóis e Guarani. Por onde passavam, mel e galinhas eram trazidos pelos índios e eles retribuía com tesouras, facas e outros presentes, *pagando tudo que traziam*. Porém, os Guarani não eram tão pacíficos como quer o *notório secretário*. Ouçamo-lo na continuidade do seu relato de viagem:

Quando nos aproximamos deste rio (Iguaçu),
soubemos por informação dos índios, que ele
lançava-se no Paraná, também xamado rio
da Prata, e que nas margens destes 2 cursos
d'agua os indígenas tinham mortos portugueses
mandados por Martin Afonso de Souza para
descobrir este paiz. Os índios assaltavam os
exploradores, e os matavam no momento em
que atravessavam o rio em canoas¹²² .

E no final do seu relato descreve com pormenores como os índios devoravam seus inimigos. A partir daí, os exploradores começam a sofrer hostilidades dos Guarani e passam a viajar com cuidado redobrado:

Os cavaleiros deveriam ir por terra, tendo o
cuidado de marxar de frente pelas margens do
rio, a fim de espantar os indígenas¹²³ .

Assim, com todas as precauções tomadas contra o ataque dos índios, para não terem o mesmo fim dos portugueses, Cabeza de Vaca chega a Assunção, no Paraguai, a 11 de março de 1542, atravessando

121 Cf. Comentários de Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, Adelantado e governador do Rio da Prata, redigido por Pedro Fernandez, notório secretário da província. Traduzidos e oferecido ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro pelo sócio Tristão de Alencar Araripe, publicados na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v. LVI, parte I, em 1893, e transcritos aqui conforme se acham no original, p. 210-211. Esses comentários relatam toda a passagem de D. Alvaro pela província do Prata, e sua permanência nela, até o seu envio à Espanha como preso político.

122 Ibid., p. 218.

123 Ibid., p. 218.

o Guayrá com duzentos e cinquenta homens, vinte e seis cavalos, dois frades franciscanos, em quatro meses e nove dias.

A viagem de Dom Alvaro é marcada por inúmeras paradas e contatos com os índios que estão no caminho da expedição ou vêm, de longe, para se encontrar com os espanhóis. São milhares os índios que entram em contato com a gente de Cabeza de Vaca, que denomina o Guayrá de província de Vera, e pode ter sido o primeiro europeu a ver as cataratas do rio Iguazu, e quase a se afogar em suas águas.

Dez anos depois da passagem de Dom Alvaro, outro aventureiro europeu cruza o território Guarani em sentido contrário; vai de Assunção ao porto de São Vicente, em São Paulo. O alemão Ulrich Schmidel atravessa o Guayrá no ano de 1553, percorrendo antigos caminhos indígenas que iam do litoral Atlântico cruzando as Cordilheiras dos Andes e chegando as costas do Pacífico. Esses caminhos pré-colombianos, serviam como via de comunicação para os povos do interior do continente chegarem ao mar. Eram amplamente conhecidos pelos índios, que os indicavam aos viajantes. O Guayrá era habitado e contava com uma vasta rede de caminhos no sentido leste/oeste, assim como no sentido norte/sul, possibilitando o deslocamento de costa a costa dos oceanos Atlântico e Pacífico, pondo em contato os habitantes da América pré-colombiana.

A partir da segunda metade do século XVI, os espanhóis investem na ocupação do território guairenho. Apesar das disputas internas que ocorriam entre os governadores nomeados para a província do Prata, todos tinham os olhos voltados para as terras do leste do rio Paraná e sua abundante mão-de-obra.

A região a leste do Tibagi, demarcada ao norte pelo Paranapanema, ao sul pelo Iguazu e a oeste pelo rio Paraná, foi o local onde se desenvolveram as várias reduções jesuíticas espanholas dos séculos XVI e da primeira metade do século XVII. Em seu apogeu, de 1620-1630, o Guayrá chegou a contar com 17 reduções, abrigando mais de 200 mil índios Guarani. Destacaram-se duas cidades: Ciudad Real del Guayrá nas margens do rio Paraná na confluência do Piquiri, e Villa Rica del Espíritu Sancto, na junção dos rios Ivaí e Corumbataí, esta última mais ou menos a 100 km ao sul de onde é hoje Maringá.

A partir do século XVII, a região foi palco de intensas lutas entre os Guarani e os bandeirantes paulistas, que a invadiram sistematicamente na busca de índios para preação. Dizimaram, dessa forma, os Guarani que ocupava o território guairenho, que também foi palco de sangrentas lutas entre os índios e os espanhóis

que buscavam mão-de-obra para as “encomiendas”, e ainda palco de confrontos entre os jesuítas e as tribos que não estavam dispostas a se sujeitar ao processo de evangelização.

A ação dos bandeirantes paulistas sobre as reduções jesuíticas do Guayrá foi fulminante. Seus constantes ataques põem a pique o projeto evangelizador dos jesuítas, cujo último ato no território foi a retirada de doze mil índios pelos rios Paranapanema e Paraná até a região do Rio Grande do Sul/Uruguai, em 1631, para formar os Sete Povos das Missões. Nessa retirada morreu grande quantidade de índios Guarani, ora de fome, ora de ataque de animais ferozes, ou nas corredeiras de Sete Quedas no rio Paraná.

Não restou praticamente nada das reduções jesuíticas no Guayrá, a não ser ruínas, que, em pouco tempo, foram recobertas pelas matas. Desapareceram, então, os últimos vestígios das grandes aldeias guarani, assim como quase desapareceram do antigo território guairenho os duzentos mil Guarani. Uma pequena parte retirou-se para o sul formando com outras tribos os Povos das Missões, que tiveram de continuar rechaçando os ataques dos bandeirantes pelos séculos XVII e XVIII adentro. Outra grande parte é levada prisioneira para São Paulo e se dispersa no cativeiro. Uma outra atravessa o Paraná a poente e emigra para as terras paraguaias e matogrossenses, buscando se distanciar dos ataques dos caçadores de índio. Muito mais tarde, eles voltam a migrar em direção ao mar. E, por fim, os grupos bravias que não estavam integradas ao sistema montado pelos jesuítas continuam a viver embrenhadas nas matas guairenhas procurando sobreviver, resistindo às novas investidas dos preadores de São Paulo.

Em 1661, o mais famoso de todos os bandeirantes, Fernão Dias Paes Leme, volta a embrenhar-se nos territórios indígenas ao sul do rio Paranapanema em direção à serra de Apucarana. Dessa incursão, Fernão Dias leva para São Paulo cinco mil índios¹²⁴.

Encerrado o capítulo trágico da história dos Guarani no que fora o território do Guayrá, tem início uma outra fase da história indígena na região. A partir da primeira metade do século XVIII, outras tribos começam a ocupar a região. São os grupos Jê abrindo um outro capítulo da saga da presença/resistência indígena no Paraná.

124 Cf. Affonso de Taunay. *A Grande Vida de Fernão Dias Paes*. p. 167.



Capítulo III

A LITERATURA ETNOLÓGICA E A PRESENÇA INDÍGENA NO PARANÁ

A literatura sobre os Kaingang afirma sua presença numa larga extensão de território que vai desde o rio Tiete em São Paulo, até os campos ao sul do rio Uruguai no Rio Grande do Sul. Seus limites a leste foram as vertentes orientais da Serra do Mar e, a oeste, as barrancas do rio Paraná. Nesse imenso território que abrangia terras dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e partes da Argentina, constituído por grandes extensões de florestas tropicais e campos, cortados por grandes rios como o Tietê, Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri, Iguaçú e Uruguai viviam:

[...] os índios conhecidos como Coroados que segundo parece não despertaram o interesse dos bandeirantes como mão-de-obra escrava; talvez por serem mais aguerridos e pouco numerosos em relação aos grandes estoques humanos mais dóceis que existiam mais a oeste ou talvez porque, como gente de língua travada e que só conhecia uma agricultura muito primitiva, não dessem escravos de qualidade. Esses índios que viviam no recesso das matas, em São Paulo, Paraná e Santa Catarina, eram conhecidos como Guainá, Bugres ou Botocudos, de língua Kaingáng. Alguns deles que habitavam a orla das matas, haviam sido subjugados pelos criadores de gado vindos do sul e sobreviviam nos capões de mata, desde os campos de Guarapuava, Ivaí e Palmas até o Rio Grande do Sul¹²⁵.

125 Darcy RIBEIRO. *Os índios e a Civilização*. p. 101.

Telêmaco Borba, que por longo tempo conviveu com os Kaingang como administrador do aldeamento de São Jerônimo em 1865, e mais tarde, em 1880, nomeado diretor dos índios da cidade de Tibagi, escreveu uma das primeiras monografias sobre eles. Em 1882, em **Breve Notícia sobre os índios Caingangues**, Borba localiza-os no Paraná.

Dizem, estes índios, que seos antepassados habitavam o território das actuaes comarcas de Castro e Guarapuava, de onde dirigiam seos ataques aos habitantes das orlas do sertão e aos tropeiros e viajantes, que percorriam a estrada que do Estado do Rio Grande do Sul se dirigia a este¹²⁶.

No tempo dos antepassados dos Kaingang, que fazem o relato a Telêmaco Borba, Castro e Guarapuava eram as vilas mais ocidentais da província paranaense, pontas de lança da ocupação do território dos Campos Gerais e dos Campos de Guarapuava pelas fazendas de gado.

Em 1933, Herbert Baldus visita os Kaingang em Palmas, no sul do Paraná. Dessa visita resulta o ensaio sobre o culto dos mortos. Nesse ensaio, situando o espaço Kaingang, Baldus escreve:

O oeste do planalto dos Estados de São Paulo, Paraná Santa Catarina e Rio Grande do Sul é o habitat duma tribo de índios que, como tantas outras tribus brasileiras, devido ao modo de cortar o cabelo, foi, pelos brancos, chamada de Coroados; ainda hoje recebe essa mesma designação de seus vizinhos brasileiros, conquanto o nome que ela mesma se dê seja Kaingang, introduzido na literatura por Telemaco Borba, em 1882¹²⁷.

Cecilia Maria Vieira Helm, com vários trabalhos sobre os Kaingang no Paraná, utiliza a classificação das **Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900-1959**, de Eduardo Galvão para localizar esses índios entre os rios Tietê em São Paulo, e o rio Uruguai, no Rio Grande do Sul.

126 Telêmaco BORBA. *Actualidade Indígena*. p. 5.

127 Herbert BALDUS. *Ensaio de Etnologia Brasileira*. 1937, p. 29.

Atualmente continuam agrupados pelos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Pelo último censo da Funai perfazem um total aproximado de 7.000 indivíduos¹²⁸.

Estudioso dos índios do Sul do Brasil, Silvio Coelho dos Santos escreveu em 1972:

Os Kaingang estão dispersos em vários subgrupos na zona oeste dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em cada um desses estados, postos da Funai atendem esses indígenas¹²⁹.

Alguns historiadores paranaenses também reafirmam a presença indígena no território. Considerado como um dos maiores historiadores do Paraná, Romário Martins, no seu clássico **História do Paraná** dedica todo o capítulo dois a localizar geograficamente as tribos do Estado. Para Martins, existiram três grandes grupos: o dos Tupi, subdividido em 39 subgrupos; o dos Crêns, ao qual pertenciam os Kaingang, e que era dividido em 11 grupos; por fim, o grupo dos Gé, que ele chama de Botocudos. Sobre os Kaingang, ele nos diz que habitavam a

Direita do rio Uruguai, percorrendo os dois Piquiris e o rio Ivaí, onde lhes está reservada uma área de terras, à direita deste rio, na altura do Salto do Ubá. Procedem das regiões ocidentais do rio Paraná e invadiram o território paranaense após a destruição de Guairá¹³⁰.

De acordo com Martins, o Paraná esteve repleto de índios¹³¹.

Um outro clássico da historiografia paranaense que reafirma a presença indígena nos territórios paranaense é **História do Paraná**, constituído de quatro volumes, organizado e coordenado por Faissal

128 Cecília Maria Vieira HELM. *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang*, 1974. p. 82.

129 Silvio Coelho dos SANTOS. *Sobrevivência e Assistência de Indígenas no Sul do Brasil*. 1972. p. 44.

130 Romário MARTINS. *História do Paraná*. p. 38.

131 Porém é preciso afirmar que a denominação e divisão dos grupos indígenas feitas por Martins não tem valor etnográfico.

El-Khatib. No terceiro volume há um capítulo intitulado: *Presença do Índio no Paraná.*

O atual Estado do Paraná, que até 1853 constituía a 5ª Comarca de São Paulo, teve, como quase todo o Brasil, uma população indígena pré-cabralina relativamente das mais densas. Dizemos das mais densas, porque onde quer que desembarcasse ou por onde quer que penetrasse o interior, o alienígena, sempre era certo se lhe depararem numerosas povoações indígenas, pertencentes às mais variadas tribos¹³².

Os geógrafos também constataam essa presença indígena na região Sul do país. Em seu conhecido trabalho sobre a ocupação do oeste paulista, escrito no final da década de 1940, Pierre Monbeig assinala os territórios ocupados pelos índios.

Assim em 1870, os planaltos e as florestas do oeste de São Paulo e do norte do Paraná constituíam vasto sertão, região mal conhecida, habitada sobretudo por índios, na qual se perdiam alguns sertanistas¹³³.

Como se vê, embora vários historiadores, geógrafos, sociólogos e outros escritores tenham registrado a presença indígena no território paranaense¹³⁴, outros apenas contribuíram para a construção da idéia do vazio demográfico, como vimos na primeira parte deste trabalho.

132 Faris Antonio S. MICHAELE. *Presença Indígena no Paraná*. In: *História do Paraná*. Organizado por Fiassal El-Khatib, 3. volume, p. 13.

133 Pierre MONBEIG. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. p. 27.

134 Cabe ressaltar ainda os trabalhos de Ruy WACHOWCZ sobre a história do Paraná onde a presença indígena é registrada em vários momentos.



Capítulo IV

A PRESENÇA INDÍGENA NOS RELATOS DE VIAJANTES, RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA E OFÍCIOS DAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS

No dia oito de janeiro de 1772, logo de manhã, os Kaingang dos campos de Guarapuava fizeram uma visita ao acampamento da expedição do tenente-coronel Afonso Botelho, que estava acampada nas margens do rio Jordão, bem no centro dos referidos campos. Nos dias anteriores, Botelho e seus homens já tinham feito contatos com os índios e visitado seus alojamentos na margem ocidental do rio Jordão. A visita foi relatada da seguinte forma:

[...] se viu um grande lote de índios em um alto defronte do pôrto, e mais dous lotes em diferentes lugares, cada um dêles mostrava ter mais de cento e cinquenta índios; e porque marchavam apressados direitos ao pôrto, se julgou virem como tinham prometido¹³⁵.

Na continuidade do relato, pode-se perceber que os quatrocentos e cinquenta índios que foram ao acampamento eram na maioria homens. Havia também algumas mulheres adultas, mas não havia crianças pequenas. Esse contingente de índios se apresentava muito mais como uma força de guerra do que como uma tribo em visita amigável.

Em dezembro de 1773, uma nova expedição militar comandada pelo capitão Paulo Chaves penetra nos territórios Kaingang de Guarapuava. Seguindo o itinerário da expedição anterior, 1771/2, ela chega às margens do rio Jordão, onde a expedição comandada por Botelho dois anos antes tinha sido atacada. Prosseguindo em

135 Cf. Afonso BOTELHO. *Anais* p. 42.

direção ao poente, Paulo Chaves e seus soldados chegam a um grande alojamento Kaingang, constituído de várias moradias.

Acomodar-se-iam nestes sete ranchos de quatrocentas pessoas para cima, não só julgando pelos que viram fugir como pelas camas, que d'ua, e outra parte de dentro dos ranchos se viram¹³⁶.

Os dois relatos, um do comandante em chefe das expedições militares que exploraram os campos de Guarapuava, o tenente coronel Afonso Botelho, o outro de seu imediato de confiança, o capitão Paulo Chaves, concordam em afirmar a existência de um contingente de mais de quatrocentos índios vivendo nas imediações do rio Jordão em pleno coração dos campos de Guarapuava, na segunda metade do século XVIII.

A preocupação do governo com seus domínios nas terras das capitânicas do sul do império são significativas. Se na segunda metade do século XVIII, sob orientação do marquês de Pombal, foram realizadas várias expedições militares nos territórios orientais do rio Paraná, agora, no início do século XIX, o governo imperial volta a se preocupar com o abandono das terras sulinas.

Eu o Principe regente vos envio muito saudar. Tendo presente o quasi total abandono em que se axão os campos Geraes de Curitiba e os de Guarapuava assim como todos os terrenos que desaguão no Paraná e formão do outro lado as cabeceiras do Uruguay, todos compreendidos nos limites dessa capitania infestados pelos Indios denominados Bugres que matão cruelmente todos os fazendeiros e proprietarios ...¹³⁷

No ano seguinte, em maio de 1809, o Príncipe Regente volta a escrever para o governador da província de São Paulo, Antonio José da França Horta, saudando-o pelas medidas tomadas para

136 Cf. Afonso BOTELHO. *Anais* p. 60.

137 Carta Régia de 5 de novembro de 1808. In: Romário MARTINS, *Documentos Comprobatórios*, v. II, p. 86.

[...] dar início principio ao grande estabelecimento de Povoar os Campos de Goarapuava de Sivilisar os Indios Barbaros que infestão aquele Território e de por em cultura todo o paiz que de huma parte vai confirnar com o Paraná e da outra forma as cabeceiras do Uruguay que depois siga o Pais das Missions e comunica assim com a capitania do rio Grande¹³⁸.

As duas cartas têm a mesma preocupação: povoar os territórios do interior do sul do país que estão *infestados de índios*. Medida esta que não foi possível nos anos de 1770 devido à aguerrida resistência Kaingang rechaçando as expedições militares de Botelho. Mas agora, em 1809, quarenta anos após as malogradas tentativas das expedições dos anos 70 do século XVIII, o império está disposto a conquistar os territórios Kaingang. As cartas régias de 1808 e 1809 apontam claramente nessa direção.

A 2 de julho de 1810, sob um frio rigoroso, a grande expedição de Diogo Pinto chega ao lugar denominado Atalaia, no centro dos campos de Guarapuava. Encontraram poucos índios na localidade. Apenas no dia 16 de julho do mesmo ano é que se aproximou do acampamento uma patrulha de reconhecimento Kaingang com cerca de 30 ou 40 índios. Provavelmente vinham seguindo os movimentos da expedição até seu acampamento nos campos de Atalaia. Ali esperaram do dia 2 ao dia 16 de julho observando as ações e as intenções dos brancos, para só então fazer contato e ver, mais de perto, o trem de guerra de Diogo Pinto. Deve-se considerar ainda que, nessa época do ano, no inverno, os índios procuravam locais mais quentes ao longo do rio Ivaí, onde faziam seus alojamentos, aproveitando a vazante do rio para pescar e caçar. No dia 29 de agosto de 1810, dois meses após a chegada da expedição, os Kaingang fazem uma grande ofensiva contra o acampamento de Atalaia.

No dia 29 de agosto reapareceram os índios, em grande número, mas já como inimigos atacando o mesmo destacamento e lançando fogo aos ranchos e pondo cerco à Atalaia¹³⁹.

138 Carta Régia de 1 de abril de 1809. In: Romário MARTINS. *Documentos Comprobatórios*, v. II, p. 81.

139 Arthur Martins FRANCO. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. 1943, p. 94.

A intensidade e o tempo de duração desse ataque apontam para a existência de um grande contingente de índios dispostos a reduzir a cinzas o acampamento de Atalaia.

Enquanto ocorria a conquista dos territórios indígenas nos campos de Guarapuava, espalhava-se a notícia sobre a existência de vastos campos ao sul do rio Iguaçu. No final dos anos 30 do século XIX, os fazendeiros de Guarapuava afirmam que,

[...] não havendo mais lugar para se estenderem as fazendas, e estabelecimento de novas: deliberaram alguns indivíduos entrarem pelo campo de Palmas, apesar do perigo a que se expunham, de serem victimas dos selvagens ali residentes¹⁴⁰.

Em menos de vinte anos, os campos de Guarapuava tinham-se transformado em fazendas de criação de gado, não havendo mais espaço para novos estabelecimentos. Tem início então a expansão da frente pastoril para os campos de Palmas habitados por outros grupos Kaingang e por aqueles que tinham abandonado os campos de Guarapuava.

A presença indígena no Paraná também é registrada por Saint-Hilaire em 1820. Nas imediações do rio Jaguariaíba, na estrada para São Paulo, ao norte da vila de Castro, ele relata a paisagem da fazenda do coronel Luciano Carneiro:

O terreno é ondulado e oferece à nossa vista, em todas as direções, pastos imensos entremeados de alguns bosques de araucárias. Ao longe alteiam-se vários morros que fazem parte das terras ocupadas pelos índios¹⁴¹.

Saint-Hilaire está no limite da expansão da sociedade nacional sobre o território indígena. O que Darcy Ribeiro denomina de **Fronteiras da Expansão Pastoril**¹⁴² caminha no Paraná ocupando os campos gerais e empurrando os índios para as serras divisórias

140 Joaquim José Pinto BANDEIRA. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. R.T.I.H.G.B., v. XIV, 1851, p. 387. Os campos de Palmas compreendiam não só os territórios hoje paranaenses ao sul do rio Iguaçu, como também vastas extensões de campo do que é hoje o território norte-catarinense.

141 Auguste de SAINT-HILAIRE. *Viagem à Comarca de Curitiba* (1820), 1964. p. 44.

142 Darcy RIBEIRO. *Os Índios e a Civilização*. p. 49-90.

do segundo e terceiro planaltos. Tanto que, da varanda da fazenda Jaguariaíba, o cientista francês avistava as serras povoadas pelos índios. Atrás dessas serras, em direção ao poente, esparramava-se a floresta do terceiro planalto paranaense ocupada pelos Kaingang.

Mais ao sul, já nas proximidades de Castro, Saint-Hilaire chega à famosa fazenda Fortaleza, uma das primeiras propriedades estabelecidas num ponto mais avançado dos campos gerais. Conforme Saint-Hilaire, o local *era então freqüentado somente pelos selvagens*¹⁴³.

Em 1845, o barão de Antonina envia seus homens para explorar os territórios adjacentes aos rios Paranapanema, Tibagi, Paraná e Ivaí. No dia 18 de setembro de 1845, estavam subindo o rio Tibagi há algumas léguas da sua foz no Paranapanema, quando, escreve John Elliot, *Os oito camaradas índios, temendo os bugres bravos, cujos indícios se aumentavam, decidiram-se a voltar*¹⁴⁴. Os indícios continuaram pelo tempo que estiveram no rio Tibagi. Os camaradas índios que resolveram voltar eram índios Guarani-Kayowa, conhecidos na época por Cayuá, moradores nas terras da fazenda Peritua do barão de Antonina e que temiam entrar em choque com os Kaingang. Em outubro do mesmo ano, eles sobem o rio Ivaí e também em suas margens são inúmeros os sinais dos índios. No dia 28 de outubro de 1845, encontram um alojamento Kaingang. Pela quantidade de camas de palha encontradas nos ranchos, julgam serem cerca de duzentos e cinqüenta¹⁴⁵ seus moradores. Até o final da expedição, os exploradores encontraram vários grupos menores ao longo do curso do rio Ivaí. Num breve relato do rio Ivaí, Elliot escreve que

[...] suas margens são habitadas por Bugres, Botocudos, Coroados, ou Dorins etc, que pela extraordinária abundância de caça e peixe e fructas (havendo até no inverno jaboticabas maduras) aproximam-se do rio durante este tempo, e voltam a seus alojamentos na entrada do calor, pelas muitas motucas, bernes, mosquitos, e outros insectos damninhos, que infestam suas margens¹⁴⁶.

143 Auguste de SAINT-HILAIRE. Op. cit., p. 60.

144 John H. ELLIOT. *Resumo do Itinerário de uma Viagem*. p. 24.

145 John H. ELLIOT. *Resumo do Itinerário de uma Viagem*. p. 31.

146 John H. ELLIOT. *Ibid.*, p. 42.

As expedições exploratórias do barão de Antonina continuam nos anos seguintes. Em 1846, os sertanistas Elliot e Lopes organizam a exploração dos campos situados nas margens ocidentais do rio Tibagi a nordeste da vila de Castro. Em 20 de novembro de 1846, com uma expedição composta de trinta homens, chegam aos campos do Inhonhô. Baseados nessa localidade, começaram a fazer roça e ocupar as terras para o barão.



Figura 7. João da Silva Machado (Barão de Antonina).

Fonte: Rocha POMBO. *História do Paraná: resumo didático*. São Paulo, Cia. Melhoramentos, 1929, p. 49.

Na ocasião de queimar o campo do Inhonhô, os índios responderam com fogos em três lugares diferentes, dois ao norte na distância de seis a oito leguas, e mais um a N.N.E., que parecia ser retirado de nós quatro léguas¹⁴⁷.

O barão de Antonina toma posse dessas terras Kaingang e mais tarde vai doá-las ao governo imperial para aí constituir o aldeamento indígena de São Jerônimo da Serra. Com o tempo, as terras serão doadas para moradores nacionais construir fazendas, e a sede do aldeamento se transforma na cidade de São Jerônimo. Aos Kaingang restou uma pequena parcela de terra, onde hoje fica a Terra Indígena São Jerônimo.

Em 1854, o primeiro presidente da província do Paraná, Zacarias de Goes e Vasconcelos, escrevia em seu relatório sobre a colonização indígena.

He huma desgraça, mas a verdade obriga-me a dizer-vos que, nesta província, onde os índios selvagens aos milhares (a camara municipal de Guarapuava avalia em mais de dez mil os que percorrem os sertões do Paraná) habitam o território de certos municípios¹⁴⁸.

Talvez os edis da Camara Municipal de Guarapuava estivessem superestimando o número de índios (dez mil) para obtenção de recursos a serem utilizados contra os índios que os importunavam, atacando fazendas e matando fazendeiros. Mas o presidente Zacarias estava correto ao falar na existência de milhares de índios na província; chegavam às suas mãos vários ofícios, das mais distantes vilas da província, relatando ataques e ameaças dos índios.

Em 23 de março de 1855, a Camara Municipal de Guarapuava escrevia ao presidente da província sobre a ameaça dos índios às vilas de Guarapuava e Palmas e aos moradores de suas adjacências. Os índios vinham dos campos do Payquerê, pequenos campos localizados a oeste de Guarapuava, em direção ao vale do rio Piquiri.

147 John H. ELLIOT. *Resumo do Itinerário de uma Viagem* p. 157.

148 Zacarias de Goes e VASCONCELOS. Relatório de 15/7/1854. Publicado no *Boletim do Arquivo do Paraná*, ano 6, n. 8, 1981, p. 11.

A Camara Municipal da Villa de Guarapuava julga no seu dever levar ao conhecimento de V. Exa., o estado actual em que se acha este município, pelo facto de vagarem continuamente pelas orlas do certão q~ borda os campos de Guarapuava e Palmas hum número imenço de selvagens do Payquere, todos pertencentes a tribo coroados os quaes de continuo procuram surprehender os moradores destes lugares¹⁴⁹.

Em 1856, Henrique Beaurepaire Roham, vice-presidente da província, em seu relatório sobre a catequese e colonização dos índios, também falava na existência de milhares de índios.

A par dos esforços, que fazemos em prol da colonização, convêm, senhores, não nos esquecermos desses milheiros de selvagens, que, habitando os nossos sertões, partilhão a sorte das féras, e são mais hostís que ellas. Segundo calculos, que não estão mui longe da verdade, orça-se 10.000 o número de selvagens contidos no território inculdo da nossa província¹⁵⁰.

A presença indígena na província também é relatada por viajantes estrangeiros. Em 1858, Robert Ave-Lallemant percorre os campos de Lages em Santa Catarina e diz que: *Ao norte, subindo os limites com a Província do Paraná, os coroados ainda hoje formam bandos errantes de bandidos*¹⁵¹.

Ao responder a vários quesitos que lhe fazia o presidente da província, o diretor geral dos índios no Paraná, Francisco F. da Rocha Loures, informa em seu relatório de 23 de novembro de 1861, a situação das colônias e aldeamentos indígenas na província.

Existem nesta Provincia cinco aldeamentos indígenas que são: o de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó, o de São Pedro de Alcantara, o de São Jeronimo, o do Chagu e o de Palmas,

149 Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da Província. **OFÍCIOS**, 23/3/1855, v. 3, p. 220. Apep, doc. manuscrito.

150 Henrique Beaurepaire ROHAM. **Relatório de 1 de março de 1856**. p. 49. Microfilme da Biblioteca Pública do Paraná.

151 Robert AVE-LALLEMANT. **Viagens Pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo**. 1858, p. 72.

O aldeamento de Nossa Senhora de Loreto do Pairapó é formado de uma tribo vinda do Iguatemy da Província do Mato Grosso, ignoro a sua denominação; o de S. Pedro de Alcantara é formado pelos Cayoás; supponho que estes e aquelles pertencem a grande família dos Guarany; os de S. Jeronimo, e do Chagu e o de Palmas são formados pelos Coroados, que em grande número habitão os vastos sertões desta Província. [...] Não é possível dizer-se ao certo o numero de tribus que ainda se achão no estado selvagem, porque é desconhecido o vasto sertão que corre pela margem esquerda do Paraná e entre o Paranapanema e Uruguay; porem por noticias dadas por exploradores e indios já catechizados, pode-se aproximadamente calcular a população indigena desta Província em 10.000 almas pouco mais ou menos¹⁵².

O número de 10.000 índios aparece constantemente nos relatórios dos presidentes de província e é repetido no ofício do diretor dos índios.

Em seu relatório de fevereiro de 1863, o presidente Gomes Nogueira traz a seguinte estatística sobre o número de índios da província:

São Pedro de Alcantara	Cayuás	450
Pirapó	Cayuás/ Guaranís	225
São Jerônimo	Coroados	500
Palmas (mansos)	Coroados	250

Em estado de completa selvageria, errantes pelas matas pode calcular-se em mais de 40.000 das tribos Cayuás, Guaranis, Coroados e Botocudos, além de outras pequenas tribos pouco conhecidas¹⁵³.

A estatística do presidente André de Padua Fleury, em 1865, constata a existência de 284 Kaingang em São Jerônimo. Nesse mesmo relatório, o diretor do aldeamento de São Pedro de

152 Diretor Geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures ao presidente da Província Antonio Barbosa Gomes Nogueira, **OFÍCIOS**, 23/11/1861, v. 19, 149-152.

153 Antonio Barbosa Gomes NOGUEIRA, presidente da província, **RELATÓRIO de 15/2/1863** p. 100. Microfilme, Biblioteca Pública de Curitiba.

Alcântara informava a Fleury a existência de 270 índios Cayuá e 330 Kaingang¹⁵⁴.

A 6 de abril de 1866, o frei Timóteo de Castelnuovo escreveu reclamando da falta de condições financeiras para administrar o aldeamento de São Pedro de Alcântara, pois: [...] *além das contrariedades inerentes e falta de meios, uma indiada imensa e bravia; consta-me vir-se apresentar mais um milheiro de selvagens bravios*¹⁵⁵. As estatísticas de frei Timóteo continuam ao longo de sua permanência em São Pedro de Alcântara. Em fins de 1864, a população indígena somava 610 indivíduos, sendo 290 Kaingang e 320 Cayuá¹⁵⁶. Em 1876, o diretor do aldeamento acusa a presença de 902 Kaingang de ambos os sexos e 461 Cayuá. Quatro anos depois, observa-se uma diminuição desse contingente: são 210 Kaingang, 191 Cayuá e 185 Guarani. Não estão registrados aqui os índios que freqüentam o aldeamento temporariamente e vivem nas matas. Essa diminuição observada em 1880 tem uma causa: o relatório de 1878 informava que ocorrera uma epidemia de varíola no aldeamento. No último recenseamento realizado em São Pedro de Alcântara, em 1893, registram-se 247 Kaingang, sendo 119 homens e 128 mulheres, mais 884 Cayuá e Guarani¹⁵⁷. Os kaingang e Cayuá do aldeamento de São Pedro eram inimigos de longa data e viviam separados.

Os índios vivem, cada um, em suas respectivas aldeias ou arranchamentos, fora do terreno urbano dito. Os coroados ao Sul e os Caiguás ao Norte do aldeamento e no terreno limítrofe à colônia do Jataí, ocupando um terreno sem interrupção de mil léguas em quadra. A boa ordem exige deixar eles viverem assim separados e em liberdade, ao seu bel prazer, pois tê-los unidos, além de impossível seria perigoso¹⁵⁸.

Em 1866, o governo provincial encarrega Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim de verificar a possibilidade de abrir uma estrada que fosse dos campos de Palmas em direção aos de Missões na província

154 Andre de Padua FLEURY, presidente da província, **RELATÓRIO de 21/3/1865**, p. 60-61. Microfilme, Biblioteca Pública de Curitiba.

155 Relatórios de frei Timóteo de Castelnuovo, In: Frei Cassimiro M. de ORLEANS. **Pai dos Coroados**. p. 100.

156 Loc. cit.

157 Id., Ibid., p. 102-105.

158 Id., Ibid., p. 117.

argentina de Corrientes. Saindo da Villa de Palmas, ela rumaria em direção ao oeste atravessando vários campos menores até Missões. Após cinquenta léguas de trabalhos, encontram nos campos de Cavarucoyá o toldo do cacique Manoel Facram, líder indígena que tinha fugido de Guarapuava há mais de 30 anos e se instalado, com sua gente, no extremo sudoeste da província.

Em 1888, uma expedição militar é encarregada de abrir uma estrada de Guarapuava até a foz do rio Iguazu no rio Paraná, e lá fundar uma colônia militar. Algumas léguas de picada adiante de Guarapuava e já *Appareceram vestígios de índios selvagens*¹⁵⁹.

A presença Kaingang também é notada no extremo oeste, no vale do Piquiri, nas imediações do rio Paraná. Em 1876, os irmãos Borbas, Telêmaco e Nestor e outros fazem uma viagem pelos rios Tibagi, Paranapanema e Paraná até Sete Quedas. No dia 21 de janeiro, subiram o rio Piquiri e na hora do almoço,

[...] apareceram 22 índios-coroados, que os do Jatahy chamam cho rens (homens bravos), os quaes habitam em toda a região entre o Piquiri e o Iguassu, a que denominam Paiqueré. [...] No dia 22 continuamos a subir o Piquiry até a corredeira de Nha Barbara, nome que também demos àquelle lugar. Ahi nos esperavam cento e tantos índios, dos quaes apenas tres tinham estado entre gente civilisada no Jatahy¹⁶⁰.

A presença Kaingang também é registrada no noroeste da província. No início de março de 1874, as turmas de trabalho da estrada de ferro, que faziam os estudos e demarcações ao longo do vale do Ivaí, estão estacionadas nas corredeiras do Ferro, já próximos da foz do rio Ivaí no Paraná. Quase terminando suas tarefas de demarcação, a turma comandada pelo engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither abandona os trabalhos e deixa o chefe Curling e mais dois europeus à mercê dos índios.

Os homens, que formavam a turma avançada, amotinaram-se, com medo dos índios coroados que, em número de quinhentos, se achavam

159 José Maria de BRITO. Descoberta de Foz do Iguassu e Fundação da Colônia Militar - 1938. *Boletim do I.H.G.E. Paranaense*. Vol. XXXII, ano 1977, p. 56.

160 Nestor BORBA. Excursão ao Salto do Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba, *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Tomo LXI, vol. 97, parte I, p. 72.

reunidos em aldeamentos perto de Corredeira do Ferro¹⁶¹.

O relatório do padre Luiz de Cemitille, diretor do aldeamento de São Jerônimo, de dezembro de 1879 informava o seguinte:

O número de índios definitivamente aldeados é de 405

Sexo masculino maiores de	10 anos	132
feminina maiores de	10 anos	111
Sexo masculino menores		90
Sexo feminino menores		72

NB. estes índios no tempo de caida dos pinhões aumentam¹⁶².

O número de índios continua quase o mesmo do encontrado em 1863 (500). No entanto, é interessante notar a observação de que, no tempo dos pinhões, aumentava o número de índios presentes no aldeamento. Isso revela a mobilidade dos Kaingang entre os aldeamentos e suas moradias no interior das matas e campos, longe dos estabelecimentos nacionais. A data do relatório, dezembro, que não é tempo dos pinhões, leva a supor que uma grande parte dos Kaingang desse aldeamento deveria estar em outras partes do território, talvez até junto com grupos não aldeados.

Em fevereiro de 1880, frei Timóteo de Castelnuovo informava haver 600¹⁶³ índios no aldeamento de São Pedro de Alcântara.

Em 1896, o General José Cândido da Silva Muricy constata a presença de índios bravos nas imediações dos toldos de índios aldeados no vale do Ivaí¹⁶⁴.

161 Thomas BIGG-WITHER. *Novo Caminho no Brasil Meridional: A Província do Paraná*. p. 349. Nessa época, Bigg-Wither se encontrava viajando de volta para a cidade de Ponta Grossa de onde partiria para explorar o rio Tibagi. A revolta dos Kaingang se deu porque a turma de trabalho do IV grupo tinha entrado em choque com os índios e matado dois deles nas imediações da Corredeira do Ferro no rio Ivaí.

162 OFÍCIO do frei Luiz de Cemitille, diretor do aldeamento de São Jerônimo, ao presidente da província Manoel P. de S. Dantas Filho, *OFÍCIOS*, 15/12/1879, v. 23, p. 5-6. Apep, documento manuscrito.

163 OFÍCIO de frei Timóteo de Castelnuovo ao presidente da província, Dantas Filho, *OFÍCIOS*, 3/2/1880, v. 2, p. 278. Apep, documento manuscrito.

164 A capa do livro *Viagem ao País dos Jesuítas* é um mapa da viagem feita pela expedição do General Muricy. Nela contamos a existência de 11 toldos indígenas no vale do Ivaí a partir da vila de Teresina. A quantidade de índios em cada toldo era variável, no toldo da Bufadeira eles vão encontrar um contingente de 250 a 270 Kaingang.

Nêsse dia fizemos o nosso pouso quatro léguas abaixo dêsse toldo (Toldo do Ranchinho na confluência do rio Marrequinhas com o Ivaí), sobre a barranca por termos sido prevenido de que, pelas matas da margem direita andava um bando de bugres bravos¹⁶⁵.

Quanto aos Kaingang que viviam nos toldos escreve o General Muricy.

Habitam hoje em grande número o sertão, entre os rios Tibagi e Ivaí, cabeceiras do Peixe e Ubá, e nas terras da fazenda Apucarantina, onde foram mantidas, pelo Governador do Estado, dr. Francisco Xavier, sendo, entretanto, onde menos param. Seus toldos, hoje, já são construídos mais perto dos povoados e habitações dos civilizados¹⁶⁶.

Muricy está falando dos grupos Kaingang atraídos para os antigos aldeamentos de São Jerônimo e São Pedro de Alcântara agora fixados na fazenda Apucarantina, e dos grupos Kaingang que habitavam os vales do rio Ivaí e as porções ao norte dos campos de Guarapuava, agora com seus toldos nas adjacências de Teresa Cristina, no vale do Ivaí. A descrição de Muricy aponta ainda dois pontos importantes para serem considerados. O primeiro é o fato de os Kaingang contruírem seus alojamentos nas imediações dos povoados e não nos povoados propriamente ditos, demonstrando certa resistência à integração. Com isso, ainda mantêm seu potencial de mobilidade e de conservação de determinados hábitos tribais. O segundo é o fato de os Kaingang, apesar de aldeados na fazenda Apucarantina – área reservada aos indígenas nos moldes dos aldeamentos - não ficarem lá o tempo todo. Utilizam-na apenas como uma base e continuam a manter seus modos de vida nas grandes extensões de matas a oeste dessa localidade.

Ainda sobre a mobilidade dos Kaingang aldeados no vale do Tibagi, Lévi-Strauss diz:

[...] encontramos aqui lado a lado, restos das populações indígenas ainda próximas dos

165 José Cândido da Silva MURICY. *Viagem ao País dos Jesuitas*. p. 154.

166 *Ibid.*, p. 83.

centros civilizados e as formas mais modernas de colonização interna. Foi por esta razão que orientei as minhas primeiras excursões na direção desta zona do Norte do Paraná. [...] tinha-se conservado praticamente virgem até a década de 1930, principalmente se excptuar-mos os bandos índios que ainda por lá vagueavam¹⁶⁷.

O que mais impressiona Lévi-Strauss é a forma de vida dos índios em meio à década de 1930. Os 450 Kaingang de São Jerônimo não param em suas casas, estão sempre percorrendo as florestas a oeste.

A caça e a apanha regem essa vida nómada da floresta, na qual as famílias desaparecem durante semanas a fio, sem terem sido seguidas por ninguém até aos seus retiros secretos, através dos seus itinerários complicados. Cruzamos algumas vezes estes pequenos grupos na volta do caminho, saídos da floresta para logo nela se embrenharem novamente. [...] Essa vida nómada pode durar dias ou semanas. A época da caça e a das frutas - jaboticaba, laranja e lima - acarretam deslocções maciças de toda a população. Em que abrigos se alojarão eles no fundo dos bosques? Em que esconderijos guardam os seus arcos e as suas flechas, de que, só por acaso, se encontram alguns exemplares abandonados a um canto duma casa? De que tradições, ritos, e crenças irão eles reatar os laços?¹⁶⁸

Pierre Monbeig também assinala a presença de índios nas florestas do norte do Paraná ainda no final da década de 30. Comentando o avanço da sociedade nacional sobre os territórios indígenas em São Paulo e seu afastamento para as zonas mais distantes de frente pioneira, Monbeig reafirma a mobilidade indígena no norte do Paraná.

Há uns dez anos erravam ainda grupos de índios, na floresta, além de Apucarana. Atualmente

167 Claude LÉVI-STRAUSS. *Tristes Trópicos*. p. 113.

168 Claude LÉVI-STRAUSS. *Tristes Trópicos*. p. 153.

desapareceram, refugiados nos baixos vales do Ivaí e do Piqueri, assim como nas margens do rio Paraná¹⁶⁹.

Havia, portanto, nessa época, muito índio vivendo nas matas do norte do Estado, que estavam sendo transformadas em grandes cafezais. O chamado Norte Velho, região entre os rios Itararé e Tibagi, já estava consolidado. Começava a ocupação da região entre os rios Tibagi e Ivaí.

O engenheiro Gordon Fox Rule, empregado da Companhia de Terras Norte do Paraná, responsável pela colonização de grandes áreas entre esses rios, fala da presença dos índios em 1930, nas imediações do Patrimônio Três Bocas, o primeiro nome de Londrina:

Certa vez paramos na estrada para encher de água o radiador de nosso fordeco e de repente ouvimos de todos os lados, vindo da mata, o som de paus batendo nas árvores. Eram os índios que então existiam nos arredores do que viria a ser a progressista Londrina de hoje. Isso foi em 1930. Lembro-me bem que todos queriam correr, mas eu os acalmei e disse que fizessem tudo com naturalidade. Ouvimos os índios mas não podíamos vê-los. Pouco a pouco nos aproximamos do automóvel, sempre ao som das batidas nas árvores, enchemos de água o radiador e zarpamos a toda velocidade¹⁷⁰.

Essa possibilidade de viver nas matas, longe dos núcleos urbanos, apesar da existência das áreas a eles reservadas, chegou ao fim com a ocupação em massa da região a partir da década de 30. As vastas áreas de matas e campos desapareceram com o avanço da frente de expansão que atingiu também as áreas reservadas aos índios diminuindo-as drasticamente em 1949.

Esse processo não ocorreu apenas com os Kaingang no vale do Tibagi. Loureiro Fernandes afirma o mesmo em relação aos Kaingang em Palmas, em 1941: *Ainda hoje, levados pelos seus hábitos de semi-*

169 Pierre MONBEIG. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. p. 132.

170 Depoimento de Gordon Fox Rule, In: *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*, Cia. Melhoramentos, edição comemorativa dos 50 anos da companhia, 1975, p. 86.

*nomadismo, percorrem, grupos indígenas, esse magnificente habitat em demanda de toldos distantes*¹⁷¹.

O fato de já estarem aldeados em locais fixos, determinados pelo governo, mas continuarem a sua vida pelos campos e matas adjacentes, não é compreendido por muitos historiadores, geógrafos e outros que escreveram e escrevem sobre o Paraná. Parece mais forte a aceitação da idéia do vazio demográfico do que o reconhecimento que a vida dessas populações estavam ligadas com seus territórios continuamente ocupados pela expansão capitalista.

171 Loureiro FERNANDES. *Os Cainganges de Palmas*. p. 167.



PARTE 3

A resistência Kaingang no Paraná

*quem quiser viver como as pedras,
que não morrem, vá para casa*¹⁷².

¹⁷² Essa expressão faz parte da história oral dos Kaingang recolhida por Telêmaco BORBA em seu **Actualidade Indígena**, p. 31. Conforme Borba, essa expressão foi usada pelo cacique Tandó, quando ele e seu irmão Cohí procuravam vingar a morte do pai, o cacique Combró.





Introdução

A conquista dos territórios Kaingang foi feita em meio à resistência permanente dos índios às vilas que brotavam em suas terras, às fazendas implantadas em seus campos, aos viajantes, tropeiros, comerciantes e aventureiros que cruzavam suas matas e campinas, às patrulhas da guarda nacional e provincial que percorriam suas terras e aos grupos inimigos que insistiam em indicar suas posições e persegui-los. Esses ataques perduraram durante os séculos XVIII e XIX, em todos os territórios ocupados.

Os choques e escaramuças contra os brancos e as tribos inimigas foram uma constante na vida Kaingang desde a chegada dos europeus. Nessa relação conflituosa, criaram técnicas de combate, refinaram táticas de luta, aperfeiçoaram formas de atacar e de manter o inimigo sobre pressão, enfim, desenvolveram uma tecnologia de guerra, de guerrilhas, de emboscadas e ataques capaz de fazer frente a um inimigo muito superior a eles.

Nosso objetivo neste tópico é apresentar esses ataques e as táticas de guerra como formas de lutas dos Kaingang. Buscaremos:

- a) apresentar o número de ataques, de mortos, feridos e de índios presentes na ação;
- b) mostrar a extensão desses ataques e os locais visados da província;
- c) discutir essas formas de luta enquanto ações possíveis para a defesa do território e do modo de vida Kaingang;
- d) discutir a eficácia dos ataques e sua capacidade de retardar a expansão da sociedade nacional sobre suas terras;
- e) apontar para o efeito psicológico que essas ações causavam na população nacional que ocupavam seus territórios

mantendo-as sob pressão;

- f) registrar as reações dos governos imperial e provincial;
- g) mostrar os objetivos dos ataques (expulsão dos brancos, saque, aniquilamento de grupos rivais).

Também trataremos das armas utilizadas e seu potencial de destruição e a habilidade envolvida em sua utilização.

O desenvolvimento deste tópico pressupõe uma reflexão, ainda que breve, sobre a questão da situação colonial que, para Franz Fanon;

[...] não é uma máquina de pensar, não é um corpo dotado de razão. É a violência em estado bruto e só pode inclinar-se diante de uma violência maior¹⁷³.

Para ele, a violência do colonizador contra o colonizado tem mão dupla: a qualquer momento o colonizado reage, também de forma violenta, contra aquele que o oprime.

Mas a resistência, observou Sartre - prefaciando **Os Condenados da Terra**, de Fanon, começa desorganizadamente em pequenos atos de desobediência, furtos, sabotagens. Mesmo porque, segundo Fanon, o povo

[...] está dominado, mas não domesticado. Está inferiorizado, mas não convencido de sua inferioridade. Espera pacientemente que o colono relaxe sua vigilância para lhe saltar em cima. Em seus músculos o colonizado está sempre à espera. Não se pode dizer que esteja inquieto, que esteja aterrorizado. Na realidade esta sempre pronto a abandonar seu papel de caça para tomar o de caçador. O colonizado é um perseguido que sonha permanentemente em se tornar perseguidor. Os símbolos sociais - gendarmes, cornetas soando nos quartéis, desfiles militares e a bandeira arvorada - são ao mesmo tempo inibitivos e excitantes. Não significam: "Não se mexam", mas "Prepare bem o seu golpe". E, de fato, se o colonizado tivesse a tendência para adormecer, para esquecer, a

173 Franz FANON. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 46.

arrogância do colono e seu cuidado de por a prova a solidez do sistema colonial, lembrar-lhe-iam com muita frequência que o grande confronto não poderia ser indefinidamente adiado. Esse impulso para tomar o lugar do colono constitui a tensão muscular de todos os instantes. Sabe-se, com efeito, que em condições emocionais dadas, a presença do obstáculo acentua-se a tendência ao movimento. [...] A tensão muscular do colonizado libera-se periodicamente em explosões sanguinárias: lutas tribais, lutas de sobas, lutas entre indivíduos¹⁷⁴.

Dentro dessa linha de pensamento e num ensaio escrito em 1960, Florestan Fernandes desmistifica a idéia da pacificidade das populações indígenas durante a conquista e a ocupação européia.

Ainda hoje se mantém o “mito” de que os aborígenes, nesta parte da América, limitaram-se a assistir à ocupação da terra pelos portugueses e a sofrer, passivamente, os efeitos da colonização. A idéia de que estavam em um nível civilizatório muito baixo é responsável por essa presunção. Todavia, nada está mais longe da verdade, a julgar pelos relatos da época. Nos limites de suas possibilidades, foram inimigos duros e terríveis, que lutaram ardorosamente pelas terras, pela segurança, pela liberdade, que lhes eram arrebatadas conjuntamente¹⁷⁵.

Desde os primeiros anos da chegada dos europeus aos territórios indígenas no sul do Brasil já percebemos as relações interculturais dentro de um gradiente que vai da amizade e da troca de produtos até o outro extremo desse gradiente com mortes, raptos e outras formas de violência. A partir das donatarias e do 1o Governo Geral, o processo de ocupação das terras e do aprisionamento indígena para o trabalho nas fazendas faz eclodir a era dos conflitos e da resistência indígena¹⁷⁶.

174 Ibid., p. 40.

175 Florestan FERNANDES. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis, Vozes, p. 11.

176 Sobre a política indigenista de Portugal nos primeiros cento e cinquenta anos da ocupação do Brasil, ver o trabalho de Georg THOMAS, *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500 - 1640*. Para o autor, a política indigenista da coroa portuguesa trazia em seu âmago uma contradição insuperável: as “exigências dos direitos humanos e as necessidades econômicas que reclamavam a escravidão”. p. 217.

Foram várias as formas de reação apontadas por Fernandes: a da defesa da autonomia tribal por meios violentos, a submissão aos brancos nas condições de “aliados” e de “escravos” e a preservação da autonomia tribal através de migrações para áreas fora do alcance da ação dos brancos.

A história dos Kaingang no Paraná confirma essas análises. Foram eles capazes de resistir e sobreviver à violência da conquista do século XVIII até fins do século XX, lutando em defesa de seus territórios e de seus modos de vida.



Capítulo I AS ARMAS KAINGANG

Os arcos e as flechas

Os Kaingang reagiram às forças invasoras de seus territórios através do combate direto, das emboscadas, dos ataques as fazendas utilizando-se das armas de que dispunham:

Suas armas são: arcos (*uy*), flechas (*dou*) e lanças (*urúgurú*), todas muito bem feitas e de madeira fortíssima. As pontas das flechas são de osso de macaco e bugio e algumas de ferro.

Em seus assaltos, que são sempre dados á traição, servem-se de cacetes de madeira dura, os quaes deixam sobre os cadaveres de suas victimas; os que vivem na aldêa de São Pedro de Alcantara, já usam armas de fogo que lhes vende o missionário Director.

São bons atiradores, tanto com flechas como com espingardas; raramente erram o alvo que vizam¹⁷⁷.

Inúmeros são os relatos sobre o cuidado dos Kaingang com suas armas, tanto no fabrico como no seu uso. Franz Keller, num texto escrito em 1867, comenta a índole guerreira deles e afirma que, não achando com quem pelejar, procuram exercitar a força e a astúcia na caça da anta e do porco do mato:

177 Telémaco BORBA. *Actualidade indígena*. p. 9.

[...] as armas d'elles, adequadas a esses exercícios são acabadas com um capricho extraordinário; os arcos compridos são de todo enlaçados com a casca do cipó Imbé, e as flechas, feitas com um páo de grande elasticidade, são trabalhadas de um modo que parecem torneadas. As pontas das que servem para matar a caça pequena são feitas de osso duro (canella de macaco) ao passo que as destinadas p.a caça da anta e da onça, são armadas da folha de uma faca grande¹⁷⁸.

Antes da utilização do ferro nas pontas das flechas e lanças, utilizavam pontas de pederneira. Keller informa que essas pontas eram encontradas freqüentemente nas ruas e quintais da colônia Teresa após as chuvas e que, nas proximidades da vila, havia locais com montes de cavacos e lascas de pedra, caracterizando uma verdadeira fábrica de pontas de flecha.

Pierre Mabilde descreve a fabricação de um arco em detalhes, fruto da observação realizada em 1835, junto aos Kaingang no norte do Rio Grande do Sul.

Cortavam o cerne do ipê do comprimento necessário e, com pedaços de grés vermelho, de grãos assaz grossos, desbastavam-no esfregando com força o pau ao correr das fibras da madeira, até ficar bem arredondado - e afinado do meio para ambas as extremidades. Depois desta operação alisavam mais aquelas partes, assim desbastadas, com outro pedaço de grés de grão mais fino, esfregando-as até desaparecerem as maiores desigualdades. Acabavam o aplainamento com uma lasca de sílex ou calcedonia qualquer que conservasse, no quebrar ou lascar, um gume cortante, com o qual raspavam com sutileza o pau do arco, até ficar o mais liso possível. Depois desta operação (que as vezes era a última) aparelhavam mais, ainda, o pau do arco, alisando-o com as folhas secas de uma arvore [...] cujas folhas pela parte inferior são asperas formando uma excelente lixa. Depois de bem lixado, abrem nas extremidades os entalhos chanfrados, nos quais seguram a corda. Depois de aperfeiçoados e

178 Franz KELLER. Noções sobre os Indígenas da Província do Paraná. In: Leda A. LOVATO. Contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. p. 16.

alisados o entalhos, dão ao pau do arco o último repasso. Este consiste em aquecer o pau em fogo muito brando e untá-lo com a gordura da jacutinga (espécie de ave) que esfregam sobre o pau durante algum tempo, com um pedaço de pele de macaco, até desaparecer a gordura, tomando a madeira uma cor mais escura e lustrosa.

Não obstante os poucos e toscos meios de que dispunham aqueles coroados para fazerem seus arcos, são contudo fabricados com igualdade, com uma uniformidade e perfeição de acabamento que seria difícil a um dos nossos melhores marceneiros - com toda a competente ferramenta a disposição - fabricar um melhor ou mais bem acabado¹⁷⁹.

Mabilde ainda comenta que, mesmo já possuindo ferramentas de ferro cortante, os Kaingang não conseguem produzir arcos de melhor qualidade e com mais facilidade. Eles ainda preferem trabalhar com as pedras de grés e lixas improvisadas com folhas de árvores. Na falta do ipê, utilizavam uma madeira chamada guajuvira, também de grande resistência.

O tamanho desses arcos variava de um metro e meio a um metro e setenta centímetros, com o diâmetro de uma polegada (2,54 cm) de forma arredondada, afinando nas extremidades.

Outros autores citam medidas diversas para os arcos. Loureiro Fernandes afirma que os arcos primitivos *atingiam o comprimento de 2 metros* e eram revestidos

[...] completa ou parcialmente pela cutícula do cipó imbé de coloração castanho-escura e de aspecto brilhante. Com as espirais desta cutícula fixavam, de espaço em espaço, pequeninas penas de pássaros de cor amarela, verde ou vermelha, de modo a se constituírem pequenos círculos que se estendiam em intervalos regulares, desde o punho do arco até suas extremidades¹⁸⁰.

Geralmente a corda é do mesmo comprimento do arco e só se curva no momento do disparo das flechas, com força elástica

179 Pierre F. A. Both MABILDE. *Apontamentos...* p. 138.

180 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 182.

surpreendente. Eles podem impulsionar uma flecha a mais de cinqüenta e cinco metros de altura, na vertical, e até cento e dez metros, na horizontal. A sessenta metros de distância, a força do seu deslocamento é capaz de varar um corpo humano e a oitenta metros pode perfurá-lo mortalmente. As cordas dos arcos eram feitas de fibras de urtiga do mato bem trançadas. Loureiro Fernandes afirma que eram *feitas de fibras de pendúnculos de folhas de palmeiras ou então de raiz de ortiga*¹⁸¹.

As flechas também eram construídas com pedaços de sílex afiados, com que cortavam as taquaras e as madeiras de suas duas partes. Geralmente têm de um a um metro e vinte centímetros de comprimento. A parte de taquara pode chegar a alcançar oitenta centímetros; nessa taquara, na parte inferior, são colocadas penas de pássaros e, na parte superior, é encaixada a varinha de madeira dura presa com resinas de pinheiro e cipó imbê. As pontas têm feitos variados conforme o destino de sua utilização e o material disponível. Encontramos desde as pontas de flechas feitas da própria madeira em forma de ponta lisa ou farpada, pontas de pedra (as pederneiras), pontas de osso (geralmente tíbias de macacos), pontas de pedaços de ferro até as flechas de ponta rombuda utilizadas na caça de pássaros. Mabilde informa que nos campos de Nonohay, os índios tinham o costume de pintar suas marcas nas flechas. As marcas eram as mesmas utilizadas para demarcar as reservas de pinheiros. *Sobre as flechas se achavam essas marcas pintadas com uma tinta preta, muito reluzente*¹⁸². Thomas Bigg-Wither também vai observar, na colônia Teresa Cristina, um *variado e grande número de arcos e flechas, algumas destas artisticamente ornamentadas de pigmentos coloridos*¹⁸³. Frei Luiz de Cemitille confirma a pintura nas flechas que, no seu relato, são maiores do que as medidas apresentadas por Mabilde.

As suas armas são grandes arcos feitos de pau de guaiuva e todos enleitados com a casca de cipó imbê, flechas de dous metros de comprimento com farpas de osso de macaco ou de ferro. Mostram muita habilidade na pintura dellas¹⁸⁴.

181 Ibid., loc. cit.

182 Pierre F. A. Both MABILDE. *Apontamentos...* p. 147.

183 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional*: a província do Paraná. p. 143.

184 Relato do frei Luiz de Cemitille sobre os Kaingang publicado por Alfredo TAUNAY. *Entre nossos Índios*. p. 90.

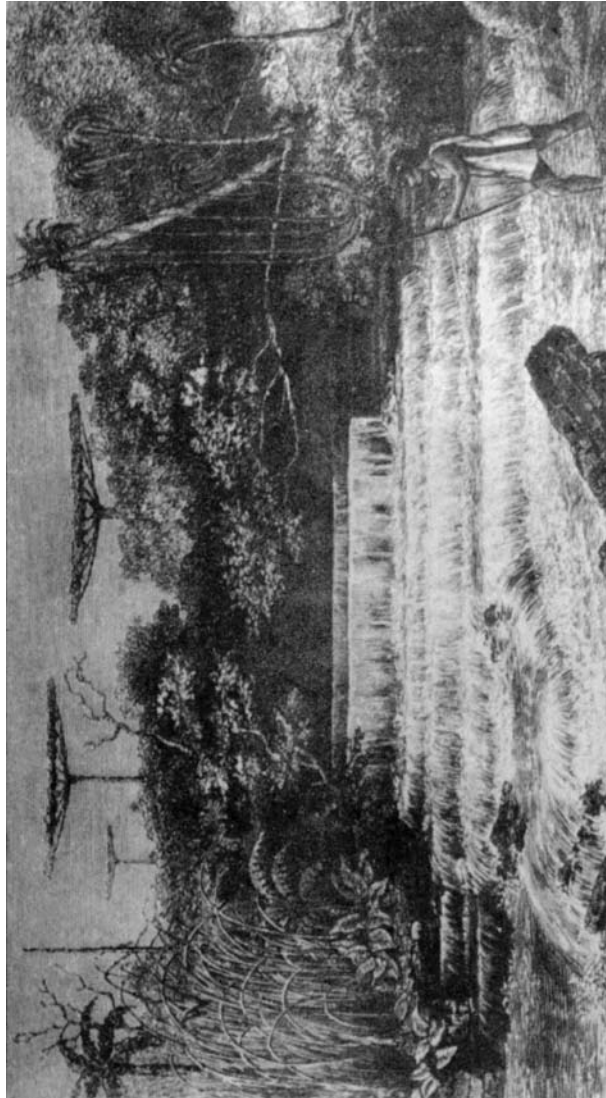


Figura 8. Índio Kaingang pescando com arco e flecha no rio Ivaizinho nas proximidades da Colônia Tereza Cristina. Litografia de Thomas P. Bigg-Wither, 1872-1875 (acampamento avançado nas florestas do Ivaizinho).

Fonte: Thomaz P. BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p. 3841



Figura 9. Índio Kaingang do toldo da Formiga nas margens do rio Ivaí. Fotografados pela expedição General José Cândido da Silva Muricy em 1896 (Índios Coroados mansos do Toldo da Formiga).

Fonte: José Cândido MURICY. *Viagem ao país dos jesuítas*. Curitiba, Imprensa Oficial, 1975, p. IX.

Frederico Lane fez, em 1959, estudos sobre **Arcos e flechas dos índios Kaingang do estado de São Paulo**. Fazendo uma revisão bibliográfica sobre o tema, conclui:

Da análise destes diversos autores, alguns pontos coincidentes merecem destaque:

- 1) Arcos longos, envoltos ou não com imbê, feitos de guaiuvira (*Patagonula americana*);
- 2) Flechas também longas, finas, de emplumação muito longa e empunhadura das mais longas;
- 3) Tipos de flechas, na ordem de sua frequência, de ponta de osso de macaco, de choupa de ferro, de batoqüe de madeira e de espeques longos de madeira, em número de quatro e divergentes em disposição¹⁸⁵.

Afirma que as flechas de ponta de madeira rija e farpada não faziam parte do armamento tradicional. No entanto, no Paraná, vamos encontrar esse tipo de ponta especialmente entre os Kaingang do vale

185 Frederico LANE. *Arcos e flechas dos índios Kaingang do estado de São Paulo*. p. 80.

do rio Ivaí. Thomas Bigg-Wither descreve o seu uso nas pescarias do grupo Kaingang aldeado na colônia Teresa Cristina.

O uso da flecha nos ataques só acontece em lugares limpos e descampados ou em emboscadas nas estradas ou caminhos. No meio da mata é difícil seu manejo. Desde os combates e escaramuças contra os soldados de Afonso Botelho no século XVIII, nos Koranbang-rê, constata-se a utilização das flechas. Também atacam as forças de Diogo Pinto em Atalaia, em fins de agosto de 1810, com saraivadas delas. No ataque ao aldeamento de Atalaia em 1825, utilizam-se de flechas incendiárias contra as moradias do grupo do cacique Luiz Tigre Gacon. Da mesma forma, tentam incendiar a fazenda Fortaleza em seu famoso cerco, em meados do século XIX. Durante os séculos de ocupação dos territórios indígenas no Paraná, centenas de homens, mulheres e crianças, brancos, negros ou índios adversários encontraram seu fim nas pontas das flechas dos potentes arcos dos guerreiros Kaingang.

Os varapaus

Em combates no meio do mato ou na luta corpo a corpo, utilizavam-se do varapau. É uma arma de construção simples: um pau de madeira dura de, mais ou menos, um metro e meio de comprimento, variando em seu diâmetro de acordo com o guerreiro que o utiliza. Não costumavam trabalhá-lo; a madeira era apenas descascada e, tornando-se lisa, estava pronta para o uso. Consideravam-se exímios combatentes com essa arma. Mabilde assistiu aterrorizado a uma luta entre dois índios:

Fomos testemunhas destas cenas e, quando apelávamos para que os companheiros separassem os dois pelejadores, faziam-nos compreender que isso não se fazia porque um dos dois devia morrer, como de fato aconteceu. Quando um deles caiu, com o crânio ferido, o outro terminou de matá-lo, malhando-lhe a cabeça com golpes de varapau, até os pedaços do crânio voarem para todos os lados¹⁸⁶.

186 Pierre F. A. Both MABILDE. *Apontamentos...* p. 84.

Terminada a luta, o vencedor, em êxtase e com expressão de ferocidade, não parava de falar contando aos outros seus esforços para vencer. A expressão dos outros índios e do cacique era de prazer por terem presenciado a ferocidade dos lutadores e a coragem do vencedor.



Figura 10. Kaingang em trajes festivo. Pode-se observar o resistente varapau utilizando em combates no mato ou em lutas corpo a corpo, e as pernas envoltas em cipó para protegerem-se de mordidas de cobras.

Fonte: Thomas P. BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p. 389.

Dessa forma foram mortos os soldados do coronel Botelho, no porto do rio Jordão, nos campos de Guarapuava, em janeiro de 1772. Também mortos a pauladas foram o cacique Jacinto Doiangre e sua mulher, no aldeamento de Atalaia, em 1822, e os sitiantes das proximidades da fazenda Fortaleza na vila de Tibagi. Muitos fazendeiros que ousaram ocupar os territórios Kaingang no Sul do Brasil morreram da mesma maneira. Gentil de Moura registra um ataque em 1898, nas margens do rio Dourado, em São Paulo, onde, de surpresa, mataram a golpes de tacape dois moços que trabalhavam numa roça¹⁸⁷. Era costume dos Kaingang deixarem a arma sobre as vítimas por ela abatidas.

Essa arma era ainda utilizada em *exercícios de caracter belicoso a que denominavam candjire*¹⁸⁸. Os guerreiros que neles tomavam parte eram proclamados bravos, fortes, **turamanin**, ou aptos para a guerra.

As lanças

A presença da lança, citada por Telêmaco Borba, é confirmada por Franz Keller. *Afora do arco e das flechas ainda usam de lanças de grandes dimensões, armadas hoje com uma folha de faca das mais pesadas que podem encontrar*¹⁸⁹. O relatório do frei Cemitille assinala:

Além dessas armas, usam também lanças de folhas de faca muito polidas, tendo as a hastes dous metros de comprido mais ou menos; com taes armas fazem a guerra e também as suas caçadas, em que mostram grande tino e habilidade¹⁹⁰.

A habilidade no manejo das armas era conseqüência de um longo treinamento cotidiano, iniciado na infância.

187 Cf. Gentil de A. MOURA. *Relatório*. p. 7.

188 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 185.

189 Franz KELLER. Noções sobre os Indígenas da Província do Paraná. In: Leda A. LOVATO. *Contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná*. p. 16.

190 Relato do frei Luiz de Cemitille sobre os Kaingang publicado por Alfredo TAUNAY. *Entre nossos índios*. p. 90.

Desde tenra idade que as crianças se dedicavam ao exercício do arco e do tacape, que constituíam, com pequenas flechas, os brinquedos prediletos e inseparáveis da infância caingang¹⁹¹.

Um exemplar dessas lanças, com ponta feita de lasca de osso, presa fortemente a madeira por cipó, existe no Museu Paranaense.

Armas de fogo

Telêmaco Borba registra o contato dos índios com as armas de fogo e sua qualidade de ótimos atiradores. Cemitille é da mesma opinião. Os dois textos foram escritos na mesma época; ambos referem-se aos Kaingang do Tibagi.

Mostram grande predileção por espingardas, e quando tem felicidade de conseguir uma, dão-lhe grande estimação, trazendo-a muito limpa por fora, como costumam conservar as armas e ferramentas; quase sempre, porém o interior do cano é sujo, talvez por não saberem ainda desmanchar a arma: são bons atiradores e raras vezes perdem o tiro¹⁹².

A intensificação das relações com os brancos ampliou o uso dessas armas. O próprio Telêmaco Borba relata a venda de armas aos índios pelo diretor de um dos aldeamentos. Não se têm informações precisas sobre a utilização de armas de fogo em ataques aos nacionais, mas apenas um relato de moradores da serra da Pitanga ao deputado Arthur M. Franco de que:

Dias antes do ataque, os índios reuniram-se em grande folgança, onde o alcool animava os animos e foram instalar-se em frente á igreja, alarmando sobremaneira a população ordeira e pacífica. Armados de Winchesters, pistolas,

191 Marcelo PIZA. *Notas sobre os Caingangs*. p. 209.

192 Relato do frei Luiz de Cemitille sobre os Kaingang publicado por Alfredo TAUNAY. *Entre nossos índios*. p. 91.

revolveres, espingardas, etc, intimaram a população de deixarem a Serra da Pitanga, prazo de tres dias¹⁹³.

No levantamento dos ataques e das mortes ocorridas, desde os soldados de Botelho em 1772 até o evento da serra da Pitanga em 1923, não se constatou o uso de armas de fogo. Por outro lado, os grupos chefiados pelos caciques Vitorino Condá e Viry, receberam fartos lotes de armas de fogo dos fazendeiros e das autoridades para serem usadas contra os índios que resistiam à ocupação de seus territórios.

193 Arthur Martins FRANCO. *Em defesa do índio e do sertanejo*. p. 133.





Capítulo II

AS EXPEDIÇÕES DO TENENTE-CORONEL AFONSO BOTELHO E A RESISTÊNCIA KAINGANG NOS CORAN-BANG-RÊ¹⁹⁴

Certamente os grupos no sul do Brasil estão lutando na defesa de seus territórios contra as populações brancas desde as primeiras entradas dos europeus no século XVI. Partiremos aqui do final da década de 1760, marco das explorações do tenente-coronel Afonso Botelho nos campos de Guarapuava, numa ofensiva que durou de 1768 a 1774. Foram sete anos de exploração dos rios Iguauçu e Ivaí, dos campos e florestas de suas adjacências. Ao todo, foram enviadas onze expedições militares para a região, marcadas por encontros aparentemente pacíficos, seguidos de choques, escaramuças e mortes. Finalmente, em 1774, Botelho retira-se da região sem conseguir seu objetivo: conquistar os campos de Guarapuava. Encontrou forte resistência dos Kaingang, que seriam vencidos parcialmente quarenta anos depois, com as expedições de Diogo Pinto em 1810.

Em 18 de julho de 1769, o tenente-coronel Afonso Botelho enviava a segunda expedição militar, que deveria explorar os “sertões” do Tibagi. A expedição, comandada pelo capitão Estevão Ribeiro Baião, partiu com setenta e cinco praças, percorreu os territórios entre os rios Tibagi e Ivaí e seguiu por este último até o rio Paraná, em Sete Quedas. A primeira ordem que o coronel Botelho deu ao comandante da expedição foi:

¹⁹⁴ De acordo com Telêmaco Borba, os Kaingang chamavam os campos de Guarapuava de Coran-bang-rê: **Coran**, dia, ou claro; **Bang**, grande; e **Rê**, campo: Campo do Claro Grande, ou Clareira Grande. Já o nome **Guarapuava** advém do Guarani: **Aguará**, nome do Lobo, **Canisjubatus**. Cf. *Actualidade Indígena*, p. 118.

As contínuas saídas do gentio que ocupa os grandes Sertões do Tabagi há 9 anos a esta parte tendo morto bastantes pessoas, e achando-se já muito próximos da estrada, que vem da cidade de S. Paulo para estes Campos Gerais, e Rio Grande; as muitas fazendas, que se tem despovoado, e grandes riscos, que correm tôdas as mais dêstes Campos Gerais, e viandantes que passam por esta estrada, cujas causas e outras infinitas, sendo a principal o plantar a fé no meio dêstes sertões povoados de várias nações do gentio, movem ao Il.mo e Ex.mo Sr. General a mandar invadir o dito sertão, e aplicar os meios mais possiveis para reduzir a estes bárbaros, e entrarem no grêmio da Igreja a adorarem ao verdadeiro Deus, e se fazerem civis, reconhecendo temos Rei, que é Senhor dêste Brasil, e das terras que eles habitam, ao qual igualmente todos devemos obediência, e vassalagem, e que dêles índios só queremos o comércio útil, e conveniente a ambas as nações¹⁹⁵.

Os ataques de que fala o relato ocorrem nas grandes extensões dos Campos Gerais, principalmente ao longo da estrada dos tropeiros que os atravessava de norte a sul. Os sertões do “Tabagi” são as imediações da vila de Castro, (antigo Pouso do Iapó), Piraí ao norte e a vila do Príncipe (hoje Lapa), ao sul. A ocupação da área tem início com os pousos de tropeiros estabelecidos ao longo da estrada e, em seguida, com o surgimento das grandes fazendas de engorda de gado e muares que vinham do Rio Grande do Sul. As primeiras sesmarias da região vão ser doadas no início do século XVIII, a grandes famílias paulistas. O capitão-mor Pedro Taques de Almeida, chefe de um clã de 22 pessoas, requer, em 1704, uma extensão de terras de 14 léguas quadradas (98 Km²), tendo como centro as vilas de Castro e Piraí¹⁹⁶.

A ordem fala em um grande número de ataques ocorridos nos últimos nove anos (1760-1769) e na morte de muitas pessoas, provavelmente viajantes, tropeiros, peões das fazendas de gado ou moradores de pequenas propriedades encravadas nas grandes sesmarias.

195 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 77.

196 Sobre as sesmarias no Paraná, ver Maria de Lourdes Ritter. *As Sesmarias do Paraná no século XVIII*.

A ordem também reflete a reação do governo provincial diante das tensões causadas pelos índios na estrada dos tropeiros que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, atravessando os Campos Gerais. O governo não podia permitir que os índios continuassem atacando viajantes e fazendas. Por isso, suas ordens são claras: invadir os sertões e reduzir os bárbaros.

Enquanto o objetivo do governo era *reduzir os bárbaros à “civilização”*, introduzi-los no *gremio da Igreja e fazê-los respeitar o rei*, o dos índios era expulsar os intrusos de suas terras, fossem os fazendeiros e seu gado, fossem os viajantes que cruzavam seus territórios ou as forças armadas da colônia.

Os ataques aos intrusos despovoou a área e, por algum tempo, retardaram a expansão colonial nos Campos Gerais do Paraná, na segunda metade do século XVIII.

No ano de 1770, em outubro, os índios atacaram os soldados da sexta expedição, que haviam acampado nos arredores do porto do Funil, abaixo do porto de Nossa Senhora da Vitória, no rio Iguaçú, no sul da província. Foi o primeiro ataque sofrido pelos soldados de Botelho, quando uma *grande partida de gentios* surpreende cinco homens. Não houve mortos ou feridos entre os soldados, mas, pelo relato do tenente Cândido Xavier de Almeida, sabemos que houve revide: *A este tempo mandei disparar ua arma cá no acampamento, com o que caíram todos por terra, e fugiram para o mato, matando nessa ocasião o nosso cão melhor*¹⁹⁷. Os índios abrigam-se nos matos das margens do rio, e o relato não esclarece se houve índio ferido ou morto.

O ataque sofrido pelos soldados do tenente Cândido Xavier de Almeida nas barrancas do rio Iguaçú revela a tática da emboscada. Seus soldados preocupavam-se em embarcar com uma anta morta e chegar ao outro lado do rio, onde estavam acampados quando foram surpreendidos pelos índios:

[...] repentinamente lhes saíram de ua emboscada ua grande partida de gentios a querê-los sobprender com as frechas sobre eles, fazendo grande alarido¹⁹⁸.

197 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 128.

198 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 128.

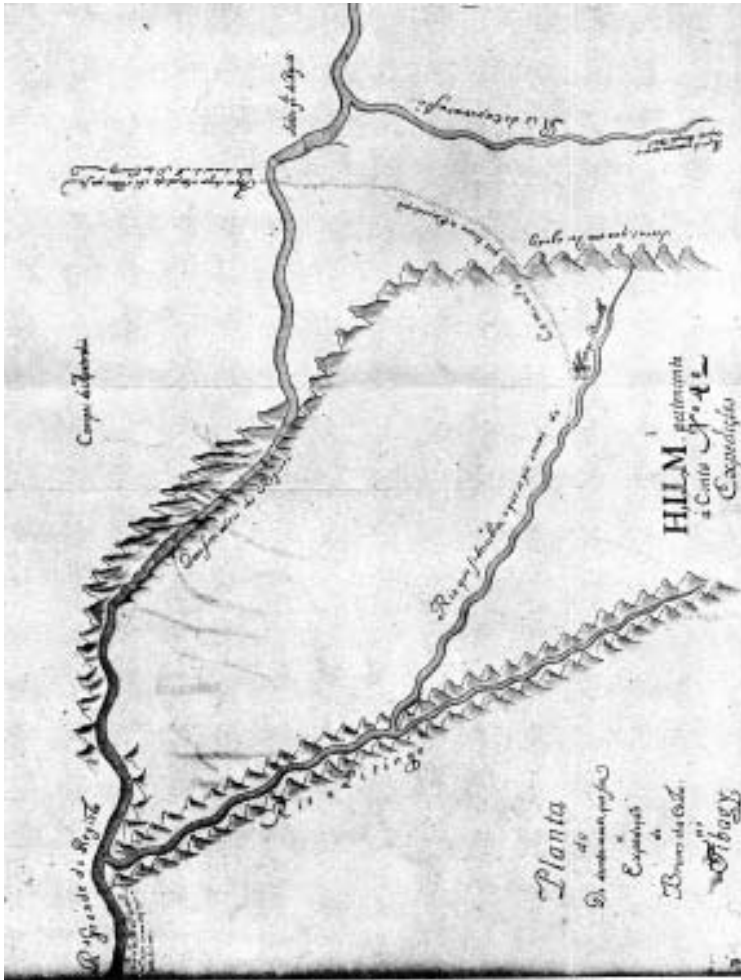


Figura 11. Mapa mostrando o itinerário da Expedição de Bruno da Costa Filgueiras que comandou a quarta expedição do Coronel Afonso Botelho, instruída para explorar a lado direito do rio do Registro (Iguaçu). Ela embarcou no Porto de Nossa Senhora da Conceição do Rio Registro em vinte e oito de agosto de 1769 com três canoas e vinte e cinco camaradas. Desceu o rio Registro até o rio Pitinga, por onde era navegável, aí deixaram as canoas e atravessaram por terra, durante quarenta dias, a região a sudeste dos campos de Guarapuava chegando novamente ao rio Registro no Porto de Nossa Senhora da Victória.

Fonte: Júlio Estrela MOREIRA. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1975, p. 936.



Figura 12. Mapa mostrando a região de Guarapuava em 1771/72. Podemos observar o itinerário da expedição do Coronel Afonso Botelho, e a do Tenente Cândido Xavier do Porto Vitória no rio Registro (Iguaçu) até a fortaleza de Nossa Senhora do Carmo na entrada dos Coran-bang-rê.

Fonte: Júlio Estrela MOREIRA. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1975, p. 936.

Certamente os soldados estavam sendo observados enquanto perseguiram a anta e, no momento em que deixaram as armas e colocavam o animal na canoa, foram atacados. Fizeram *um grande alarido* com a intenção de confundir os soldados e torná-los presas fáceis. De fato, os soldados abandonam a caça e se apressam em chegar à outra margem. Os índios passam a chamá-los para o outro lado do rio, ameaçando atravessá-lo e atacar o acampamento. A tática de atrair os soldados e em seguida atacá-los vai ser empregada várias vezes com os soldados das expedições de Botelho. Mais à frente, veremos como alguns soldados serão mortos quando atraídos ao meio dos índios.

Os Kaingang empregam flechas para o ataque a distância, mas, no relato do tenente Almeida, usam também outro tipo de arma.

[...] uns são armados com paus compridos em forma de cajado curvos para a ponta; outros de arco e flechas, as quais pareciam de cobre pelo reflexo, e estrépito que faziam¹⁹⁹.

Em fins de 1771 e início de 1772, eles atacam a expedição militar comandada pelo próprio Afonso Botelho. A expedição estava acampada nas margens do rio Jordão, no centro dos Coran-bang-rê, e os soldados faziam explorações em seus arredores. No dia oito de janeiro de 1772, alguns soldados

[...] caíram na imprudente resolução de passar o rio com eles cada um por sua vez sem darem parte Manoel Pinto, José Pinto, Vicente Domingues, João de Ramos, o soldado Manoel Francisco, Lourenço, camarada do padre capelão, um rapaz do capitão José dos Santos, todos a pé, e sem armas, e o capitão Carneiro a cavalo, [...] No primeiro vale, que entrou o tenente Candido Xavier sem que do abarrancamento se pudesse ver, achou os corpos de seis camaradas mortos passados com flechas, e algus nos mesmos corpos tão maltratados que metiam horror, e compaixão, distantes uns dos outros cousa de tiro de espingarda, e todos em um regato, que passa pelo meio do campo; o camarada José

199 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 128.

Pinto com vida, ainda que todo maltratado, e com algumas flechas cravadas no corpo²⁰⁰.

Conforme o relato, seis dos oito que atravessaram o rio Jordão, acompanhando os índios, foram mortos e José Pinto, encontrado ainda com vida, morre vinte e quatro horas depois. O único a se salvar foi o capitão Carneiro, que estava a cavalo.

De acordo com o relato de Botelho, era grande a quantidade de índios que se aproximou do acampamento naquela manhã de domingo, oito de janeiro de 1772. O comandante Botelho fala em três lotes de 150 índios cada um, entre homens e mulheres jovens. Não há menção a crianças, mulheres grávidas e velhos.

A décima expedição que entra pelos campos de Guarapuava, em fins de 1771, contava com o próprio Botelho no comando geral, três capitães de cavalaria, alguns oficiais, soldados e outras pessoas, num total de quase setenta indivíduos. No dia oito de dezembro, o franciscano José de Santa Teresa celebra a primeira missa no centro dos campos dos Kaingang. Deste dia até oito de janeiro, estabelecem vários contatos com os índios, visitam seus alojamentos e fazem reconhecimento dos campos dos arredores.

Em dezessete de dezembro, oito índios visitam um acampamento avançado da expedição, distante dez léguas do porto no rio Jordão. Eram moços e bem constituídos; o mais velho aparentava uns cinqüenta anos. Dois deles traziam bordões, levando Botelho a concluir que eram chefes. Botelho oferece-lhes porco assado, que recusam, provavelmente por medo de serem envenenados, prática conhecida e exercitada entre eles. Em seguida, Botelho visita seu alojamento, é bem tratado, conversa com os chefes e observa que lá não havia mulheres nem crianças, *conservando nele somente os que podiam usar de armas, no que bem mostraram o receio, que tinham de que houvesse em nós traição*²⁰¹. Os índios insistem para que Botelho passasse a noite com eles. *Enfim vendo-nos com a resolução de montar a cavalo, tornaram a rogar-nos, que ficássemos, porquanto havia de chover muito*²⁰², era possível que tivessem preparado uma emboscada para Botelho e seus soldados, esperando atacá-los enquanto dormiam.

No domingo, dia 22 de dezembro, os Kaingang visitam pela primeira vez o acampamento militar de Botelho nas margens do

200 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 45.

201 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 35.

202 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 35.

rio Jordão. Eram em torno de setenta entre índios adultos, algumas mulheres jovens, uma criança de dois anos e meninos acima de doze anos. Ganham vários presentes dos soldados e os presenteiam com arcos, flechas, bordões e outros objetos. Vasculham o acampamento por todos os lados, entram nos ranchos, pegam ferramentas, querem de toda a maneira as armas de ferro cortante. A visita dura três horas.

Foram-se pelas dez horas deixando muitas flechas, e arcos aos camaradas, dando entender que iam buscar as mulheres, [...] logo se preparou o altar para o capelão dizer a missa por ser domingo, e se deram muitas graças a Deus por tão bons princípios para redenção dêsse pagões, pela esperança, que ficou de recolher ao grêmio da Igreja êste disperso rebanho²⁰³.

Enquanto Botelho pensava na catequização dos índios e na *dilatação e aumento do reino, tanto em terras como em vassalos*, os Kaingang tinham outros planos. Visitaram o acampamento num domingo, dia de missa, onde estavam reunidos todos os homens, verificaram suas armas, certificaram-se do interesse dos soldados por suas mulheres e da possibilidade de elas atraí-los para longe do acampamento. Após a partida, deixaram sentinelas vigiando os movimentos da tropa,

[...] movidos ou do receio, que justamente de nos devem ter, lembrados das tiraníssimas ações, que com eles por tantos modos usavam os antigos há pouco mais de cinquenta anos, ou da curiosidade de notarem os nossos movimentos, julga-se deixarem sentinelas²⁰⁴.

O que Botelho julga ser receio ou curiosidade nada mais é do que observação e o estudo dos movimentos da expedição.

O ataque foi preparado para o dia oito de janeiro de 1772. Cerca de quatrocentos e cinqüenta Kaingang chegam ao acampamento em clima de festa, tocando suas gaitas de taquara e desarmados. Pegam machados e foices, e pedem insistentemente aos soldados suas

203 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 38.

204 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 39.

armas. As mulheres, em grande número, misturavam-se aos soldados seduzindo-os para levá-los aos alojamentos.

O coronel Botelho, desconfiando, armou a defesa,

[...] dando ordem ao sargento Manoel Gomes e tenente Cândido estivessem cada um pronto na sua peça de artilharia para dar fogo; e as mais armas, e corpos da guarda com cautelas necessárias, sem dar suspeita aos índios desconfiávamos deles. [...] Estava no lado direito do abarracamento o capitão Lourenço Ribeiro, e algua gente dêle com prudente cautela cobrindo as armas e defronte ua peça d'artilharia, e de guarda a ela o sargento Manoel gomes com as suas armas. No lado esquerdo o quartel do Tenente Cândido Xavier de Almeida com a gente da expedição, e ua peça d'artilharia; e no centro o do tenente-coronel²⁰⁵.

Diante da posição de defesa dos soldados e da visível impossibilidade de um ataque ao acampamento, usaram outras táticas: ofereceram aos soldados bolos de milho envenenados: *se observou depois serem invenenados uns bolos, que traziam, e deram a alguns camaradas, porque um cão, que comeu deles, logo morreu, e dous mais, que duraram até o outro dia*²⁰⁶. Tentaram também convencer os soldados a irem para o outro lado do rio até seus alojamentos.

Da mesma sorte trabalharam com impertinentes carinhos para conduzirem o tenente-coronel para o porto [...] Na mesma forma praticavam com os capitães Lourenço Ribeiro Ribas, José dos Santos, e outros mais, querendo-os levar às costas, e conduzi-los aos seus arranchamentos²⁰⁷.

Conseguiram que oito soldados os acompanhassem para o outro lado do rio, longe do acampamento e dos canhões, e mataram sete deles.

205 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 43.

206 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 45.

207 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 43.

O procedimento dos Kaingang em torno da expedição revela um senso apurado de como fazer a guerra. Conhecedores das forças e das armas da expedição, evitam o ataque frontal, acompanham seus passos e manobras, percebem as fraquezas dos soldados, procuram ganhar sua confiança, atraí-los para longe das armas de fogo do acampamento, para então eliminá-los.

Desferido o ataque, bloqueiam as possibilidades de fuga da expedição. Matam os bois e perseguem os soldados que se aventuram a caçar. Os cavalos, se

[...] expostos ao campo o gentio os mataria, como já tinham principiado dando fim a três, que não foram mais vistos, e um do tenente Cascais, que se achou varado de ua flecha²⁰⁸.

Ao mesmo tempo reuniam mais forças, chamando os grupos do norte para se juntarem ao cerco. Ao coronel Botelho nada mais restou do que o abandono imediato do território. Abandono de posição que ele tanto criticara dois anos antes, quando o tenente Cândido Xavier de Almeida saiu às pressas em direção ao rio Iguazu para não ser massacrado. Botelho reúne o conselho de guerra e toma a única decisão possível:

[...] por uniforme acôrdo de todos determinou retirar tôda a expedição a salvar as vidas, e o trem de Sua Majestade, que tudo pereceria sem remédio em poucos dias, pela falta de mantimentos, e as mais referidas circunstâncias²⁰⁹.

O coronel Afonso Botelho perdeu a batalha, mas não desistiu da conquista. No dia trinta de dezembro, uma quinta-feira do ano de 1773, sua décima primeira expedição, comandada pelo capitão Paulo Chaves de Almeida, entra em choque com os Kaingang no acampamento de Atalaia, algumas léguas a oeste do rio Jordão, no centro do território indígena.

Esse terceiro embate ocorreu quando a décima primeira expedição se viu cercada em Atalaia, em 30 de dezembro de 1773, e abriu fogo sobre os índios. Não se sabe se houve mortes entre os

208 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 47.

209 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 47.

índios. Quanto aos soldados, apesar do cerco e da fuga, todos chegaram ao sítio da Esperança.

Tinham passado dois anos de sua expulsão dos campos de Guarapuava, quando o tenente-coronel Botelho organizou a última investida militar sobre os territórios do Coran-bang-rê, no século XVIII.

Depois de grandes festas, cerimônias religiosas, jantares de confraternização, discursos animadores, salvas de artilharia, missas e comunhões, parte do acampamento da Esperança a décima primeira expedição, com destino aos territórios indígenas a oeste.

Às duas da tarde do dia oito de dezembro de 1773, sob o sol escaldante e o céu carregado de nuvens, ao som de tambores e caixas, salvas de mosquetes e discursos de Botelho, partiam sob o comando do capitão Paulo Chaves de Almeida vinte e oito homens²¹⁰¹⁷ fortemente armados, levando uma tropa de sessenta e três cavalos²¹¹¹⁸: era uma força de reconhecimento e punição aos índios que tinham matado sete soldados e expulsado o comandante Botelho de suas terras em 1772. Nenhum padre acompanhava a expedição e tampouco se levavam presentes.

No dia quinze de dezembro chegaram à primeira fortificação na entrada dos campos de Guarapuava, a estacada (forte) de Nossa Senhora do Carmo. No dia vinte e um detêm-se às margens do rio Jordão, no mesmo local do acampamento de 1771/2, e, no dia vinte e nove de dezembro, chegaram ao primeiro alojamento dos Kaingang, várias léguas a oeste do rio Jordão. A partir daí, os índios vão mantê-los sob vigilância constante, apertando o cerco e obrigando-os a retornar ao sítio da Esperança.

Depois que se armaram as barracas, começaram os índios a sair do mato, onde estavam, e a pôr vigias nos lugares mais altos, sendo tão vigilantes as sentinelas, que só rendidas por outras se retiravam²¹².

210 Nessa expedição foi o jovem sargento Diogo Pinto de Azevedo, que mais tarde, em 1810, vai comandar uma grande expedição de mais de trezentas pessoas e fixar de forma definitiva os nacionais nos territórios indígenas do Coran-bang-rê.

211 Conforme BOTELHO, In: *Anais* ... p. 271, a expedição foi equipada com os seguintes animais e apetrechos: "cavalos: raíunos, 55; de particulares, 8; total, 63. Armamento: armas, 28; cartuchos, 26; baionetas, 12. Munição de guerra: pólvora, 22 libras; chumbo, 33 libras; cartuchos de mosquete, 390; balas, 512; pederneiras, 114". Isso sem contarmos as armas brancas. Obs. cada libra é igual a 0,453 kg. A expedição levava em torno de 10 kilos de pólvora e 15 de chumbo, além de balas, cartuchos e pederneiras.

212 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 60.

Dessa vez não existiu o processo de conhecimento do inimigo e a tentativa de ganhar confiança para depois atacar. Agora, os dois lados já se conhecem e sabem as intenções um do outro. Um pequeno grupo da guarda avançou para reconhecimento e imediatamente foi cercado e obrigado a recuar.

Endireitaram para o rumo su-sueste, e tendo andado ua légua fazendo explorações, que lhe pareceu necessárias, avistaram diferentes lotes de índios, que de diversas partes se vinham juntando, seguindo a retaguarda daquele pequeno corpo. Não houve mais tempo, à vista deste inopinado encontro, que de lavar-se o pau para se escreverem as palavras: VIVA EL-REI DE PORTUGAL; e não chegando a porem-se porque já estavam muito vizinhos os inimigos, se resolveu o comandante a fazer retroceder o corpo, ao qual logo cercaram os ditos índios fazendo acenos, que demonstraram o que se lhes não intendia de palavra, e por eles se percebeu perfeitamente, que diziam, que voltassem para trás aliás os amarrariam, açoutariam, e cortariam o pescoço. Todos vinham armados em guerra, o que só se distingue pelos infeites de cabeça, e pelas frechas, e arcos, que traziam, com que vinham bem guarnecidos²¹³.

Os Kaingang cercaram dos dois lados a pequena força, que caminhava a cavalo em fila, e passaram a zombar dos soldados com gritos e brincadeiras. Chegaram perto dos cavalos tentando montar nas suas garupas. *não mostravam o medo que d'antes tinham, nem dos cachorros, e menos das armas de fogo, que embocando-se lhes ao peito, não faziam a mais pequena repugnância*²¹⁴. À medida que a coluna marchava de volta ao acampamento, iam aumentando o número e a audácia dos índios. As mulheres convidavam os soldados para irem à roça, onde lhes dariam milho e mel. Em passagens estreitas, os índios corriam à frente como se fossem cercá-los. Enquanto isso, outros da tribo já tinham cercado o acampamento de Atalaia, formando um círculo ao seu redor, em posição de ataque.

213 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 61.

214 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 62.

[...] a nada assentiam, e só queriam (como supunham) inteiramente destruir-nos, pretendendo valerem-se da mesma traição com que já tinham adquirido a posse de nos tyrannizar, sem receberem o castigo bem merecido pelos seus insultos. Deram principio ao seu projeto expelindo alguas setas contra nossa gente, e vendo esta o nenhum remédio, que poderiam ter para salvar as vidas, se resolveram a descarregar sôbre aqueles bárbaros ua descarga d'outros tantos tiros, quantos eram os homens que ali se achavam. Sofreram os índios a primeira descarga, constantes, talvez julgando, que as armas de fogo só serviam para ua vez; vendo que se tornavam a carregar, e desparar, pondo muitos as mãos onde recebiam o dano, se voltaram com todos repentinamente para o mesmo mato onde se haviam escondido a primeira vez²¹⁵.

O comandante Paulo Chaves ordena a retirada imediata, pois, em menos de vinte e quatro horas, já havia mais de quatrocentos guerreiros no local. Tentara antes saquear a aldeia, mas os índios já tinham retirado todos os mantimentos e armamentos. A retirada passa a ser uma fuga mais ou menos organizada, acompanhada de perto pelos índios.

No dia nove de janeiro, a expedição chegava ao sítio da Esperança, de onde tinha saído no dia oito de dezembro. Levou vinte e dois dias na ida de Esperança aos alojamentos Kaingang, adiante do rio Jordão, e gastou apenas nove dias na retirada. Era uma tropa esgotada: muitos cavalos se perderam nos campos, outros foram mortos e os restantes chegaram em estado lastimável.

Em 1774, o coronel Botelho se retirou do sítio da Esperança com suas tropas. Deixou um pequeno contingente no local, que passou a se chamar Freguesia de Nossa senhora da Esperança de Capivaraçu, no sopé da serra do mesmo nome.

Em 1775, no governo já do general Martin Lopes Lôbo de Saldanha veio o gentio à mesma freguesia, sendo a primeira vez, que tomou tal resolução, e achando falta de gente pela

215 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 63.

ter mandado sair o novo general, matou tres pessoas, e feriu alguns²¹⁶.

Esse ataque, o quarto às tropas de Botelho, revela a ousadia dos índios, que agora faziam incursões fora dos Coran-bang-rê, atacando povoados no sopé da serra da Esperança, na porta de entrada para os campos de Guarapuava. Tinham eliminado os sinais de ocupação dos soldados nos Coran-bang-rê e empurravam a frente de ocupação de volta para o leste.

O objetivo dos Kaingang é um só: resistir à ocupação de suas terras. A cada ataque, a cada emboscada, a cada cerco ou perseguição, os soldados eram obrigados a recuar em direção leste.

A reação do tenente Cândido Xavier após o ataque sofrido no porto do Funil, no rio Iguaçu, em outubro de 1771, é de se retirar imediatamente, subindo o rio até um porto mais seguro. Justificou-se alegando falta de alimento nesse *lugar infestado de gentio*. Ordenou a saída, mesmo com receio de ser censurado pelo comandante Botelho.

Aos 7 (de outubro) fiz marchar tôda a tropa para as Capivaras, e neste dia fomos seguidos pelos gentios pela contra costa distância de uma légua com grandes brados²¹⁷.

O tenente Cândido X. de Almeida passa pelo porto das Capivaras e continua subindo o rio Iguaçu até o quartel de Registro de Nossa Senhora da Vitória, onde chega no dia 22 de outubro de 1770, em mau estado de saúde, e se confessou *extraordinariamente molestando, tolhido das juntas, com as pernas, e pés enchados, e dores insofriveis*²¹⁸.

A apressada retirada do tenente Xavier é severamente censurada pelo coronel Afonso Botelho, ele é acusado de covarde por não ter mantido suas posições.

Em Sorocaba recebi a parte, que me deu depois de chegar a êsse quartel de Nossa Senhora da Victória, em que me dizia, tinha saído dos

216 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 25.

217 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 129.

218 Afonso BOTELHO. *Anais* ... p. 129.

campos que descobrira, com o fundamento de não ter mantimentos e poder ser atacado pelos índios, tomando-lhes êstes caminhos, e não poder utilizar-se dos mantimentos que de cá fôssem, e por esta causa suceder-lhe alguma infelicidade. Esta parte ofuscou tôda a gloria que podia ter merecido, sendo um oficial que deve ter obrigação de saber o regulamento, e mais ordens de Sua Magestade para ver o crime, que cometeu, e as penas, a que esta sujeito, de que não o isento, enquanto não recuperar o pôsto, que abandonou sem ordem nem motivo algum; pois a falta de mantimentos que diz não é atendível; porque tendo achado paiós cheios de mantimentos, deles se podia prover pelo modo, que lhe fosse mais possível havê-lo dos índios; munições sei que havia com muita abundância; as armas estavam boas; os índios mostravam boa condição: logo que causas haviam para largar uma praça, cuja planta serve de acusar sua covardia²¹⁹

A reação do comandante Botelho se deve ao fato de o tenente Cândido Xavier ter chegado aos Coran-bang-rê (campos de Guarapuava), em setembro de 1770, e não ter mantido sua posição, pois o grande objetivo de toda a campanha militar de Botelho era a ocupação dessa vasta região dos índios.

O sargento Cândido Xavier assumira o posto de tenente em chefe após a morte do tenente Bruno da Costa nas águas do rio Iguacu. Com 31 soldados, no dia sete de setembro, abaixo do porto das Capivaras, ele avistou grandes clarões ao norte, para onde a tropa partiu para verificação. No dia 10 de setembro, chegam ao alojamento dos índios. Seis dias depois, faziam um acampamento no interior dos campos, depois de pequenas explorações nos arredores e da descoberta de ranchos dos índios com mantimentos. Chegam a fazer uma pequena fortificação denominada forte Nossa Senhora do Carmo, e esboçam uma planta de um forte, do qual fala Botelho em sua carta.

Com toda a alegria foi festejada esta felicidade, e novo descobrimento, sendo a primeira notícia, que houve dos Campos de Goropuava tão recomendados às Ordens de Sua Magestade, e a

219 Carta de Afonso Botelho ao Tenente-Cândido Xavier de Almeida, de 17 de dezembro de 1770. *Anais ...* p. 131.

primeira gente nossa, que nele saiu, devendo-se este primeiro descobrimento à curiosidade do tenente Cândido Xavier de Almeida., estando nos campos quinze dias explorano para todas as partes a campanha, sem descobrir mais do que campo, e gentio²²⁰.

A retirada de Xavier e suas tropas da fortificação de Nossa senhora do Carmo para o porto do Funil certamente não foi motivada pela falta de alimento, como alegou, pois havia vários ranchos com milho, feijão e abóboras, como ele mesmo relata. Em sua carta de 24 de agosto de 1770, para o comandante Botelho, ele aponta o perigo por que passava, isolado naqueles campos cercados de índios.

[...] vi que o gentio nos podia pôr em consternação como nos infestar o caminho do pôrto, sem podermos dali buscar recursos para parte alguma sem infusão de sangue, segundo nos indicavam com continuadas queimadas ao redor do acampamento²²¹.

O tenente Cândido Xavier pressentiu o cerco, e se retirou, provavelmente para não ser atacado. Os acontecimentos no porto do Funil e a retirada para o porto da Capivaras é uma seqüência de cercos, fugas e perseguições desde que chegaram às terras indígenas, ao norte do rio Iguaçu.

Assim os Kaingang expulsam dos campos de Coran-bang-rê a primeira expedição militar que tentou ocupá-los. Da mesma forma que expulsaram o próprio tenente-coronel Afonso Botelho, que comandou pessoalmente a décima expedição, deixando sete soldados mortos nas margens do rio Jordão, numa retirada apressada, em que teve de abandonar vários objetos, carretas e arreamentos de animais nos locais de acampamento. A décima expedição só foi salva por um milagre, conforme se relata:

Os favores, e tão repetidos milagres, que esta expedição recebeu, devemos a Deus pelas orações com que socorreram os pios amigos, e devoto povo de Curitiba, com as continuas

220 Afonso BOTELHO. *Anais ...* p. 14.

221 Carta de Cândido Xavier de Almeida ao tenente-coronel Afonso Botelho, em 24 de outubro de 1770. *Anais ...* p. 127.

novenas, e repetidas suplicas, que fizeram a Deus, e sua Mãe Sanctíssima, rogando pelo nosso bom sucesso. Os perigos, de que Deus nos livrou, nem ainda os que viram cabalmente conhecerão, porque só a reflexão dêles causa horror aos ânimos mais constantes²²².

A décima primeira expedição também teve o mesmo destino. Tentou conter o ataque dos Kaingang e bateu em retirada durante nove dias, abandonando objetos e animais pelo caminho.

Rechaçadas as primeiras tentativas de ocupação de seus territórios pelas expedições de Afonso Botelho, os Kaingang descem a serra da Esperança e atacam a freguesia de Nossa Senhora da Esperança, já nos Campos Gerais, empurrando de volta os invasores. A resistência Kaingang retardou a ocupação dos Coran-bang-rê por quase quarenta anos. Somente em 1810 é que novas tentativas de ocupação serão feitas nesses territórios.

222 Afonso BOTELHO, *Anais ...* p. 48.





Capítulo III

DIOGO PINTO E A GRANDE EXPEDIÇÃO MILITAR DE OCUPAÇÃO DOS CORAN-BANG-RÊ

Em 1782 temos o registro de ataques em Lages, então província do Rio Grande do Sul. Os campos de Lages, em Santa Catarina, são uma extensão geográfica dos campos de Palmas, no Paraná, indo até os campos do norte do Rio Grande do Sul. Todo esse território pertencia aos Kaingang.

Numa carta do governador da província do Rio Grande do Sul, pode-se verificar o que acontecia naquelas paragens no último quarto do século XVIII.

Ponho na presença de V.Sa. que no dia 17 de outubro próximo passado sahirão os Bugres no continente das Lages, em huma paragem chamada Lagoinha, [...] em cujo assalto matarão quatro Pessoas, a saber, hum homem que foi encontrado primeiro, oqual hia montado e, frechado-lhe o Cavallo, cahio no chão depois do Cavallo corcoviar, que depois disto succedito o matarão a porete; e seguindo os ditos Bugres o Cavallo disparado com a flexa teve este a sua carreira direita á Caza de hum morador por nome Luiz Felix, filho de outro do mesmo nome, o qual vendo o reboliço e Motim que vinhão fazendo ditos Bugres, teve o accordo fogir, mas este o não teve sua Molher e suas duas Filhas que forão apanhadas em caza, e ouvindo o Marido fogido os gritos de sua consorte veio-lhe acodir e se meteu no precipicio que morreo, e sua Molher, e a estes dous infelizes acompanhou huma filha menina que tambem matarão depois que tirarão ou esfolarão a pelle da Cabeça,

junto com o cabelo por ser este muito louro; e a filha mais velha, que dizem teria oito para nove anos, como era muito bonita, e também loura no cabelo, a conduziram para seus alojamentos²²³.

Houve, nessa época, outros ataques a fazendas e sítios da região. Na mesma carta, são apontados os assaltos dos índios aos paióis de milho abandonados pelos pequenos fazendeiros foragidos para a vila de Lages.

O governo, em carta do vice-rei ao governador de São Paulo, em 21 de fevereiro de 1783, pedia-lhe que desenvolvesse esforços para garantir o

[...] socego daquelles Povos a fazer cessar as mesmas hostilidades nos Territórios, [...] sendo necessario que V. Exa. haja de expedir as Ordens mais positivas ao commandante do districto das Lages²²⁴.

Fazer esforços para cessar as hostilidades, enviando ordens mais positivas às forças armadas em Lages, significava *expulçar aquelles barbaros dos sítios confinantes com ambos os limites da Capitania de V. Exa. e do Continente do Rio Grande*²²⁵. Era preciso manter a paz e o sossego dos fazendeiros da região.

A corte reagia indignada ao desassossego que imperava nos territórios sulinos *infestados de selvagens*. A Carta Régia de novembro de 1808 relata ataques generalizados por todo o sul do Império, principalmente nos Campos Gerais de Curitiba, de Guarapuava e nos campos das cabeceiras do rio Uruguai. O Príncipe Regente propunha então guerra contra os índios que matavam *cruelmente todos os Fazendeiros e proprietários* estabelecidos nesses campos. Indignava-se ele com o abandono dos Campos Gerais de Curitiba e os de Guarapuava, assim como das terras com as vertentes voltadas para o rio Paraná.

223 Cf. Cópia da carta do governador do Rio Grande do Sul sobre os insultos praticados pelos índios de Lages. In: Romário MARTINS. **Documentos comprobatórios**, v. II, p. 149-150.

224 Cf. Carta do vice-rei ao governador de São Paulo, em 21/2/1782. In: Romário MARTINS. **Documentos comprobatórios**, v. II, p. 150-151.

225 Id., *ibid.*, p. 151.

De fato, ao abandono seguiram-se as tentativas de ocupação nos anos de 1760/70, rechaçadas pela firme resistência indígena. Passados quarenta anos, os territórios continuaram

[...] infestados pelos índios denominados Bugres que matão cruelmente todos os fazendeiros e proprietários que nos mesmos Paizes tem procurado tomar sesmarias e cultivalas, em beneficio dos Estado. [...] a maior parte das Fazendas que estão na dita Estrada (São Paulo-Rio Grande do Sul) serão despovoadas humas por terem os índios Bugres morto os seus moradores e outras com o temor que sejam igualmente victimas²²⁶.

Desde a expulsão de Afonso Botelho e suas tropas dos Coran-bang-rê, os Kaingang, encorajados, faziam incursões cada vez mais ao ocidente. No início do século XIX, eram senhores dos territórios a oeste da estrada do Viamão e atacavam constantemente fazendas, vilas e viajantes nas suas imediações.

Os próprios índios preservaram a memória desse passado de lutas e resistência. A monografia de Telêmaco Borba, de 1882, revela como contavam sua história de dois séculos de luta nos Campos Gerais e nos Coran-bang-rê.

Dizem, estes índios que seos antepassados habitavam o território das actuaes comarcas de Castro e Guarapuava, de onde dirigiam seos assaltos aos habitantes das orlas do sertão e aos tropeiros e viajantes que percorriam a Estrada do Rio Grande do Sul. Quizeram oppor-se ao povoamento de Guarapuava, que atacaram no principio; mas foram vencidos, dizem elles, em um grande combate onde perderam muita gente; depois desse desbarato continuaram seo velho systema de sorprehender traiçoeiramente, tanto os desprevenidos habitantes dos campos de Palmas e Guarapuava, como aos descuidados tropeiros; mas, neste seo modo de proceder, de

226 Cf. Carta Régia de novembro de 1808. In: Romário MARTINS. *Documentos comprobatórios*, v. II, p. 86. Em a *Política indígenista brasileira no século XIX*, Carlos Araujo MOREIRA NETO afirma que a política indígenista brasileira durante o Império foi formulada em torno de critérios “estritos de dominação e subordinação”, e tinha como objetivo a implementação e a consolidação do domínio da sociedade nacional sobre os grupos tribais.

vez em quando, soffriam grandes revezes, e as represálias por parte dos habitantes daquellas regiões, coadjuvados pelos caciques Condá e Viry, eram-lhes sempre funestas²²⁷.

O Império toma uma resolução: os índios devem ser combatidos, catequizados, “civilizados”, e seus territórios devem ceder lugar a prósperas fazendas de gado. O governador da província de São Paulo chama Diogo Pinto de Azevedo para organizar a ocupação dos territórios e manter os índios afastados. Diogo Pinto era um militar disciplinado, duro, experiente e conhecedor dos campos de Guarapuava, pois ali estivera com o capitão Paulo Chaves em 1774. Era o perfil ideal para o empreendimento e, em 1809, já está internado nos Campos Gerais, refazendo o antigo caminho das expedições de Afonso Botelho.

O ano de 1810 é marcado pela chegada aos campos de Guarapuava de uma enorme expedição com mais de trezentas pessoas, as quais cerca de duzentas eram soldados. O objetivo da expedição era ocupar esses campos abrindo espaço para as fazendas de criação. No dia dois de julho, acampam no lugar denominado Atalaia, último ponto alcançado pelo capitão Paulo Chaves em 1774. No dia 29 de agosto, os Kaingang fazem um ataque em massa ao acampamento. Diogo Pinto e o padre Francisco das Chagas Lima atestam a firme defesa do tenente Antonio da Rocha Loures.

Sustentou corajosamente a defeza deste Aquartelamento da Atalaia por espaço de seis horas no primeiro e profiado combate que atentarão os índios deste continente quando virão nossa gente abarracado nos seus campos²²⁸.

Na batalha, são mortos e feridos muitos índios, ocorrendo na força militar apenas ferimentos leves. Os kaingang sofrem forte derrota e dispersam-se pelos campos ao sul e a oeste da fortificação.

Essa grande expedição não passara despercebida aos Kaingang, então senhores abolutos dos Coran-bang-rê. A 13 de junho de 1810, Diogo Pinto partia da freguesia da Esperança e, no dia 2 de julho,

227 Telêmaco BORBA. *Actualidade indígena*. p. 5.

228 Cf. Atestado do comandante Diogo Pinto de Azevedo Portugal e do padre Francisco das Chagas Lima, elogiando a ação do tenente Rocha Loures na defesa do quartel de Atalaia, atacado pelos índios em 29 de agosto de 1810. In: Arthur Martins FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 95.

assentava acampamento em Atalaia. Nos vinte dias de travessia pelas campinas abertas da região, provavelmente foram seguidos e observados. No dia 16 de julho, como já ocorrera anteriormente com Afonso Botelho, em 1773/4, os índios fizeram uma visita ao acampamento. De acordo com o Padre Chagas, eram em torno de

[...] 30 a 40 índios, os quais deram motivo de alarme no posto da Expedição. Indo a tropa reconhece-los, eles, já de longe depuseram as armas, para que aquela fizesse o mesmo; falavam, porém não se os entendia, dando contudo a conhecer por acenos que desejavam pacificamente chegar ao acampamento; o que lhes foi concedido²²⁹.



Figura 13. Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal, comandante das tropas de ocupação dos campos de Guarapuava em 1810.

Fonte: F. R. Azevedo MACEDO. Conquista Pacífica de Guarapuava. Curitiba, Gerpa, 1951.

229 Cf. Relato do padre Francisco das Chagas Lima. In: F. R. Azevedo MACEDO. Conquista pacífica de Guarapuava. p. 136.

O objetivo da visita era tomar conhecimento das forças acampadas no local, conhecer suas construções, seus armamentos e ganhar a confiança da expedição.

Um relato da Câmara de Vereadores da vila de Castro traz outras informações sobre a visita: *vieram os índios com suas mulheres e as deram a todos os indivíduos, que ali se axavão, a cada hum huma daquellas mulheres, em mostra de paz e amizade e se forão*²³⁰. Os vereadores censuram o padre Chagas que reuniu a tropa e proibiu o relacionamento dos soldados com as índias. Passados três dias, os índios vieram buscar suas mulheres e ficaram indignados por elas não terem sido aceitas como presente. A recusa teria sido a causa do ataque do dia 29 de julho.

Ora, seguramente os Kaingang não deixaram suas mulheres por simpatia ou por costume. Impossibilitados de fazer um ataque frontal ao forte de Atalaia, protegido por uma estacada de paus e fechado por portões, e devido à quantidade de soldados e armamentos, tentaram seduzir os soldados com suas mulheres e levá-los para fora da fortaleza. Repetiam a tática usada com a expedição de Botelho, quando sete soldados morreram às margens do rio Jordão em 1774. Os vereadores relatam a força da atração dos soldados pelas índias: um deles, Manoel Pereira de Magalhães, descumpriu as ordens do padre Chagas e manteve relações com uma joven Kaingang.

Todo o afago dos selvagens só em direitura de Magalhães e a rapariga que antes pertenceu, o tomou as costas e com ele se meteu no meio dos seus que se os nossos não o acomodem, levavam para o mato²³¹.

Os índios sabiam da possibilidade de atrair os soldados que passavam meses e meses longe de mulheres internados em territórios sem o divertimento a que estavam acostumados nas vilas. Atrai-los para os braços das jovens era uma forma de tirá-los do interior do forte.

230 Cf. Documento dos vereadores da vila de Castro, de 14 de dezembro de 1826, dirigido ao ouvidor e desembargador Dr. José Vernecke Ribeiro de Aguilar. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 217.

231 Cf. Documento dos vereadores da vila de Castro, de 14 de dezembro de 1826, dirigido ao ouvidor e desembargador Dr. José Vernecke Ribeiro de Aguilar. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 218. A opinião de que a causa da guerra se deveu ao fato de o padre Chagas proibir o relacionamento dos soldados com as índias é comum nos historiadores que condenam a ação do padre na sua disputa pelo poder em Guarapuava com o comandante Diogo Pinto.

A batalha estava sendo preparada desde a chegada da expedição. Diogo Pinto retornou para o povoamento de Linhares deixando em Atalaia um furriel e trinta praças para dar início ao povoamento. Dois dias depois de ter chegado a Linhares, chegam dois soldados de Atalaia com a notícia de que um grande número de índios estava se reunindo em torno do acampamento. Faziam visitas *com dissimulada amizade, dando a todos os indícios de quererem surpreender o destacamento*.²³²¹⁰ Diante da ameaça, Diogo Pinto envia mais trinta soldados, comandados por Antonio da Rocha Loures, que chegam em 26 de agosto. No dia seguinte, 27 de agosto, os quatro principais caciques das tribos reunidas no local, com pinturas e vestimentas de guerra, dão o ultimato ao comandante: ou se retirassem ou matariam todos.

No dia 28 postaram-se divididos em grandes grupos nos arredores do acampamento: tentarão diversas vezes com demonstrações de amizade, surpreende-lo, até que as duas horas da madrugada do dia 29 atacam o acampamento com tal intrepidez, como não consta ter havido outra ação igual²³³.

De acordo com a narrativa de Francisco Ferreira da Rocha Loures, sem os reforços de Linhares, os trinta soldados comandados por seu pai teriam sido massacrados. Os 400 cartuchos que tinham foram gastos logo nas primeiras descargas. Provalvemente o pai do narrador, tenente Antonio da Rocha Loures, havia trazido de Linhares não só trinta soldados como também grande quantidade de munição.

Pelas quatro horas da madrugada, avançarão ao Campamento pelos quatro planos que se dentro não estivesse Tropa Curitibana, decerto pereceriam. O número de soldados montava a 36, o dos índios / segundo a melhor opinião/ chegavam a dois mil; pelejaram até duas da tarde e retirarão-se com muitos mortos e feridos, dos nossos ficou ferido levemente em hum

232 Ofício de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 23/11/1861, v. 19, p. 153, 1861. Apep, doc. manuscrito.

233 Ofício de Francisco Ferreira da Rocha Loures ao presidente da província, **OFÍCIOS**, 23/11/1861. v. 19, p. 153, 1861. Apep, doc. manuscrito. Esse relato é o que apresenta maior consistência, mesmo porque quem o fez foi o filho do tenente Antonio Rocha Loures, que comandou a defesa de Atalaia nesse ataque.

pé, hum soldado e outro na cara e deste então principiarão estes selvagens a matar a nossa gente, e muitos foram vitimas duma ferocidade, pois os mesmos se axavão prevenidos que os nossos queriam mata-los e não domestica-los²³⁴.



Figura 14. Episódio do ataque dos índios Camés ao Fortin de Atalaia em 29 de agosto de 1812. Desenho de Amaral Filho, 1954.

Fonte: Nivaldo Kruger. Guarapuava: seu território, sua gente, seus caminhos, sua história. Guarapuava : Fundação Santos Lima, 1999, p. 15.

Fragmentos do relato dessa batalha, que aparecem no livro de Arthur M. Franco, mostram que no ataque os índios incendiaram os ranchos do acampamento. Já o padre Chagas, no relatório sobre a conquista de Guarapuava, de 1821, diz:

A expedição mandada no ano de 1809 para guarapuava entrou nessa conquista onerada com um Trem de guerra assás exorbitante, e tropa de duzentos soldados/sem contar o Estado

234 Cf. Documento dos vereadores da vila de Castro, de 14 de dezembro de 1826, dirigido ao ouvidor e desembargador Dr. José Vernecke Ribeiro de Aguilar. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava.** p. 218.

maior. [...] tres mezes nos negocios da guerra contra os salvagens, que venceo em 1810²³⁵.

Em 30 de outubro do mesmo ano, os Kaingang atacam novamente as tropas do tenente Antonio R. Loures na entrada dos campos de Guarapuava. Loures vinha escoltando o padre Chagas e o resto da expedição que vinha de Linhares, quando foi atacado. No combate, morreu o soldado João da Rocha Loures, irmão do tenente Antonio.

Foram três meses de guerra contra uma tropa de mais de duzentos soldados armados, até mesmo com peças de artilharia.

Os Kaingang foram derrotados em 1810, porém sua resistência continuou. Passados cinco anos da ocupação dos campos guarapuavanos entre os rios Coutinho e Jordão, os brancos começaram a se movimentar em direção aos campos de Palmas, ao sul. Numa dessas expedições de reconhecimento, em direção às Missões, no Rio Grande do Sul, pelos campos de Palmas, o guia Kaingang Iongong e seis homens tomam um atalho e desaparecem sem deixar vestígios. Provavelmente Iongong levou os seis integrantes da expedição a uma emboscada em algum lugar nos campos de Palmas.

Iongong foi mandado por practico da picada para Missoens, então intentada: cumprio que se lhe determinara; porém quando já vinhão de retirada, entrou este índio com seis homens Portuguezes em hum atalho de matoz, onde desaparecerão todoz, sem haverem delles mais notícias até hoje²³⁶.

Conforme os relatos do padre Chagas, Iongong estava preso, em 1815, juntamente com outro índio, no forte de Atalaia. Na folha de acusações constava uma vida cheia de *absurdos e erros*.

Os índios não-aldeados eram constantemente perseguidos pelos brancos e pelos índios aldeados em Atalaia. Em 1825, eles revidam, atacam o aldeamento de Atalaia, onde estavam os Kaingang comandados pelo cacique Luis Tigre Gacon. Matam-no com mais vinte e oito índios e destroem o aldeamento.

235 Cf. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. Escrito pelo padre Francisco das Chagas Lima. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 259.

236 Cf. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do anno de 1821. Escrito pelo padre Francisco das Chagas Lima. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 242.

Os índios Dorins provocados pelos repetidos insultos, crueldades e mortes, que na sua corporação praticavão os aldeados, vierão em Abril de 1825, e hostilmente avançarão a povoação, matando 28 índios e queimarão suas casas. Nessa ocasião é que foi morto Luiz Tigre Gacon. [...] O assalto nos aldeados foi feito por 60 a 70 Dorins, os quaes chegarão depois da meia noite, e puzeram fogo a uma das cazas, depois as outras. Os moradores alvoroçados pela novidade, em lugar de fugirem e se salvarem, ignorando a força, se puzerão em resistência; porem cahindo os Dorins com força, matando com flechadas os que fugião, assim travou a peleja, que, sendo favoravel àqueles, fizerão, durante as duas horas que durou, bastante estrago, morrendo 28 pessoas, e algumas queimadas, a saber: 14 homens, 8 mulheres, e 6 crianças: e logo se retirarão para dahi a 26 leguas, para as bandas do rio Piquiry²³⁷.

A riqueza de detalhes no relato do padre Chagas fez com que um historiador de Guarapuava sustentasse que ele estava presente em Atalaia nessa noite e só foi salvo por ter fugido pelo taquaral nas proximidades do aldeamento²³⁸.

O ataque é uma represália aos índios que prestavam serviços aos invasores brancos. Desde o início da formação desse aldeamento, muitos caciques, ali sediados, serviram de guias a soldados e fazendeiros para localizar os índios avessos à integração. A morte do índio Jacinto Doiangre e de sua mulher em Atalaia, em 21 de novembro de 1822, segundo o padre Chagas, deveu-se à perseguição que este fazia aos índios não-aldeados. Jacinto foi morto a porretadas enquanto dormia conforme relatos colhidos pelo padre Chagas junto aos índios não-aldeados.

Nos matamos a Doiangre por ser um dos que mais nos perseguião; já por causa delle temos mudado duas vezes de domicilio, e agora não haveremos de tornar a mudar; e se no terceiro

237 Memórias do padre Francisco das Chagas Lima. In: Arthur Martins FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 208-209.

238 Cf. Narração do episódio pelo guarapuavano Luiz Daniel Cleve, diretor dos índios da região na década de 1870. In: F. R. Azevedo MACEDO. **Conquista pacífica de Guarapuava**. p. 218.

alojamento formos perseguidos, voltaremos a aldeia, e faremos grande estrago²³⁹.

Da mesma forma foi morto o cacique Luiz Tigre Gacon, que provavelmente continuava a indicar seus aldeamentos aos nacionais e a persegui-los.

O ataque ao aldeamento de Atalaia, em 1825, tinha um objetivo claro: matar o cacique Luis Tigre Gacon. Como anteriormente tinham feito com o seu antecessor, o cacique Pahy, morto em 1819, quando perseguia índios não-aldeados para vendê-los como escravos, e o mesmo aconteceu com o índio Doiangre, morto em 1822.

As populações não-indígenas sediadas na pequena freguesia de Nossa Senhora do Belém, em Guarapuava, viviam sobressaltadas. Em 10 de junho de 1828, o soldado Francisco Manoel de Assis França escrevia à sua mãe, em Curitiba, uma carta que reflete o estado de alerta dos habitantes da freguesia, dezoito anos após terem chegado àquele território.

Más sempre medesgosta a Terra em razão de Grande Perigo de Bugres em qe sempre vive que no outro dia inda Tivemos hum ataque com 5 índios dos Brabos qe tivemos grande felicidade pr qe pegou-se 3 delle e outros xumbeou-se porem escaparão os outros xumbeados e sempre Frexarão duas Pessoas dos Nossos porem não foi couza de maior qe logo sararáo e agora estamos em mta cautella pr qe temos hua nação inteira desses qe sepegou contra nós qe tenham prometido nos matarem todos ea razão pr qe estão contra nós hé pr qe veio Ordem de S. Paulo pa o S.r Cap.m remeter todos os índios Manços qe aqui se achasem qe partirão no mes passado e os brabos ficarão-se mto disto he a razão pr qe nos querem acabar, más Deos tem mais poder qe elles não dá animo aelles nos fazerem mal porem tememos qe peguem Fogo em alguma caza qe então só aforça de Armas acabaremos aelles. Eu vivo em tal cautella qe mudei am.a cama p.a o Armazem qe estou entregue delle pr ser Caza de Pedra e Cuberta de Telha elogo qe da Ave Maria Fexo-me econservo hua Arma de Fogo carregada evivo sempre pronto pa o qe

239 Memórias do padre Francisco das Chagas Lima. In: Arthur Martins FRANCO. Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava. p. 208.



Figura 15. Mapa da região de Guarapuava em 1821, organizado pelo padre Francisco das Chagas Lima. Ele mostra a vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava e a divisão das terras dos índios Kaingang em fazendas de gado.

Fonte: Júlio Estrela MOREIRA. *Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paraná*. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 1975, p. 1024.

pode suceder enão mefiu nem deste Manços qe Morão com nosco pr qe são m.to traidores isto hé qe agora poderá ter 16 ou 20 Homens delles e Mulheres hade ter a Riba de Trinta e tantas pr qe pa S. Paulo forão 25 índios e todos cazados elevarão suas Mulheres e Mains qe forão a sima de 60 pessoas com oqe olevarão q.do sahirão pareceu-me hua Purçiçóm e Tomaria eu fosse hindo todos os mais brabos qe sevai pegando²⁴⁰.

Segundo a carta, os Kaingang eram um grande perigo à vila e atacavam-na constantemente. O próprio praça relata um ataque onde cinco guerreiros flecharam dois moradores da vila que reagiram violentamente. Muitos índios aprisionados eram enviados para São Paulo. O soldado França descreve a partida de um “lote” deles. Por sua vez, os Kaingang prometiam vingança e intencionavam matar os moradores que os aprisionavam e os enviavam para longe. As duas populações viviam em clima de guerra, iniciada com a chegada da expedição em 1810, e que continuaria ainda por um longo período.

240 Cf. Carta de Francisco Manoel de Assis FRANÇA, praça acantonado na freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava. In: *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*, v. V, ano 1981, fascículos 3-4, p. 69-71.



road



Capítulo IV

AS GUERRAS DOS KAINGANG EM OUTRAS PARTES DA QUINTA COMARCA DE CURITIBA

A resistência Kaingang ocorre não apenas em torno dos campos de Guarapuava, ou nos territórios adjacentes à freguesia de Lages, mas também em toda a região dos Campos Gerais e em outras partes da quinta comarca de Curitiba e mais tarde província do Paraná.

A guerra travada nos Campos Gerais ao longo da estrada do Viamão

Em sua passagem pela província do Paraná, em 1820, Auguste de Saint-Hilaire descreveu as marcas da guerra entre brancos e Kaingang.

A morte de várias pessoas é marcada por uma cruz na fazenda Boa Vista, imediações do rio Jaguariaíva, perto da divisa com São Paulo: *A duas léguas de Boa Vista, encontra-se uma cruz erguida à beira do caminho, não muito distante do sítio em que várias pessoas haviam sido trucidadas pelos índios*²⁴¹. Na fazenda Jaguariaíba, seu proprietário, o coronel Luciano Carneiro, reclamava dos índios que atacavam os moradores da localidade.

Como a população branca, desde algum tempo viesse diminuindo, por motivos que logo direi, os selvagens iam-se tornando cada vez mais atrevidos, e a seca de 1819, da qual também

241 Cf. SAINT-HILAIRE. *Viagem à Comarca de Curitiba*. p. 42.

sofreram os tristes efeitos, mas contribuiu para aumentar a sua audácia. Recentemente haviam eles invadido os campos de propriedade do Coronel, tendo morto alguns cavalos e comido a carne, o que nunca tinham feito até então. Poucos dias antes de minha chegada a Jaguariaíba, foram vistos a rondar pela vizinhança da casa, e o coronel, imediatamente, ordenou a vinda de alguns soldados, a fim de persegui-los. Estava eu apenas algumas horas da fazenda, quando chegaram oito homens, a cavalo, bem armados, prontos a marchar no dia seguinte contra o inimigo²⁴².

De um lado, a audácia dos índios que chegavam às portas da bem guardada fazenda do Cel. Luciano Carneiro, paulista considerado um dos mais ricos da região, matando cavalos e atacando moradores dos arredores; de outro, a reação do fazendeiro, colocando tropa de soldados no seu encalço. Saint-Hilaire conversa com esses homens; são soldados experientes no combate, atentos às pistas dos índios, até encontrar o aldeamento. Atacam de surpresa fazendo um imenso tiroteio com seus fuzis, pondo em fuga ou matando os índios adultos, e aprisionando as mulheres e crianças menores. Os índios se organizam para emboscar os atacantes, mas estes se desviavam por atalhos. O relato feito pelos soldados a Saint-Hilaire revela verdadeiras caçadas promovidas pelos fazendeiros dos Campos Gerais contra os Kaingang.

Saint-Hilaire relata o temor dos habitantes e as lembranças dos ataques e mortes ocorridas. Chegando à fazenda Fortaleza, uma das mais antigas e prósperas dos Campos Gerais, diz:

Freqüentemente êles ali cometiam tropelias; perseguiram-nos, matavam alguns homens e tomavam-lhes mulheres e crianças. Os negros do Sr. José Félix nunca iam trabalhar nas plantações sem levarem consigo armas de fogo²⁴³.

Em 1820, os fazendeiros tinham de correr o risco de armar seus escravos, ou deixá-los desarmados e serem mortos pelos índios. Era melhor arriscar uma possível fuga dos escravos e posterior captura do que a sua morte.

242 Cf. SAINT-HILAIRE. *Viagem à Comarca de Curitiba*. p. 45.

243 Cf. SAINT-HILAIRE. *Viagem à Comarca de Curitiba*. p. 60.

Os índios se abrigavam nas matas, atacavam viajantes e os sítios das adjacências. O guia caboclo aponta ao cientista francês o local de massacres:

Logo depois, passamos pelo sítio no qual, dois anos antes, êsses bárbaros haviam morto dois homens que trabalhavam numa plantação; outros três conseguiram escapar, fugindo para os campos, onde os selvagens temiam travar peleja. Os que caíram em suas mãos foram trucidados a pauladas, quebraram-lhes a cabeça e despojaram suas vestes²⁴⁴.

Saint-Hilaire descreve a insegurança dos parentes dos mortos, que terminaram por deixar a região. Um sítio, voltado principalmente para o cultivo do linho e a fabricação de tecido, com uma pequena população assentada, foi abandonado nessas circunstâncias. Em síntese: nos Campos Gerais, em 1820, havia uma guerra movida pelos brancos contra os Kaingang²⁴⁵, cuja reação foi do mesmo nível, sustentando uma guerra contra os ocupantes de suas terras.

A guerra nos, Kreie-bang-rê, campos de Palmas ao sul da província

Na década de 1830, as terras indígenas do Coran-bang-rê já tinham sido transformadas em fazendas de criação de gado. A freguesia de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, apesar de viver em alerta e sob tensão, se consolidava como base irradiadora da ocupação dos territórios à sua volta. Os fazendeiros da região procuravam novas pastagens ao sul do rio Iguazu, voltando sua atenção para os campos de Palmas, refúgio de parte dos Kaingang expulsos dos Coran-bang-rê. Muito se falava, em Guarapuava, sobre esses campos no sul. Muitas histórias eram contadas sobre assaltos, mortes, raptos e sumiços de viajantes que ousavam atravessar os campos rumo à província do Rio Grande do Sul. Bastante comentado era o rapto de José de Sá Sottomaior na madrugada de 22 de julho de 1832, nos campos de São Pedro do Sul. Nesse ataque, os índios

244 Cf. SAINT-HILAIRE. *Viagem à Comarca de Curitiba*. p. 62.

245 Cf. SAINT-HILAIRE. *Viagem à Comarca de Curitiba*. p. 69.

mataram quinze pessoas do acampamento e levaram Sottomaior que, segundo consta, tornou-se chefe indígena e teve cinco filhos com índias Kaingang, morrendo no sertão das Laranjeiras.

Outra história comentada em Guarapuava era a luta entre Pedro de Siqueira Cortes - um dos primeiros fazendeiros a se estabelecer em Palmas - e o cacique Vitorino Condá. Conta-se que Condá emboscou a comitiva de Siqueira na estrada para o Rio Grande do Sul. O combate foi violento, chegando no corpo a corpo, quando acabou a munição dos brancos. Foi quando Siqueira conseguiu acertar o cano de sua arma na testa de Condá, fazendo uma cicatriz. Pedro Siqueira consegue escapar, e Condá jura vingar-se do branco que lhe deixou a cicatriz. Informado por paulistas, que viviam com índias da tribo de Condá, que este se preparava para atacá-lo em Guarapuava, Pedro Siqueira reuniu um grande contingente de vaqueanos e índios mansos e atacou Condá em sua aldeia em Xanxerê. De surpresa, Pedro Siqueira atacou o aldeamento onde estavam apenas os velhos e as crianças; os adultos se encontravam nos campos de caça. Recupera os seus bens que tinham sido levados por Condá e mais objetos de valor da aldeia, além de matar a mãe de Victorino Condá. Sabedores do ataque, os Kaingang põem-se em perseguição à bandeira de Siqueira, cercando-a num taquaral por três dias. O cerco foi rompido a tiros e, com muito custo, conseguiram escapar de Condá e sua gente.

Mas os brancos estavam dispostos a ocupar novas extensões de terra. Sabiam dos perigos existentes no território e estavam dispostos a correr os riscos. Em 1836,

[...] vieram a Guarapuava alguns índios mais domésticos, que se tinham dado de novo á vida errante dos bosques, e com facilidade seduziram a alguns inexpertos, com promessas de lhes mostrarem ricas minas de ouro, onde deviam fazer fortuna; seis os acompanharam, mas apenas chegando lá conheceram o erro que tinham commettido, e o perigo a que estavam expostos. Quando os selvagens decretaram sua morte, pôde um d'elles de nome Miguel escapar²⁴⁶.

Apesar disso, em 1839,

246 José Joaquim Pinto BANDEIRA. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, vol. XIV, 3ª série, n. 4, 1851, p. 386.

[...] achando-se então Guarapuava muito opulenta, não havendo mais lugar para estenderem as fazendas e estabelecimentos de novas: deliberaram alguns individuos entrarem pelos campos de Palmas, apesar do perigo a que se expunham, de serem victimas dos selvagens ali residentes²⁴⁷.

Fundada a povoação de Palmas, tem início o processo de ocupação das pastagens e o surgimento das fazendas de gado.

Firmam-se acordos com alguns grupos Kaingang aldeados na região, convertendo-os e pondo-os a serviço da sociedade envolvente. Mas muitos outros grupos resistem e passam a ameaçar a recém-fundada vila.

Na noite de 4 de março de 1843 em que um número considerável, quando Condá estava ausente, vieram os taes selvagens atacar a nova e pequena povoação: divididos em dois grupos, primeiramente atacaram os índios já aldeados que se defenderam corajosamente com o favor da superioridade das armas, matando-lhes oito, além de se fazerem algumas índias prisioneiras, e perdendo sómente dous dos seus. E como este conflicto despertasse a pouco gente da povoação que se pôz em atitude de defesa, fugiram os que cercavam²⁴⁸.

Comentando esse ataque, Loureiro Fernandes afirma que ele foi feito por um considerável numero de índios comandados pelo paibang (cacique maior) Vaitom, com o objetivo de exterminar os fazendeiros que ocupavam suas terras. O lugar dos combates se tornou conhecido por Mortandade, perpetuado pela tradição regional até a época da visita de Loureiro Fernandes na localidade em 1936.

Vaitom procura convencer o cacique Viri a aliar-se a ele; não conseguindo, espera o afastamento de Condá, que estava em São Paulo em visita às autoridades da província, para atacar Viri e sua gente, isolando, dessa forma, os brancos que, sem a ajuda indígena, poderiam ser derrotados mais facilmente. A estratégia foi correta.

247 José Joaquim Pinto BANDEIRA. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. XIV, 3ª série, n. 4, 1851, p. 387.

248 José Joaquim Pinto BANDEIRA. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. XIV, 3ª série, n. 4, 1851, p. 392.

No entanto Viri se recusa a participar, ficando na defesa dos brancos, com as armas de fogo. Vaitom e sua gente, mesmo sem aliados e com inimigos fortemente armados, resolvem

[...] atacá-los de improviso para depois de seu extermínio darem o golpe seguro contra os Fongs (Cristãos) [...] conhecedor de todos os acidentes topográficos de Palmas Viri apertou o inimigo sobre o itaimbé junto da povoação, donde muitos se despenharam e os demais foram mortos pelas armas ou fugiram atemorizados²⁴⁹.

Como no ataque feito ao aldeamento de Atalaia, em Guarapuava, em 1825, chegaram à noite cercando o aldeamento dos convertidos. Os índios do cacique Condá e os comandados por Viri, armados pelos brancos, conseguem deter o ataque matando oito dos atacantes; mesmo assim, sofrem duas baixas.

Na época da divisão dos campos de Palmas, ocorreram várias expedições de reconhecimento e por informações dos índios por ali se descobriram mais outros campos e faxinaes²⁵⁰. Graças aos índios convertidos, os brancos tomavam conhecimento dos territórios ocupados pelos Kaingang resistentes. Pouco a pouco seus refúgios, seus campos de caça e de coleta de pinhões foram sendo revelados e ocupados. Progressivamente seus espaços diminuía, assim como suas possibilidades de viver. Daí sua reação violenta, principalmente contra os grupos indígenas que tinham outras estratégias de sobrevivência diante do avanço da frente pastoril nos interflúvios dos rios Iguaçu e Uruguai.

249 Cf. Loureiro Fernandes. Os Caingangues de Palmas. p. 163.

250 José Joaquim Pinto BANDEIRA. Notícia da Descoberta do Campo de Palmas. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, vol. XIV, 3ª série, n. 4, 1851, p. 390.



Capítulo V

A GUERRA CONTINUA NO PARANÁ PROVÍNCIA

Transcorrida a primeira metade do século XIX, o Paraná torna-se província independente de São Paulo, pela Lei nº 704, de 20 de agosto de 1853. Em 19 de dezembro do mesmo ano, tomou posse seu primeiro presidente, Zacarias de Goes e Vasconcelos, que logo se viu às voltas com os conflitos entre índios e brancos da província.

Logo no início de janeiro, recebeu uma correspondência do barão de Antonina aconselhando-o a atrair os índios da província e catequizá-los, para cessar as hostilidades.

Em nove de fevereiro de 1854, recebeu um ofício do subdelegado da vila de Guarapuava com o seguinte teor:

He com a mais viva dôr que me dirijo a V. Exa. antecipando-lhe os horrorosos sucessos que tiveram lugar neste Districto. No dia primeiro do corrente asaltarão na Fazenda do Alferes Domingos Floriano Machado, cidadão prestante e dos mais abastados dos Fazendeiros do Districto um grupo de Índios selvagens com uma ferocidade tal que conseguirão assassinar o proprietário e mais oito pessoas, e saquearão a casa, destruirão, queimarão, finalmente praticarão toda a sorte de distúrbios²⁵¹.

251 Ofício do subdelegado de polícia de Guarapuava, Francisco M. França, ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 9/2/1854. 1854, v. 2, p. 58. Apep, doc. manuscrito.

No relatório de 15 de julho de 1854, Zacarias de G. e Vasconcelos afirma que, além das mortes, os índios feriram gravemente cinco pessoas e levaram o que tinha de valor na moradia.²⁵²

Conforme o relato, o fazendeiro Domingos Machado estava acostumado a receber os índios em sua fazenda e os presenteava como prova de amizade. No dia do ataque, ele os recebeu normalmente como de costume, sem nenhuma cautela, e foi ferido mortalmente. Em 1905 Telêmaco Borba relata que ouviu do cacique Deggaembang a narrativa sobre o assalto à fazenda de Machado. Deggaembang lhe contou que precisavam de ferramentas e roupas que os Machados possuíam, e esse havia sido o motivo do ataque. Em seguida, temendo a vingança dos brancos e índios aliados, retirou-se com sua gente para aldear no Jataí²⁵³.

No dia 10 de fevereiro, a Câmara Municipal de Guarapuava, em reunião extraordinária, comunicava ao presidente Zacarias de G. e Vasconcelos que ocorrera outro ataque à fazenda de José Nogueira do Amaral, distante quatro léguas da fazenda de Domingos F. Machado. Como os ataques aconteceram no mesmo dia e hora, os vereadores concluem que isso *mostra ter sido cometido por outro grupo de Índios*²⁵⁴. Nesse ataque à fazenda de José N. do Amaral, os índios enfrentaram pessoas armadas. Mesmo assim, cercaram-na por três dias, conforme ofício do subdelegado França. As fazendas atacadas ficavam no distrito das Laranjeiras, a oeste da Vila de Guarapuava. Eram os pontos mais avançados da sociedade paranaense em território Kaingang na região.

Junto com os relatos dos ataques, os vereadores de Guarapuava pedem reforços ao governo provincial. Alguns meses depois, um outro ofício da Câmara agradece ao presidente da província o envio das tropas. Foram enviados doze praças para Guarapuava, o que os vereadores acharam inócuo no combate aos índios e na defesa dos fazendeiros, pois:

[...] se ella (a força militar) tivesse sido fixada onde V. Exa. tinha determinado, talvez muitos fazendeiros do lado das Laranjeiras não tivessem abandonado suas propriedades, retirando-se para os suburbios desta Villa,

252 Relatório do Presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos. **RELATÓRIOS**, 15/7/1854. p. 3. microfilme Biblioteca Pública do Paraná.

253 Telêmaco BORBA. **Actualidade Indígena**. p. 131.

254 Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 10/2/1854. 1854, v. 2, p. 186. Apep, doc. manuscrito.

sofrendo dessa maneira um gravíssimo prejuizo. [...] com a retirada dos primeiros fazendeiros, tem os índios de se tornarem mais afoitos perseguindo sempre os que ficão na frente, tera de se despovoar uma grande extensão de terrenos com muito detrimento de particulares e do comercio²⁵⁵.

O distrito das Larangeiras ficava vinte léguas (em torno de 140 Km) adiante de Guarapuava e, com isso, os fazendeiros se sentem sem proteção. Após as mortes ocorridas na fazenda de Domingos F. Machado, outros fazendeiros abandonam suas terras, e os que ficaram foram perseguidos e acabaram por deixar a região. Os primeiros ataques haviam ocorrido no início de fevereiro, e a Câmara Municipal da cidade fala da retirada de fazendeiros ainda em maio. Foram, portanto, três meses de ações.

No ano de 1855, a ameaça continuou. No relatório referente à **Segurança Individual e da Propriedade**, do vice-presidente Theófilo Ribeiro de Rezende, os únicos fatos de destaque continuavam a ser os ataques dos índios aos fazendeiros.

Ainda não cessou de ser ameaçada, como sempre, a segurança dos habitantes das povoações de Guarapuava e Palmas pelos índios selvagens que infestão as immediações dessas povoações, e ainda mais a dos fazendeiros que por vezes tem por elles sido assaltados. [...] somente ha ocorrido de mais notável, contra a segurança, os assaltos dos índios selvagens no municipio de Guarapuava, uma vez na fazenda do capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira, districto de Palmas, e outra na do cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, districto daquela villa, factos que trazem sobressaltados os fazendeiros em geral, que habitão aquella parte da provincia²⁵⁶.

O ataque à fazenda de Hermógenes C. L. Ferreira é assim relatado pelo subdelegado de Palmas:

255 Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 5/5/1854. 1854, v. 4, p. 293. Apep, doc. manuscrito.

256 Relatório do vice-presidente Theófilo Ribeiro de Resende. **RELATÓRIOS**, 1855, p. 6-8. Microfilme.

No dia 7 do corrente officiei V. Exa. dando parte do acontecimento e delicto que os índios Brabos fizeram na fazenda do Capitão Hermogenes Carneiro Lobo Ferreira assassinando a hum Escravo do mesmo capitão e hum índio manço e logo no dia 8 do corrente indo hum homem de nome Joaquim de souza de uma fazenda para outra ao passar um restinga pequena foi atacado por cinco ou seis índios felismente escapou muito molestado pelos ditos índios e estão por aqui rondando esta povoação afim de assaltarem, e estes em número grande²⁵⁷.

O restante do ofício relata o estado deplorável das armas, a falta de munição e pede ao presidente da província um destacamento de tropas de linha para reforçar a defesa da povoação. Descreve também a triste situação dos índios comandados pelo cacique Viry, aldeados em Palmas, que estão sem alimento e impedidos de caçar nos matos pelo perigo que ronda a redondeza. Diante disso, pede autorização para ceder parte do gado aos índios aliados, pois eles são a única proteção que a vila possui. O cacique Viry pede, por seu intermédio, algumas armas de fogo e ferramentas para a roça.

Comentando o mesmo ataque, o juiz de Direito da comarca de Castro escreve ao presidente da província, comunica a morte do escravo e do índio do grupo de Viry e relata que os atacantes perderam *o cacique morto pelos que defendião a fazenda*. Como providência, pede ao delegado de Guarapuava

[...] que desse todas as providências a seu alcance para evitar a repetição de sucessos semelhantes, auxiliando com os meios, a sua disposição aquelles fazendeiros que se achão expostos aos ataques dos índios²⁵⁸.

No dia 12 de fevereiro, os Kaingang voltam a atacar nas imediações da fazenda de Estevam Ribeiro do Nascimento, em Palmas, matando um camarada.

Após os assaltos realizados nas proximidades de Palmas, os índios atacantes rumam para o norte, atravessam o rio Iguazu em direção a

257 Ofício do subdelegado de polícia de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 12/2/1855. 1855, v. 2, p. 218. Apep, doc. manuscrito.

258 Ofício do juiz de Direito da comarca de Castro ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 23/2/1855. v. 2, p. 102. Apep, doc. manuscrito.

Guarapuava, conforme observações do cacique Viry, que os seguiu até o rio. *Voltou o Viry com sua gente no 1º deste mez (março) chegaram muito lastimados de estrepes que os dittos brabos foram arrumando pelo caminho*²⁵⁹.

Outros grupos foram vistos vagando naquele início de março, nos campos de Palmas. No fim de março, assaltaram uma fazenda a 15 quilômetros de Guarapuava.

Participo a V. Exa. que a uma ora da tarde, mais ou menos do dia de hontem (20/3/1855) chegarão na casa da Fazenda de Francisco Ferreira da Rocha Loures, duas legoas, distante desta Villa, nove homens e uma mulher índios selvagens, com o intento de matarem poucos escravos que ali se achavão e saquearem a casa, como é de seu costume, porem estes fixarão descidida resistência morrendo dous índios no conflito²⁶⁰.

No dia 23 de março, a Câmara Municipal de Guarapuava volta a se pronunciar sobre os acontecimentos.

A Câmara Municipal da Villa de Guarapuava, julga de seu dever levar ao conhecimento de V. Exa., o estado actual em que se acha este municipio, pelo facto de vaguearem continuamente pela orla do sertão que borda os campos de Guarapuava e Palmas hum numero imenço de selvagens do Payquere, todos pertencentes a tribo coroados os quaes de continuo procurão surphrender os moradores desses lugares seja em suas occupaões, seja em suas moradas²⁶¹.

O fato de os índios se atreverem a atacar uma fazenda apenas a duas léguas da Vila mostra que tinham perdido o medo dos fazendeiros e das forças policiais ali acantonadas.

259 Ofício do subdelegado de polícia de Palmas, Pedro Ribeiro de Souza, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 3/3/1855. v. 3, p. 232-233. Apep, doc. manuscrito.

260 Ofício do delegado de polícia de Guarapuava, Francisco M. França, ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 21/3/1855. v. 3, p. 90. Apep, doc. manuscrito.

261 Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 23/3/1855. v. 3, p. 217-218. Apep, doc. manuscrito.

O grupo que vinha assaltando fazendeiros de Palmas e Guarapuava era uma força de ataque constituída especificamente para esse tipo de ação. Eram guerreiros adultos acompanhados de algumas mulheres, talvez cinqüenta ou sessenta indivíduos, conforme um relatório do delegado de Palmas. Deslocavam-se desde os campos do Payquerê, a oeste de Guarapuava, para onde tinham sido expulsos com a invasão dos campos de Guarapuava em 1810, e dos campos de Palmas em 1839. Daí partiam para seus assaltos, enfrentando os fazendeiros, as forças policiais e os índios dos caciques Viry e Vitorino Condá, ambos sediados em Palmas.

O papel desses caciques, que ainda no ano de 1855 fazem vários prisioneiros, torna-se bastante relevante na contenção dos ataques. Por isso mesmo é proposto ao presidente da província o engajamento de Viry e Vitorino, com sua gente, num corpo policial ambulante:

[...] afim de manter nestes lugares hum corpo de Polícia ambulante destinado a percorrer continuamente as costas das matas do Payquere, sera presentemente a unica medida a tomar, este índio pode prestar valiosos servissos, pois que he dotado muita visão e talvez aliviasse muito o Pais reduzindo muito dos selvagense affugentando a outros²⁶².

Além desses assaltos nos campos de Palmas e Guarapuava, os anos de 1854 e 1855 ainda são marcados por incursões dos Xocling no sul da província.

As atividades guerreiras dos Kaingang continuam pelos anos seguintes. Robert Ave-Lallemant, quando visita a vila de Lages em 1858, relata que:

Ao norte, subindo os limites com a Província do Paraná, os coroados ainda hoje formam bandos errantes de bandidos. Ainda não faz um ano que assaltaram o posto fiscal onde se paga um pequeno tributo sobre os animais de carga que passam de uma província para a outra, no momento em que estavam bem informados da ausência de homens. Uma senhora foi vítima

262 Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 23/3/1855. v. 3, p. 217-218. Apep, doc. manuscrito.

da brutalidade deles. A casa foi completamente saqueada²⁶³.

Opinião semelhante é compartilhada pelo diretor-geral dos índios da província do Paraná, Francisco Ferreira da Rocha Loures:

Os Coroados, activos e bellicosos são inclinados á pesca e á caça, de que retirão o principal alimento, conquanto algumas hordas dessa grande familia vivão em continuadas correrias causando susto e terror em algumas fazendas e povoações outras existem que nos são muito afeiçoadas e nimiamente inclinados á vida militar²⁶⁴.

A região continuava convulsionada em 1858, como indica o relatório sobre a **Tranquilidade Pública e Segurança Individual**, do presidente Liberato de Mattos:

Da Colônia Thereza tinha ido colher mate no lugar Herval, a tres leguas da mesma colônia, uma familia composta de 2 homens, uma mulher e seu inocente filho, quando apareceram os selvagens, e a sacrificaram ao seu furor²⁶⁵.

O ataque deixou a colônia Tereza aterrorizada, e muitos moradores retiram-se para lugares mais seguros. O mesmo relatório fala da intranqüilidade dos fazendeiros de Guarapuava que abandonavam suas fazendas *receosos de iminente assalto dos selvagens*. A reação do governo não se fez esperar:

Logo que soube, fiz seguir uma força de 20 praças, sob o comando de um oficial, com ordem de ser reforçada por guardas nacionais, se mister fosse, afim de bater e rondar o território na circunvizinhança d'aquellas fazendas²⁶⁶.

263 Robert AVE-LALLEMANT. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. (1858) p. 72.

264 Ofício de Francisco F. da Rocha Loures ao presidente da província, Dr. Antonio B. G. Nogueira. **OFÍCIOS**, 23/11/1861. v. 19, p. 150. Apep, doc. manuscrito.

265 Relatório do presidente da província, Francisco Liberato de Mattos. **RELATÓRIOS**, 7/1/1859, p. 2. Microfilme.

266 Relatório do presidente da província Francisco Liberato de Mattos. **RELATÓRIOS**, 7/1/1859, p. 2.

Mas o raio de ação dos Kaingang não se restringia aos campos de Guarapuava e às imediações do vale do Ivaí. Cidades com território de ocupação já consolidado, como Castro, também são alvo de ataques, como mostra o relatório do presidente Francisco Liberato:

Também em Castro, no dia 14 do próximo passado, grande numero de índios, quasi todos guerreiros armados de arco, flexa e lanças com choupas de ferro, assaltaram a fazenda S. Jerônimo, na estrada para Jatahy, invadiram a casa da residência do administrador, e o intimaram, a lhes entregarem todas as ferramentas, sob pena de ser morto, servindo de interprete d'elles uma indigena velha, que fala regularmente o português. Obedecidos, novas exigências fizeram, e por último apoderaram-se de tudo que encontraram²⁶⁷.

Na seqüência do relato, sabe-se que o administrador refugiou-se na fazenda Fortaleza, a pretexto de ir buscar mais presente. Lá encontrou o sertanista Joaquim Francisco Lopes, que seguia com um carregamento de presentes para tribos do Mato Grosso. Lopes segue imediatamente para São Jerônimo tentando acalmar os índios com os presentes. Por sua vez, o presidente Francisco Liberato, como nos casos anteriores, envia 46 praças para a fazenda São Jerônimo.

A fazenda Fortaleza, refúgio do administrador da fazenda São Jerônimo, era conhecida como local seguro. Passando por lá em 1874, o engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither informa que ela tinha sido construída para

[...] servir de forte e ponto de reunião geral contra os índios que, naquele tempo, infestavam a região. [...] Antes da existência do forte, os índios davam muito trabalho aos fazendeiros, atacando o pequeno número, particularizadamente, que ficava na roça durante o dia, ou então à noite, nos ranchos de madeira, não lhes dando assim sossego o ano inteiro²⁶⁸.

Microfilme.

267 Relatório do presidente da província Francisco Liberato de Mattos. **RELATÓRIOS**, 7/1/1859, p. 2. Microfilme.

268 Thomas BIGG-WITHER. **Novo caminho no Brasil Meridional**: a província do Paraná. p. 368.

A construção era de madeira e barro, tendo à sua volta um grosso muro de barro da altura do peito de um homem, para a proteção da casa grande. O último ataque à Fortaleza é relatado por seu administrador a Bigg-Wither. Os índios, protegidos pela mata, atacaram primeiramente o dono da fazenda que se achava junto aos escravos que colhiam uma roça de milho. Ele e mais doze escravos conseguiram fugir em direção à casa, perdendo dois escravos. De volta à roça, reforçados com mais negros, conseguiram resgatar o pequeno Manuel I. da Costa - dono da Fortaleza na época de Bigg-Wither -, que ficara escondido num monte de espigas de milho. Nessa mesma noite, os Kaingang atacaram a sede da fazenda.

Tão violento foi o ataque que os defensores não tiveram tempo de carregar as armas pelo processo moroso e habitual. Cada dois homens, portanto, faziam um montão de pólvora no chão, entre eles, e assim carregavam e atiravam com maior rapidez possível. A luta proseguiu durante a noite, por parte dos índios, com gritos demoníacos, setas incendiadas e, por parte dos defensores, como homens cujo destino estava nas próprias mãos. Por fim, amanheceu o dia e lá no alto da colina que dominava o forte, na claridade matinal, via-se a figura do cacique acenando para que os seus guerreiros, vencidos, abandonassem a luta²⁶⁹.

A fazenda Fortaleza era não só um ponto de defesa, mas também de reunião dos fazendeiros que ali planejavam estratégias e perseguições contra os índios. Guardada dia e noite, armazenava armas e munições e servia de base para os caçadores de índios. Daí o violento ataque Kaingang com o objetivo de destruí-la. O relato de Bigg-Wither deve se referir a antes da década de 1850, pois o atual fazendeiro (em 1874) ainda era criança por ocasião do conflito.

Voltando ao ano de 1858, verifica-se que o governo provincial do Paraná informa o governo imperial no Rio de Janeiro sobre as hostilidades e, com isso, é autorizada a criação de um aldeamento indígena a oeste de Guarapuava. A comissão, formada por fazendeiros de Guarapuava e Palmas, propõe sua instalação em Chagu, no centro do território ocupado pelos Kaingang após a ivasão de suas terras nos campos de Guarapuava e Palmas. O aldeamento é fundado em

269 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná*. p. 369.

1860 e, um ano depois, em 19 de outubro de 1861, é extinto. A região continuava, assim, sob controle indígena e de alto risco para os que ali se aventuravam em estabelecer propriedades.

Nos primeiros dias de julho de 1863, os territórios a oeste de Guarapuava forma marcados por ações de guerra.

No dia 1 de julho ultimo, appareceram cerca de cem índios armados junto a casa de Joaquim de Freitas no logar denominado - Cavernoso - no distrito de Guarapuava, 8 leguas distante da Villa. As pessoas, que se achavam na mesma casa, fecharam-se e procuraram os meios de justa defesa. O alarido, que fizeram os índios e os sons de suas bozinas foram ouvidos na vizinhança; e Manoel Pereira do Valle, que ouvira, dirigiu-se para aquelle logar, onde encontravam os índios, segundo elle diz, alguns vestidos burlescamente, e outros com baetas vermelhas e azuis, pelo que suppoe-se serem elles dos que tem sido brindados nesta capital. Consta que este individuo procurou chamar os selvagens a sentimentos pacificos; o que supunha ter obtido, quando foi traiçoeiramente ferido nas costas por uma flecha, encontrando na fuga, a galope a conservação da vida²⁷⁰.

Há indícios de que os índios atacaram outras fazendas da região, conforme relatório do diretor-geral dos índios para o presidente da província:

Em officio de 19 de julho participava-me a terrivel catastrophe de terem sido, nos principios d'aquelle mez, barbaramente assassinadas onze pessoas da familia Nogueira, que morava no logar Laranjeiras, por occasião que colhiam uma roça no Chagu, logar que dista da villa de Guarapuava vinte leguas. Foram vitimas d'estes barbaros duas mulheres, tres homens, seis meninos.²⁷¹

270 Relatório do vice-presidente da província, Sebastião Gonçalves da Silva. **RELATÓRIOS**, 21/2/1864, p. 30. Microfilme.

271 Relatório do vice-presidente da província, Sebastião Gonçalves da Silva. **RELATÓRIOS**, 21/2/1864, p. 30. Microfilme.

As fazendas da região de Larangeiras e Chagu já tinham sido atacadas em 1853, e posteriormente abandonadas. No ano de 1860, tentou-se estabelecer um aldeamento indígena no Chagu e, em 1863, os Kaingang voltam à carga nas fazendas da região.

A reação do governo é enviar tropas e munição, além de 20 praças da guarda nacional. Num segundo momento, são deslocados para a região os batedores Kaingang de Palmas e, finalmente, é enviada uma força da polícia estadual composta por 5 praças, comandada pelo alferes A. M. Borba, irmão de Telêmaco Borba.

Os ataques Kaingang eram minuciosamente preparados. Pierre Mabilde nos relata os preparativos para uma ação de guerra contra o inimigo. A iniciativa parte do cacique principal, que reúne seus subordinados e, a partir do consenso para a ação, traçam os planos de sua execução. Geralmente, o comando da ação fica sob a responsabilidade de um cacique subordinado que já tenha demonstrado coragem em ataques anteriores. O número de guerreiros depende dos alvos a serem atacados, sua distância e grau de dificuldade. Muitas precauções são tomadas para não serem surpreendidos durante a marcha: à frente vão os espias que passam informações sobre o movimento do inimigo e os perigos do percurso. Em seguida, seguem os guerreiros armados de arco e flecha, bordunas e varapaus, e mulheres que transportam alimentos e têm como missão atrair a atenção do inimigo para alguma emboscada. Era comum mulheres e guerreiros simularem com gritos e barulho o ataque por um lado, enquanto o grosso da expedição avançava pela retaguarda do inimigo. O índio Luco, um Cayuá que acompanha Thomas Bigg-Wither, relata um dos combates de sua tribo com os Kaingang onde essa tática foi empregada:

Os Caiuás e os brasileiros que, nessa ocasião estavam em guerra contra os coroados, tinham acampado numa pequena clareia aberta na floresta, quando antes da madrugada, o vigia deu o alarme da furtiva aproximação do inimigo, que os seus ouvidos apurados tinham percebido pelo quebrar de um graveto ou o sussurro de folhas na mata. Dado o alarme, imediatamente um grito agudo e uma explosão de vozes adiante, na floresta, na retaguarda deles. A maioria do grupo, pensando que o ataque viesse daquele lado, se voltou e se preparou para oferecer resistência à agressão esperada naquela direção. Alguns dos homens

mais experimentados, porém, suspeitando da ruse - tática natural do índio coroadado é não dar sinal de sua aproximação até que esteja junto do inimigo - ficaram de olhos e ouvidos voltados para o lado de onde os primeiros ruídos suspeitos procediam. Devagar e cautelosamente arrastando-se cada vez mais próximos, os seus movimentos, quase abafados pelo tumulto vindo do lado oposto e, como eles sem dúvida pensavam, não suspeitados pelas iludidas vítimas, o cacique coroadado e seus guerreiros estavam efetivamente se aproximando deste lado, para cair sobre a retaguarda de seus inimigos enganados pela gritaria feita. [...] A primeira gritaria tinha sido feita pelas mulheres, treinadas para ajudar os seus senhores e mestres na batalha. No transcurso da luta, que durou até o dia clarear, as mulheres, bem escondidas na floresta, continuavam a apoquentar e confundir os brasileiros com seus alaridos e rebates falsos²⁷².

As mulheres ainda ficavam encarregadas de cuidar dos prisioneiros. A caminhada na mata era feita de uma maneira muito especial. Andavam em fila, pisando todos no mesmo rastro do primeiro à frente, de modo a deixar vestígios de apenas um guerreiro. Mabilde chega a contar a passagem de 208 indígenas pisando num mesmo rastro. Pisam com as pontas dos pés, em linha reta ao caminho, erguendo-os para evitar os cipós e as plantas rasteiras. Durante o trajeto, marcam o caminho vergando pequenos galhos, brotos e arbustos do lado direito da trilha, em direção ao sentido da caminhada, até certo ponto antes do alvo do ataque. O inimigo é observado atentamente por dias, semanas e até meses. Fixam postos de observação geralmente em árvores das imediações. Quando o local a ser observado não tinha árvores amarravam em volta do corpo galhos ou arbustos como disfarce. Ao assalto segue-se o rapto de crianças, o saque da casa e, em seguida, seu incêndio. Regressam à mata e, só depois de muitos rodeios em torno dela, retornam ao aldeamento.

A essas habilidades aliam ainda a agudez dos sentidos:

272 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do paraná*. p. 295.

Teem a vista, o olfacto e o ouvido de uma sensibilidade e delicadeza extraordinárias; encheram à grande distância, e lhes é cousa facilima o seguir pelo matto o rasto da caça, e do inimigo ou dos de sua gente. O seo olfacto faze-lhes conhecer com certeza e distinguir a aproximação das cobras e outros animais nocivos. Ouvem e distinguem à distancia, o pizar macio e traiçoeiro do tigre²⁷³.

Mabilde já falava, em 1836 dessa extraordinária capacidade dos sentidos. Enxergam a uma distância muito grande, reconhecendo e diferenciando diversos tipos de objetos. Percebem os mais variados e diversos cheiros existentes nas matas. Se um branco passa pela mata fumando um cigarro, um índio é capaz de segui-lo, até algumas horas depois, pelo cheiro do fumo. Acostumavam queimar em suas fogueiras apenas um tipo de lenha e, com isso serem capazes de identificar de longa distância o cheiro de fogueiras de estranhos. Esses dotes os tornam superiores, em seu habitat, aos inimigos brancos.

No início de abril de 1865, o juiz de Direito e o delegado de polícia de Guarapuava informavam o presidente André de Padua Fleury sobre a ameaça de invasão que sofria a cidade. Supunham que mais de 300 índios estavam abrigados no lugar chamado Covó, próximo à cidade, e prontos para o ataque. Fleury envia 40 praças para *restabelecer a segurança e confiança públicas*.

Em agosto de 1865, é a vez do vice-presidente Alves Araújo relatar um ataque com mortes, nas adjacências de Guarapuava:

No quarteirão de Condoy, disctrito de Guarapuava, foram atravessados por flechas, cruel e traiçoeiramente disparadas, um sobrinho do inspector do quarteirão e um seu agregado, cujos nomes ignorava o subdelegado de policia. Um morreu imediatamente, o outro não tera resistido ao mortal ferimento²⁷⁴.

O diretor-geral dos índios, morador em Guarapuava, calcula que os atacantes são os índios Coroados que foram presenteados na colônia Militar de Jataí alguns anos antes, e que costumavam ir a

273 Telémaco BORBA. *Actualidade indígena*. p. 8.

274 Relatório do vice-presidente da província, Manoel Alves de Araujo. *RELATÓRIOS*, 19/8/1865, p. 2. Microfilme.

Curitiba receber presentes. O vice-presidente escreve, indignado, que este é o pagamento que os “selvagens” dão ao esforço e às despesas do governo imperial.

Passam-se os anos. Trocam-se os presidentes da província, os delegados de polícia das vilas e freguesias, mas os territórios dos Coran-bang-rê continuam em estado de guerra. Em 25 de julho de 1877, o delegado de polícia de Guarapuava enviava o seguinte ofício ao sr. José de Souza Ribas, chefe da Secretaria de Polícia da Província do Paraná:

Ilmo. Exmo. Sr. Tenho a honra de requisistar de V. Exa. 12 praças pelo menos e comandadas por um official afim de guardarem esta cidade a qual acha-se ameaçada pelos índios moradores nas circunvizinhanças d’esta cidade²⁷⁵.

Além de ameaçar a cidade, os índios continuavam a fazer suas “correrias” pela redondeza. O presidente da província pede confirmação dos acontecimentos ao juiz de Direito da comarca, que reafirma as *correrias dos índios* causadoras dos *sobressaltos à população da comarca* e da cidade. Segundo ele, os índios *nunca esquecem de suas pretensões sobre um campo que dizem lhes pertencia*.²⁷⁶ Sem dúvida, esse era o motivo da pressão dos Kaingang sobre os moradores da comarca de Guarapuava. Num outro ofício, no mês de outubro do mesmo ano, o juiz adiantava mais informações sobre o caso:

Constando-me que os índios mansos, em número de cem a cento cinquenta achão-se reunidos com disposição hostis no campo denominado Atalaia de que se dizem senhores e cuja posse tencionam disputar²⁷⁷.

Junto aos índios mansos havia, nas proximidades de Atalaia, índios bravos, à espera de adesões de outros mais para se reunirem com os que se achavam no campo de Atalaia. A Câmara Municipal de

275 Ofício do delegado de polícia de Guarapuava Ildefonso José Gonçalves Andrade, ao chefe da polícia da província, José de Souza Ribas. **OFÍCIOS**, 25/7/1877, v. 12, p. 60, Apep, doc. manuscrito.

276 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeiras, ao presidente da província, Joaquim Bento Oliveira Jr. **OFÍCIOS**, 5/9/1877, v. 13, p. 33. Apep, doc. manuscrito.

277 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeiras, ao presidente da província, Joaquim Bento Oliveira Jr. **OFÍCIOS**, 12/10/1877, v. 15, p. 58, Apep, doc. manuscrito.

Guarapuava comenta a concentração de índios, estimando existirem *mais de 300 pessoas* entre índios e caboclos casados com índias. Eram aguardados mais 200 índios de Campo Mourão, Jataí, Palmas e outras localidades que ali pretendiam morar. Já haviam construído ranchos e estavam fazendo roçados. As terras de Atalaia invadidas pelos índios pertenciam ao fazendeiro Manoel Xavier Pedroso, que morava no Rio Grande do Sul. A disposição dos índios era clara: diziam que aqueles campos lhes pertenciam e só saíam à força. Na comunicação dos vereadores, vai o pedido de 20 a 30 praças para a manutenção da segurança do município²⁷⁸. No ano seguinte, em 1878, têm início as negociações com os índios. O Estado, por meio do juiz de Direito, Ernesto D. Laranjeiras, propõe a eles terras em outra localidade, que são recusadas, pois o único lugar que lhes interessa são os campos *denominados de Atalaia e Sepultura*²⁷⁹. Em março de 1878, o mesmo Juiz comunica ao presidente da província que os índios estavam dispostos a seguir para a capital a fim de conseguir as terras e que, caso a resposta fosse negativa, eles rumariam para a corte, no Rio de Janeiro, apresentando sua pretensão ao governo imperial.

Mais de cem anos após terem expulsado o tenente-coronel Afonso Botelho com suas tropas dos Coran-bang-rê, os Kaingang continuavam a lutar por eles.

Outras concentrações de índio e ameaças de ataque a moradores dos campos e matas entre Guarapuava e Ponta Grossa são registradas no ano de 1878. O delegado de polícia de Ponta Grossa informa o presidente da província sobre o grande número de índios na localidade de Enxovias, distrito de sua comarca, criando receio e medo aos moradores.

Nas estradas e caminhos que ligavam Guarapuava a outros pontos da província reinava também a intranqüilidade entre os fazendeiros que ali transitavam com suas tropas e boiadas.

Um fazendeiro de Guarapuava, chamado Pedro Lustosa, dirigia-se, com uma grande tropa, do campo de Santa Catarina ao litoral. Durante a viagem foi assaltado por bugres. O guia, que andava a dianteira, foi morto a flechadas juntamente com o seu animal, e assim imobilizou-se na estreita

278 Ofício da Câmara Municipal de Guarapuava ao presidente da província, Joaquim Bento Oliveira Jr. **OFÍCIOS**, 14/10/1877, v. 15, p. 85. Apep, doc. manuscrito.

279 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeiras, ao presidente da província, Joaquim Bento Oliveira Jr. **OFÍCIOS**, 9/2/1878, v. 3, p. 187. Apep, doc. manuscrito.

picada a longa fila da tropa. Sobre Pedro Lustosa e seus companheiros derramou-se uma chuva de flechas, e em seguida os índios saíram do matto com as suas clavas e, apesar de desesperada resistência, os homens, um depois do outro, foram caindo de seus cavalos, vitimados pelas flechas. Pedro Lustosa, que por fim ficara como único sobrevivente, confiava em seu vigoroso cavalo e deu-lhe esporas, conseguindo, assim, romper as fileiras de seus inimigos. Passou com o animal por cima de um índio que se lhe opunha no caminho, e a outro, que tencionava pegar as redeas do cavalo, derrubou com uma coronhada. Conseguiu fugir, embora perdendo a tropa²⁸⁰.

O relato descreve uma emboscada típica: primeiro, mata-se o guia e seu cavalo; a surpresa imobiliza a comitiva por tempo suficiente para o maciço ataque com flechas disparadas das margens da picada; em seguida, os índios partem para a operação final, o combate corpo a corpo, com a utilização das bordunas, eliminando feridos e sobreviventes.

O interessante é que, algum tempo depois, o fazendeiro Pedro Lustosa regressa a Guarapuava passando por Palmas. Nessa localidade, um índio o cerca no meio da rua, aponta-lhe a cicatriz que tinha na testa causada pela coronhada que recebera e o ameaça de vingança. Muitos anos depois, o padre Solano Schmidt, passando por Palmas, ouve as reclamações indignadas do índio, pelo fato de o fazendeiro ter morrido e ele não ter podido vingar a coronhada recebida. Segundo frei Luiz Cemitille, os índios sempre procuravam se vingar das ofensas, *mas se não conseguem seu intento, conservam a lembrança do ultrage até a morte, e morrendo deixam-na por herança aos filhos*²⁸¹.

Se nos Campos Gerais, Guarapuava e Palmas a situação foi a apresentada acima, no vale do Tibagi, com a ocupação dos campos do Inhoó, a presença dos Guarani-Kaiowá trazidos pelo Barão de Antonina e a fundação da Colonia Militar do Jatai e a Colonia Indígena de São Pedro de Alcantara, a situação também será de conflitos com os Kaingang.

280 Cf. padre Solano Schmidt Unserre "Zahmen" Indianer. Apud, Francisco S. G. SCHADEN. Xoklêng e Kaingang (Notas Para um Estudo Comparativo) In: *Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Organizado por Egon Schaden. p. 81.

281 Cf. frei Luiz de CEMITILLE. Apud, Alfredo TAUNAY. *Entre nossos índios*. p. 93.



Figura 19. Aspectos da antiga Fazenda Trindade, na região de Palmas, do fazendeiro Pedro Ribeiro de Souza. Ela conservava, em 1936, a fachada da época de sua construção. Podemos observar sua cobertura com telhas goivas, as paredes de taipa e uma forte paliçada de madeira destinada a conter os atagues dos índios por ocasião da ocupação da região.

Fonte: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. Curitiba, 1936, p. 291 e 301.

O relatório do vice-presidente da província, Luiz F. Câmara Leal, de 2 de maio de 1859, informava que os Kaingang tinham aparecido em grande número nos estabelecimentos do vale do Tibagi, na colônia militar do Jataí, na colônia indígena de São Pedro de Alcântara e na de Nossa Senhora do Loreto do Pirapó. Eram índios de ambos os sexos e várias idades que cobiçavam machados, foices, facas, tesouras, agulhas, missangas e roupas. Traziam consigo moedas de prata e ouro, aparentemente roubadas. Pareciam dispostos a se aldear, pois depuseram as armas, aguardando os presentes, prometendo não mais praticar hostilidades. No entanto, em 5 de fevereiro de 1862, atacaram o aldeamento de Pirapó, perdendo seu cacique e ficando vários deles feridos a chumbo²⁸².

A represália não tardou. O presidente Antonio Barbosa Gomes Nogueira, em seu relatório de 15 de fevereiro de 1863, fala dos conflitos ocorridos em Pirapó no ano anterior.

O de Pirapó tem andado em estado provisório e anoma-lo desde os principios do ano passado, devido a isto a inepcia de seus empregados que, se não provocaram foram todavia causa indireta do conflito alli havido em 5 de fevereiro (1862) que terminou pela morte do cacique dos coroados, irmão de outro, um outro de nome Nhorozó, e pelo ferimento de um índio da mesma tribu; conflito este que deu lugar ao apparecimento alli do Capitão Nhorozó com uma parte de sua tribo para chorar a morte do irmão, victima do primeiro encontro. Por essa ocasião os Coroados arrombaram casas, roubaram ferramentas, provocando, a travar combate, ao Cacique Pahy, da tribo dos Guaranis, o qual, não recuando apresentou-se em frente dos provocadores com 50 combatente, que causaram a debandada dos coroados, ficando no campo morta uma india²⁸³.

282 Frei Timóteo de CASTELNUOVO. Cartas do frei Timóteo de Castelnuovo ao sr. Joscelin Morocines Augusto Borba, administrador do aldeamento de indígena de Pirapó. In: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. I, p. 467.

283 Relatório do presidente da província Dr. Antonio Barbosa Gomes Nogueira. **RELATÓRIOS**, 15/2/1863. p. 99. Microfilme.

Em 12 de dezembro de 1924, o deputado Arthur Martins Franco fez um discurso inflamado na Câmara Federal, criticando duramente a exposição de um colega sobre os trabalhos realizados pelo Serviço de Proteção aos Índios. Contestou a atuação do SPI na região do rio Laranjinha, afirmando que lá os Kaingang continuavam arredios e isolados, *Constituindo uma ameaça permanente à vida do sertanejo daquela zona*²⁸⁴. Num outro discurso, de 30 de outubro de 1924, o deputado afirma que *Em meados do mesmo anno, foi frechado, no lugar Carvalhopolis, margem direita do Laranjinha, o pequeno Manoel, filho de João Alves, ali residente*²⁸⁵.

Também no vale do rio Ivaí os conflitos acirravam na medida que o processo de conquista desses territórios avançava com as expedições de exploração e a fixação de colonos nas margens desse rio.

Em 1873/4, os grupos de estudo e demarcação da projetada estrada de ferro, que ligaria o porto de Paranaguá ao oceano Pacífico no Peru, chegam à corredeira do Ferro, no rio Ivaí, a noroeste do Estado. O grupo II, comandado pelo engenheiro inglês Thomas Bigg-Wither, ao chegar a este local em março de 1874, vai encontrar mais de quinhentos Kaingang em estado de guerra devido à

[...] lamentável colisão ocorrida entre os índios coroados de Corredeira do Ferro e alguns membros do IV Grupo, que tinham saído do Paraná para esse local, oito meses antes. Nesse conflito, se podemos crer em nossos intérpretes, foram mortos dois índios a tiros. Por isso a tribo ameaçou tirar desforra. Os intérpretes, com a comunicação imprudente do fato aos brasileiros do nosso grupo, causaram o pânico desastroso a que nos referimos²⁸⁶.

Os trabalhadores do grupo II *completamente dominados pelo medo*, abandonaram os trabalhos e fugiram rio acima. Os trabalhos foram interrompidos, pois não houve argumento que convencesse os brasileiros a continuar no local. Para a execução do resto do trabalho,

284 Cf. Arthur Martins FRANCO. *Em Defesa do Índio e do Sertanejo*. p. 91. Esse deputado fez um combate cerrado contra a atuação do SPI no Paraná, nessa época. É de sua autoria e de outros deputados estaduais do Paraná projeto de lei extinguindo o aldeamento de São Jerônimo e a venda das terras dos índios. Em 30 de outubro de 1924, Franco e mais 4 deputados apresentam projeto propondo a extinção da Inspectoria do SPI no Estado do Paraná e Santa Catarina.

285 Cf. Arthur Martins FRANCO. *Em Defesa do Índio e do Sertanejo*. p. 54.

286 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná*. p. 351.

formou-se uma equipe com os estrangeiros do grupo I. No entanto, observavou Bigg-Wither,

Ainda existia a possibilidade de malogro, no caso dos índios, em Corredeira do Ferro, se mostrarem hostis. Para enfrentar essa possibilidade, ficou decidido fazer uma exploração preliminar de outro roteiro, ou seja, pelo vale cogênere do Tibagi, por onde o desejado objetivo de ligar Curitiba com o Rio Paraná podia ser atingido²⁸⁷.

Os Kaingang interromperam os trabalhos do traçado da ferrovia transcontinental na corredeira do Ferro, pois não se tem mais notícia dos estudos na área. O engenheiro Bigg-Wither seguiu para o vale do Tibagi, em novas explorações.

No final do século passado, muitas histórias sobre ataques de índios corriam entre os moradores do vale do rio Ivaí e eram repassadas oralmente de geração a geração. O general Muricy recolheu algumas delas, em 1896.

O caboclo Cirino, que acompanhava a expedição de Muricy, conta o caso de uma das ilhas do Ivaí na confluência do rio Belo, pouco abaixo da vila de Teresina, antiga colônia Teresa Cristina, fundada em 1848.

Não fais muito inda, que por estas paragens não havia quem quisesse se arriscá a andá. Isso era úa indiada braba por tudo, úa barbaridade que enchia essa mataria, e inté na Terezina ia fazê visages pros moradô. Mais úas gentes de fora que vieram sê moradô daqui, deram pra abusá c'a indiada, que tocaram mato dentro e rio abaixo, e foram roçando e prantando mio e feijão e otros mantimentos n'úae n'ôtra bando do rio. O povo tava bem armado e não fazia mais causo déles. tinha bastante corage e, depois, vivia trocando orêia, alerta, esperando tôda a vida argúa traidoria da bugrada; de modos que eles foram se arretirando. O que sim, é que a cabôcrada não roçava muito dentro do mato. Ficava sempre ali meio, à beira dágua, e os ranchos eram feito de pau-a-pique, bem unido e reforçado²⁸⁸.

287 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional*: a província do Paraná. p. 351.

288 José Cândido da Silva MURICY. *Viagem ao país dos Jesuítas*. p. 147.

A história da ilha Josefina retrata o movimento de incorporação das terras indígenas das cabeceiras do Ivaí, que foram sendo ocupadas progressivamente pelos brancos. Alguns índios foram se acostumando com os brancos, mas havia aqueles que resistiram e eram temidos pelos ribeirinhos.

Continuando, Cirino conta que um dia chegaram a uma das primeiras casas, abaixo de Terezina, canoas com novos moradores. Havia um paulista, muito novinho, com uma mulher também muito jovem, com cabelos amarelos. O casal resolveu estabelecer-se muito abaixo no rio, no meio do território dos índios, apesar do aviso dos parentes. Passaram-se oito meses, construíram os ranchos, plantaram e colheram a roça, e nenhum sinal de índio.

Já tavam perdendo o mêdo, quando um belo dia, começô as visage no mato. Batiam nos pau, tocavam buzina, pinchavam pedra nos ranchos. Deviam de sê os bugres dos tórdos da Bufadêra e do Ranchinho, donde era cacique o bugre mais mau dêstes Sertão. [...] e o bugre véio às vezes é visto no meio de uma e ôtra ponta de bugre, e hoje se chama Gregório. Esse que deve de tê perto de cem ano, tem tanto de véio quanto de ruim e crué, e foi o urtimo que dexô de carnêa a nossa gente, si é que dexô²⁸⁹.

O cacique Kaingang Gregório era temido pela população da região, e muitas são as histórias a seu respeito. Depois dessa visita, os índios não foram mais vistos por algum tempo. Um dia, o dono da casa se ausentou, deixando sua mulher, a jovem Josefina, grávida, com os empregados. Na volta, disparou alguns tiros para avisar sua chegada, mas ninguém respondeu. Desconfiado, gritou, e o silêncio reinante no rancho o desesperou. Saltou da canoa e procurou sua mulher por toda a parte. Encontrou um de seus empregados se arrastando pelo chão ensopado do sangue que lhe escorria da cabeça partida. O empregado contou que

[...] os bugre coroado nois pularam em riba e eram bastante pra dois só. Nois moeram de porrete e carregaram nha Zefina. [...] Eram mais de cinquenta bugre, tudo armado de porrete e azagaia, que nos pularam de traidoria. Mais

289 José Cândido da Silva MURICY. *Viagem ao país dos Jesuítas*. p. 148.

assim mesmo, foi só depois de úa pelêa braba que mereceram me derrubá c'úa paulada na cabeça, e não decidiram comigo de uma vês porque cai debaixo de úas gairada. Ansim mesmo, meio tonto, inda vi um bugre aletado garrá em nha Zefina e apinchá na sua canoa grande, com mais dois bugre e se foram rio abaixo²⁹⁰.

Desesperado, o marido segue rio abaixo no encalço dos raptos. Nem ele, nem a jovem Josefina foram jamais vistos. Na madrugada do dia seguinte ao ataque, moradores da região chegam a uma ilha pouco abaixo do local do assalto e ouvem gritos e tiros. Encontraram ali objetos do casal em meio a poças de sangue. Daí em diante, a ilha passou a se chamar Josefina, sendo considerada mal-assombrada pelos caboclos da região, que diziam ouvir os gritos desesperados da jovem.

Segundo o general Muricy, inúmeros são os casos de raptos praticados pelos índios nos territórios do oeste paranaense.

A luta pelos territórios indígenas na bacia do Ivaí continua no século XX. A década de 1920 foi marcada por graves acontecimentos na região da serra da Pitanga, nas margens direita do rio Ivaí. O povoamento da região entrava num processo cada vez mais acelerado e se chocava com as tribos estabelecidas nos diversos toldos ali existentes. Grande contingente de índios tinha se fixado na região a partir das décadas de 1870/80, atraídos por promessas do governo da província. Muitos do seus territórios já eram leis promulgadas pelo governo do Paraná, mas ainda não estavam demarcados e vinham sendo ocupados por colonos de Guarapuava, Ponta Grossa e Terezina. Diante disso, os Kaingang voltaram a agir como antigamente, atacando a população, ameaçando as vilas e cidades próximas.

A imprensa noticiou os acontecimentos que sacudiram as terras do vale do Ivaí à serra da Pitanga nos anos 20 deste século.

Ivahy, 31. O Núcleo Colonial Candido de Abreu será atacado á mão armada pelos índios do toldo do coronel Paulino Xagu. [...] o facto é grave e requer não só providências urgentes para evitar o ataque, como para acalmar e subordinar os índios rebeldes²⁹¹.

290 José Cândido da Silva MURICY. *Viagem ao país dos Jesuítas*. p. 150.

291 Cf. *Gazeta do Povo*, Curityba, sábado, 31 de março de 1923. In: A. M. FRANCO. *Em defesa do índio e do sertanejo*. p. 102.

Em 2 de abril, outro **Jornal curitibano - A República** - questionava as causas do levante Kaingang e acusava o SPI de não ter demarcado as reservas concedidas pelo governo do Estado. As terras indígenas da margem direita do Ivaí estavam sendo ocupadas e já abrigavam a colônia Cândido de Abreu, povoada por poloneses. Novas terras, na margem esquerda do Ivaí²⁹², haviam sido doadas, mas, por falta de demarcação, estavam igualmente sendo invadidas.

Convencidos como estavam, os selvicolas de que tudo na Serra da Pitanga lhes pertencia [...] Reunem-se em número considerável e avisam ao povo para que, dentro de tres dias abandonem suas casas e em seguida dão começo ao saque; commettem a primeira investida roubando e occupando a casa de Antonio Farkim. Incontinentemente saqueam e occupam a ferraria de Fernandes Malho e depois apossam-se das mercadorias da loja de generos Walther e do importante estabelecimento do Sr. Manoel Mendes de Camargo, em um valor de mais de 50 contos de reis²⁹³.

O clima na região era de medo, e famílias inteiras fugiam para as cidades maiores e mais seguras. Os animais dos sitiantes eram arrebanhados e levados para os toldos como presa de guerra. Os mais ousados esboçavam reação:

Um alemão, de nome Landmann, valente e brioso, não supporta o vexame e, sosinho, em um movimento louvavel de repulsa affronta a malta indígena de mais de cem individuos e a tiroteia, matando dous e ferindo outros, pagando com a vida seu heroismo. Dahi a chacina dos habitantes - Uma família que fugia pela madrugada é surpreendida em uma tocaia e assassinada barbaramente. [...] Na tocaia da Pitanga matam elles marido, mulher e filho; cortaram a cabeça daquelle e castraram-no e nesta oh! cousa horrivel, abrem-lhe o ventre, retiram das entranhas, ainda palpitante um feto

292 Cf. Decreto Estadual n. 204, de 17 de abril de 1913. In: Estado do Paraná, Leis de 1913, p. 133-134.

293 Cf. *Gazeta do Povo*, Curitiba, sábado, 31 de março de 1923. In: A. M. FRANCO. *Em defesa do índio e do sertanejo*. p. 103-104.

e reduzem-no a migalhas esfaqueando o último, um menino de treze annos que veio a falecer em um hospital em Guarapuava!!!²⁹⁴

A Gazeta do Povo de Curitiba acusou duramente José Maria de Paula, inspector do SPI no Paraná, como responsável e insuflador do levante dos índios na serra da Pitanga. O cerrado ataque que a imprensa fez ao funcionário faz parte da campanha de desgaste do órgão no Paraná e da campanha para extinção dos aldeamentos de São Jerônimo, cujas terras são disputadas por fazendeiros e importantes políticos paranaenses. Segundo José Mauro Gagliardi²⁹⁵, o SPI torna-se um empecilho à livre ocupação das terras da reserva de São Jerônimo. Mesmo assim a elite agrária paranaense cria o município de São Jerônimo da Serra dentro das terras indígenas, liberando-as a políticos locais. Este é um dado importante para se compreender a drástica redução dos territórios indígenas no Paraná.

O medo que se espalhou pela região chega à centenária Guarapuava. O jornal **Comércio do Paraná** estampava a seguinte manchete, no dia 10 de abril de 1923: **Guarapuava Ameaçada por um Grupo de Bandidos**, alardeando que a cidade se achava ameaçada por um bando de desordeiros, que explorava a ignorância dos índios para perturbar a ordem. Publicou, ainda, um telegrama com o seguinte teor:

Há tres dias a população esta alarmada motivada pela sublevação dos índios da Pitanga, [...] Os sediciosos são em número de duzentos e prometem vir atacar a cidade indefesa. Apelamos em nome da família guarapuavana para que sejam dadas providências urgentes²⁹⁶.

O telegrama, assinado por moradores da cidade, informava que padres e bandidos da região comandavam o levante. O chefe de polícia ordena que seguisse para Guarapuava uma força de 20 homens, e nomeou um subdelegado de polícia para o distrito de Pitanga. A força policial levava farto armamento, 200 fuzis mauser, 200 winchester, 4.000 cartuchos e intencionava alistar combatentes entre a população da região.

294 Cf. *Gazeta do Povo*, Curitiba, sábado, 4 de abril de 1923. In: A. M. FRANCO. *Em defesa do índio e do sertanejo*. p. 104-105.

295 Cf. José M. GAGLIARDI. *O indígena e a república*. Dissertação de mestrado na PUC-SP. Mimeografado. p. 271.

296 *Jornal Comércio do Parana*, Curitiba, 10 de abril de 1923.

No dia 10 de abril, Pedro Nolasco, nomeado subdelegado de Pitanga, informa ter encontrado em Guarapuava número elevado de famílias retirando-se *com grande pânico*, a maioria advinda da serra da Pitanga.

No mesmo dia, o **Diário da Tarde** noticiava a situação de pânico da região:

As últimas notícias recebidas da Serra da Pitanga informam que Pedro Mendes se mantém a frente de 50 homens, opondo resistência contra os revoltosos que pretendem saquear sua casa comercial. Dulcídio Caldeira seguiu hontem para ali com um contingente de 40 homens afim de socorrer Pedro Mendes. Sob o comando do capitão Emilio Campos acham-se em Palmeirinha armados para defesa da localidade. Continua o exodo da população de Pitanga cujas famílias chegam a esta cidade completamente destroçadas pedindo garantias de vida e propriedade. As noticias chegadas d'ali narram os acontecimentos pormenorizando os assaltos e mortos em familias de colonos²⁹⁷.

Na noite do dia 9 de abril, os atacantes haviam chegado à localidade de Palmeirinha, a cinco léguas de Guarapuava. A notícia causa um verdadeiro rebuliço na cidade e a retirada de grande parte da população. Somente no dia seguinte o clima se normalizou com a notícia de que os atacantes tinham sido barrados em Palmeirinha por forças militares e civis, comandadas pelo capitão Emilio Campos. Uma carta publicada no **Diário da Tarde**, em 17 de abril, relata a noite de pavor que viveu Guarapuava no dia 9 de abril de 1923:

A cidade envolvida em negra escuridão, pois a luz está interrompida ha um mez; as ruas lamacentas e em trevas, aterrorisava ainda mais, desenvolveram-se então cenas commovedoras. Ouvia-se em toda parte lamentos, increpações, soluços dos que em retirada desordenada passavam, famílias inteiras que abandonavam seus lares e seguiam mesmo sem saber para onde. Mulheres arrastavam crianças pelas mãos, e estas com vóz inocente, indagavam para

297 Cf. **Diário da Tarde**, Curitiba, 10 de abril de 1923.

onde as levavam. Corriam autos regorgitando de pessoas em debandada, seguindo para Prudentópolis, Ponta Grossa e outros, em vai e vem continuo a fazer o transporte de famílias para o rio das Mortes casa do Sr. Zacharias Martins. Os próprios doentes deixavam o leito de dor e saíam tomando destino ignorado para todos os lados para fora da cidade²⁹⁸.

A mesma carta informava que os índios das reservas de Nonohay, no Rio Grande do Sul, Palmas e outras localidades, rumavam para Pitanga com o objetivo de reconquistar suas terras.

No dia 11 de abril, o **Diário da Tarde** recebia mais notícias sobre os acontecimentos na serra da Pitanga. Telegramas vindos de Guarapuava confirmavam os combates e a vinda de uma criança de 10 anos, ferida no conflito, com profundo corte nos intestinos. O comerciante Pedro Mendes reuniu em torno de 200 homens para combater os atacantes no dia 5 e 8 de abril, ocasião em que morreram muitos “bandoleiros” e *Foram mortos e picados a facão tres homens e tres crianças que se achavam do lado do Grupo de Pedro Mendes*²⁹⁹. Segundo informações, os “bandoleiros” eram ciganos, índios, caboclos e paraguaios.

No dia 19 de abril, o **Diário da Tarde** publicava o telegrama do subdelegado Pedro Nolasco, que estivera no local do conflito:

No dia 2 começaram os saques e assassinios, perdurando até o dia 6, sendo saqueadas as casas comerciais dos Srs. Manoel Mendes de Camargo e Generoso Walther, ao valor de 60 contos de reis, duas casas de família sofreram saques completos.

Manoel Lourenço, senhora e filho, e o alemão Landmann foram degolados, cujos crimes foram cometidos pelos índios que passaram quatro dias arrebanhando animais vaccuns, suínos e cavalos, sendo o prejuízo muito grande.

Visitei 43 casas desabitadas na maior parte de alemães. Sigo hoje para uma aldeia na margem do Ivahy a ver se consigo reaver as mercadorias e animais³⁰⁰.

298 Cf. **Diário da Tarde**, Curitiba, 17 de abril de 1923.

299 Cf. **Diário da Tarde**, Curitiba, 11 de abril de 1923.

300 Cf. **Diário da Tarde**, Curitiba, 19 de abril de 1923.

Na abertura da colonização, a oeste do rio Tibagi, pela cia. inglesa Paraná Plantation, em 1930, ainda havia muitos índios vivendo nas matas da região. Apesar de aldeados em São Jerônimo da Serra, eles percorriam as matas do norte, noroeste e oeste do Estado. O engenheiro Gordon Fox Rule, empregado da Paraná Plantation, fala da presença de índios nas imediações do patrimônio Três Bocas, onde seria Londrina. Ele afirma que os índios batiam com paus nas árvores para amedrontá-los. O local estava a quilômetros de São Jerônimo da Serra e, apesar da presença definitiva dos brancos na região, os índios ainda tentavam expulsá-los.

Os acontecimentos da serra da Pitanga e a tentativa de amedrontar os homens da cia. colonizadora revelam, mais uma vez, que os Kaingang não assistiam passivamente à ocupação de seus territórios. Mesmo os aldeados necessitavam das matas para manter seu modo de vida e faziam incursões contra os brancos desde o início do século XIX. A tática de atacar, retornando em seguida para o refúgio seguro dos aldeamentos, é também registrada por Mabilde entre os Kaingang dos campos de Nonoahy, no Rio Grande do Sul.

Aproveitam, também, essas simuladas caçadas para fazerem correrias e agredirem pacíficos moradores que, muitas vezes, habitam em lugares distantes, de mais de vinte léguas dos seus alojamentos - fazendo assim supor que os atacantes são indígenas ainda selvagens, que praticam semelhantes atos de barbaridade³⁰¹.

Sobre os Kaingang de Palmas, o padre Solano Schmidt comenta:

No que respeita à mansidão dos Coroados de Palmas, diga-se que ela não é tão grande coisa. A eles precisamente se atribui a maioria dos assaltos que ocorrem no campo de Santa Catarina e na estrada de Curitibanos a Blumenau. E, como eu mesmo pude verificar, é fato que os moradores dos toldos de Xapecó, Formigas e Xapecozinho desaparecem anualmente por alguns meses, sem que pessoa alguma descubra o rumo que tomaram. E daí em breve ouve-se então falar de assaltos de bugres, de assassinios e pilhagens, até que uma certa manhã a fumaça

301 Pierre MABILDE. *Apontamentos...* p. 47.

que se levanta dos ranchos indica aos vizinhos que os índios voltaram, da noite para o dia, de sua longa e misteriosa excursão. Não denunciam nunca os verdadeiros objetivos de suas viagens; somente depois de um intervalo de vários meses é que oferecem à venda uma série de objetos manifestamente roubados³⁰².

Se os Campos Gerais e de Guarapuava, bem como os vales dos rios Tibagi e Ivaí estavam conflagrados, o sudoeste da eprovíncia também era foco de lutas entre os fazendeiros e as populações Kaingang.

A partir da segunda metade do século XIX, os fazendeiros de Palmas procuram ampliar suas pastagens em direção ao oeste da província. O governo provincial nomeia uma comissão para dirigir a abertura de uma estrada, de Palmas em direção ao sudoeste até os campos de Missões, na província Argentina de Corrientes. Várias passagens do relatório do engenheiro Jerônimo R. de M. Jardim mostram a resistência dos Kaingang dos campos de Cavaru-coya, a oeste de Palmas, à ocupação de seus territórios. Nos trabalhos iniciais de levantamento da picada, iam os kaingang comandados por Vitorino Condá, morador em Palmas.

A 3 de junho ainda não havíamos chegado á entrada do sertão, a menos de 4 léguas do ponto em que tinha começado o levantamento, que fui forçado a interromper, para seguir a alcançar os índios enviados adiante. Por um expresso communicara-nos o encarregado dos mesmos índios ter encontrado vestígios de repetidas emboscadas feitas pelos selvagens, [...] quando, no ano passado, a expedição enviada pelo Major Marcondes tocou nesse campo, ella encontrou indícios de ser elle frequentado pelos selvagens, que provavelmente habitavam em suas visinhanças. Composta unicamente de 14 pessoas, quasi desarmadas, ella recuou, receando um ataque por parte desses índios, que reputaram ser um grande numero³⁰³.

302 Cf. Padre Solano Schmidt Unsere "Zahmen" Indianer. Apud, Francisco S. G. SCHADEN. Xokleng e Kaingang (Notas Para um Estudo Comparativo) In: **Homem, Cultura e Sociedade no Brasil**. Organizado por Egon Schaden. p. 81.

303 Relatório do engenheiro Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim ao presidente da província Dr. André Augusto de Pádua Fleury, p. 2. Em anexo ao relatório do presidente FLEURY. **RELATÓRIOS**, 15/2/1866. Microfilme.

A resistência dos 120 índios comandados pelo cacique Manoel Facran, antigo morador de Guarapuava, foi vencida graças à atuação de Vitorino Conda, que levou os homens da expedição até seu aldeamento, onde, surpreendidos, foram convencidos a se transferir para Palmas. Com eles, Jardim e seus homens vão encontrar vários objetos de ferro, couro, estribos e outros, por certo, fruto dos assaltos a fazendas e viajantes das proximidades de Palmas e Lages.

Em 1880, constata-se mais um ataque Kaingang a moradores dos campos de Palmas. O juiz municipal da cidade informa ao presidente da província detalhes do ataque:

Tenho a honra de fazer chegar ao conhecimento de V. Exa. o facto de um assalto dado pelos Indios bravos nas roças de Antonio Ferreira de Freitas morador nos campos de São João deste termo, nos limites com a província de Santa Catarina, e do qual resultou a morte de tres filhos do mesmo Freitas³⁰⁴.

Alguns dias depois, o subdelegado de polícia escreve ao presidente da província reafirmando o perigo indígena para a região, habitada por numerosas famílias de *laboriosos fazendeiros importantes* e que não podiam continuar ameaçados *por constantes invasões, roubos e tropelias praticados pelos referidos índios*³⁰⁵. Pedese então autorização para estacionar nos campos de São João um destacamento de índios mansos para o bem da segurança individual e do direito de propriedade.

Sem resposta do governo, e diante das repetidas ações dos Kaingang nos campos de São João, o chefe de polícia da província, informa ao presidente João J. Pedrosa ser oportuno

[...] aproveitar a boa vontade dos que querem formar escoltas para repelirem os índios, visto não haver força policial disponível para remetter-se um destacamento para S. João, afim de garantir seus habitantes³⁰⁶.

304 Ofício do juiz municipal de Palmas ao presidente da província, João José Pedrosa. **OFÍCIOS**, 10/10/1880, v. 20, p. 36. Apep, doc. manuscrito.

305 Ofício do subdelegado de policia de Palmas ao presidente da província, João José Pedrosa. **OFÍCIOS**, 4/11/1880, v. 21, p. 18. Apep, doc. manuscrito.

306 Ofício do chefe de policia da província, Cassimiro C. Tavares Bastos, ao presidente da província, João José Pedrosa. **OFÍCIOS**, 14/2/1881, v. 3, p. 187. Apep, doc. manuscrito.



Capítulo VI

OUTRAS FORMAS DE RESISTÊNCIA ALÉM DAS AÇÕES ARMADAS

Ao longo do tempo, e à medida que suas relações com a sociedade nacional se tornavam mais complexas, os Kaingang desenvolveram novas formas de resistência³⁰⁷.

No presente capítulo buscaremos:

- a) registrar as diferentes formas de resistência dos Kaingang, que, como vimos, não foram meros espectadores da ocupação de seus territórios como quer a história oficial;
- b) apresentar as novas estratégias de resistência sob a ótica da luta política.

307 Vários autores escreveram sobre as lutas e a resistência Kaingang. Sobre os Kaingang em São Paulo, J. G. de MORAIS FILHO, em *Pioneiros da noroeste*, trata da expansão cafeeira, da abertura da estrada de ferro Noroeste do Brasil e dos choques com os Kaingang. Ainda em São Paulo, Darci RIBEIRO, em *Os índios e a civilização*, analisa um vasto material de Horta Barbosa e relatórios da Comissão de Sindicância dos conflitos entre os índios e trabalhadores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. José Mauro Gagliardi, em *O indígena e a república*, destaca a resistência indígena no Sul do país no momento da criação desse órgão e a luta dos Kaingang em São Paulo.

Em Santa Catarina, Silvio Coelho dos Santos, em *Os grupos Jê em Santa Catarina*, fala da reação Kaingang à frente de expansão pastoril que se espalhou pelos campos naturais do oeste.

Francisco S. G. SCHADEN, em Xokleng e Kaingang (notas para um estudo comparativo) In: *Homem, cultura e sociedade no Brasil*, organizado por Egon SCHADEN, ressalta o perfil guerreiro dos Kaingang. Ainda no Paraná, Cecília M. V. HELM, uma das principais estudiosas dos Kaingang no Paraná, em *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang*, coloca as relações entre os índios e os brancos colonizadores polarizadas: enquanto os índios procuravam defender seus territórios, os brancos buscavam conquistá-los para integrá-los na estrutura sócio econômica da sociedade envolvente.

A eliminação dos vestígios dos conquistadores brancos em seus territórios

No dia 21 de dezembro de 1773, a 11ª expedição de Afonso Botelho chega ao porto do rio Jordão, local do primeiro acampamento em 1771/2.

Ali, Botelho tinha deixado uma cruz junto às sepulturas de seis soldados mortos pelos índios, em janeiro de 1772. Grande foi a surpresa dos homens comandados pelo capitão Paulo Chaves, quando viram o que restava:

O que mais fêz inteiramente ferir o coração de todos os da partida foi conhecerem, que o braço da cruz, que se deixara plantada no terreiro daquele campamento fôra tirado muito de propósito pelos índios, para assim mostrarem desfeitas as nossas obras em odio da nossa amizade, recaindo esta feroz demostração naquele soberano madeiro, [...] Depois de obrarem esta barbara, e sacrilega ação, passaram a cometer o desumano, e lastimoso procedimento de desenterrar os cadaveres dos seis inocentes camaradas que no dia oito de janeiro de mil setecentos e setenta e dous entregaram as vidas nas ferozes garras daquelas indomáveis feras, e deixando os corpos no campo ao rigor de todo o tempo, deixaram a cova, vazia por cima da qual poseram ua grade de taquara³⁰⁸.

A destruição dos vestígios do antigo acampamento de 1772, a quebra de carretas, das cangalhas e outros bens ali deixados, assim como a destruição da cruz e das sepulturas mostram a disposição dos indígenas de não aceitarem nenhum sinal dos brancos em seus territórios. E mais do que isso, pois: *Se se desenterram os mortos, prejudica isto os vivos, e muitos morrerão. Assim os antigos disseram*³⁰⁹.

Depois de alguns dias acampados na margem esquerda do rio Jordão, Paulo Chaves e seus homens partem em direção ao oeste. A

308 Afonso BOTELHO. *Anais ...*, p. 55.

309 Essa foi a resposta do velho cacique Kóinkâng, do toldo de Lontras em Palmas, a Baldus quando este perguntou porque enterravam seus mortos num pequeno cemitério na aldeia. Herbert BALDUS. O Culto aos Mortos entre os Kaingang de Palmas. In: *Ensaios de etnologia brasileira*. p. 48.

partir daí, passam a se defrontar com demonstrações de hostilidade dos índios. Diferentemente de 1772, quando aceitaram presentes e fizeram visitas, fingindo amizade, agora as relações eram claramente hostis. Aos esforços de presenteá-los com lenços coloridos, botões de fardas, miçangas e outras miudezas, a reação era sempre a mesma: nada queriam dos soldados e tampouco os queriam em suas terras. Marcando essa disposição, dispararam *ua seta apontada para o chão, mostrando os semblantes embravecidos*³¹⁰.

Esse comportamento foi mantido durante todo o tempo que a expedição permaneceu nas imediações de seus alojamentos. Nesse clima de animosidade, os soldados partem em retirada, sempre seguidos, para, finalmente no dia trinta de dezembro de 1773 serem ameaçados de morte.

Se resolveu o comandante a fazer retroceder o corpo qual logo cercaram os ditos índios fazendo acenos, que demosntravam o que se lhes não intendia de palavra, e por êles se percebeu perfeitamente, que diziam, que voltassem para trás, alias os amarrariam, açoutariam, e cortariam o pescoço³¹¹.

A expedição bate em retirada, chegando ao acampamento do rio Jordão no dia primeiro de janeiro de 1774. Em seguida, partem em direção ao forte Nossa Senhora do Carmo, primeira fortaleza construída na entrada dos campos de Guarapuava. Ali já tinham chegado os índios e, como no acampamento do rio Jordão, arrasaram com a estacada Nossa Senhora do Carmo.

[...] abriram o surrão, e entornaram a farinha em um monte no meio do terreiro, sôbre a qual poseram ua pegada; carregaram consigo a espingarda, supondo todos, que ainda que eles ali chegassem não a descobririam; quebraram as cangalhas, arrasaram os ranchos; e o que mais foi para sentir, foi lançarem por terra a Sagrada Cruz, que no terreiro se havia novamente levantado; e ainda não satisfeitos com essa feroz demosntração de sua barbaridade, passaram a despedaçar a

310 Afonso BOTELHO. *Anais...* p. 60.

311 Afonso BOTELHO. *Anais...* p. 61.

mesma Cruz, e a lançar as reliquias dela por toda a terra³¹².

Os soldados não conseguiam vê-los, porém eles os seguiram por todo o percurso da retirada. Ao mesmo tempo, destruíram o forte Nossa Senhora do Carmo, na retaguarda da expedição, impedindo-a de ficar no local esperando reforços do coronel Botelho, que estava na freguesia da Esperança, algumas léguas a leste. Com isso, Paulo Chaves ordenou, no dia cinco de janeiro, a retirada em direção ao acampamento da Esperança, aonde chegaram em nove de janeiro. Os Kaingang não só conseguiram expulsar definitivamente os brancos de seus territórios, nos Coran-bang-rê, como eliminaram os vestígios de sua presença nessas localidades.

Ocultamento das moradias

Os comandados de Diogo Pinto de Azevedo Portugal retornam aos campos de Guarapuava em 1810, numa expedição fortemente armada e com ordem expressa de conquistar a região. Defrontam-se, entretanto, com uma vigorosa resistência, que culminou com o célebre combate de vinte nove de agosto de 1810, no acampamento de Atalaia. Vencidos pela superioridade das armas de fogo, os índios *se recolherão ao interior dos Certoens, q- no decurso de anno e meio, se não encontrava hua só Pessoa, no Lugar, q- se intitulou Atalaya*³¹³. De fato, eles se retiraram para os campos a oeste do rio Jordão e para os campos de Palmas, ao sul do rio Iguaçu. A retirada era estratégica: não podiam ficar expostos à superioridade bélica do invasor, evitavam relações com os brancos e suas tentativas de catequizá-los, protegendo-se em locais que só eles conheciam e de onde podiam realizar ataques isolados aos viajantes e fazendeiros. Trata-se, assim, de outro tipo de resistência, que não a guerra direta.

A estratégia de se recolherem em lugares desconhecidos dos brancos foi uma das primeiras a ser adotada. Muito embora esses locais tenham sido descobertos pelas expedições que saíam em busca de novas pastagens ou caminhos, os índios procuraram ocultá-los de

312 Afonso BOTELHO. *Anais...* p. 65. A mesma cruz de que fala o relato já tinha sido arrancada e jogada ao chão quando ali chegaram os soldados no seu caminho de ida, no dia 15 de dezembro de 1773. Eles a reergueram-na, e agora os índios, além de arrancá-la tinham-na despedaçado.

313 Padre Francisco das Chagas LIMA. *Estado Actual da Conquista de Guarapuava no Fim do Anno de 1821*. In: Arthur Martins FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 236.

forma sistemática. O episódio mais significativo dessa ação ocorreu com uma pequena força de seis homens que saiu de Guarapuava rumo ao sul, em direção ao território das Missões, em 1815. Seu objetivo era alcançar os campos de Palmas, mapeá-los, traçando um caminho seguro até lá. Como guia da expedição foi designado o índio Iongong, conforme já relatamos, que se encontrava preso em Atalaia por delitos anteriormente cometidos. Entretanto,

[...] quando já vinhão de retirada, entrou este índio com seis homens Portuguezes em hum atalho de matoz, onde desaparecerão todoz, sem haverem delles mais noticias até hoje, pelo que se suppoem, que morreram de qualquer acidente, que fosse³¹⁴.

Somente um guerreiro Kaingang que conhecia o perigo da descoberta do refúgio dos seus, que eram os campos ao sul do rio Iguaçu, podia conduzir os homens da expedição a uma emboscada. Com isso, retardava-se por mais alguns anos a ocupação dos campos de Palmas. Escrivendo sobre a ocupação desses campos em 1839, Joaquim J. Pinto Bandeira afirma que os índios procuravam esconder a localização dos campos de Palmas para terem ali um refúgio seguro, caso fossem perseguidos pelos brancos de Guarapuava. Isso reforça a suposição de que Iongong conduziu a expedição a uma emboscada³¹⁵.

A preocupação em ocultar os locais onde viviam se desdobrava na vigilância de seus territórios. Estavam atentos a qualquer movimentação de estranhos. Sessenta anos após o evento de Palmas, Thomas Bigg-Wither chega com sua turma de trabalho à colônia Teresa Cristina, onde é recebido pelo diretor, Joscelyn M. Borba.

Além do diretor, tivemos a visita dos índios que, sabedores de nossa chegada, atravessaram o rio e vieram, em comissão, conhecer-nos. Foram entrando para o interior da casa e se sentando silenciosamente sobre as caixas e fardos espalhados pelos quartos, sem mesmo nos dirigirem qualquer espécie de saudação³¹⁶.

314 Padre Francisco das Chagas LIMA. Estado Actual da Conquista de Guarapuava no Fim do Anno de 1821. In: Arthur Martins FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 242.

315 Cf. Joaquim J. Pinto BANDEIRA. *Notícia da descoberta do Campo de Palmas*. p. 386.

316 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional: a província do Paraná*. p. 141.

O costume de observar os visitantes era comum entre os índios, como o próprio Bigg-Wither já notara em Ponta Grossa, quando teve a sala onde jantava invadida por moradores curiosos que disfarçavam sua intenção com a desculpa de homenagear os visitantes. Para ele, os índios *eram bastante honestos ao confessar que faziam para satisfazer a própria curiosidade*³¹⁷. Essa era uma forma também de leva-los a saber o que trazia aqueles estranhos à longínqua colônia.

Resistência à vida em aldeamentos criados pelo governo

Em fevereiro de 1868, o presidente da província, José Feliciano Horta Araújo, tinha uma opinião clara sobre a disposição dos índios:

Em quanto o indígena puder evitar o contacto com o homem civilizado, fal-o-lo-a. É preciso por obstáculos á satisfação do instinto que o leva a continuar a ser o que é³¹⁸.

Em outras palavras: era necessário vencer sua resistência e submetê-los ao modo de vida da sociedade envolvente.

A resistência aos aldeamentos é vigorosa. Mabilde percebeu isso junto aos índios Kaingang aldeados nos campos ao norte do Rio Grande do Sul.

É certo que, pelo costume da vida selvática, tornou-se para os indígenas coroados (como talvez para todos os demais selvagens que ainda habitam as matas do Brasil) uma verdade aquilo que para nós é um paradoxo, isto é, que a vida selvática é preferível à vida civilizada. Isso mesmo nos foi afirmado, em 1856, por muitos indígenas coroados, aldeados há mais de dez anos³¹⁹.

317 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional*: a província do Paraná. p. 89.

318 Relatório do presidente José F. Horta Araújo. RELATÓRIOS, 15/2/1868. p. 41. Microfilme.

319 Pierre F. A. Both MABILDE. *Apontamentos...*, p. 191.

Os aldeamentos eram tolerados e usados como ponto de apoio para a vida “selvática”: era onde conseguiam artigos de metal, armas de fogo, onde se abrigavam do ataque de outras tribos e mesmo dos brancos. Era ainda onde podiam conseguir alimento, com acesso aos cereais dos paíóis e aos animais domesticados.

O de São Pedro de Alcântara era um bom exemplo. Administrado pelo frei Capuchinho Timóteo de Castelnuovo, esse aldeamento dificilmente tinha uma população estável. A cada contagem registrava-se variação no número de Kaingang ali residentes. As maiores flutuações ocorriam principalmente em maio, junho e julho, época em que era

[...] costume dos índios coroados mansos desta zona deixar o aldeamento e sair andando pelas grandes florestas de pinheiros, alimentando-se do que conseguem matar com o arco e a flecha e com o fruto dos propios pinheiros³²⁰.

Era também comum a comunicação entre índios aldeados e os que viviam nas matas.

Para comprovar a asserção de que os índios aldeados estão em comunicação com os do mato, basta dizer: que apesar de ter-se distribuido arrobas e mais arrobas de contas brancas entre os dos ald.tos, (aldeamentos) não aparecem senão poucos fios d'ellas ao pescoço dos que estão em immediato contacto com os brancos, ao passo que dos curús, que não foram fabricados no ald.to, apparecem de vez em quando alguns no mercado; - esses curus fabricados pelos Coroados do sertão, forão trocados por contas brancas pelos do ald.to, p.a serem trocados com lucro por facas etc. e assim mostra o comércio novamente que é o primeiro motor e percusor da civilização³²¹.

Sem a presença dos mentores brancos, os índios revelavam o descaso que tinham pela vida que lhes havia sido imposta. No início de

320 Thomas BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil Meridional*: a província do Paraná. p. 378.

321 Franz Keller. *Noções sobre os Indígenas da Província do Paraná*. In: Leda A. LOVATO. *A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná*. p. 21.

1860, frei Timóteo viaja ao Rio de Janeiro para cuidar da liberação de verbas e, ao voltar deparou com o aldeamento praticamente destruído.

Direi melhor, bastou minha presença no lugar para os chamar à ordem, pois tinham-se com cinco meses de minha ausência, perfeitamente insubordinados, e rendidos insuportáveis, pois além de se entregarem à vadiagem, e insubordinação, iam fazendo o que bem entendiam anárquicamente, sem ninguém a lhes por limite; mataram-se duzentos e tantas cabeças de porcos, estragaram os canaviais; e até deram em levar pelo interior do mato os animais mulares a fim de galoparem com eles brutalmente. Talmente que ficou o lugar sem praça, e perigoso para o povo e empregados³²².



Frans Keller. O aldeamento de Frei Timóteo, no Tibagy. Desenho datado de 1865. Seção de Estações da Biblioteca Nacional.

Figura 18. Desenho da casa do Frei Timóteo de Castelново e da Igreja do Aldeamento de São Pedro de Alcântara feito por Franz Keller em 1865. Podemos observar uma índia com duas crianças, uma nas costas conforme o costume e outra sendo puxada pelas mãos.

Fonte: Newton CARNEIRO. *Iconografia Paranaense*. Curitiba, Imprensa Paranaense, 1950.

322 Conforme carta de frei Timóteo, In: Frei Cassimiro M. de ORLEANS. *Pai dos Coroados*. p. 158.



Figura 17. Frei Timóteo de Castelnovo diretor do aldeamento indígena de São Pedro de Alcântara nas margens do rio Tibagi desde a sua fundação até fins do século XIX.

Fonte: Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes, tomo 1, no 3. Curitiba, João Haupt, 1936, p. 205.

Em seu “Memorial Testamentário”, frei Timóteo de Castelnovo faz um balanço de suas observações sobre os Kaingang:

Achei nos índios uma intranponível barreira na falta de inteligência para aprender; um intranponível instinto para o seu modo de viverem, e na desconfiança nêles inata de serem por nós um dia sacrificados³²³.

O frei nada mais revela do que a resistência Kaingang: a recusa em aprender e se submeter a valores de uma sociedade estranha; a luta pela manutenção de sua cultura; e a memória da experiência passada, marcada por choques e violências com os fongs (cristãos).

323 Cf. Memorial Testamentário de frei Timóteo de Castelnovo, In: Frei Cassimiro M. de ORLEANS. *Pai dos Coroados*. p. 169.

Por isso mesmo, os índios nada zelão, e tudo exigem, tudo precisão, e nada tenham nunca³²⁴.

Em seu primeiro relatório como diretor-geral dos índios da província, Francisco Ferreira da Rocha Loures relata que os habitantes de Guarapuava muito se empenhavam na pregação dos princípios do Evangelho para atrair os índios para o bem e afastá-los da vida errante que levavam. No entanto,

[...] todas as vezes que elles por aqui tem aparecido com suas simuladas amizades de que elles tem tirado vantagem de fingir, que acreditam para depois com mais facilidade fazerem suas despesas, do que há muitos exemplos³²⁵.

Rocha Loures, a seu modo, percebe a resistência indígena e discorda da proposta do governo provincial de dar início à catequese com padres vindos da Itália. Propõe, então, o uso da força e a criação de colônias militares nas regiões mais habitadas pelos índios.

Se em São Pedro de Alcântara os índios praticamente destroem o aldeamento na ausência do seu diretor, em Palmas, a desobediência aumenta com a morte do cacique Viry: *estão por isso estes índios tomando vida errante, praticando furtos e não querem obedecer as autoridades em cousa alguma*³²⁶. No mesmo ofício, Vieira da Silva pede a urgente nomeação de outro índio como comandante do aldeamento. Vê-se que, apesar de os Kaingang comandados por Viry prestarem serviços aos brancos desde a ocupação da região em 1839, continuavam avessos às leis e aos costumes brancos. Ao mesmo tempo, exigem a nomeação de um índio escolhido por eles e o pagamento de trinta mil réis, por mês, de salário.

Os fazendeiros de Palmas não tinham uma vida tranqüila. Temiam os assaltos às fazendas de gado, e suas moradias eram protegidas com estacadas e paliçadas de madeiras. Na comemoração do centenário da cidade de Palmas, a **Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes**, de Curitiba, publicou vários textos sobre sua fundação.

324 Ofício do frei Timóteo de Castelnuovo ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 1/5/1880. v. 10. p. 319. Apep, doc. manuscrito.

325 Cf. Primeiro Relatório do diretor-geral dos índios da província do Paraná, Francisco F. da Rocha Loures, ao presidente da província em 8 de agosto de 1855. **OFÍCIOS**, 1855, v. 7, p. 74. Apep, doc. manuscrito.

326 Ofício do subdelegado de Palmas, Benedito Vieira da Silva, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 1877, v. 3, p. 29. Apep, doc. manuscrito.

A palestra proferida por Arthur M. Franco, no dia 30 de dezembro de 1936, sintetiza o clima em que vivia a população palmense:

Ora acontecia amanhecer, no curral, a terneirada morta, frechada á noite, pela bugrada que rondava os arredores; d'outra feita era o alarma da canzoada enraivecida, alta a noite, presentindo a aproximação do perigo, trazendo em sobressalto toda a gente da fazenda. Tiros estrondavam, dados á esmo na escuridão, e cujos echos iam repercutir nas quebradas longínquas, para prevenir o inimigo que alli se velava pela segurança de todos. Na manhã seguinte, as pegadas deixadas no lameiro proximo, ou os laços improvisados de longas taquaras, para apanhar os cães, abandonados na fuga precipitada, denunciavam a presença da bugrada³²⁷.

A ameaça não se limitava às moradias; estava presente também nos campos de cultivo e de gado. O peão cotidianamente corria o risco de ser flechado. Viver nos campos de Palmas, no início de sua ocupação, era uma verdadeira via crucis, no dia-a-dia dos *abnegados e valorosos povoadores*.

Os Kaingang que viviam nos grandes territórios a oeste de Guarapuava, nos vales do baixo Ivaí, no do rio Piquiry e nas imediações das margens do Paraná começam a ser visitados, no final do século XIX, para um possível aldeamento nas imediações do rio Marrecas e cabeceiras do rio Ivaí, entre Guarapuava e Theresina. São locais que deverão concentrar grandes contingentes de Kaingang. Em maio de 1885, José Francisco T. do Nascimento percorre a região e escreve um relato intitulado **Viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná** onde estabelece *relações com os índios coroados mais bravios daquelles lugares*. Em 15 de maio de 1885, Nascimento com sua comitiva encontravam-se em algum ponto do rio Piquiri, chamado Pary, onde faz uma reunião com seis chefes Kaingang e os convida para se mudarem às margens do rio Ivaí, perto da vila de Theresina. Promete-lhes terras para roças, ferramentas, engenho para moer cana e muito mais coisas. Os índios ficaram calados e

327 Arthur M. FRANCO. 1º Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. In: *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*. p. 315.

[...] alguns minutos depois de terem consultado entre si, Jangiô falou por todos, dizendo-me que elles não querem sahir donde estão acostumados e onde têm seus cemitérios (mostrando por essa forma elles serem mais religiosos que nós), além do que, dizem elles aquellas terras são as melhores que as do Ivahy; pedem que lhes dêem engenho e o mais preciso para trato da canna, ferramentas e alguns Portugueses³²⁸.

Os portugueses que os índios preferiam eram ferreiros, carpinteiros e outros artesãos com os quais queriam aprender. Mas não pretendem abandonar as terras e tampouco seus ancestrais, dois motivos fortes pelos quais lutaram, e continuavam a lutar, cem anos após os primeiros contatos com brancos, nos campos de Atalaia e Sepultura, em Guarapuava. Herbert Baldus confirma o respeito que devotavam aos mortos: *Os Kaingang sempre tiveram cemitérios. Também o cuidado com que antigamente erigiram os tumulos cônicos de 2 e até 3 mts. de altura, prova a grande importância que deram aos mortos*³²⁹. Acreditavam que, se os mortos fossem desenterrados, os vivos seriam prejudicados, o que reforça ainda mais a defesa das terras tradicionais.

A persistência em ficar em suas terras sempre irritou os representantes do Estado.

Quanto aos bugres Coroados ou Caingangues, há muitos anos que os governos do Império, da República, da antiga Província e do Estado do Paraná vêm gastando grandes quantias para aldeia-los. Tudo porém, como se está vendo, em pura perda. Nada tem sido possível tirar desses bugres estúpidos, broncos e em absoluto refratários ao trabalho. Preferem os toldos nas matas e margens de rios piscosos que contêm um inesgotável viveiro da caça e da pesca de que precisam³³⁰.

Opinião que coincide com o modo de pensar da elite paranaense.

328 José Francisco Thomas do NASCIMENTO. *Viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava*. p. 273.

329 Herbert BALDUS. O Culto aos Mortos entre os Kaingang de Palmas. In: *Ensaio de etnologia brasileira*. p. 48.

330 Gal. José Cândido da Silva MURICY. *Viagem ao país dos Jesuítas*. p. 83.

Ainda em 1924, registrava-se a presença de índios nas matas entre os rios Tibagi e Laranjinha, no norte do Estado. O posto indígena de Laranjinha desenvolvia esforços para atraí-los. Provavelmente eram Kaingang que já haviam tido contato com os brancos, e que tinham vivido ou viviam em alguma Colonia Indígena ou em São Jerônimo e se deslocavam para essa região no inverno, em busca de caça e pesca. No entanto, consideravam aquelas terras como suas.

No Laranjinha, até hoje, os Cainganges continuam arredios, isolados de qualquer contacto direto com os civilizados, construindo uma ameaça permanente á vida do sertanejo daquela zona, alias quasi despovoada e onde só agora começam a fazer suas primeiras estradas os povoadores daquela região³³¹.

É nesse contexto que o deputado Arthur M. Franco, mentor de uma campanha contra o SPI, elege o isolamento dos índios do vale do Laranjinha para atacar a inoperância do SPI do Paraná. A região do Laranjinha, de fato, poderia ser um daqueles refúgios de que nos fala Lévi-Strauss quando visita São Jerônimo da Serra, em 1930, e se pergunta: *Em que abrigos se alojarão eles no fundo dos bosques?*³³² Um desses abrigos seria o vale do rio Laranjinha. Os engenheiros que trabalharam na demarcação dessas terras comprovaram as advertências dos Kaingang para que não entrassem em seus territórios. O costume de atravessar as trilhas com flechas significava que não se devia prosseguir, sob risco de ser atacado. É de Loureiro Fernandes o comentário sobre a resistência na serra de Laranjinha.

Quando as picadas de exploração atingiam a zona de sua ocupação, advertiam os índios a turma de locação, colocando durante a noite, atravessadas na picada, duas ou mais flechas. O prosseguimento dos trabalhos, após uma advertência dessa ordem, originava sérios a graves conflitos. Insistir era aceitar a declaração de guerra, a luta na selva na surpresa das emboscadas sucessivas³³³.

331 Arthur Martins FRANCO. *Em defesa do índio e do sertanejo*. p. 91.

332 Claude LÉVI-STRAUSS. *Tristes trópicos*. p. 153.

333 Loureiro FERNANDES. *Os Cainganges de Palmas*. p. 186.

Os Kaingang fazendo reivindicações em Curitiba

A partir de 1870, os índios intensificam suas reivindicações na capital da província, diretamente às autoridades. Deslocavam-se de várias partes da província até Curitiba em busca de ferramentas, alimentos, roupas, armas e outros objetos para seus aldeamentos. Também reafirmavam seu direito às terras, sua demarcação, denunciando as invasões. Essa presença na capital, junto às autoridades, mostra a resistência Kaingang em luta, desta vez com os entraves burocráticos que imperavam nas vilas, freguesias e aldeamentos, dificultando a chegada das mercadorias até eles.

Em 29 de setembro de 1870, a Secretaria de Fazenda da província do Paraná pedia ao presidente Agostinho Ermelino Leão autorização para abonar o gasto feito com os índios de Palmas.

Tendo o Delegado das Terras Públicas recebido por esta Thesouraria adiantadamente a quantia de 137,320 mil réis para compra de fazendas, ferramentas e outros objetos destinados a 14 índios de Palmas que estiveram nesta capital³³⁴.

É provável que esses índios fossem comandados por Viry ou Vitorino Condá e que prestavam serviços aos brancos em Palmas e região.

Em junho de 1875, os Kaingang estão novamente em Curitiba reivindicando mais do que roupas e ferramentas:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Exa. que se achão nesta Capital 19 índios (nação Coroadá) moradores no município de Guarapuava que reclamam se dê lhes terras para trabalharem, assim como ferramentas próprias³³⁵.

334 Ofício da Thesouraria de Fazenda da Província do Paraná para o presidente da província, Agostinho Ermelino Leão, em 29/9/1870. **OFÍCIOS**, 29/9/1870, v. 17, p. 298. Apep doc. manuscrito.

335 Ofício de Adolfo Ribas d'Oliveira França ao presidente da província, Adolfo Lamenha Lins, em **OFÍCIOS**, 8/6/1875. v. 10, p. 64. Apep, doc. manuscrito.

Muitas foram as idas à capital da província em busca de alambiques para fabricação de aguardente, açúcar e rapadura. Em 22 de junho de 1877, lá estiveram nove índios de São Jerônimo da Serra. Em 12 de janeiro de 1879, o delegado de Ponta Grossa recomenda ao presidente da província o índio Felisbino e seus familiares de Barra Vermelha, nas margens do Ivaí, que desejam um alambique para processar a cana-de-açúcar plantada por sua gente, índios *laboriosos e morigerados*³³⁶.

Em 1878, várias comitivas indígenas foram a Curitiba. O primeiro registro é de 12 de janeiro, através de um ofício do diretor-geral dos índios ao presidente da província, pedindo o reembolso de gastos com alimentação e hospedagem dos índios. Em 3 de abril, o diretor dos índios pedia autorização *para despendar com vinte índios ultimamente chegados do Tibagy a importância precisa para compra de brindes e alimentação*³³⁷. Em 14 de abril, o presidente da província, Rodrigo O. de O. Menezes, entra em atrito com esse diretor, devido aos gastos com os índios que estavam em Curitiba. Dos 227.000 mil réis despendidos, autoriza o reembolso de apenas 200.000 mil réis. Bittencourt, que afirma ter feito as compras por ordem do presidente, pede demissão do cargo de diretor dos índios na província. Os índios, por sua vez, não abriram mão das armas de fogo e munição, que teriam sido a causa do atrito entre as autoridades. Ainda em julho e agosto de 1878, há registro da presença de índios em Curitiba.

Iniciou-se o ano de 1879 com um fluxo grande de índios a Curitiba. No dia 2 de fevereiro, o dono de uma hospedagem na capital enviou uma conta de 81.000 mil réis ao presidente Rodrigo O. de O. Menezes, referente aos gastos com comida e hospedagem de 27 índios que ali ficaram no mês de janeiro³³⁸. Em 2 de junho, o mesmo dono da hospedagem pedia o pagamento da hospedagem de 24 índios que ali estiveram em maio³³⁹. Em 16 de agosto, ele pede o pagamento de 20.000 mil réis pela hospedagem, de três dias em julho, de dez índios.³⁴⁰ Os índios que estiveram na capital em julho era o grupo chefiado pelo cacique Luiz Cleve residente no “Campo Moron”. O diretor-geral dos índios, Hypólito Alves

336 Ofício do delegado de polícia de Ponta Grossa, Domingos Ferreira Pinto, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 12/1/1879. v. 1, p. 59-60.

337 Ofício do diretor-geral dos índios, José Correa de Bittencourt ao presidente Rodrigo Otávio de Oliveira Menezes. **OFÍCIOS**, 3/4/1878. v. 8, p. 57. Apep, doc. manuscrito.

338 Ofício de Gabriel de A. Torres, ao presidente de província. **OFÍCIOS**, 15/2/1879. v. 2, p. 160. Apep, doc. manuscrito.

339 Ofício de Gabriel de A. Torres, ao presidente de província. **OFÍCIOS**, 2/6/1879. v. 3, p. 197. Apep, doc. manuscrito.

340 Ofício de Gabriel de A. Torres, ao presidente de província. **OFÍCIOS**, 16/8/1879. v. 4, p. 172. Apep, doc. manuscrito.

de Araújo, recomendou-os ao presidente Manuel P. de O. Dantas, adiantando que eles iriam *pedir a V. Exa. ferramentas, roupas e armas. Esta pobre gente vem de enormes distâncias em procura destes recursos*³⁴¹. O Cônego A. Braga de Araújo, de Guarapuava, informava, em 29 de maio de 1879, que tinham chegado àquela freguesia trezentos índios dos campos denominados Moron e Payquerê. Vinham a fim de falar com o diretor dos índios e, após serem informados de que o diretor residia na vila de Palmeiras, muitas léguas distante de Guarapuava, ficaram *bem descontentes e contrariados*. Muitos regressaram às suas moradias,

Entretanto, alguns delles resolveram ir apresentar-se à V. Sa., são portadores desta, com o fim de pedir-lhe alguns recursos, se for conveniente, irão à Capital³⁴².

Em 25 de maio de 1879, eles chegavam a Guarapuava, vindos dos campos Moron e Payquerê, a cerca de 100 quilômetros a oeste. Em 30 de junho, chegavam à vila de Palmeiras - residência do diretor dos índios -, a 180 quilômetros de Guarapuava, e, em meados de julho, estavam em Curitiba distante 60 quilômetros de Palmeira. Foram, portanto, mais de 340 quilômetros percorridos até a capital para reivindicar ferramentas, armas e roupas.

O ano de 1880 foi marcado pela visita do imperador Dom Pedro II ao Paraná. O frei Luiz de Cemitille, de São Jerônimo da Serra, informa que os Kaingang de seu aldeamento iriam até a capital falar com o imperador. Nessa visita, os 18 índios gastaram 26.780 mil réis³⁴³. Em março estiveram na capital os caciques Francisco Gacon, Paulino Dotahy e Joaquim Lehereu, todos dos novos aldeamentos de Guarapuava. O encarregado do Serviço de Colonização, João B. B. de Proença, informou ter gasto a quantia de 42.600 mil réis com objetos comprados de João Taborda, Abreu & Companhia³⁴⁴. Em fevereiro, Proença já havia gasto 89.120 mil réis com 20 índios do aldeamento de Paranapanema.

341 Ofício do diretor-geral dos índios, Hypólito Alves de Araújo, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, de 30/6/1879. v. 9, p.90. Apep, doc. manuscrito.

342 Carta de recomendação, dos índios, do Cônego de Guarapuava, A. Braga de Araújo, ao diretor-geral dos índios, Brigadeiro Hypólito Alves de Araújo. **OFÍCIOS**, 30/6/1879. v. 9, p. 91. Apep, doc. manuscrito.

343 Ofício de João Baptista B. de Proença ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 15/3/1880. v. 6, p. 109. Apep, doc. manuscrito.

344 Ofício de João Baptista B. de Proença ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 10/3/1880. v. 6, p. 112. Apep, doc. manuscrito.

Há registro de algumas visitas em 1881. No dia 3 de abril, estiveram na cidade 23 índios de São Jerônimo levando 100.000 mil réis em mercadorias. Em 12 de maio, o cacique Felipe Jeremias e 16 índios de Porterinha, no vale do Tibagi, chegavam a Curitiba. Sua estada ficou em 20.000 mil réis. Levaram para o aldeamento 100.000 mil réis em ferramentas agrícolas e roupas. Dessa forma, seguem-se as visitas, as reivindicações e o fornecimento de parte das mercadorias solicitadas. Os Kaingang sabiam que em Curitiba tinham maior possibilidade de conseguir recursos. Mas nem sempre seus pedidos eram atendidos. O visconde Alfredo de Taunay, que foi presidente da província paranaense, escreve:

Logo que cheguei á província do Paraná, de que fui presidente pouco mais de sete meses, de 28 de setembro de 1885 a 4 de maio de 1885, tive que me avir com os chamados índios de Guarapuava. Vagavam pelas ruas de Curityba uma turma semi-nua dessa gente, reclamando ferramentas, roupas, dinheiro, etc; e lamentando-se de haverem sido maltratados por brasileiros e despojados de terras que lhes pertenciam.

Procedi a varios interrogatórios e vi que as suas queixas eram vagas, obscuras e sem objectivo determinado, porquanto as taes posses, segundo pretendiam, occupavam superficies enormes, para poderem contentar os seus habitos nomades e de simples vagabundagem³⁴⁵.

A fala do presidente Taunay revela a situação indígena na província naquele último quartel do século passado, quando a ocupação de suas terras se acelera. Os índios conseguem algumas mercadorias, mas a principal reivindicação, que são as terras, é desconsiderada, alegando-se que suas queixas são *vagas e obscuras, sem objetivos determinados* e que querem grande quantidade de terras para manter sua vida de vagabundagem. Os Kaingang são praticamente expulsos de Curitiba sem serem atendidos; *Comsigo levaram quantos cães puderam arrebanhar e de cuja aquisição se mostraram, como é de uso, sobremaneira avidos*³⁴⁶. Em vez de terras, cães. Depois de despachar os Kaingang sem atendê-los, o presidente

345 Alfredo TAUNAY. *Entre nossos índios*. p. 84.

346 Alfredo TAUNAY. *Entre nossos índios*. p. 85.

Taunay ainda faz uma ironia com os cães que os seguiram, dizendo que esses infelizes animais não teriam uma vida boa e farta entre eles, porque aqueles cães que já os acompanhavam, eram de *extrema magreza e insaciável voracidade*. Ele parece mais preocupado com os cães curitibanos que partirão com os Kaingang do que com os próprios índios que estão sendo expulsos de suas terras. No entanto, Taunay não perde tempo com os índios. Submeteu-os a interrogatórios lingüísticos, registrando umas seiscentas palavras de seu vocabulário, satisfazendo, dessa forma, sua faceta de intelectual pesquisador, acreditando prestar um grande serviço aos índios Kaingang. Na ação de Taunay, havia um paradoxo: nega-se a atender aos pedidos dos índios, principalmente os relativos à questão da terra, ao mesmo tempo que procurava registrar a sua língua, que poderia estar extinta em pouco tempo, porque seus criadores estavam sendo exterminados.

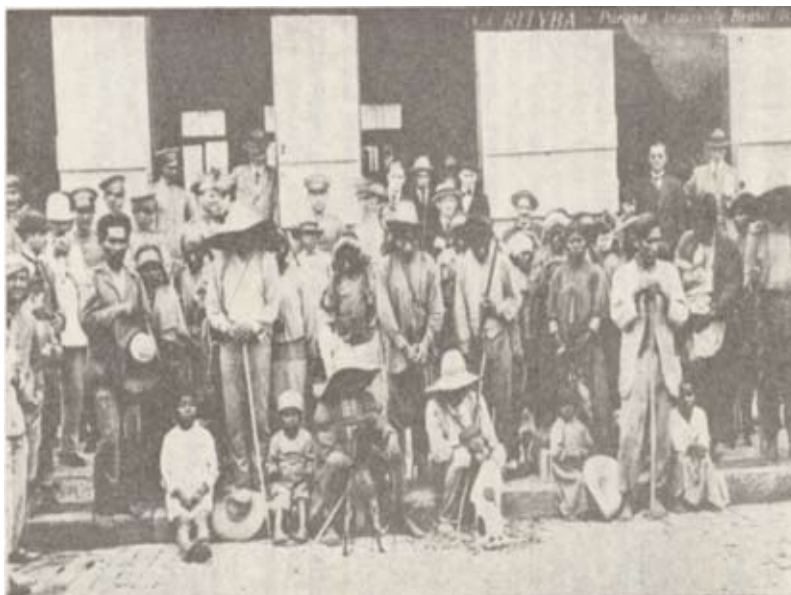


Figura 20. Índios em visita a Curitiba no final do século passado. Observa-se o grupo de índios formado por adultos, mulheres, crianças e cachorros. Fotografados junto aos índios estão militares e cidadãos de Curitiba.

Fonte: Leônidas BOUTIN. Colônias indígenas nas províncias do paraná. *Boletim do instinto histórico, geográfico e etnográfico paranaense*, v. XXXVI, ano 1979, p. 75.

Mobilizações e reivindicações

São vários os acontecimentos que revelam a atuação política dos Kaingang na sociedade nacional. No início da década de 70 do século passado, os Kaingang se concentraram nos territórios das cabeceiras do rio Ivaí, nas imediações da colônia Teresa Cristina, e na estrada que a ligava a Guarapuava. Nesses locais, faziam demandas junto às autoridades de Guarapuava:

Continuamente aparecem nesta cidade diversos grupos de índios dos aldeamentos do Jatahy e São Jerônimo, outros dos toldos do Payquere. [...] exigindo-me óra huma e óra outra cousa, que na verdade necessitão, como seja vestuários, ferramentas, e o indispensável sustento para manterem-se³⁴⁷.

Nesse mesmo ofício, o delegado de Guarapuava comunica que forneceu vinte e quatro mil e quatrocentos e oitenta réis em pólvora e chumbo, clara evidência de muitas armas de fogo entre os índios nessa época.

Mas as reivindicações visavam também a engenhos de moagem de cana-de-açúcar e alambiques para o preparo de aguardente.

O delegado Ildefonso assinalava a disposição dos índios em aldear-se nessas localidades e procurava convencer o governo da importância de atender a suas reivindicações. Planejava, ainda, atrair os Kaingang arredios que habitavam os campos do Payquerê a oeste.

Passados três anos, em 1877, o delegado Ildefonso Andrade volta a falar dos índios das redondezas de Guarapuava e de sua mobilização:

Tenho a honra de requisistar de V. Exa. 12 praças pelo menos e comandadas por um oficial afim de guardar esta cidade a qual acha-se ameaçada pelos índios moradores nas circunvizinhanças d'esta cidade³⁴⁸.

347 Ofício do delegado de polícia de Guarapuava, Ildefonso L. G. de Andrade, ao presidente da província, Adolfo Lamenha Lins. **OFÍCIOS**, 19/12/1874. v. 20, p. 283-284. Apep, doc. manuscrito.

348 Ofício do delegado de polícia de Guarapuava, Ildefonso José Gonçalves Andrade, ao chefe de polícia

A velha Guarapuava temia mais um ataque dos índios, que continuavam reunidos em vários pontos dos vales dos rios Marrecas e Ivaí pressionando as autoridades com suas solicitações. Em 20 de março de 1877, o juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, dirige-se ao presidente Adolfo Lamenha Lins, comunicando ter pedido ao

[...] fazendeiro Pedro Carneiro que permitisse a continuação dos índios nas terras em que eles se achão estabelecidos até que ou elle procedesse a legitimação das mesmas terras ou - pelos meios regulares - fosse verificada a questão da posse³⁴⁹.

Junto ao pedido, o juiz Ernesto Laranjeira destacou dois oficiais da polícia para obterem informações sobre as terras reivindicadas pelos índios. Num outro relatório, de 10 de setembro, o juiz confirma ser verdade,

[...] terem os índios, em suas correrias, causado muitas vezes sobressalto a população da Comarca e principalmente desta cidade ponto que sempre procurão em sua passagem, sendo de receiar alguma tentativa desses selvagens, que nunca esquecem de suas pretensões sobre um campo que dizem lhes pertencia³⁵⁰.

Os campos reivindicados pelos índios eram os antigos territórios denominados de Atalaia por Afonso Botelho, na margem direita do rio Jordão, em 1771/2, e ocupado por Diogo Pinto em 1810. Eram o ponto central dos Coran-bang-rê. Com a mudança da cidade desse local para um outro, as fortificações e construções ali existentes passaram a servir de aldeamento para os Kaingang que prestavam serviços as populações luso-brasileiras. Em troca os Kaingang receberam como sesmaria as terras entre os rios Lageado Grande e Countinho.

da província, em 25 de julho de 1877. **OFÍCIOS**, 25/7/1877, v. 12, p. 60. Apep, doc. manuscrito.

349 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, ao presidente da província, Adolfo Lamenha Lins. **OFÍCIOS**, 20/3/1877, v. 4, p. 66. Apep, doc. manuscrito.

350 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, ao presidente da província, Joaquim Bento de Oliveira Junior. **OFÍCIOS**, 5/9/1877, v. 13, p. 33. Apep, doc. manuscrito.

Índios de Guarapuava, entre os rios Coutinho e Lageado Grande, cuja testada correrá de Leste a Oeste em paralelo a serra denominada dos Agudos entre os ditos dois rios e os fundos descerão por entre os mesmos rios abaixo até onde elles se encontram e abrangerá esta semaria os matos que dentro dellas se acharem, as quaes terras são apropriadas aos ditos índios para seu patrimônio (L. 40, Fls 92 v)³⁵¹.



Figura 21. A sesmaria dos índios de Guarapuava, concedida pelos Capitães Generais da Capitania de São Paulo de 1721 a 1821, hachuriada, sobre o Mapa dos campos de Guarapuava, organizado pelo padre Francisco das Chagas Lima.

Fonte: Júlio Estrela Moreira. Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975, p. 206.

Em 1825, esse aldeamento foi destruído num ataque dos índios resistentes, causando a morte do cacique catequizado Luis Tigre Gacon. Desde então, essas terras passaram a ser ocupadas por fazendeiros sob a alegação de que os índios as tinham abandonado

351 Cf. São Paulo (Estado) Secretaria da Cultura. Departamento de Museus e Arquivos do Estado. Divisão de Arquivo do Estado. **Repertório das Sesmarias** – Edição fac-similar/Divisão de Arquivo do Estado, São Paulo: Divisão, 1994.

para se refugiar nos campos de Palmas e nos campos a oeste do rio Jordão. Decorridos cinquenta anos, os Kaingang continuavam a luta por essas terras:

Constando-me que os índios mansos, em número de cem a cento e cinquenta, achão-se reunidos com disposições hostis no campo denominado Atalaia de que se dizem senhores e cuja posse tencionam disputar [...] Consta também que perto daquele campo que não é nem distante desta cidade existem misturados índios mansos e bravos a espera de maior número para virem reunir-se aos que já estão no dito campo³⁵².

No dia 14 de outubro, a Câmara Municipal de Guarapuava também se pronunciou sobre a concentração de índios nas proximidades da cidade, informando que eles se achavam nos campos pertencentes ao fazendeiro Manoel Xavier Pedroso, que residia no Rio Grande do Sul. Calculava-se a presença de mais de 300 índios, vindos de várias partes da província, reivindicando ranchos e terras para suas roças. A reação não tardou:

Logo que seja preciso obrigar a desocupação dos Campos necessita a autoridade de força e para isso faz a [...] que V. Exa. remetta com a maior brevidade de 20 a 30 praças a fim de manter a segurança publica do Municipio³⁵³.

Para os vereadores/fazendeiros a solução possível é o não-atendimento das reivindicações e a expulsão dos Kaingang do latifúndio do fazendeiro gaúcho.

Entra o ano de 1878 e os índios continuaram a pressão para reaver suas terras. O presidente Joaquim Bento de O. Junior autoriza o juiz Ernesto Laranjeiras a ceder-lhes uma parcela de terras em outro local. A decisão dos Kaingang foi taxativa:

352 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, ao presidente da província, Joaquim Bento de Oliveira Junior. **OFÍCIOS**, 12/10/1877, v. 15, p. 58. Apep, doc. manuscrito.

353 Ofício do presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, José de Freitas Netto, ao presidente da província, Joaquim Bento de Oliveira Junior. **OFÍCIOS**, 14/10/1877. v. 15, p. 85. Apep, doc. manuscrito.

[...] decididamente não aceitarão terras em qualquer lugar que fossem situadas e que só lhes convinhão campos onde poderão ter suas criações e próximo desta cidade afim de civilizarem-se sendo que deixão perceber que unicamente lhes convem os campos em questão, denominados da Atalaia e Sepultura³⁵⁴.

As terras sugeridas pelo presidente ficavam longe da cidade, em região de matas e montanhas de difícil acesso e que, aliás, já eram dos índios. Os campos de Atalaia e Sepultura eram locais de seus alojamentos tradicionais há vários séculos, ficavam a pouco mais de dez quilômetros de Guarapuava e estavam abandonados, sob a posse do fazendeiro gaúcho. O juiz Ernesto Laranjeira sugere ao presidente da província a compra desses campos para os índios, resolvendo a questão o mais rápido possível para a tranqüilidade dos habitantes de sua comarca. Em 4 de março, Laranjeira recebeu um ofício do presidente da província informando-o da impossibilidade da compra dos campos de Atalaia e Sepultura para doá-los aos índios. Ao mesmo tempo, recomenda ao juiz todo o esforço para convencer os índios a se estabelecerem em outras terras. Novamente o juiz Laranjeira faz contato com os índios, insistindo que aceitem as terras oferecidas pelo presidente da província.

[...] não só tomaram a deliberação que não as aceitavão, como ainda que estavam dispostos a seguirem para essa capital, e, conforme a resposta de V. Exa. continuariam a viagem até a corte afim de apresentarem sua petição ao Governo Imperial³⁵⁵.

A resposta surpreendeu o interlocutor do Estado.

De julho de 1877, até março de 1878 já haviam transcorridos nove meses de luta. Os Kaingang fazem com que suas reivindicações cheguem até ao governo imperial, mas sem sucesso. O Ministério da Agricultura responde da seguinte maneira:

354 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, ao presidente da província, Joaquim Bento de Oliveira Junior. **OFÍCIOS**, 9/2/1878, v. 3, p. 187. Apep, doc. manuscrito.

355 Ofício do juiz de Direito de Guarapuava, Ernesto Dias Laranjeira, ao presidente da província, Joaquim Bento de Oliveira Junior. **OFÍCIOS**, 18/3/1878, v. 5, p. 154. Apep, doc. manuscrito.

Decisão n. 306 - Agricultura, Comércio e Obras Públicas - Em 17 de maio de 1878 - Em resposta ao ofício dessa Presidência, de 12 do mês proximo passado, em que expõe pretenderem os índios de Guarapuava as terras das fazendas de Atalaia e Sepultura, que são de dominios de particular, recusando estabelecer-se nas que pelo antecessor de V. Exa. lhes foram designadas, tenho a dizer-lhe que não é admissível a compra dessas terras por conta do Estado, quando tantas existem devolutas, em que os referidos índios podem estabelecer. [...] Cumpre, portanto, que, por meios persussórios, servindo-se V. Exa. para isso de pessoas de confiança dos índios, consiga reduzi-los a aceitar as terras que lhes foram marcadas. [...] Quanto aos perigos de invasão de que se sentem ameaçados os fazendeiros que confinam com essa e outras tribos, não estando em poder do Govêrno a criação de fôrças regulares para fazer a guarnição dêsses lugares, à Província compete providências a tal respeito³⁵⁶.

Convém lembrar que a política do Império em relação aos índios é determinada pelos interesses da expansão da grande propriedade agraria³⁵⁷, sendo mero apêndice da política geral de alienação de terras públicas e de colonização, em si mesma diametralmente oposta aos mais elementares interesses e direitos dos índios³⁵⁸. Todas as atividades relacionadas com os índios se subordinam à Repartição que cuida das Terras Públicas, sob o comando do Ministério da Agricultura, a partir de 1861.

A discussão em torno das terras continua no ano de 1879, agora sob o comando do juiz comissário Luiz Daniel Cleve. Em 10 de janeiro de 1879, ele informava ao palácio do governo que, conforme ofício de 24 de dezembro, estava autorizada a medição das terras destinadas ao aldeamento dos índios em local apropriado. Tratava-se de uma área às margens da estrada para a colônia Teresa Cristina,

356 Decisão do Ministério da Agricultura à consulta do presidente da província do Paraná sobre a possibilidade de compra das terras de Atalaia e Sepultura para os índios. In: Carlos de Araújo MOREIRA NETO. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. p. 379-380.

357 Carlos de Araújo MOREIRA NETO. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Conclusão da tese de mestrado p. 17. Rio Claro - SP. Mimeografado.

358 Carlos de Araújo MOREIRA NETO. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Conclusão da Tese de Mestrado, p. 17. Rio Claro - SP. Mimeografado.

denominada Marrecas. Pedia para a execução do serviço a quantia de 500.000 mil réis³⁵⁹.

Enquanto isso, os índios ocupavam as terras que eles achavam de direito. Um abaixo-assinado dos moradores da colônia Teresa Cristina - Theresina - em 23 de abril de 1879, destinado ao diretor dos índios em Guarapuava, revelava a tensão existente na região, acusando os índios de destruírem as melhores madeiras e terras com suas roças.

Os meses se passam, o local não é definido e as medições não se concretizam. Em 11 de julho de 1879, é iniciada a demarcação.

Foram sérios os embaraços que encontrei na escolha da localidade mais apropriada, pois são os índios em extremo exigentes e as diversas hordas não concordam entre si, [...] Procurei o quanto possível, conciliar a opinião das tribos mais numerosas com os interesses de logar, e dos próprios índios, colocando o futuro aldeamento, de acordo com o Exmo. Sr. Barão de Guarapuava e a Camara Municipal, nas imediações desta cidade, onde haviam terras devolutas apropriadas, beira do caminho que vae terminar na Theresina, nas fertes margens do Ivahy³⁶⁰.

O juiz comissário atendia, dessa forma, aos interesses dos fazendeiros de Guarapauva afastando os índios dos campos das imediações da cidade para as margens do rio Ivaí. Mas os índios continuavam a lutar pelos campos de Atalaia e Sepultura. Não cediam à pressão do governo provincial nem à dos fazendeiros e autoridades locais, que procuravam *ora com dadas, ora com promessas de outras terras* convencê-los a abandonar esses campos e se aldear nas cabeceiras do Ivaí.

[...] ameaçando os proprietários dos campos da Atalaia, que em 1818 foram reservados para o aldeamento, procurando reahve-lo por todos os meios, já invadindo-os e edificando casas,

359 Ofício do juiz comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 10/1/1879. v. 15. p. 143. Apep, doc. manuscrito.

360 Ofício do juiz comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 11/7/1879. v. 15. p. 145-147. Apep, doc. manuscrito.

já queixando-se as autoridades locais e á Presidência, emfim, incomodando por todos os meios a seu alcance, prometendo o emprego da força armada³⁶¹.

A tentativa de medição das terras provoca reações violentas entre os índios, que não querem as terras escolhidas pelos brancos para seu aldeamento. Cleve fala de rixas entre os índios que vivem nas matas e os que trabalham na demarcação. No dia 28 de julho de 1879, houve um conflito, *donde, segundo informa o agrimensor ahi empregado resultou sahir uma pessoa ferida com o braço fraturado e espancaram o condutor de viveres da turma, também índio*³⁶². O juiz Luiz Cleve, apreensivo com os acontecimentos, teme prejuízo para os trabalhos de demarcação e mesmo a ampliação do conflito, envolvendo várias tribos, que poderia atingir os moradores brancos. Reclama providências junto à polícia local e opina que *sem sujeitar esta gente a um regime quasi militar, severo, o aldeamento não passará de uma quimera*³⁶³. A resistência dos Kaingang, que não querem sair dos campos de Atalaia e Sepultura, choca-se com a decisão de índios Kaingang, cooptados pelos fazendeiros guarapuavanos, que aceitam se aldear nas terras que o governo lhes destinou. A insubordinação, os choques e as pequenas escaramuças entre as partes se espalham por toda a área, saindo do controle das forças policiais de Guarapuava. De outro lado, não existe sintonia entre o juiz comissário Luiz Cleve e o governo provincial. Todos os seus pedidos de verba para a medição das terras, a instalação do aldeamento e outros gastos são negados pela Tesouraria da Fazenda do Paraná.

Do credito cosignado no exercicio de 1878-79 e mandado vigorar no corrente para a verba = Catequese = nenhuma importância foi destinada a despeza que se tem de fazer com o estabelecimento do aldeamento de que trata o Juiz Comissário de Guarapuava [...] penso portanto, que sem authorização do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas

361 Ofício do juiz comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 11/7/1879. v. 15. p. 145-147. Apep, doc. manuscrito.

362 Ofício do juiz comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 29/7/1879. v. 12. p. 10-11. Apep, doc. manuscrito.

363 Ofício do juiz comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 29/7/1879. v. 12. p. 10-11. Apep, doc. manuscrito.

não pode ter lugar a entrega da importância requisitada pelo dito Juiz Comissário³⁶⁴.

A pressão dos moradores de Guarapuava encontra eco no diretor dos índios, que se posiciona favoravelmente ao aldeamento em Marrecas, propondo o juiz Luiz D. Cleve para seu diretor.³⁶⁵ Em 28 de novembro, o juiz Cleve faz um relatório detalhado sobre a medição das terras no rio Marrecas:

[...] pelos mesmos autos e da respectiva planta, será que a área medida importa em 35.164,979. 3/10 braças quadradas com a circunferência de 26,510 1/5 braças lineares. Não tendo ordens precisas sobre a total extensão do terreno a dar para os índios, tive escrupulos em medir uma area maior³⁶⁶.

Em seu último relatório de 1879, Cleve informa que escolheu para dirigir os índios aldeados em Guarapuava o cacique Francisco Luís Tigre, filho de Luís Tigre Gacon, morto no aldeamento de Atalaia, na década de 1820. Fala ainda da existência de diversos toldos espalhados pelas matas do vale do Ivaí, sendo os mais importantes os comandados pelos caciques Bandeira, Henrique, Gregório e outros caciques não batizados e ainda não rendidos à civilização³⁶⁷. Em 9 de novembro de 1880, o juiz Cleve acusa o recebimento do título de posse das terras do aldeamento dos índios em Guarapuava.

Restava resolver o pagamento das despesas de medição das terras e do fornecimento de mercadorias para os índios aldeados no vale dos rios Ivaí e Marrecas. O demonstrativo de compras feitas por Cleve a um comerciante de Guarapuava, em 1880, ajuda a entender como foi o processo de convencimento para que os índios se aldeassem no lugar demarcado pelo governo:

364 Ofício da Tesouraria de Fazenda do Paraná ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 12/8/1879. v. 13, p. 221. Apep, doc. manuscrito.

365 Ofício do diretor-geral dos índios, Hypólito Alves de Araújo, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 15/9/1879. v. 15, p. 141. Apep, doc. manuscrito.

366 Ofício do juiz Comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS** 28/11/1879. v. 20. p. 74-77. Apep, doc. manuscrito

367 Ofício do juiz Comissário de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS** 24/12/1879. v. 23. p. 2. Apep, doc. manuscrito.

Guarapuava 30 de Maio de 1880.

O Ilmo. Sr. Luis Daniel Cleve = Comprou a
Erasmio J. A. Terral.

Ao prazo de 3 meses

1880 maio 30 Importância de fazendas que
por sua ordem entreguei ao índio José Cafang
cacique do novo aldeamento 24.100

1880 maio 31 Importância de fazendas entregues
aos índios do Moiran conforme

sua ordem 42.520

1880 jun 06 Importância de fazendas que por
sua ordem entreguei a varios índios das

Marrecas 8.810

1880 jun 14 Importância de fazendas entregue
conforme sua ordem ao cacique Paulino da
Therezina 49.440

Total 124.870

Recebi do Sr. Luiz Daniel Cleve Diretor dos
índios da Comarca de Guarapuava a quantia
acima de cento e vinte e quatro mil oitocentos
e setenta réis.

Em firmeza do que passa o presente que afirmo
Guarapuava 21 de setembro de 1880
Erasmio J.A. Terral³⁶⁸.

Esse foi um dos muitos recibos relativos ao fornecimento de mercadorias aos índios, que chegaram até a Tesouraria de Fazenda da província. Todavia, durante todo o ano de 1880 há vários officios dessa repartição ao presidente da província, informando-o sobre a impossibilidade de efetuar os pagamentos pedidos pelo diretor dos índios de Guarapuava. Sobre as despesas relacionadas acima, a Tesouraria de Fazenda informa que não foram autorizadas nem pelo presidente da província, nem pelo governo imperial.

Devo, finalmente, informar que não consta nesta Repartição que semelhante despesa fosse autorizada por essa Presidência, acrescentando que o Ministério da Agricultura, em Aviso de

368 Officio da Tesouraria de Fazenda da Provincia do Paraná ao presidente da provincia. **OFÍCIOS**, 26/10/1880. v. 20, p. 41. Apep, doc. manuscrito.

19 de julho deste anno, reiterou as ordens pelo mesmo expedidas, no sentido de não se fazer despesa alguma pela verba Catechese, senão das que estiverem comprehendidas no credito votado³⁶⁹.

Havia, na ocasião, uma forte disposição de cortar os gastos com a *Catequese e Civilização dos índios*. Os comunicados da Tesouraria de Fazenda são taxativos. Em officio de 24 de agosto de 1880, da Tesouraria de Fazenda para o presidente João José Pedrosa, informa-se que as despesas anuais com os aldeamentos indígenas no Paraná atingiram 14.128,000 mil réis, e o crédito autorizado do Ministério da Agricultura é de apenas 10.000,000 mil réis. Existe, portanto, um déficit de 4.128,000 mil réis, que deve ser suprido de alguma forma: ou aumentando o crédito junto ao ministério ou reduzindo os gastos com os aldeamentos já consolidados e com os índios em processo de aldeamento.

É dentro dessa conjuntura política de redução dos gastos com os índios que o juiz Cleve, com promessas de terras, mercadorias, aldeamentos organizados, equipamentos, patentes e salários militares para os caciques, procura atrair para os toldos da cabeceira do rio Ivaí os índios que viviam a leste e norte de Guarapuava e nos campos do Payquerê e Mourão. As promessas não são cumpridas, mas mesmo assim os índios se fixam nas terras demarcadas e passam a defendê-las. Continuam a reivindicar, junto ao governo provincial em Curitiba, ferramentas, armas, objetos pessoais, equipamentos para o fabrico de aguardente e açúcar. Inicia-se a etapa de vida em toldos nas proximidades das vilas de Guarapuava e Theresina e maior relacionamento com os brancos. Etapa de mesclagem de modos de vida e da intensificação das relações interculturais dos Kaingang com a sociedade envolvente.

A resistência sistematizada em argumentações discursivas

Refletindo sobre a personalidade dos Kaingang dos toldos de Palmas, da década de 1930, Loureiro Fernandes tece elogios aos seus *dotes intelectuais*: aprendiam a ler e a escrever com *relativa*

369 Offício da Tesouraria de Fazenda da Província do Paraná ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 26/10/1880. v. 20, p. 40. Apep, doc. manuscrito. Sobre questões relativas ao corte de verbas e não pagamento de despesas dos aldeamentos indígenas em 1880, ver vários officios da Tesouraria de Fazenda da Província do Paraná desse ano.

facilidade, elaboravam cartas-ofício ao delegado da inspetoria do SPI reunindo *argumentação convincente no sentido de justificar a sua pretensão junto ao Serviço de Proteção*³⁷⁰. Tinham um espírito vivaz e descontraído, possuindo um *singular prazer em pregar logro nas pessoas com quem tratam*³⁷¹. Eram excelentes observadores e tinham clara percepção do que eram, da situação em que se encontravam, quais eram seus opositores e como eles agiam. Em visita ao toldo da Campina, Loureiro Fernandes reúne-se com um grupo de índios e o delegado do SPI.

Mal tínhamos passado o umbral e sido apresentados pelo Delegado do Serviço, quando vimos o capitão avançar e estacar no centro da casa, e em tom oratório fazer a defesa do índio contra as acusações que lhes são frequentemente lançadas pelos fazendeiros vizinhos. Nessa oração, com que fomos subitamente recebidos, as frases curtas e incisivas eram pronunciadas com segurança e acompanhadas de ampla gesticulação³⁷².

Fernandes fica ainda impressionado com a *figura ativa* do cacique Kaingang defendendo os seus contra os preconceitos regionais. Destaca a capacidade que tinham de dar informações diferenciadas *da realidade dos fatos* quando desconfiavam de determinadas perguntas, numa demonstração evidente de que continuavam a não confiar nos brancos.

Ficavam indignados quando eram confundidos com os Xokleng. Se eram chamados de bugre, imediatamente rebatiam replicando que bugres eram os Xokleng e não eles, os Kaingang.

Em 1935, Herbert Baldus estuda os Kaingang de Palmas, no sul do Estado, que ele define como já aculturados e integrados à sociedade branca. No entanto, pelo relato que faz do culto aos mortos, percebe-se ainda que a tradição permanece viva. Nesse trabalho, Baldus reproduz uma carta de chefes Kaingang à comissão de proteção aos índios, de maio de 1933, que expõe o conflito entre índios e fazendeiros, além do pedido de ajuda aos órgãos competentes. A seguir, a carta na sua grafia original:

370 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 199.

371 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 199.

372 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 200.

Parmas. Delegacia dos índio

Jacú em 19 de Maio de 1933

Ilmo. Sr. Di do serviço de proteção aos
índios

Ilmo. Si

Tem que em vosso coisimento que nosso tordo esta sendo invado por o senhor Sob Delegado Caitano Ferrais que ya venho neste tordo percurando a dezalojar os índios premetendo violencia dizendo que a qui índios não tem terras que aqui e do Venen Berther e percurando a pegar o noso escrivão que e o indio Avelino Francisco pois este indio não tem ruim e é o bidente as outoridades e elles querem pegar e matar por ser nosso escrivão e que foi inbargar amidição do Rila elle não foi que eibargo quem em bargo foi nos com nosso Decreto e o imbargue do Palacio de ordem de Curytiba do serviço de proteção os indio asinado por D. Alfredo Xaves e o telegrama do deministerio estes foi os que imbargo intão estes homens temos fraze todos agora ordem do Deministerio por que estamos sendo aperseguidos por calunas fantastica asin recoremos a V.S. e afederação para que rine entre nois a pais e a yusticia e a ordem para nosso descanso porque estamos sofrendo por causo de nosso direito sagrado que nossos velho ganhato paranos viver querem nos tirar daqui para por num terreno do Fidencio e nos não aseitamos bem asim pedimos mapa dige copia erecoremos os trebnar de Yusticia para nossa garãtia quando o grupo que aqui venho con o Delegado Caitanno são 10 homen onde venha Marcesão Lopes criminozo que atirou um indio apoco tenpo e botaro uma pedra insima e dizem que indio e mesmo que mal fera do mato e asim são esses que apersegen nosso escrivão e essa patota de Berther e Caitanno e Yasintho Costa que estão decarando pubricamente querem fazer rosas em indio aballa e estão para avansar nestes dias termino pedindo a yusticia.

Tenente deste tordo de yacú e Banhado Grande Pedro Inacio Andre indio e o Salgente Antonio Guarani indio e O Capitão Domingo yasintho do tordo do pinhazinha indio e O Majo do tordo

de Xapeco Grande indio Francisco Patrico
Escrivão Avelino Francisco indio³⁷³.

A carta denuncia o sub-delegado Caetano Ferraz que, aliado a criminosos, quer tomar suas terras para um tal de Berther. São fazendeiros, autoridades militares e criminosos agindo e ameaçando matá-los caso não abandonassem suas terras. Estão ainda à caça do índio Avelino, que sabe escrever e pode denunciá-los às autoridades de Curitiba. Esta carta é mais uma demonstração de que os índios continuavam a lutar e a defender o que sobrou de suas terras. Não estavam totalmente submetidos, mas com forças para reclamar seus direitos e denunciar as arbitrariedades que sofriam.

Essas diferentes formas de resistência nada mais são do que fatos políticos bem estruturados, fruto de uma sociedade que se empenha em preservar sua autonomia. Não há necessidade de complexas estruturas institucionais para que os mecanismos de ação política se manifestem. No dizer de Balandier, *Nas sociedades ditas segmentárias, a vida política difusa revela-se mais pelas situações do que pelas instituições políticas*³⁷⁴.



Figura 22. Mulheres Kaingang e a sua maneira de transportar crianças ou outros objetos. A primeira é uma litografia de Thomas P. Bigg-Wither, feita entre 1872-1875 retratando mulheres Kaingang das redondezas da colônia Teresa Cristina. A segunda é uma mulher Kaingang da região de Palmas, fotografada Herbert Baldus na década de 1930.

Fonte: Thomas P. BIGG-WITHER. *Novo caminho no Brasil meridional: a província do Paraná*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1974, p. 381. Herbert BALDUS. *Ensaios de etnologia brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional-INL/MEC, 1979, p. 188.

373 Esta carta está publicada in: *Ensaios de etnologia brasileira*. p. 68-69.

374 Georges BALANDIER. *Antropologia política*. p. 62.



Figura 23. Grupo de mulheres e crianças Kaingang fotografadas no final do século passado.

Fonte: Leônidas BOUTIN. Colônias indígenas na província do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, vol. XXXVI, ano 1979, p. 69.



Figura 24. Índios Kaingang fotografados no final do século passado.

Fonte: Leônidas BOUTIN. Colônias indígenas na província do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, vol. XXXVI, ano 1979, p. 59.

As guerras dos índios Kaingang



Capítulo VII

OS CACIQUES KAINGANG

*Cagmá, ienguê, oanan eiô hó iá, ke tin, in fimbré
ixan an ióngóngue, iamá nô ô caicá, kato nô ô
eká mainguê.*

Passe com cuidado a ponte. Viva bem com os outros; assim como elles vivem bem, você também pode viver. Lá você ha de ver muita cousa que já vio aqui em minha terra, assim como o gavião. Teos parentes hão de vir te encontrar na ponte e te leverão com elles para a tua morada.

*Comá comá cô ondiê, ê ni moni tá, goio-bangue
tarê uo can ien caindê rain tarê eiokang ien.*

Passe bem pela ponte do rio grande; chegando ao campo diga aos outros: - Eu estou aqui. Coma bem as fuctas do comá e vire as pedras que tem limo antes de passar.

Iá ia há vê perá jê mê, aiê ienô, vexei corendiê.

Vá-se embora, viva bem como os outros que estão lá³⁷⁵.

Elencamos neste capítulo os principais caciques que a história registrou e que, de alguma forma, conduziram seus grupos a resistir à violenta política de conquista de seus territórios e à insidiosa intromissão de valores estranhos à sua cultura. Mesmo líderes como Antonio Pahy, Luiz Tigre Gacom, Victorino Condá e Viri, que de certa forma colaboraram com os brancos, jamais lhes foram totalmente submissos e confiáveis.

375 Canto fúnebre dos Kaingang colhido e traduzido por Telêmaco Borba in: *Actualidade indígena*. p. 34.

As lideranças indígenas no período das expedições de Afonso Botelho - 1769 a 1809

Não foi possível, através da leitura dos Anais³⁷⁶ das expedições do Tenente-coronel Afonso Botelho em Guarapuava nos anos de 1769 a 1774, identificar os nomes dos caciques indígenas da época. Os inúmeros relatos, cartas e ofícios consultados não registram o nome dos líderes que comandaram a resistência e que são referidos apenas como caciques, na documentação das expedições. Pode ser que muitos deles apareçam na documentação do Padre Chagas Lima a parti de 1810 quando ela passa a registrar a população Kaingang em seus livros de batismo, casamento e óbitos.

As lideranças indígenas durante a ocupação dos Coran-bang-rê por Diogo Pinto - 1810 a 1825

Os nomes das lideranças Kaingang no período da fundação do Forte de Atalaia e depois da capela de Nossa Senhora do Belem de Guarapuava estão elencados em dois textos publicados pelo padre Francisco das Chagas Lima. Mas se faz necessário uma pesquisa mais apurada na documentação do Arquivo Diocesano da Catedral de Guarapuava, onde estão os registros de batismo, de casamentos e óbitos, feitos pelo padre Chagas Lima a partir de 1812.

Antonio Pahy

Após a fracassada tentativa de destruir Atalaia, em 29 de agosto de 1810, os Kaingang passam a emboscar os brancos nos Coran-bang-rê, que por sua vez faziam incursões nos aldeamentos, matando e aprisionando. O chefe Kaingang Antonio Pahy, mais tarde nomeado capitão pelos brancos, foi preso numa dessas incursões.

O reverendo Francisco das Chagas Lima assim relata a captura desse cacique:

376 Anais da Biblioteca Nacional, v. 76. Notícia da Conquista e Descobrimento dos Sertões do Tibagi.

Passado este tempo, enviando o Comandante em chefe da Expedição, Tente Coronel Diogo Pinto de Azevedo Portugal de proposito, hua Escolta de Soldados aos seus proprios alojamentos, esta Escolta capturou por surpresa, e trouxe para Atalaya hum índio de nome Pahy; o qual sendo bem tratado, e depois de assistência de sinco mezes com nosco, tendo alcançado/sem haver Interpetre, que se lhe explicasse/nossas intenções, favoraveis a respeito dos Nacionais do Paiz, tratou de as comunicar aos outroz, que residião pelos certoens; e por este modo os reduzio a virem-se entregar aos Portugueses³⁷⁷.

Preso em 1811 pela escolta do tenente-coronel Rangel, o cacique Kaingang, batizado Antonio Pahy, foi levado para o forte Atalaia com a mulher, dois filhos e dois sobrinhos³⁷⁸. Alguns dias depois, apresentou-se em Atalaia o índio Gruton, irmão do capitão Antonio, com mais alguns índios, *os quaes foram bem recebidos e tratados, e desta epoca em diante começarão a vir muitos voluntariamente*³⁷⁹.

A partir de 7 de agosto de 1812, começou a chegar em Atalaya uma grande quantidade de índios *voluntariamente rendidos, e na intenção de habitarem com nosco*. O padre Chagas contou 312 índios das duas *Naçoens, hua de Camés, ou Camens, outra de Votorons*³⁸⁰. A chegada desses índios em Atalaya parece ter sido resultado do trabalho de convencimento feito pelo chefe Antonio Pahy, junto aos grupos dos Coran-bang-rê.

No início de 1814, quando os índios começaram a retornar ao acampamento de Atalaia depois de daí terem fugido devido à peste e às leis que proibiam a poligamia, o chefe Pahy, o único que ficara, foi batizado e casado na igreja. Recebeu o nome de Antonio Joze Pahy, e também o cargo de capitão. Esse chefe convertido era um exemplo para os outros. É muito elogiado pelo padre Chagas Lima pelo respeito

377 Cf. relatório do padre Chagas; Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 236. F. R. Azevedo MACEDO em **A Conquista pacífica de Guarapuava**, p. 152, afirma que a prisão do cacique Pahy foi planejada por Diogo Pinto para que ele fosse mais tarde o capitão dos índios aldeados e ao mesmo tempo convencesse os demais a se aldearem em Atalaia.

378 Cf. documento da Câmara Municipal de Castro, de 14 de dezembro de 1826. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 218. Devemos observar que os vereadores de Castro são contrários à política do reverendo Chagas. Eles achavam que era preciso adotar uma política menos severa com os índios se quisesse tê-los trabalhando e convivendo com os brancos.

379 Cf. documento da Câmara Municipal de Castro, de 14 de dezembro de 1826. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 218.

380 Cf. relatório do padre Chagas; Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 236-237.

à doutrina cristã, por sua fé e inteligência. Graças a seu exemplo, o grupo de índios convertidos pelo padre Chagas volta a crescer. Em 8 de maio de 1818, ele contabilizava 221 índios batizados e 12 casamentos sacramentais realizados nos campos de Guarapuava.

O comércio de escravos índios na época acontecia livremente em Atalaia, no final da década de 1810. São vários relatos da venda de crianças índias que se tornavam escravas dos nacionais. Esse comércio estimulava os índios aldeados em Atalaia a se aventurarem nos Coran-bang-rê em busca de escravos³⁸¹. Um deles foi o capitão Antonio José Pahy, que numa dessas razias encontra seu fim:

O Capitão Antonio José Pahy, Levado deste exemplo, junto com dez índios camés tão bem marchou para o Oriente, na intenção de dar caça á outros índios barbaros, e vender os menores, que colher pudesse/ da boa fé, com que histo fez, não resta a menor dúvida;/ porem foi mal sucedido; porque chegando a hum Alojamento de índios, que se chamão Tac-taias, sito nas margens do rio Ytatu, 26 Léguas em distancia da Atalaya, tanto não fes preza alguma, quanto movendo-se por esta causa, entre huns e outros, grande contenda, morrerão nella quatro índios Camés, que acompanhavão o capitão Antonio José Pahy, o qual no mesmo conflictio recebendo hum golpe mortal, quando já vinha de retirada para a Atalaya, depois de dous dias de marcha faleseco em caminho³⁸².

Existe outra hipótese sobre a morte do cacique Pahy:

O Capitão dos índios, vendo-se só no seio da barbaridade, sem o Padre que se achava em S. Paulo sem o Comandante (Diogo Pinto) transferido para Linhares por obra do poder sobrenatural do Padre, nada podendo ele Capitão

381 Além das referências sobre a escravização de índios que aparece no relatório do padre Francisco das Chagas Lima, podemos verificar também no *Viagem à Comarca de Curitiba (1820)*, de Saint-Hilaire que este autor diz ter visto na fazenda Fortaleza “uma mulher e duas crianças coroadas que haviam sido aprisionadas muito recentemente” (p. 61). Octavio Ianni em *As metamorfoses do escravo* afirma que “As avaliações das atividades produtivas, especialmente aquelas que exigiam as próprias mãos do homem, profundamente identificadas com ocupações inferiores, de negros, índios, mestiços ou simplesmente escravos, eram componentes dinâmicos do sistema social” (p. 63).

382 Cf. relatório do padre Chagas: *Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821*. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 246.

dos índios fazer para impedir os atos dos nefandos escravocratas, tomou a resolução heróica de correr ao sertão com alguns companheiros, em socorro de seus irmãos selvagens contra a malvadez desses ímpios caçadores. E com estes travou o combate no qual gloriosamente morreu. E esses mesmos impertinentes criminosos, para encobri seu crime, urdiram a respeito de Pahy, essa infamia³⁸³.

Macedo não admite a possibilidade de o cacique Pahy ter percorrido os Coran-bang-rê na caça de escravos. Primeiro, porque ao seu ver ele não cometeria esse crime contra seus irmãos e, segundo, porque isso ia de encontro à doutrina cristã, que ele tinha assimilado. No entanto, não se deve esquecer que o comércio de escravos índios na região rendia muito dinheiro e que Pahy era um guerreiro, chefe de um dos subgrupos Kaingang, que vivia em guerra contra outros grupos. Diante disso, o relato de Chagas parece mais consistente do que a hipótese levantada por Macedo.

Quanto aos parentes do cacique Pahy, as informações também são conflitantes. Conforme Macedo, a mulher de Pahy recebeu o nome de Rita de Oliveira, e o casal foi muito amigo de Diogo Pinto e sua esposa D. Rita. No nascimento do primeiro filho de Diogo Pinto, de nome Francisco,

A jovem bugra, esposa de Pahy la esta solícita, como amiga, a prestar serviços domésticos. E, como amamenta seu filhinho de um mês e tem leite de sobra, oferece-se para amamentar o filhinho de D. Rita³⁸⁴.

Segundo Macedo, ela viveu mais de 100 anos, falecendo em Guarapuava em 1889. O coronel Francisco Pinto de Azevedo Portugal, primogênito de Diogo Pinto e avô de Macedo, *aproveita todas as oportunidades para, de Campo Largo, lhe mandar algum dinheiro e outros presente. Já velho, cego e doente, ele não esquece a sua ama de leite*³⁸⁵.

383 Cf. F. R. Azevedo MACEDO. *Conquista pacífica de Guarapuava*. p. 161.

384 Cf. F. R. Azevedo MACEDO. *Conquista pacífica de Guarapuava*. p. 156.

385 Cf. F. R. Azevedo MACEDO. *Conquista pacífica de Guarapuava*. p. 156. Macedo diz que as informações sobre a mulher de Pahy foram colhidas junto a parentes seus e no testemunho do sr. Guilherme de Paula Xavier. (Ver p. 157.)

Esses dados não se ajustam às informações do padre Francisco das Chagas Lima. Comentando a retirada dos Kaingang/Votoron de Atalaia, após a morte de Pahy, relata:

Ainda couza peor aconteceo por sedução dos Votorons; porque ficando na Atalaya, na retirada dos mais, hum Rapaz Votoron de nome Fuoc-xó, este se instruiu na Doutrina Christã, e passando o tempo de catechumeno, foi baptizado, tomando no Baptismo o nome de Vitorino, e cazou com a viuva do fallecido Capm Antonio Jose Pahy, com a qual viveu em boa paz hum ano, pouco mais ou menos. Passado este tempo vieram occultamente a Atalaya alguns índios Votorons, somente a seduzir, e acompanhar para os Certoens a Vitorino Fuoc-xó: este miserável cedeu a seducção, Levando com sigo não somente sua mulher Legitima, como dous índios Camés, já baptizados, e cazadoz, hum de nome Nicoláo Herimbanc, e outro de nome Miguel Endará. [...] Vitorino Fuoc-xó associou á sua mulher Legitima, outra pagã de nome Iagninvé³⁸⁶.

Pois, de acordo com Chagas, logo após a morte de Pahy, sua mulher se casa com outro índio, abandona o aldeamento para segui-lo, na companhia de uma segunda mulher, nos Coran-bang-rê.

Luiz Tigre Gacon

A história deste cacique é parecida com a do cacique Pahy. O furriel Antonio José da C. Viana sai a campo com vinte homens com a missão de capturar índios:

[...] foi este em o decurso de oito dias, voltou com vinte e hum ditos entre Maxos e femeas, em cujo número entrou o Indio de nome Goio/ depois Luiz e Capitão/ sacrificado pelo Rev. Chagas aos índios bravos³⁸⁷.

386 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 247.

387 Cf. documento da Câmara Municipal de Castro, de 14 de dezembro de 1826. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 220.

Com a morte de Antonio Pahy, Luiz Tigre Gacon assume o comando dos índios aldeados em Atalaia. Ele se propõe a trazer de volta os índios que estão abandonando Atalaia, desde que as autoridades lhe façam as concessões necessárias.

Conforme a relação apresentada por Chagas Lima, a família de Gacon era constituída de 12 pessoas entre filhos e parentes agregados, que viviam em seu fogo.

Com a mudança dos brancos para a recém-fundada vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava, a dez quilômetros de Atalaia, esta última passou, em setembro de 1818, a ser propriedade dos índios, que ali viviam comandados por Gacon.

Estes índios assistentes na Atalaia são todos ou Neofyts, ou Catechumenos: e ahi por algum modo são governados por hum delles, de nome Luiz Tigre Gacom, o qual sem ambargo de não ter a mesma capacidade, q- tinha o fallecido Capitão Antonio José Pahy, algua couza faz, e manda em beneficio do Bem commum desta Aldea; castiga com suas prizoens os delinquentes; e applica os outros ao trabalho da Lavoura³⁸⁸.

A opinião de Chagas Lima sobre o novo *Capitão dos Índios* não é nada lisonjeira. Acusa-o de promover hostilidades entre os índios e de proferir *assaltos mortíferos áqueles que lhe provocam ódio*³⁸⁹. Segundo o padre, esses assaltos eram disfarçados como saídas para caçadas. Em seu relatório de 23 de novembro de 1861, Francisco Ferreria da Rocha Loures, então diretor-geral dos índios da província e filho de Antonio da Rocha Loures, comandante das forças militares que ocuparam Guarapuava, elogia o cacique Gacon, *jovem de muito tino, valoroso e severo*. Graças a ele, seu pai Antonio da R. Loures *pode organizar militarmente os índios* e subordiná-los. Ele conta que seu pai conferiu a autoridade de capitão dos índios ao cacique Gacon *que não perdoava aos seus o menor delito, castigando aos homens com chibata, e com palmatória as mulheres*³⁹⁰. Assim Gacon amealhou inimigos e sentimentos de vingança, até que os índios insultados se

388 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 262.

389 Cf. "Memorias", do padre Francisco das Chagas Lima, In: F. R. Azevedo Macedo. *Conquista pacífica de Guarapuava*. p. 216.

390 Relatório do diretor-geral dos índios da província do Paraná, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Antonio B. Gomes Nogueira. *OFÍCIOS*, 23/11/1861, v. 19, p. 149-157. Apep, doc. manuscrito.

vingaram. Chagas Lima registra o ataque que destruiu a fortaleza de Atalaia ocupada pelos índios de Gacon.

Os índios dorins, provocados pelos repetidos insultos, crueldades e mortes que na sua corporação participavam os aldeados, vieram em abril de 1825 e hostilmente avançaram á povoação matando 28 índios e queimando suas casas. Nesta ocasião foi morto Luiz Tigre Gacon, pois este havia continuado os cruentos conflitos com aquela horda, apesar de ela ter enviado anteriormente, alguns dos seus, que ainda declararam aos aldeados - se formos por vós perseguidos havemos de nos vingar³⁹¹.

Conforme as “Memórias”, do padre Chagas, o ataque foi feito por cerca de 60 a 70 índios, depois da meia-noite. Atearam fogo às casas e flechavam os que tentavam fugir. A batalha durou duas horas, morrendo 14 homens, 8 mulheres e 6 crianças. Já no relatório de Francisco F. da Rocha Loures, de 1861, Gacon e sua gente foram

[...] repentinamente surpreendidos na madrugada de 25 de abril de 1825 por um grupo de cerca de 200 índios seus inimigos: reduzirão a cinzas muitas casas e matarão o Cacique Gacon e mais treze de seus valentes companheiros³⁹².

Da fortaleza, restaram as cinzas do incêndio que foi visto da vila de Nossa Senhora do Belém de Guarapuava. Quando os soldados do comandante Antonio da Rocha Loures chegaram ao local, na manhã seguinte, encontraram apenas cadáveres dos índios misturados aos restos fumegantes daquela que foi a principal fortaleza militar na ocupação dos campos de Guarapuava. Dessa forma, os Kaingang destruíram, em 1825, a fortaleza branca plantada no centro de seus

391 Cf. “Memorias”, do padre Francisco das Chagas Lima, in: F. R. Azevedo MACEDO. **Conquista pacífica de Guarapuava**. p. 216. Ainda sobre esse episódio ver a narrativa de Luiz Daniel Cleve nas p. 217-218 de MACEDO.

392 Relatório do diretor-geral dos índios da província do Paraná, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Antonio B. Gomes Nogueira. **OFÍCIOS**, 23/11/1861, v. 19, p. 149-157. Apep, doc. manuscrito. O relato a respeito de Gacon e de sua morte feito por Francisco F. da Rocha Loures, apesar de ter sido feito muito tempo depois, deve ser considerado porque seu pai, Antonio da Rocha Loures, esteve presente em Guarapuava desde a chegada de Diogo Pinto, em 1810, até muitos anos depois.

territórios, objetivo que já tinham perseguido em agosto de 1810, sem êxito.

Fingri

Aparece no relatório do reverendo Chagas como sendo um dos índios que abusava das leis de Deus. Fingri chegou a Atalaia com duas mulheres e quis outras mais dentre as jovens que vieram em sua comitiva. Isso irritou o padre Chagas, que não conseguiu impedir-lo³⁹³.

Em 1814 ele retorna a Atalaia com duas jovens mulheres e adoece dias depois. Quando foi batizado em 14/1/1814, um dia antes de sua morte, tinha mais de quarenta anos. Seu fim foi igual ao de muitos outros: a morte pela peste que eclodiu nessa época. Fingri morreu no dia 15 de janeiro de 1814.

Iongong

É citado no relatório do reverendo, juntamente com Fingri, como os dois índios que não obedeciam as suas ordens. Chagas queria impor estrita monogamia aos índios, e Iongong chegou à fortaleza de Atalaia com quatro esposas e quis outra de onze anos de idade. O padre Chagas interveio e recolheu a jovem na casa de seus empregados.

[...] porém ao segundo, (Iongong) quando estava em ponto de fazer conduzir para sua caza a nova espoza, não pude conterme, que lhe não fosse dizer pelo mesmo Interprete nomeado assim: Que mulher devia ser hua só: que admittir mais do que hua no Leito conjugal, hera irritar a colera do Todo Poderozo, e introduzir a discordia na familia³⁹⁴.

393 De acordo com o padre Luiz Cemitille, o índio Kaingang que se destacasse na guerra ou na caça podia tomar duas, três ou mais mulheres; o guerreiro recebia a denominação de Tremani, que significava forte, valente. “E com effeito, os índios mais destemidos são logo conhecidos pelo maior número de mulheres que possuem.” Memórias do padre Luiz Cemitille In: Alfredo Taunay, *Entre os nossos índios*, p. 91. Isso parece que ocorria com todas as lideranças kaingang citadas pelo padre Francisco das Chagas Lima, de 1810 a 1828, em Guarapuava.

394 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 237.

Em 1815, por delitos não indicados, Iongong estava preso, junto com Nhecaxó, na cadeia de Atalaia. Estava em processo de conversão à religião cristã, como acreditava o padre ou fingia Iongong. Quando perguntado se continuaria a cometer o *absurdo de sua vida passada*, ele respondia que não, pois, agora conhecia Deus. Sobre suas quatro mulheres, dizia que ficaria com Dopiri, a mais nova, e as demais lançaria fora. O padre Chagas queria que ele ficasse com Famuêuê, sua primeira esposa. Quanto a isso, ele se calava. Quando o padre Lima teve que se retirar de Atalaia, Iongong foi solto, tornando-se guia de uma expedição para o sul em direção às Missões.

[...] porem quando já vinhão de retirada, entrou este índio com seis homens Portugueses em hum atalho de matoz, onde desaparecerão todoz, sem haverem deles mais noticias até hoje; pelo que se suppoem, que morreram de qualquer acidente, que fosse³⁹⁵.

Nossa hipótese, já apontada em outra parte deste trabalho, é a de que Iongong possivelmente levou os portugueses a uma emboscada nos campos de Palmas, e não mais apareceu nas imediações de Atalaia.

Fandungrá

Esse cacique aparece no relato de Chagas como um dos que organizava a resistência à monogamia imposta pelo reverendo. Após o padre Chagas Lima isolar a jovem de 11 anos pretendida por Iongong, impedindo-o de levá-la como sua esposa, os índios perceberam

[...] que a Polygamia hera entre nós reprovada por princípio de Religião; e por tanto passarão a fazer seus conventiculos a este respeito nas cazas particularez³⁹⁶.

395 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 242. Sobre este episódio ver também Joaquim José Pinto BANDEIRA. *Notícia da descoberta do Campo de Guarapuava*. p. 386.

396 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. p. 238.

O cacique Antonio Pahy, sabedor do assunto, denuncia essa resitência ao padre Chagas, que resolve ir até os índios.

Dando-me Pahy parte disto, fui com elle á hua dessas cazas, onde assim que entrei, começou a fallar/com moderação he verdade/hum índio de nome Fandungrá; e para q- eu melhor entendesse, tomando em hum dos braços, a hum pequeno filho seu, que ali se achava, o pôz aos hombros; e com outro braço apontando á duas mulheres, que tinha, fez acção de marchar para diante, continuando sempre a fallar: Pahy me advertio que elle dizia: se nos deixão viver com nossas mulheres, aqui ficaremos permanescendo; porem se histo não consentem, tomando mulheres, e filhos ja nos retiramos aos Certoens da nossa habitação primitiva³⁹⁷.

Era, certamente, a fala de um chefe. Fandungrá fala com determinação ao reverendo, fazendo-o recuar momentaneamente. Chagas pede que os índios não se retirem de Atalaia, pois trataria do assunto das mulheres com mais tempo e de forma mais amigável. Seu dilema era: “manter a doutrina da igreja” e afugentar os índios, ou mantê-los em Atalaia, desrespeitando as leis cristãs. Mas, como acreditou o reverendo,

[...] tomou Deos a Si minha cauza; porque immediatamente enviou hua peste horrivel, que prostrou, em breves dias, a maior parte dos índios; dos quais Logo entrarão a morrer varios, especialmente as mulheres muito velhas (...) como tão bem outras mulheres moças, e com muita particularidade aquellas, que tinham companheiras no Leito Conjugal. E por este modo Fandungrá, Careim, Heraicá, e Yecaim, que tinham duas mulheres, fallescendo hua, ficarão unicamente com a outra³⁹⁸.

Com isso, Chagas viu resolvido o problema da poligamia, naquele momento, entre os índios aldeados em Atalaia. Ele tentou ainda

397 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 238.

398 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 238.

mostrar, com o exemplo da doença, que o batismo era importante diante do “abuso” da poligamia. Os índios não lhe deram ouvidos e desapareceram, pouco a pouco, de Atalaia, lá ficando apenas Antonio Pahy e seu grupo de 35 índios.

Fandungrá retira-se para os campos fugindo da peste, em 1812. Em 1814 reaparece, no regresso de um dos grupos Kaingang, denominados por Chagas de Camés, em Atalaia com duas novas mulheres, afirmando que sua mulher Ningá, a que tinha sobrevivido à peste em 1812, tinha morrido de uma grave enfermidade. No entanto, alguns dias depois, sua mulher Ningá aparece em Atalaia acusando-o de ter mandado matá-la. Ela foi salva porque os encarregados do crime abandonaram-na viva em um ribeirão.

[...] todas as índias fizeram um tumulto, e levantarão contra Fandungrá clamores tais, q- o Commandante em chefe, não achou outro expediente, se não aquelle de o pôr em ferros, e envia-lo prezo para a cidade de São Paulo³⁹⁹.

O padre Chagas toma os clamores das índias contra o chefe Fandungrá como motivo para que o comandante das forças armadas de Atalaia o prendesse e o enviasse ao desterro, em São Paulo. Todavia é importante lembrar que foi Fandungrá, em 1812, que se reuniu com outros índios e colocou em cheque a ordem de Chagas contra a poligamia, fazendo com que este recuasse em sua decisão. Para o padre foi a oportunidade de se livrar do chefe resistente que voltara dos Coran-bang-rê com duas novas mulheres. Fandungrá foi, assim, retirado do cenário das lutas de resistência em Guarapuava.

Araicó

Araicó organiza a retirada do grupo Kaingang, chamado de Camés, quando a peste se alastrou em Atalaia. Ele e seus liderados alojam-se nas margens do rio Dorim, a 17 léguas de Atalaia, rumo noroeste. Duas de suas três mulheres morrem na epidemia.

Sobre o destino de outros quinze índios polígamos (além de Farú, Caicrê, Fingri, Fandungrá, Nhecaxó e Iongong), Chagas afirma que eles *sem mostrarem o menor desapego dos seus abuzoz, desejoz*

399 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 241.

*de conversão, morrerão improvisadamente em diversos Lugares remotos*⁴⁰⁰.

Qual foi o destino do chefe Araicó?

Araicó morto no conflito de hua sublevação, movida por hum dos seus companheiros em caminho, quando este, com dous índios asima, hiam remetidos prezos á Cidade de S. Paulo em 1815?⁴⁰¹.

A resposta de Lima é, na verdade, uma pergunta. Parece clara a afirmação de que Araicó fora preso e levado para São Paulo. Foi ele morto numa tentativa de fuga? Isto parece o mais provável. Quem são seus companheiros de prisão, também desterrados para São Paulo? Provavelmente o cacique Fandungrá foi um deles.

Candoi

O cacique Candoi, batizado Hipólito, também se apresenta em Atalaia com sua gente na mesma época da chegada dos outros índios. Afirma-se que ele chegou a Atalaia dando mostras de querer viver com os brancos. Quis ser batizado, mas o padre Chagas lhe negou o batismo, porque queria, segundo os vereadores de Castro, que criticavam sua atitude, que os índios fossem cristãos perfeitos. Algum tempo depois Candoi *retirou-se ao matto com sua familia e mais não voltou*⁴⁰².

De acordo com os vereadores de Castro, Candoi foi um dos chefes que se apresentou voluntariamente em Atalaia. Liderou a retirada do grupo Kaingang denominados de Votorons, rumo sudoeste, para além do rio Iguaçú, a 24 léguas de Atalaia. A retirada de Araicó para noroeste e de Candoi para sudoeste se deu em fins de maio de 1813. Foram duzentos e vinte e nove índios que deixaram Atalaia, num primeiro momento. Conforme o reverendo Chagas, morreram 39 índios adultos e nove crianças em Atalaia, sem contar os que morreram nos “sertões”. Algum tempo depois, o reverendo noticia que, em janeiro de 1814, Kaingang chamados de Camés haviam

400 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 242.

401 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 243.

402 Cf. Documento da Câmara Municipal de Castro, de 14 de dezembro de 1826. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 218.

retornado a Atalaia fugindo da perseguição de Candoi, líder dos denominados Votoron. Candoi ataca os Kaingang/Camés, *em cuja invasão tinham perecido muitos índios Camés*⁴⁰³. No ataque morreu o índio Kaingang/Votoron, Capá, genro de Candoi. Temendo novos ataques de Candoi, os Kaingang/Camés, refugiaram-se em Atalaia, junto ao padre Chagas.

Esse ataque teve duas versões: a primeira, dos Kaingang/Camés, conta que eles simplesmente foram atacados por Candoi e índios bravos que ele convocara; a segunda, do reverendo Chagas, que disse ter ouvido entre os índios que chegaram a Atalaia:

Capá fora morto pelos mesmos Camés, sem outro motivo mais, de que hir-se este retirando com sua familia para o Sitio, e morada de Candoi; o qual tendo noticia deste homicidio sem razão alguma, em vingança disto viera fazer este estrago nos Camés: o que hé muito mais verosimil⁴⁰⁴.

Candoi continuou com sua gente alojado nos campos a sudoeste de Guarapuava, além do rio Iguaçu, no lugar denominado Covó. Em meados de 1817, chegaram em Atalaia cinquenta e dois índios Kaingang/Votoron, dos quais apenas quatorze eram homens adultos. Contaram que, *em certa noite embriagada com as bebidas usuais em suas funcçoens paganaís*, foram atacados pelos índios Cayeres, que mataram trinta homens Kaingang/Votoron, dentre eles o cacique Candoi. Levaram ainda mulheres e crianças, escapando apenas os que chegaram a Atalaia.

Chagas Lima crê ser verdade a história desse ataque, pois, junto com as mulheres sobreviventes, vinham algumas que pertenciam aos índios Miencú, Yecain, Heraicá, Fagné, Covocafen, Yopó e Necafem, homens polígamos, que ele conclui terem sido mortos no assalto.

403 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 239.

404 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. **Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava**. p. 239.

OUTRAS LIDERANÇAS CITADAS NO RELATÓRIO DO PADRE FRANCISCO DAS CHAGAS LIMA

Além dos líderes anteriormente citados, o relatório do padre Francisco das Chagas Lima faz referência a outras lideranças no cenário da ocupação e conquista de Guarapuava. Eles são aqui elencados pelas seguintes razões: o destaque que lhes é dado pelo padre Chagas em seu relatório e o fato de possuírem duas ou mais mulheres, que entre os Kaingang é um indicador do “status” de guerreiro valente, ou mesmo de líder. Pode não se tratar de lideranças proeminentes, mas, como indica Pierre Mabilde⁴⁰⁵, de caciques de pequenos grupos subordinados a uma chefia principal.

- YOPÓ:** (duas esposas: p. 239⁴⁰⁶). Foi morto nos campos de Covó, além do rio Iguaçu, em ataque de outros índios, em 1817. (p. 243)
- FARÚ:** (duas esposas: p. 239). Considerado por Chagas como um índio estimável por suas ações morais, adoeceu quando fugia da peste. No seu primeiro dia de viagem, teve que acampar a quatro léguas de Atalaia, devido a um temporal que durou quinze dias. Nesse local adoeceu e, pressentindo a morte, ordena que o levem de volta a Atalaia, aonde chegou a 11 de novembro de 1812 e morreu no dia seguinte. (p. 241)
- CAICRÉ:** (duas esposas: p. 239). Acompanhou Farú em sua fuga de Atalaia e adoeceu no mesmo local que ele. Morreu quinze dias após Farú, da peste que dizimou os índios de Guarapuava em 1812. (p. 241)
- DÓ:** (duas esposas: p. 239). Provavelmente foi morto numa batalha nas margens do rio Dorin em 1813. (p. 243)
- FANGREIN:** (duas esposas: p. 239). Foi morto provavelmente com Dó na mesma batalha, nas margens do rio Dorin, em 1813. (p. 243)

405 Cf. Pierre F.A.B. MABILDE. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da nação Coroados dos Matos da província do Rio Grande do Sul*. p. 43-45 e outras.

406 As páginas aqui referidas são as do relatório do padre Chagas: *Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821*. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*.

- COVOCAFEM:** (duas esposas: p. 239). Foi morto nos campos de Palmas além do rio Iguaçu. (p. 243)
- FAGNÉ:** (duas esposas: p. 239). Morreu em combate nos campos de Palmas, além do rio Iguaçu. (p. 243)
- XIHÓ:** (duas esposas: p. 239). Provavelmente foi morto em batalha nas margens do rio Dorin, em 1813. (p. 243)
- CAPÁ:** (duas esposas: p. 239) Era Kaingang/Votoron e genro do cacique Candoi. Foi morto pelos Kaingang/Camés em 1814, quando se retirava de Atalaia com sua família para os campos do Covó, onde estava seu sogro Candoi, conforme a versão de Chagas Lima. (p. 240)
- NECAFIM:** (duas esposas: p. 239). Foi morto nos campos de Palmas, além do rio Iguaçu. (p. 243)
- CAREIEM:** (duas esposas; uma delas morreu de peste: p. 238). Provavelmente morto em batalha nas margens do rio Dorin em 1813. (p. 243)
- HERAICÁ:** (duas esposas; uma delas morreu de peste: p. 238). Provavelmente foi morto nos campos de Palmas, além do rio Iguaçu. (p. 243)
- YECAIN:** (duas esposas; uma morreu de peste: p. 238). Também foi morto nos campos de Palmas. (p. 243)
- NHECAXÓ:** (duas esposas; ambas morreram de peste: p. 238). Em 1815 ele estava preso, junto com Iongong, em Atalaia. O motivo da prisão aparece apenas como *por delicto que cometterão*. Já viúvo, estava disposto a se *instruir na Doutrina cristã para ser batizado*. Ao deixar a prisão, *cazou por contracto com hua só mulher pagã, e com hesta se retirou aos Certoens, onde morreu de enfermidade natural*⁴⁰⁷.
- MIENCÚ:** (três esposas; duas morreram de peste: p.

407 Cf. relatório do padre Chagas: Estado Actual da Conquista de Guarapuava no fim do Anno de 1821. In: Arthur M. FRANCO. *Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava*. p. 242.

- 238). Foi morto nos campos de Palmas, ao sul do rio Iguaçu. (p. 243)
- DEGNÃ:** (três esposas; duas faleceram de peste: p. 238). Provavelmente morto em batalha nas margens do rio Dorin, em 1813. (p. 243)
- VARAIPIM:** (três esposas: p. 239). Provavelmente morto em batalha nas margens do rio Dorin, em 1813. (p. 243)

Lideranças Kaingang que atuaram nos campos de Palmas de 1830 a 1870

Vitorino Condá

Na ocupação dos Kreie-bang-rê, campos de Palmas, em 1839, os fazendeiros de Guarapuava que disputavam esses territórios formaram dois grupos. O primeiro, liderado por José Ferreira dos Santos e o segundo, por Pedro Siqueira Cortes. Como não chegassem a um acordo sobre a divisão das terras, pedem a arbitragem de homens probos de Curitiba. Joaquim José Pinto Bandeira é um dos árbitros. No relato que faz da atuação, encontram-se as primeiras referências sobre o cacique Condá. Em 28 de maio de 1840, Pinto Bandeira e a comitiva que se dirigia para Palmas passam por Guarapuava e lá encontram:

[...] o índio Condá, chefe da principal horda de selvagens, que ocupava Palmas mais dous índios com suas famílias, em número de onze pessoas, entre as quaes eram Chanerê mulher do cacique, e duas criadas Macãa e Vangre. Um dos índios sabia lêr e escrever, por ter sido criado na aldêa de Guarapuava, d'onde fugiu para o sertão; e ainda fallava soffrivelmente a nossa língua, o que serviu á comunicação franca, até mesmo com o cacique, que também balbuciava algumas phrases portuguezas⁴⁰⁸.

408 Cf. Joaquim J. Pinto BANDEIRA. *Notícia da descoberta do Campo de Palmas*. p. 388.

Condá foi agraciado com presentes para garantir a segurança dos mediadores e daqueles que já habitavam Palmas. Condá, com os dois índios citados e suas famílias, permaneceram junto aos brancos em Palmas, por dois meses. Em seguida, rumaram para seus alojamentos nas campinas chamadas de Iranin, prometendo aldear ao lado dos brancos que ocupavam seus territórios. Os campos de Palmas foram divididos em trinta e sete fazendas, pois, apesar dos sessenta sócios, muitos venderam sua parte e retornaram a Guarapuava. Em 1850, já havia em Palmas trinta e seis mil cabeças de gado espalhadas pelos campos.

Vitorino Condá permaneceu junto aos árbitros que dividiram os campos; prestou serviços e deu informações às expedições de reconhecimento. Graças às suas informações, descobriram outros campos e faxinais a sudoeste de Palmas denominados de Erê pelos índios. Mais tarde, os fazendeiros transferiram Condá e sua gente para o local dos *lageados das caldeiras*, onde se estabeleceria a povoação de Palmas.

Pinto Bandeira informa que Condá fora criado na povoação de Guarapuava. Fala do conhecimento existente entre ele e Francisco Ferreira da Rocha Loures, filho do capitão Antonio da Rocha Loures, braço direito de Diogo Pinto na ocupação da região. Essa amizade de infância, da qual fala Bandeira, possibilitou que Condá ajudasse Rocha Loures na abertura de um caminho que ligava Guarapuava/Palmas a São Pedro do Sul, caminho até então dominado pelos Kaingang, que assaltavam os negociantes que por lá se aventuravam:

[...] ahi se reconheceu o império que o índio (Condá) exercia sobre os mais chefes, que apresentando-se em atitude hostil nos campos de Nonohay, sua voz a bem de seu amigo, foi bastante para desarmar, e franquearem-lhe a passagem⁴⁰⁹.

Em março de 1843, grupos Kaingang resistentes à ocupação de Palmas atacam a recém-fundada vila. Nessa época, Condá visitava São Paulo, e a defesa da vila ficou a cargo do cacique Viri, que conseguiu rechazar o assalto. Ao retornar de São Paulo Condá encontrou sua gente seguindo a nova liderança que depontava nos Krei-bang-rê, o cacique Viri. Até então este cacique era seu subordinado, mas devido a sua atuação na defesa de da recém fundada Palmas, Viri

409 Cf. Joaquim J. Pinto BANDEIRA. *Notícia da descoberta do Campo de Palmas*. p. 394.

colocou-se no mesmo patamar de seu superior. Bandeira relata a luta entre os dois pelo comando dos Kaingang em Palmas e que, graças à intervenção de alguns fazendeiros, não teve desfecho fatal. Condá retirou-se com seu povo para os campos do Chopim a oito léguas de Palmas, enquanto Viri ficou com oitenta índios em Palmas. Mais tarde, reconhecida sua liderança entre os Kaingang de Nonohay, Condá vai ser convidado pelo governo da província do Rio Grande do Sul para ajudar na catequese dos índios desses campos.

Com os levantes indígenas nos anos de 1854/55, atacando fazendeiros e viajantes por toda a extensão dos campos de Guarapuava e Palmas, os vereadores dessas localidades propõem ao governo da província a criação de uma força armada formada pelos índios chefiados por Vitorino Condá e Viri. Vejamos:

Existe hoje nos campos do Goynhoem (Goio-en) hum cassique já velho chamado Vitorino, nascido e criado no antigo aldeamento de Guarapuava, do qual era diretor o Padre Chagas, este cassique he conhecido nos certôens desde o Paraná até o Goynhoem, e respeitado pelas tribos dessas paragens, não só pelo seu nome como por contar com grande número de individuos pertencentes ao seo toldo, sem mencionar ainda o cassique Viry q he pertencente a sua comunhão; ingajar este cassique e sua gente afim de manter nestes lugares, hum corpo de Pulícia ambulante destinado a percorrer continuamente as costas das matas do Payquere, sera presentemente a única medida a tomar, este índio pode prestar valiosos servissos, pois que he dotado de muita visão e talvez aliviasse muito o pais reunindo muitos dos selvagens e afugenttando a outros⁴¹⁰.

Os vereadores estavam dispostos a contribuir com alguma quantia para ajudar nas despesas da formação do corpo militar chefiado por Vitorino Condá, pois parecem convencidos de que esta é a única maneira de sustar os ataques Kaingang na região.

Em 1865, ainda se tem notícia do cacique Vitorino Condá, encarregado de fazer explorações numa estrada que ligaria Palmas e o Campo-Erê, no sudoeste da província. O engenheiro Jerônimo

410 Ofício dos vereadores de Guarapuava ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 23/4/1855. v. 3, p. 217-218. Apep, doc. manuscrito.

Rodrigues de Moraes Jardim emprega Condá e seus índios para a abertura da picada da futura estrada, que deveria chegar até os campos de Misiones, em Corrientes, na Argentina. Nesse trabalho, Vitorino Condá e seus guerreiros encontram-se com grupos Kaingang que tinham saído de Guarapuava e tinham-se internado nos campos de Cavarú-coyá. Moraes Jardim, temendo um encontro conflituoso entre os índios do Cavarú-coyá e os guerreiros de Condá, que estavam ansiosos para o combate, procura se precaver.

Com esse fim fizemos partir Victorino Condá com seus índios, e fazendo-os acompanhar tres dos camaradas, que sobre elles pareciam ter mais influencia demos-lhes ordens as mais terminantes para evitarem o conflicto, devendo retirar-se, quando fosse isso impossível; e só podendo fazer uso das armas, quando a defeza fosse impossível por outro meio⁴¹¹.

A estratégia deu certo e os Kaingang liderados pelo cacique Manoel Facram, surpreendidos em seus alojamentos, concordaram em aldear em Palmas.

É interessante notar a desconfiança dos vereadores de Palmas, quando sugerem a força policial formada por Condá e seus homens. Diziam eles:

Antigamente as autoridades de Guarapuava e Palmas representarão muito contra este Indio, porem hoje felizmente este homem esta morigerado, ou as informações colhidas por ditas autoridades eram exageradas⁴¹².

Muitas histórias foram contadas pelos primeiros habitantes de Palmas sobre o cacique Vitorino Condá. Arthur M. Franco, por ocasião da comemoração do centenário de Palmas, relata uma delas: a briga de Condá e Pedro Siqueira Cortes, um dos primeiros ocupantes dos campos de Palmas. Ele foi atacado com sua comitiva na estrada para o Rio Grande do Sul.

411 Relatório de Jerônimo R. Moraes Jardim, sobre os trabalhos de abertura da estrada entre os campos de Palmas e os das Missões, em Corrientes, na Argentina. Anexo ao Relatório do Presidente da Província, André A. de Padua Fleury. 15/2/1866, p. 4. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

412 Ofício dos vereadores de Guarapuava ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 23/4/1855, v. 3, p. 217-218. Apep, doc. manuscrito.

Escapou Pedro Siqueira com vida, perdendo, porém, todo o dinheiro que levava, em cargueiros de surrões ou bruacas. Era chefe do bando atacante o conhecido índio Vitorino Condá; em luta violenta com Pedro Siqueira, este, esgotada a munição, defendera a vida com a própria arma, assinalando na testa o Chefe indígena com o cano della⁴¹³.

Condá jurou vingar-se do branco que o marcara. Antes que Condá chegasse a Guarapuava, Pedro Siqueira foi informado por brancos paulistas que viviam com índias no alojamento de Condá de que este viria atacá-lo. Siqueira organizou uma expedição e, aproveitando-se do pequeno número de índios que se encontrava no alojamento, atacou matando a mãe de Condá. Embora Condá tenha conseguido escapar do ataque, seu toldo foi saqueado pelos brancos. Em represália, ele organizou seus guerreiros, perseguiu e atacou por vários dias a expedição de Siqueira que voltava a Guarapuava. Loureiro Fernandes defende a hipótese de que a causa da saída de Condá dos campos de Palmas para os campos do Chopim ao sul deveu-se ao

[...] fato de o Capitão Pedro Siqueira Cortes haver sido designado Comandante dos Permanentes do pequeno destacamento de Palmas. Afirma a tradição que Condá votava ódio de morte ao Capitão, por quem fora ferido na testa com um cano de arma de fogo, por ocasião de um assalto⁴¹⁴.

Viri

O cacique Viri foi outro importante líder Kaingang nos territórios de Palmas, que vai entrar em contato mais permanente com os brancos, a partir de 1839. Quando da demarcação dos campos entre os fazendeiros, diz Pinto Bandeira:

413 Arthur Martins FRANCO. 1º Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. In: *Revista do Circulo de Estudos BANDEIRA* Antes. p. 310.

414 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 164.

Nesta digressão encontrou o alojamento dos selvagens, commandados pelo segundo chefe indio Viri, que suppondo terem os sócios (fazendeiros que disputavam as terras de Palmas) morto ao seu primeiro chefe Condá, tomaram uma atitude hostil⁴¹⁵.

Depois de se ter esclarecido que Condá estava vivo e ajudara os brancos no reconhecimento do território, a gente de Viri se acalma.

O primeiro presidente da província do Paraná refere-se ao cacique Viri no seu relatório de 8 de fevereiro de 1855:

Este selvagem (Viri), reconhecendo a conveniência de viver em paz com os invasores daquela região, fez suas propostas de paz, que foram aceitas; e abandonando, desde logo, seus escondedouros, transportou seu alojamento para junto da nascente povoação de Palmas. Em compensação da proteção que lhe prometterão, protestou elle defender seus novos aliados de qualquer agressão das tribus dissidentes⁴¹⁶.

Viri é definido como um chefe temido entre os seus, homem sincero e fiel á amizade, coisa rara entre os índios, conforme Bandeira. *A este selvagem se deve a segurança de que se goza hoje em Palmas; e isto é reconhecido pela unanimidade de seus habitantes*⁴¹⁷. O cacique Viri mostrou seu valor guerreiro ao rechaçar o ataque do cacique Vaitom à incipiente vila de Palmas, que, sem isso, provalvemente teria sido destruída.

O ano de 1854 é marcado por diversos ataques às fazendas de Palmas e Guarapuava. O delegado de policia autoriza Viri *a partir com seus homens para o sertão, a fim de perseguir e afugentar os índios bravos e malfeitores*⁴¹⁸. Efetivamente, Viri e seu grupo são a força militar, a serviço dos brancos, que perseguiu os índios resistentes

415 Cf. Joaquim J. Pinto BANDEIRA. *Notícia da descoberta do Campo de Palmas*. p. 390.

416 Relatório do tenente-coronel de engenheiros, Henrique de Beaurepaire Roham ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, In: *Relatório do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos*, de 8/2/1855, p. 141. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

417 Relatório do tenente-coronel de engenheiros, Henrique de Beaurepaire Roham, ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, In: *Relatórios do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos*, de 8/2/1855, p. 141. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

418 Relatório do vice-presidente Theófilo Ribeiro de Resende, de 1854, p. 6. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

na região. Essa expedição empreendida por Viri dura três meses, e espalham-se boatos de que ele teria sido vencido. No entanto,

Por comunicações que ultimamente recebo o chefe de polícia, e ha pouco transmittiu-me, fui informado de que o cacique mencionado se apresentou de volta em principios do mez passado, trazendo cinco índias bravas e doze creanças, que aprisionara n'um encontro que tivera no qual houve, alem desses prisioneiros, alguns mortos e feridos, não perdendo Viri um só dos seus, e apenas tendo alguns feridos⁴¹⁹.

Certamente as forças de Viri estão equipadas com armas de fogo, o que lhes dá superioridade nos combates. Em todas as oportunidades que tem, Viri pede armamentos. Em 12 de fevereiro de 1855, o subdelegado de Palmas escreve: *Pedeme o Cacique Viry que V. Exa. mande algumas Armas de fogo p^a elles*⁴²⁰. Nessa ocasião, os Kaingang tinham intensificados seus ataques as fazendas da região, matando e ferindo fazendeiros e empregados.

O engenheiro Henrique de Beaurepaire Roham, que se encontra na região de Palmas em 1855 fazendo estudos para abertura de estradas, advoga a favor de Viri dizendo que, apesar do reconhecido valor de Viri para a segurança da vila, seus habitantes não lhe retribuem materialmente. Na sua opinião, *se os habitantes de Palmas precisão de uma força que os defenda, quem melhor os poderá servir do que Viri, que dispõe de cincoenta guerreiros*⁴²¹. Critica ainda os gastos do governo com as forças policiais estacionadas em Palmas e propõe que os 1:800,000 mil réis anuais gastos com ela sejam repassados a Viri em gado, para o consumo de sua gente. Viri faz também suas reivindicações. Uma delas

[...] é relativa ao seu arranchamento, e dos demais selvagens, que o acompanhão, em numero de mais de cem individuos. [...] Senhores de um território que herdarão de seus

419 Relatório do vice-presidente Theófilo Ribeiro de Resende, de 1854, p. 7. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

420 Ofício do sublegado Pedro Ribeiro de Souza ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 12/2/1855, v. 2, p. 218. Apep, doc. manuscrito.

421 Relatório do tenente-coronel de engenheiros, Henrique de Beaurepaire Roham, ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, in: Relatórios do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, de 8/2/1855, p. 142. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

avós, como estes o houverão da Natureza, elles nada mais querem do que o uso-fructo de uma pequena extensão de terreno⁴²².

Roham propõe que, se os fazendeiros de Palmas não têm obrigação de ajudar financeiramente o governo na aquisição de terras para Viri e sua gente, o governo da província deve desapropriá-las, mesmo porque são terras usurpadas dos índios. Essa era a situação do cacique Viri em 1855, quinze anos após ter se aliado aos brancos em Palmas.

A aliança com os brancos também era selada em troca de bens materiais. Em 11 de abril de 1854, Pinto Bandeira comunicava ao governo da província que tinha fornecido 266,620 mil réis em vários gêneros aos índios de Palmas⁴²³. No relatório de 15 de julho de 1854, Zacarias de G. Vasconcelos informava ter recebido a visita do cacique Viri acompanhado de treze outros índios, quando ficou sabendo que sua gente era composta de 152 indivíduos, sendo 45 homens e 107 mulheres e crianças. O chefe Kaingang pede ao presidente Zacarias machados, foices, armas (espingardas) e alguma fazenda (panos), além de dois bois de carros e a ordem para *ser-lhe entregue hum filho, que se achava em casa de pessoa daquelle municipio*⁴²⁴. O presidente atendeu aos pedidos e suspeitou que os índios se encontravam em estado de penúria, num total abandono. Em setembro do mesmo ano, o subdelegado de Palmas informou: *comprei e entreguei ao Cacique Veri, dous Bois de Carro, os quais importarão em quarenta mil reis*⁴²⁵.

Em fevereiro de 1855, Viri está no encalço dos índios que atacaram a fazenda de Hermógenes Lobo, seguindo para o norte, rumo ao rio Iguaçú. Daí retorna a Palmas. *Voltou Viry com sua gente e no 1º deste mes (março de 1855) chegarão muito lastimados de estrepes que índios brabos forão arrumando pelo caminho*⁴²⁶. No ofício do subdelegado Pedro Ribeiro, além dos elogios tecidos ao guerreiro

422 Relatório do tenente-coronel de engenheiros, Henrique de Beaurepaire Roham, ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, in: Relatórios do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, de 8/2/1855, p. 142. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

423 Ofício de Joaquim J. Pinto BANDEIRA ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 11/4/1854, v. 1, p. 240. Apep, doc. manuscrito.

424 Relatório do presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, de 15/7/1854, p. 141. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

425 Ofício de José de Oliveira Sá Ribas, 1º suplente do subdelegado de polícia de Palmas, ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos. **OFÍCIOS**, 1/9/1854, v. 6, p. 295. Apep, doc. manuscrito.

426 Ofício de Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de Palmas, ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 3 de março de 1855. **OFÍCIOS**, 3/3/1855, v. 3, p. 232-233. Apep, doc. manuscrito.

e sua gente, verdadeiros defensores de Palmas, são reproduzidas as ameaças feitas por Viri de se retirar para os campos de Goio-en, no Rio Grande do Sul, onde o governo tem sido generoso em presentear os índios. Ao lado das ameaças, novos pedidos: ferramentas, vestuário e, principalmente,

Pede-me o Cassique Viry que eu pessa a V. Exa. alguas Armas de fogo p^a elles sendo estas tercerolas curtas e algua Munição p. tanto sendo do agrado de V. Exa. mandar vinte tercerolas p^a ser distribuidas par elles, bem contentes ficarão⁴²⁷.

Em 6 de maio, o delegado de Guarapuava comunicava ao chefe de polícia da província ter recebido a visita do cacique Viri de Palmas, com trinta e quatro índios sob seu comando. Ofereceu-se para fazer uma expedição contra os *bugre bravos que tantos males tem causado a este municipio*, e vinham recomendados pelo delegado de Palmas e por pessoas importantes daquela vila. O delegado de Guarapuava não hesitou em aceitar tal ajuda,

[...] passando imediatamente a fornecer-lhes o necessário para a dita entrada, não só com munição bélica como de bocas e amanhã querendo Deos pretendo fazer entrar essa escolta composta de quarenta homens inclusive alguns índios que aqui habitão, indo hum desses que sabe ler como oficial de justiça levando o competente mandado onde vae esperando a prudência necessária que deve ter a escolta a qual vai de baixo do comando do dito cassique Viri. [...] Tenho mais a ponderar a V. Sa. que me foi preciso comprar vinte libras de polvora e chumbo para munição da dita escolta visto que para este fim não serve o cartuxame que aqui ha, por ser próprio para armas de maior calibre: e a bem disto convem fazer despesas e não poucas para subsidio da mesma gente como com armas que tambem necessitão, de mais que o Cassique exige uma gratificação para sí e para sua gente⁴²⁸.

427 Ofício de Pedro Ribeiro de Souza, subdelegado de Palmas, ao presidente Zacarias de Goes e Vasconcelos, em 3 de março de 1855. **OFÍCIOS**, 3/3/1855, v. 3, p. 232/3. Apep, doc. manuscrito.

428 Ofício do delegado de Guarapuava, Agostinho José de Almeida Gueiros, ao chefe de polícia da

O delegado age rápido e imediatamente reúne aos 34 guerreiros de Viri mais seis índios moradores na vila, formando uma patrulha de quarenta guerreiros, um deles nomeado com poderes de oficial de justiça. Fornece-lhes mantimentos, armas e farta munição.

Tal decisão chega à capital da província em 18 de maio de 1855, causando mal-estar. O chefe de polícia, José Antonio Vaz de Carvalhaes, comunica ao presidente em exercício, Theófilo Ribeiro, o que estava ocorrendo em Guarapuava. Carvalhaes é contrário ao prosseguimento da expedição de Viri:

[...] confiando unicamente a Viry e sua tropa a tarefa de afugentar os seus rivais, indubitavelmente irá reproduzir as dolorosas scenas de que este império foi theatro, no tempo das famosas Bandeiras de tão triste recordação. [...] gentio ameaçado de uma perseguição feroz, como deve ser a de Viry e seus índios⁴²⁹.

No dia 21 de maio, Theófilo Ribeiro ordena a suspensão da expedição de Viri e, caso ela já tivesse partido, que regressasse a Guarapuava. Segundo ele, a expedição provocaria ainda mais os índios que, numa reação violenta, poderiam atacar a povoação e as fazendas da região. Achava que, certamente, Viri e seus guerreiros não se limitariam ao uso de meios brandos para atrair os índios, o que poderia resultar em uma carnificina.

Apesar dessas ordens, a expedição partiu na perseguição aos índios nos campos do Payquerê. Em 6 de agosto, o delegado de Guarapuava comunicou o chefe de polícia da província a volta da expedição no dia 3 de agosto, três meses após sua partida. A previsão do presidente Theófilo se confirmou:

[...] encontrou-se Viri com os índios bravos, aos quaes convidou para acompanharem-no em qto Viri esforçava-se para convence-los que viessem morar com os Portugueses que os havião de tratar bem, os selvagens cercarão a gente de Viri, e cahirão sobre elles, este deu ordens a sua gente de fazer fogo e dispersarão os selvagens

província. **OFÍCIOS**, 6/5/1855. v. 4. p. 267. Apep, doc. manuscrito.

429 Ofício do chefe de polícia da província, José Antonio Vaz de Carvalhaes, ao vice-presidente Theófilo Ribeiro de Resende. **OFÍCIOS**, 18/5/1855, v. 4, p. 264. Apep, doc. manuscrito.

resultando deste conflicto alguns mortos dos índios Bravos e feridos da gente de Viri⁴³⁰.

Em 7 de agosto, o diretor-geral dos índios da província do Paraná, Francisco F. da Rocha Loures, comunicou ao presidente Theófilo R. Rezende que:

[...] chegou nesta Villa o Cacique Viry vindo com sua tropa da expedição q. com auxilios avia intentado contra os índios que agridem este Destricto e o de Palmas, [...] eles trouxerão dezecete prezoneiros, sendo doze menores e cinco indias creadas, os quais ao principio tinha deliberado tirar delles e reparti-los p. pessoas boas, que quizer-se sugeitar-se a dar -lhes a educação necessária⁴³¹.

A expedição de Viri tinha como objetivo não apenas afugentar os índios ou atraí-los para as povoações, mas *vingar a affronta que recebeu um nosso fazendeiro de Palmas, da parte de uma horda selvagem, que lhe assaltara a casa*.⁴³² Era intenção dos fazendeiros e das autoridades de Palmas e Guarapuava dar uma lição aos índios resistentes, e para Viri a expedição possibilitaria a captura de escravos. Anos mais tarde, em 1882, Telêmaco Borba, em uma das passagens da **Actualidade Indígena**, relata o que os Kaingang lhe haviam contado:

Em 1856 ou 57, foram atacados, em seos toldos do valle do Piquiry, pela gente do Cacique Viry, que lhes matou muitos guerreiros, aprisionou alguns e queimou-lhes os ranchos. Desanimados, por este e outros revés, grande numero delles vieram procurar nossa amizade, apresentando-se em 1858, na colonia militar do Jatahy⁴³³.

430 Offício do delegado de Guarapuava, Francisco José dos Santos, ao chefe de polícia da província. **OFÍCIOS**, 6/8/1855. v. 6, p. 250. Apep, doc. manuscrito.

431 Offício do diretor-geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Theófilo Ribeiro de Resende. **OFÍCIOS**, 7/8/1855, v. 6, p. 213. Apep, doc. manuscrito.

432 Relatório do presidente da província, Henrique de Beaurepaire Roham, de 1/3/1856. p. 55. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

433 Telêmaco BORBA. **Actualidade indígena**. p. 6.

A ordem de Rocha Loures, de entregar os prisioneiros a pessoas de bem em Guarapuava, é recusada por Viri, que segue com eles para Palmas, onde decidiria o que fazer com eles. O diretor dos índios concorda com a decisão de Viri, mas pede ao diretor dos índios, em Palmas, que empregue *toda a vigilância a fim de que não sejam distribuídos mormente a título de venda*⁴³⁴. Rocha Loures suspeita que eles sejam vendidos como escravos aos fazendeiros de Palmas. Viri ainda conseguiu 20.000 mil réis de Rocha Loures para cuidar dos prisioneiros.

Esses prisioneiros de Viri tornaram-se um problema para o governo. O novo presidente da província, Henrique de Beaupaire Roham, ordena ao diretor dos índios que os ponha em liberdade, mandando de volta aos seus alojamentos as mulheres e crianças. Rocha Loures faz uma série de ponderações a fim de não cumprir a ordem: suspeita que os pais e maridos dos prisioneiros foram mortos em batalha com Viri:

[...] 2º é que é muito difícil lidar-se com esta gente sem o aparato da força e isso é quase impossível o cacique Viri entregar estes prisioneiros com uma simples ordem, inda mesmo com a intervenção do director daquela aldêa; inda mais que hão de aparecer muitas pessoas que lhe hão de aconselhar para não os entregar como já aconteceu em sua passagem aqui⁴³⁵.

A situação complica-se ainda mais porque os moradores da região eram contrários à devolução e Viri, apesar de prestar serviços aos brancos, tinha autonomia em suas decisões, não sendo apenas um cumpridor das ordens do governo da província.

A troca de correspondência entre o diretor dos índios e o presidente da província sobre os prisioneiros continua até fins de novembro de 1855, quando Rocha Loures fala da autorização de Roham para que fosse dado 100 mil réis a Viri afim de que levasse de volta os prisioneiros aos seus alojamentos⁴³⁶.

434 Ofício do diretor-geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Theófilo Ribeiro de Resende. **OFÍCIOS**, 7/8/1855, v. 6, p. 213. Apep, doc. manuscrito.

435 Ofício do diretor-geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Henrique de Beaupaire Roham. **OFÍCIOS**, 17/9/1855, v. 7, p. 89. Apep, doc. manuscrito.

436 Ofício do diretor-geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Henrique de Beaupaire Roham. **OFÍCIOS**, 22/11/1855, v. 9, p. 64. Apep, doc. manuscrito.

Em 1856, a questão dos prisioneiros ainda continua. Loures comunica que ordenou a vinda de Palmas de Viri com os prisioneiros, para receber 100 mil réis pelo seu trabalho no ano de 1855. Loures pede mais 50 mil réis ao presidente Roham para cobrir as despesas de retorno dos índios capturados⁴³⁷.

No final do ano de 1855, Rocha Loures fez várias propostas em relação aos índios da província ao presidente Roham. Uma delas é sobre os índios de Palmas. Ele sugere que o cacique Viri receba um soldo mensal igual ao do cacique Vitorino, chefe dos aldeamentos dos campos do Goio-en, que recebe da província do Rio Grande do Sul um soldo de 40 mil réis mensais.

Esta requisição acho muito justa, devendo dar a Viri 30.000 mil reis em consequência de ter menor numero de gente, prometendo-se lhe aumenta-la a proporção que forem avultando seus serviços e assim mais convem dar-se lhe um subalterno com 20.000 mil reis tão bem mensaes e fardamento correspondente ao posto de Tenente⁴³⁸.

A proposta era uma reação às ameaças de Viri de partir, com seus 160 índios, para junto de Vitorino Condá nos campos de Goio-en, caso não recebesse soldo de capitão. O presidente Roham responde que

[...] para evitar a retirada do cacique Viri, cuja estada em Palmas é indispensável para a segurança dos habitantes daquele districto, resolvo mandarlhe a gratificação de quinze mil reis mensaes, que serão postos a disposição do mesmo cacique⁴³⁹.

Em 19 de agosto de 1871, a Secretaria de Fazenda da Província do Paraná informava o presidente Venâncio José de O. Lisboa de que, para efetuar o pagamento requerido por Estevão Ribeiro do

437 Ofício do diretor-geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Henrique de Beaurepaire Roham. **OFÍCIOS**, 15/1/1856, v. 1, p. 129. Apep, doc. manuscrito.

438 Ofício do diretor-geral dos índios, Francisco Ferreira da Rocha Loures, ao presidente da província, Henrique de Beaurepaire Roham. **OFÍCIOS**, 17/12/1855, v. 10, p. 109/110. Apep, doc. manuscrito.

439 Cf. resposta do presidente Roham no ofício que lhe fez o chefe de polícia da província, José A. Vaz de Carvalhaes. **OFÍCIOS**, 6/12/1855. v. 10, p. 152/3. Apep, doc. manuscrito. Maiores detalhes desse assunto no relatório de Roham de 1/3/1856.

Nascimento Viri, junto ao presidente, deveria ser *apresentada uma prova qualquer que satisfaça a exigência da lei quanto ao exercício do supplicante*⁴⁴⁰. Como o pagamento dos soldos esbarrava na burocracia da província, Viri teve de recorrer ao presidente. Procedimento este censurado pelos burocratas da secretaria como “desacertado” por ter ele recorrido ao presidente da província para poder receber seus salários.

A última notícia sobre Viri foi dada por um ofício da Secretaria de Fazenda da província do Paraná:

[...] cumpre-me declarar que ao Cacique dos índios coroados Estevão do Nascimento Viry, foi abonada, em virtude do aviso do Ministério da Agricultura de 14 de Novembro de 1864, a gratificação de trinta mil reis mensaes, desde 1º de dezembro d'aquelle anno até 2 de janeiro de 1873, vespera do dia em que o mesmo falleceo⁴⁴¹.

O velho cacique Kaingang dos campos do Covó (Palmas) deve ter morrido de morte natural, já com idade avançada no dia 3 de janeiro de 1873.

Apesar de prestar serviços aos brancos, Viri não era pessoa de confiança para eles. Em 1857, José A. Vaz de Carvalhaes, então vice-presidente da província, apresentou seu relatório de governo, comentando a situação dos aldeamentos indígenas e expondo seu pensamento sobre Viri e sua gente.

O de Palmas compõe-se de uma porção de índios, que se dizem mansos, e que, sob o comando do Cacique Viri, vivem em completa ociosidade, da qual so os tira o ensejo de excercer a sua ferocidade natural contra os de sua raça, que percorrem ainda os mattos. [...] Constantemente armados, sem trabalhos que os distraião e abandonados aos seus instintos, não sei se deva considera-los mais

440 Ofício da Secretaria de Fazenda da província do Paraná ao presidente Venâncio José de O. Lisboa. **OFÍCIOS**, 19/8/1871, v. 14, p. 100. Apep, doc. manuscrito.

441 Ofício do inspetor Raymundo de Araújo Ferraz ao presidente da província, Adolpho Lamenna Lins. **OFÍCIOS**, 2/3/1877, v. 5, p.141. Apep, doc. manuscrito.

como um perigo, do que como um meio de defesa para a nascente povoação de Palmas⁴⁴².

Carvalhoes, que em 1855 opinou contra o envio da expedição de Viri em perseguição aos índios que atacaram as fazendas em Palmas, desconfia de Viri e seus guerreiros. O poder provincial, apesar da utilização dos serviços de Viri e sua gente, não tem domínio sobre eles. A situação continua a mesma e, no relatório do ano seguinte, os índios continuaram a patrulhar as estradas por salários; *fora disso se entregão a ociosidade*. Após a morte de Viri, o subdelegado de polícia de Palmas comunicava que os índios se encontravam sem um *Commandante por ter falecido o Cassique Very*, e que estavam *tomando uma vida errante praticando furtos e não querem obedecer as autoridade em cousa alguma*⁴⁴³.

Vaitom

O cacique Kaingang Vaitom comandou a resistência kaingang contra a invasão dos fazendeiros nos campos de Palmas. Vaitom planejou o ataque e o extermínio dos fazendeiros, assim como a destruição da nascente vila de Palmas. Primeiro, buscou convencer o cacique Viri a se tornar seu aliado, já que na época Viri era apenas um cacique subordinado a Vitorino Condá, que se achava em São Paulo. Vaitom vai até Palmas na esperança de conseguir esse apoio, mas o cacique Viri se recusa e se posiciona ao lado dos fongs (cristãos). Sem dar sinais de contrariedade, Vaitom se retira de Palmas com seu povo, dando a impressão de que tinha apenas feito uma visita de cortesia ao cacique Viri.

Dias depois dessa entrevista, ouviu-se á noite grande alarido no arranchamento de Viri. Era Vaitom que o atacara de improviso, com o intento de o matar e aos seus, para dar seguro golpe nos christãos. Nessa interpreza, morrerrão alguns dos selvagens aliados e entre elles o celebre Mathias; mas a vitória decidiu-se por Viri⁴⁴⁴.

442 Relatório do vice-presidente da província, José Antonio Vaz de Carvalhoes. Relatórios, 7/1/1857. p. 64-65. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

443 Ofício do subdelegado de Palmas, Benedito Vieira da Silva, ao presidente da província. OFÍCIOS, 13/2/1877, v. 3, p. 29. Apep, doc. manuscrito.

444 Relatório do tenente-coronel de engenheiros, Henrique de Beaurepaire Roham, ao presidente da província, Zacarias de Goes e Vasconcelos, In: Relatórios do presidente Zacarias de Goes e

Manoel Facram

Facram comandava um grupo Kaingang de 120 pessoas que habitavam os campos de Cavarú-coyá, no extremo sudoeste da província. Foram contactados pelos índios comandados por Victorino Condá a serviço do governo, quando dos trabalhos iniciais da projetada estrada Palmas, Campo-Erê, campos de Misiones na Argentina. Assim o descreve o engenheiro Moraes Jardim:

O cacique desses índios foi catechumeno do aldeamento de Guarapuava, onde ainda é conhecido pelo nome de Manoel Facram, e donde fugiu ha mais de 30 annos, por se lhe imputar o assassinio de F. Danguy⁴⁴⁵.

Conforme o relato, Facram e seu povo concordaram em aldear em Palmas. Ao chegarem ao antigo alojamento de Facram, foram encontrados vários objetos *como utensilios de ferro, couros, estribos, etc*, provavelmente objetos obtidos pelos índios em suas *malfazejas excursões*.

Cretân, Antonio Joaquim

Essa liderança Kaingang é citada no decreto nº 64 do governador Francisco X. da Silva, em 2 de março de 1903. No artigo único declarava que ficavam

[...] reservadas para o estabelecimento de tribus indígenas as terras ocupadas pelas cabildas do Cacique Cretân com as seguintes divisas; a partir da cabeceira do ribeirão do Lageado Grande á cabeceira do Ribeirão Palmeirinha e por estes dous rios abaixo até ao Iguassu que será divisa norte, respeitado os direitos de terceiros⁴⁴⁶.

Vasconcelos, 8/2/1855, p. 141. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

445 Relatório de Jerônimo R. Moraes Jardim sobre os trabalhos de abertura da estrada entre os Campos de Palmas e os das Missões, em Corrientes, na Argentina. Anexo ao relatório do presidente da província, Andre A. de Padua Fleury. 15/2/1866, p. 4. Microfilme. Biblioteca Pública do Paraná.

446 DECRETO n. 64, de 2 de março de 1903. In: **Estado do Paraná, Leis, Decretos e Regulamentos 1903**. p. 59-60. Typ. "A República", Curitiba.

Em meados do ano de 1947, Egon Schaden, em visita aos Kaingang dos toldos da região de Palmas, diz que seu principal informante era o velho cacique Xê, neto do afamado *Krim-Tã*, um dos principais chefes tribais, cuja memória se perpetua na denominação da Campina do Cretã, entre o Chopim e o Iguaçu⁴⁴⁷.



1. Kaingang de Palmas: Kôikâng (Pedro Mendes), o chefe do Toldo das Lontras.

2. Kaingang de Palmas: Kôikâng com o seu neto.

Figura 25. O velho chefe do toldo de Lontras, Kôikâng (Pedro Mendes) e seu neto, fotografado por Baldus. Kôikâng foi informante de Loureiro Fernandes e Herbert Baldus na década de 1930.

Fonte: Herbert BALDUS. *Ensaios de etnologia brasileira*. São Paulo, Ed. Nacional-INL/MEC, 1979, P. 187.

Outras lideranças indígenas dos campos de Palmas

Em 1939, Loureiro Fernandes estuda a organização social dos índios de Palmas e enumera alguns chefes do Toldo das Lontras, de 1839 a 1939.

447 Egon SCHADEN. A Origem dos Homens, O Dilúvio e Outras Histórias Kaingang. In: *Revista Paulistana*, n. 34, p. 139.

SERAFIM	primo de Condá.
XÓBIM	José Canhafé.
PENHUMÉ	José Tigre.
NHATEKÂN	capitão Jeremias.
VIRI	primeiro capitão amansado pelos povoadores.
CÓVELE	Benedito Mendes.
KÔIKANG	capitão Pedro Mendes. O velho Kôinkang foi informante de Fernandes no toldo de Lontras. São várias as referências ao cacique, principalmente nos temas relativos aos costumes funerários. Ele também foi um importante informante de Herbert Baldus, quando este visita o toldo de Lontras em 1933, coletando dados para O Culto aos Mortos Entre os Kaingang de Palmas .

CAPITÃO HORÁCIO.

CAPITÃO DOMINGOS MENDES⁴⁴⁸.

Lideranças Kaingang nos campos de Guarapuava, Payquerê e vales dos rios Ivaí e Piquiri

Deggaembang

Citado por Telêmaco Borba como um dos caciques que comandou os assaltos aos campos de Guarapuava nos anos de 1850 e 60, Deggaembang conta a Borba que foi ele que exterminou a família Machado em 1863, na localidade de Laranjeiras, para levar ferramentas e roupas da fazenda.

448 Loureiro FERNANDES. *Os Caingangues de Palmas*. p. 194.

Feliciano

Aldeado com sua gente no lugar denominado Barra Vermelha, na confluência do rio dos Patos com Lajeado, nas cabeceiras do rio Ivaí. A gente do cacique Feliciano era considerada pelas autoridades de Ponta Grossa como *laboriosa e morigerada*. O delegado de Ponta Grossa, Domingos Ferreira Pinto, recomenda o filho do cacique ao presidente da província para que este o ajude a conseguir um engenho de cana-de-açúcar, dado que seu grupo contava com *grandes plantações de cana onde viviam*⁴⁴⁹.

Francisco Luiz Tigre

Filho de Luiz Tigre Gacon, morto em combate em Atalaia em 25 de abril de 1825, foi escolhido pelo diretor do índios de Guarapuava para ser o cacique dos índios aldeados.

Em cumprimento do que V. Exa. ordenou-me em data de 21 de outubro passado (1879) escolhi para cacique dos índios aldeados de Guarapuava o índio Francisco Luiz Tigre atendendo que é filho legítimo de Luiz Tigre Gacom, cacique que foi no tempo da Atalaia e ali morreu em defesa da aldeia - e por saber ler e escrever, e peço a V. Exa. digne confirmar esta escolha⁴⁵⁰.

Em março de 1880, Francisco Gacom visita a capital da província em busca de recursos para sua gente onde, conjuntamente com o cacique Paulino de Teresina, recebe a importância de 42 mil réis em mercadorias⁴⁵¹.

Bandeira

Citado por Luiz Cleve, em ofício ao presidente Dantas Filho, em dezembro de 1879, como sendo comandante de importante toldo nas matas entre os rios Corumbataí e Ivaí.

449 Ofício do delegado de Ponta Grossa, Domingos Ferreira Pinto, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 12/1/1879. v. 1, p. 59. Apep, doc. manuscrito.

450 Ofício do diretor do índios de Guarapuava, Luiz Daniel Cleve, ao presidente da província. **OFÍCIOS**, 24/12/1879, v. 23, p. 2. Apep, doc. manuscrito.

451 Ofício de João B. B. de Proença ao presidente Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho. **OFÍCIOS**, 10/3/1880, v. 6, p. 112. Apep, doc. manuscrito.

Cleve diz conhecer pessoalmente o cacique Bandeira, ao qual têm dado ferramentas e tecidos, sendo ele de boa índole. Afirma que fará uma visita a ele para convencê-lo a vir morar no novo aldeamento das Marrecas.

Em 14 de junho de 1879, a Thesouraria de Fazenda do Paraná informou ao presidente da província que, de acordo com o Ministério da Agricultura tinha sido aumentada a verba para a catequese, a fim de socorrer as despesas com a catequese dos índios em Guarapuava, inclusive o pagamento de uma gratificação de 20 mil réis aos caciques Bandeira, Gregório e Jong-jó. O cacique Bandeira e os outros que já recebiam gratificação do governo provincial passam a ter seus soldos pagos pelo governo do Império⁴⁵².

Henrique

Citado por Luiz Cleve em ofício ao presidente Dantas Filho, em dezembro de 1879, como comandante de um importante toldo nas matas entre os rios Corumbataí e Ivaí. Cleve, que o conhece pessoalmente, tem-lhe fornecido ferramentas e tecidos. Busca ainda convencê-lo a morar no novo aldeamento das Marrecas, junto com outros caciques.

Gregório

Uma das primeiras informações a seu respeito vem de um relatório do frei Timóteo de Castelnuovo, de 1864, que relata a chegada do sertão, em 13 de janeiro, de 36 índios do cacique Gregório; eram 10 homens adultos, 10 mulheres e 16 menores.

Anos mais tarde, ele vai ser citado por Luiz Cleve em ofício ao presidente Dantas Filho, em dezembro de 1879, como comandante de um toldo nas matas entre os rios Corumbataí e Ivaí. Cleve afirma que também o visitará, convidando-o para morar no novo aldeamento das Marrecas .

O cacique Gregório é também contemplado com a gratificação de 20 mil réis mensais, conforme ofício da Tesouraria de Fazenda do Paraná, de 14 de junho de 1880.

Passados alguns anos, os Kaingang do vale do Piquiri informaram ao viajante José Francisco Thomás do Nascimento, em 1885, que de

452 Cf. Ofício da Tesouraria de Fazenda do Paraná, ao presidente da Província. **OFÍCIOS**, 14/6/1880, v. 10, p. 49-50. Apep, doc. manuscrito.

seus toldos com dois dias de viagem poderiam chegar aos alojamentos dos caciques Gregório e Henrique, em Campo Mourão. Nascimento descreve Gregório como *um chefe bem respeitado pelos seus*,⁴⁵³ e dizia morar com sua gente perto da antiga cidade jesuítica-guarani de Vila Rica do Espírito Santo, na margem esquerda do rio Ivaí. Conforme Nascimento, em 1879, época do seu encontro com ele, Gregório não queria sair de sua terra. No entanto, em 1896, o cacique encontra-se chefiando os toldos do Ranchinho e da Bufadeira, nas margens do rio Ivaí. De acordo com o general Muricy, esse toldo tinha de 250 a 270 índios por ocasião de sua visita. Um comerciante de Teresina, Vicente Ferrer, adverte o general Muricy para que fique alerta em sua viagem às ruínas de Vila Rica, pois era possível que Gregório e Paulino tivessem pego dinheiro do brigadeiro dos índios do local para atacá-lo nessa ocasião. Para eles, o capitão Gregório era *o bugre mais mal dessas matarias*.⁴⁵⁴ Um dos camaradas da expedição, contratado em Teresina, de nome Cirino, conta várias histórias de ataques dos índios aos primeiros moradores do rio Ivaí abaixo, comandados pelo cacique Gregório. *Esse bugre que deve de tê perto de cem ano (em 1896) tem tanto de véio quanto de ruim e crué, e foi o úrtimo que dexô de carnéa a nossa gente, sí é que dexô*⁴⁵⁵.

Alguns dias depois de deixar Teresina, Muricy e seus companheiros de viagem são surpreendidos pelo cacique Gregório, quando estavam acampados no salto Ubá.

De repente, ouvimos atrás de nós uma voz de baixo profundo, desconhecida, forte, gutural e de um timbre metálico: [...] Voltamo-nos imediatamente e demos de cara com um bugre alto, de possante corporatura, fisionomia enérgica, de caracteres tigrinos e olhar penetrante. O cenho carregado, profundo vinco entre os olhos, com forte comissura dos lábios grossos e retessados, indicavam pouco ou nenhum hábito de sorrir⁴⁵⁶.

Os habitantes do vale do alto Ivaí temiam Gregório. Sua fama corria as redondezas e chegava até as habitações do vale do rio Tibagi.

453 Cf. José F. Thomaz do NASCIMENTO. *Viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava*. p. 276.

454 Cf. José Cândido MURICY. *Viagem ao País dos Jesuítas*. p. 91.

455 Cf. José Cândido MURICY. *Viagem ao País dos Jesuítas*. p. 149.

456 Cf. José Cândido MURICY. *Viagem ao País dos Jesuítas*. p. 167.

Combró e seus filhos Cohi e Tandó

Numa tarde do mês de maio de 1886, o cacique Paulino Arak-xó e Telêmaco Borba descansavam de uma caçada e falavam das guerras passadas entre os Kaingang e os brancos. Foi nessa tarde que Arak-xó contou a Telêmaco Borba a saga de seu tataravô, o *turamani* cacique Combró e seus filhos Cohi e Tandó.

para voce fazer idea do que eram meos antepassados, vou lhe contar a história de Combró, que era pae do pae da mae de meo pae. Naquelles tempos minha gente não tinha ferramenta; seos machados (Beng) eram de pedra, (ipó). Serviam-lhes de facas pequenas lascas de quartzo (toi); Combró era um chefe guerreiro e valente turumani; elle já sabia que os brancos (fong) tinham machados e facas (hefe), que cortavam melhor que os delles; querendo adquiril-os a seo modo, convidou seos companheiros (Kaporon), para ir em demanda destes objetos.

Na primeira casa que encontraram na orla do sertão, trucidaram seos habitantes, levando tudo que lhes pareceo util. Emquanto andava Combró nesta empreza, outros selvagens assaltaram seo arranchamento, matando alguns guerreiros, aprizionando muitas mulheres, entre as quaes uma das de Combró. Este indo em perseguição delles, alcançou-os, desbaratou-os retomando sua mulher e outras. Os brancos, descobrindo o morticínio, feito por Combró, na casa por elle assaltada, reuniram os índios aliados, e foram em perseguição delle; depois de muitos dias de caminho descobriram o toldo em que estavam habitando, cercaram-no para assaltal-o de madrugada; á noite uma índia que ia ao rio tomar agoa, vio um vulto perto do caminho, mas lhe pareceo que fosse um toco, na volta, não o vendo mais, contou isso ás suas companheiras. Pensando estas que fossem inimigos que andassem bombeando, choraram o resto da noite. Pela madrugada os brancos assaltaram o toldo matando os poucos homens que alli estavam, entre estes Xhakringó, que foi queimado, aprizionando as mulheres e creanças, conseguindo alguns escapar. Quando Combró, que regressava de retomar uma de suas

mulheres, chegou a seo incendiado toldo e foi pelos fugitivos informado do ocorrido, convidou os seos companheiros e foi em seguimento dos brancos; deparou com estes acampados junto a um ribeiro e vigilantes; ouviu e conheceu o choro de seo filho, enchendo-se de furor ao ver um branco castigar-o para calar-se; assaltou-os, mas foi repellido, morrendo-lhe muitos guerreiros.

Ao outro dia assaltou-os de novo na ocasião em que almoçavam, sendo morto por uma bala que lhe atravessou a cabeça. Seos companheiros, vendo-o morto, fugiram e os brancos sahiram ao campo sem serem mais perseguidos. Tandó e Cohí eram filhos de Combró. Tandó tinha sido creado entre os brancos que o tinham aprisionado, quando mataram o pae. Aos dezoitos annos fugio para os seos, suggestionado por mãe que lhe dizia que devia vingar a morte de seo pae. Por sua valentia, em pouco tempo tornou-se chefe dos seos, e então tratou de vingar-se daquelles que julgava serem os causadores da morte de seo pae e do seo captiveiro. Reunio seos guerreiros, dirigio-se aos campos de Guarapuava e chegando á orla do sertão, mandou, á noite, alguns guerreiros explorar a posição occupada pelos índios mansos. Os exploradores disseram ao voltar que os índios mansos estavam com os brancos, habitando em casas cobertas e cercadas de taboas e que achavam difficil atacal-os com vantagem. Ouvido isso pelos guerreiros, deliberaram abandonar a empreza nesta ocasião; mostrando-se Cohí contrario a esta resolução, dizendo que: cabeças de branco tambem se quebravam com bons cacetes; mas sua opinião, por singular, não foi adoptada. Determinaram a retirada, deixando seos cacetes amontoados, como sinal de que desistiam do intento de combater. Pela manhã os índios mansos encontraram estes cacetes conduziram-os a seo toldo e ficaram de sobreaviso. Tinham Tandó e os seos andado apenas uma hora quando encontraram, nos galhos de uma arvore, um bando de quatis; limpam bem o chão em baixo da arvore e puzeram-se a atirar cacetes nestes animais, e quando estes atiravam-se ao chão os perseguiam até matal-os. Cohí, perseguindo um, apanhou-o pela cauda e o apresentou a Tandó, dizendo-

lhe como voce não tem coragem de quebrar cabeça de nossos inimigos, quebre ao menos a deste quati. Voce aqui já diz isso, respondeo-lhe Tandó, quanto mais não dirá quando chegarmos a nossas casas e você vir as nossas mulheres ! Voltemos contra nossos inimigos companheiros, ou Cohí nos envergonhará em nossas casas; quem quizer viver como as pedras, que não morrem, vá para casa ! Voltaram, e a noite assaltaram o toldo dos índios mansos; a lucta foi renhida, morreram muitos companheiros de Tandó e índios mansos. Estes fugiram. Duhí, o chefe dellas, ficou dentro de uma casa onde resistia só. Tandó incendiou a casa e desafiou-o a combate singular. Duhí principiou a cantar seo canto de guerra, que era assim: Voha ihó voá ihó icutenia, e saltou para fora com uma faca em cada mão. Quando se aproximou de Tandó atirou-lhe uma dellas, este a apanhou e arremeteo contra elle. Travaram a lucta, faca contra faca, braço a braço, e assim foram luctando, até cahirem ambos em uma grande cova; nesta ocasião Duhí pode passar a faca aavez do corpo de Tandó, continuou a empurrar-a até ficar cravada na terra; este, que estava de baixo, enfiou-lhe tambem sua faca nas costellas, atravessando-lhe o coração e matando-o instantaneamente. Emquanto durava esta lucta os índios mansos aprizionaram a mulher de Tandó e a levaram para Guarapuava.

Tandó, não podendo levantar-se chamou Cohí para ajudal-o, este desenterrou a ponta da faca, limpou-a e tirou-a do corpo de Tandó; colocaram-no em uma padiola e o carregaram para o sertão, onde sarou.

Passado dous annos deste acontecimento, o capitão dos brancos mandou a mulher de Tandó, com presentes, convidal-o a fazer pazes e viver com elle. Esta andou muitos dias por picadas de ha muito abandonadas; já muito longe, estas pareciam muito frequentadas. Uma manhan ouviu latidos de cães e gritos; arremedou o assoviar do macaco, responderam lhe perto; dahí a pouco avistou Tandó, que a ella se dirigia; este approximando-se reconheceo-a e ella desatou em pranto. Porque choras, em vez de te alegrares ? Eu estou alegre por te ver, minha mulher, disse-lhe Tandó e dando-lhe a mão para levantar-se conduziu-a ao seo toldo, onde ella

entregou-lhe os presentes e o convite do capitão dos brancos.

A noite, reunida a tribo, consultaram se deviam ou não aceitar tal convite; quasi todos foram de opinião que se fizesse pazes. Cohí, porem, dizia: Que os brancos eram bons, mas, os índios mansos maos e traidores, por esta razão, se os outros quizessem, que fossem, que elle ficaria. Resolvida a partida, chegou Tandó e os seus companheiros á povoação de Guarapuava; o capitão dos brancos o recebeu bem, fazendo com elles e os seus um tratado de paz; fez-lhe muitos presentes de machados, fources, facas e fazendas. Deo-lhes uma casa para nella pernoitarem. Já alta noite bateram á porta e entraram dous índios mansos, que perguntaram a Tandó se queria milho para comer; este disse-lhes que sim e elles sahiram. Os companheiros de Tandó disseram-lhe que era melhor irem dormir no matto, para evitar alguma traição dos índios mansos; respondeo-lhes que fossem elles, se quizessem, que elle não tinha medo e que tinha confiança no capitão dos brancos. Seus companheiros retiraram-se deixando-o só com a mulher. Dahi a pouco entraram quatro índios mansos, trazendo um pouco de milho que deram a Tandó e, perguntando-lhe pelos companheiros, disse-lhes que se tinham retirado. Quando Tandó estava assando o milho, os quatro índios cahiram sobre elle a facada e o mataram. A mulher correu a dar parte ao capitão dos brancos. Este, ao amanhecer, reuniu todos os índios mansos, e mostrados pela mulher de Tandó, os matadores de seu marido, os mandou prender. Mandou a mulher de Tandó contar esta occurrencia aos seus e convidal-os a voltar; mas elles não o quizeram fazer e continuaram a viver nos mattos em continua guerra com os brancos e índios mansos. Contou-me esta historia a mae de meo pae, mulher muito velha, com os cabellos todos brancos, que a ouviu de seu pae que era irmão de Tandó⁴⁵⁷.

457 Telémaco BORBA. *Actualidade indígena*. p. 28-33.

Cohí ainda vai ser citado por seu filho, o cacique Xak-xondere, como sendo *o mais valente de nossos guerreiros*⁴⁵⁸.

Paulino Arak-Xó

Em março de 1880, o cacique Paulino esteve em Curitiba, juntamente com o cacique Francisco Gacom, em busca de ajuda do governo. É denominado pelo encarregado do Serviço de Colonização de Paulino Dotahy⁴⁵⁹. Em março de 1880, o cacique Paulino se dirige às autoridades de Ponta Grossa, declarando-se representante de noventa e cinco índios aldeados nas margens do alto Ivaí, no lugar chamado Porteirinha, próximo de Barra Vermelha. Reivindica ferramentas, um alambique para o fabrico de aguardente e rapadura, e a concessão das terras entre os arroios Porteirinha e índio, com duas léguas de comprimento por uma de largura. A Câmara Municipal de Ponta Grossa refere-se a ele como sendo *laborioso e pacífico como também morigerado em costumes*⁴⁶⁰, e insiste junto ao presidente que atenda seus pedidos.

Aldeado nas proximidades de Teresina, ele aparece novamente num relatório, enviado à Secretaria da Fazenda, como tendo recebido do negociante Erasmo J. A. Terral, de Guarapuava, a importância de 49 mil réis em tecidos, em 30 de maio de 1880⁴⁶¹.

Em 1896, o general José Cândido Muricy, que viaja pelo vale do Ivaí até as ruínas de Vila Rica, tem dois encontros com o cacique Paulino. O primeiro, na vila de Teresina, quando foi surpreendido em seu acampamento por um grande número de índios comandados pelo cacique.

O capitão Paulino sentou-se à porta da nossa barraca. Vinha acompanhado por um índio ainda moço, que se intitulava cabo Joaquim, parlapatão e pernóstico, com sotaque perfeito dos nossos caboclos. Conversou sobre política, eleições, falou da República e da Monarquia; pediu informações sobre a Revolução, a estabilidade

458 Telêmaco BORBA. *Atualidade indígena*. p. 163.

459 Ofício de João B. B. de Proença ao presidente Manoel Pinto de Sousa Dantas Filho. **OFÍCIOS**, 10/3/1880, v. 6, p. 112. Apep, doc. manuscrito.

460 Ofício da Câmara Municipal de Ponta Grossa, ao presidente Dantas Filho. **OFÍCIOS**, 17/3/1880, v. 5, p. 29. Apep, doc. manuscrito.

461 Documento incluso no ofício da Tesouraria de Fazenda da Província ao presidente João José Pedrosa. **OFÍCIOS**, 26/10/1880, v. 20, p. 40-42. Apep, doc. manuscrito.

do Governador do Estado e do Presidente da República, se ainda estavam no poder, e porque íamos fugindo para o Paraguai⁴⁶².

O General Muricy não gostou do interrogatório a que foi submetido e ainda ficou intrigado com o fato de o índio ter conhecimento de assuntos políticos do país.

Nessa época, Paulino vivia com sua gente no toldo chamado Ubá. Os habitantes de Teresina não confiavam nele, apesar de suas afirmações de que agora era bom e não matava mais os caboclos da região, conforme o relato do comerciante Ferrer ao general Muricy.

Muricy vai encontrar o cacique Paulino em uma outra ocasião, quando se achava acampado no porto do Areião, no rio Ivaí. Todo vestido com roupas militares antigas, o cacique Paulino apareceu *De pé sobre a barranca* do rio, armado de um grande porrete de guajuvira. No seu diálogo com os homens da expedição, o cacique é ridicularizado tanto quanto ao seu modo de vestir, de comportar-se como em relação às reivindicações que faz.

Além de Paulino Dotahy, como é denominado pelo encarregado do Serviço de Colonização, João B. B. de Proença, o cacique também recebeu a denominação de Paulino Arak-xó, conforme o Decreto nº 8, de 9 de setembro de 1901, do governador Francisco Xavier da Silva. Nesse decreto, são reservadas as terras entre os rios Ubazinho, Ivaí e Ribeirão do Jacaré, hoje município de Cândido de Abreu, para o *estabelecimento de indígenas da tribu Coroados, sob o mando de Paulino Arak-xó*⁴⁶³. Telêmaco Borba cita o cacique de duas formas diferentes; Arákchó, e Arakxó. Ele conviveu com Borba nos anos 80 do século XIX e foi um dos seus principais informantes.

A história desses cacique chega até os conflitos da Serra da Pitanga ocorridos em 1923. Em 2 de abril de 1923, o jornal “A República de Curitiba” noticiava;

[...] os índios do Capitão Paulino ameaçam invadir a Colonia Ivahy. [...] O índio que chefia agora a reclamação e que sempre a manteve junto do Serviço chamado de Proteção, é o notável cacique Paulino Arakchó, que esteve

462 Cf. José Cândido MURICY. *Viagem ao País dos Jesuítas*. p. 78.

463 DECRETO n. 8, de 9 de setembro de 1901. In: *Estado do Paraná, leis, decretos e regulamentos 1901* (1901) p. 4. Typ. “A República”, Curitiba.

mais de uma vez nesta capital defendendo os direitos de sua tribo e de sua raça⁴⁶⁴.

Os acontecimentos que marcaram os anos 20 do século XX na região do vale do Ivaí eram resultantes da permuta das terras indígenas da margem direita do Ivaí, entre os rios do Peixe e Jacaré, por outras na margem esquerda, entre os rios Barra Preta e Marrequinhas, conforme o decreto estadual nº 204, de 17 de abril de 1913. Feita a permuta, as novas terras começaram a ser ocupadas pelos brancos, causando revolta aos índios e colocando em cena novamente o cacique Arak-xó e os Kaingang do vale do Ivaí.



Figura 26. O velho Cacique Paulino Arak-xó, que junto com o cacique Gregório, foi uma das lideranças Kaingang mais expressiva no vale do rio Ivaí da segunda metade do século XIX até os anos de 1920. Fotografado por Albert V. Fric no início do século XX na aldeia do Salto Ubá no rio Ivaí.

Fonte: A. V. Fric. *Indiáni Jizní Ameriky*. Praga : Panorama, 1977.

464 Cf. “A República”, Curitiba, 2 de abril de 1923. In: Arthur M. FRANCO. *Em defesa do índio e do sertanejo*. p. 102-103.

José Cafang

Citado pelo comerciante Erasmo J. A. Terral, de Guarapuava, como o novo cacique do aldeamento e de ter recebido 24 mil réis em mercadorias autorizadas pelo diretor Luiz Daniel Cleve, em 30 de maio de 1880⁴⁶⁵.

Jong-Jó

É citado pela primeira vez no ofício da Tesouraria, de 14 de junho de 1880, como beneficiário do soldo mensal de 20 réis.

Janguió

Habitou as florestas do baixo Piquiri. José F. T. Nascimento encontrou o cacique Janguió, e sua comitiva de 25 pessoas, no dia 14 de junho de 1885, em algum lugar do vale do Piquiri, chamado Juquiá.

Janguió é um homem de estatura média, de seus quarenta anos de idade, semblante carregado para os de sua comitiva, de poucas palavras, olhar penetrante e desconfiado, traz um minguado bigode, barba e sobranceiras raspadas, trazendo por armas uma grande e aguçada lança que não largava da mão, e sua gente armada de arcos e flexas⁴⁶⁶.

Nascimento reúne no lugar denominado Pary, nas margens do Piquiri, seis chefes Kaingang que lideravam os grupos naquela região: Nhon-nhon, Raphael, capitão Manoel, capitão Cadest, um velho cacique citado apenas como pai do índio Joaquim e o cacique Janguió. Reunidos, ele os convida para se mudarem para as terras nas margens do Ivaí, perto da vila de Teresina. Depois de algum tempo de silêncio e de consultas, *Janguió falou por todos, dizendo-me que eles não querem sahir donde estao acostumados e onde*

465 Documento incluso no ofício da Tesouraria de Fazenda da Província ao presidente João José Pedrosa. **OFÍCIOS**, 26/10/1880, v. 20, p. 40-42. Apep, doc. manuscrito.

466 Cf. José F. Thomaz do NASCIMENTO. **Viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava**. p. 270.

*tem seus cemitérios*⁴⁶⁷. A fala de Janguió indica que ele era o chefe principal dos Kaingang no vale do Piquiri e dos outros caciques, seus subordinados.

Nhon-Nhon

Descrito por José Francisco Thomaz do Nascimento, como um rapaz de vinte e quatro anos *bem figurado e inteligente*⁴⁶⁸. Nhon-nhon, com sua gente, vivia nas margens do rio Piquiri, muitas léguas a oeste de Guarapuava. Encontrou-se com Nascimento no dia primeiro de maio de 1885, nos campos de Juquiá, dezoito léguas a oeste de Guarapuava.

Jambré

Citado pelo cacique Janguió como morador das proximidades de Sete-Quedas, e que não gostaria de sair de lá. Mas, em 31 de julho de 1901, Jambre estava estabelecido nas cabeceiras do rio das Cobras, no município de Guarapuava, hoje Laranjeiras do Sul, na região da serra da União.

Considerando que a tribo de indígenas Coroados de que é chefe o cacique Jembrê, em número aproximadamente de 500 almas se acha estabelecida nas cabeceiras do Rio das Cobras do município de Guarapuava⁴⁶⁹.

O governador Francisco Xavier da Silva sabia que aquelas terras estavam passando para o domínio particular, por compra ao Estado ou por posse, e que *os mesmo indígenas serão pouco a pouco dalli expellidos*. Reservou-lhes então uma área limitada a leste pelo rio das Cobras, a oeste pelo rio União e ao norte e ao sul pelas picadas que iam do Xagu até Foz do Iguaçu.

467 Cf. José F. Thomaz do NASCIMENTO. *Viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava*. p. 273.

468 Cf. José F. Thomaz do NASCIMENTO. *Viagem pelos desconhecidos sertões de Guarapuava*. p. 267.

469 DECRETO n. 6, de 31 de julho de 1901. In: *Estado do Paraná, leis, decretos e regulamentos 1901* (1901) p. 3. Typ. "A República", Curitiba.

Barão

Também citado por Janguió como chefe dos kaingang das proximidades de Sete-Quedas, e que não pretendia deixar seu território em troca de outro.

Joré

Citado por Telêmaco Borba por ocasião da visita a Sete-Quedas em 1876. Telêmaco e seu irmão Nestor exploravam o rio Piquiri quando encontram índios Kaingang. Um deles lhes disse ser o cacique Joré e andar caçando com seus companheiros⁴⁷⁰.

Lideranças Kaingang norte do Paraná a partir da segunda metade do século XIX

Manoel Aropquimbe

O cacique mais velho existente em São Jerônimo da Serra em 1866, de acordo com o frei Luiz de Cemitille. Em conversa com ele, o capuchinho procura saber suas opiniões sobre Deus, ao que responde Aropquimbe que Deus era o sopro. Cemitille conclui que não era possível convertê-lo ao cristianismo. O relato de Cemitille revela o orgulho do velho chefe em ser Kaingang:

Não me foi possível faze-lo compenetrar-se dos seus tristes erros, nem convece-lo de que a polygamia é um pecado. Devia contentar-se com uma só mulher em lugar de quatro (como tinha) em sua companhia. Muito menos persuadi-lo que, morando comnosco, devia aprender a religião, para que tanto elle como a sua gente se tornassem, com o tempo, verdadeiros christãos e bons cidadãos.

O velho polygamo em lugar de mostrar desejos de ser educado, respondeu-me que não podia

470 Telêmaco BORBA. *Actualidade indígena*. p. 156.

deixar de ter as quatro mulheres, porque era Tremani (isto é valente).

Se estava morando conosco, continuou, não era por encontrar a felicidade, pois mais feliz se achava nas matas virgens, onde a caça, o peixe e a fructa eram mais abundantes, e nunca lhe faltara mantimento sufficiente para o próprio sustento e o da numerosa família.

O verdadeiro motivo que justificava sua permanência entre nós era porque não podia passar mais sem as nossas ferramentas; que já era tarde para aceitar uma nova religião, sendo já velho, tanto que nunca poderá aprender a fazer o signal da cruz. Emfim, despediu-se com uma risada e deu-me as costas, dizendo-me sarcástico adeus⁴⁷¹.

No dia 12 de abril de 1872, conforme relatório do frei Timóteo de Castelnuovo, voltaram de São Paulo cinco índios Coroados chumbados nas costas. O cacique Manoel Arepequembé, sua mulher e uma filha ficaram mortos na fazenda de um tal de João Paiva, na confluência dos rios Itararé e Paranapanema. Em 1874, relatava frei Timóteo que:

Em dezoito Abril - forão me intregues - e tiveram seu destino os trens arrecadados do Assassinado Casique Arepequembe Corodo - Província de S. Paulo - digo o refugue (?) dos trens porquê os milhores forão roubados pelos mesmos assassinos etc.⁴⁷².

Ele tinha chegado ao aldeamento de São Pedro de Alcântara no dia 13 de dezembro de 1860, comandando 121 Kaingang.

471 Cf. "Memórias" do frei Luiz de Cemitille in: Alfredo de Taunay. *Entre nossos índios*. p. 99. Cemitille usa a palavra "Tremani", para definição de valente; já Telêmaco Borba, em *Actualidade indígena*, a palavra utilizada é "Turumanin".

472 Relatórios do frei Timóteo de Castelnuovo, "Princípio e Progresso do Aldeamento Indígena de S. Pedro de Alcântara. In: Frei Emilio da CAVASO, *Sobre a atividade dos capuchinhos no Paraná - Brasil*. p. 261, 270.



Franz Keller. O capitão Manoel, chefe dos índios coroados do Aldeamento de São Jerônimo. Ao fundo uma vista do Aldeamento. Desenho de 1865. Seção de Estampas da Biblioteca Nacional.

Figura 27. Desenho do chefe Kaingang Manoel Aropquimbe do aldeamento de São Jerônimo da Serra, feito por Franz Keller em 1865.

Fonte: Newton CARNEIRO. *Iconografia Paranaense*. Curitiba, Impressora Paranaense, 1950.

Nhozoro

Frei Timóteo informou que, no dia 15 de fevereiro de 1888,

[...] faleceu em volta do sertão o famoso Casique Nhozoro Coroado - famoso nos primeiros tempos em fomentar brigas - e batalhas entre os seus - era ermão, e colegas dos casiques Arepequembe = Manoel = Covou falecidos - É o último entre os famosos cassiques da primeira época⁴⁷³.

473 Relatórios do frei Timóteo de Castelnuovo "Princípio e Progresso do Aldeamento Indígena de S. Pedro de Alcântara. In: Frei Emilio da CAVASO, *Sobre a atividade dos capuchinhos no Paraná - Brasil*. p. 280.

Covo

Um dos três mais importantes líderes da segunda metade do século XIX, que viveram na região do vale do Tibagi, ao lado dos chefes Manoel Arepequembe e Nhozoro, conforme o relatório de frei Timóteo. Covo chegou a São Pedro de Alcântara em cinco de janeiro de 1864, com um grupo de 12 homens adultos, quinze mulheres e 17 menores, num total de 44 Kaingang.



Considerações Finais

Com a progressiva ocupação das terras paranaenses pelos brancos, que traziam uma nova forma de produzir, as transformações ocorridas na natureza foram enormes. Modificações de clima e solo que afetaram os sistemas hídricos, alterando o ecossistema da região.

Seguindo a linha de raciocínio de Smith de que *a produção do espaço é um resultado lógico da produção da natureza*, pode-se afirmar que, ao produzir uma segunda natureza no Paraná, o capitalismo estava produzindo um novo espaço geográfico propício à sua atuação e diferente do espaço tradicional das comunidades indígenas. Os campos gerais, os campos de Guarapuava, o norte e oeste do Paraná passam a ser usados para a produção de mercadorias e a acumulação de riquezas.

Se a natureza criada era muito diferente da que existia anteriormente, conforme mostrou Maack, o espaço que vai ganhando forma com a colonização, é também diverso daquele ocupado pelas comunidades indígenas, carregado de conteúdo social, histórico e até mesmo religioso.

No bojo dessa transformação, criou-se a idéia do “vazio demográfico”, a ser ocupado pela colonização pioneira.

Essa construção foi arquitetada e divulgada por muitos que pensaram a história da região: geógrafos, historiadores, sociólogos, representantes da burocracia estatal e dos órgãos colonizadores, e refletiu-se nos livros didáticos, poderosos instrumentos de normatização das idéias.

Os espaços submetidos à conquista existem a partir da ação exterior dos conquistadores, e a História que daí surge ignora

importantes acontecimentos como as invasões, a exploração, os conflitos e a resistência indígena.

Dentro dessa perspectiva, buscamos mostrar que os espaços que hoje compõem o Paraná foram espaços pertencentes a comunidades indígenas, dentre elas a Kaingang, cuja história procuramos recuperar.

Constatamos, através de trabalhos arqueológicos, a presença indígena na região desde há 8 mil anos. As literaturas etnológica e historiográfica registram a existência dos grupos Tupi e Jê desde o início da ocupação do território pelos portugueses no litoral, e pelos espanhóis ao oeste. Documentos oficiais da época são fartos em assinalar a presença de tribos Kaingang por todo o segundo e terceiro planaltos. E ainda, em pleno século XX, apesar de já estarem aldeados, significativo contingente de índios continua sua vida nômade pelos campos e matas adjacentes às aldeias. Procuramos, assim, demonstrar a falácia da idéia do vazio demográfico, ao mesmo tempo que registramos a resistência indígena no Paraná.

Foram mais de dois séculos de resistência, entre ataques e choques diretos com os brancos, até a simulada aceitação de seus valores.

Dos primeiros choques, em 1771/2, contra as tropas do coronel Afonso Botelho nos Coran-bang-rê até os acontecimentos da serra da Pitanga, em 1924, foram inúmeros as escaramuças, batalhas, emboscadas e assaltos. Muitos foram mortos pelas armas de fogo dos brancos ou dos índios que, com eles, colaboraram na conquista. Mas também muitos brancos e índios colaboracionistas tiveram seu fim com as cabeças destroçadas pelas clavas ou trespassados pelas flechas dos Kaingang resistentes.

Esses acontecimentos revelam que os Kaingang não assistiram passivamente à ocupação dos seus territórios: refugiaram-se em campos e matas distantes das vilas, de onde partiam para o ataque e, mesmo aldeados, continuavam suas incursões contra os brancos.

Outras formas de agressão e resistência foram a destruição de sepulturas, cruzeiros, ranchos e outros marcos da presença do conquistador, o ocultamento de suas aldeias, oposição à vida nos aldeamentos dos padres e à religião cristã. De diversas formas reivindicaram a demarcação de terras e a obtenção de objetos, roupas e alimentos para suas aldeias.

Podemos dizer, parafraseando Norma Telles, que as terras que foram doadas em léguas aos fazendeiros, tiveram de ser conquistadas

Considerações Finais

dos índios palmo a palmo. Ou, como diz Florestan Fernandes, eles não assistiram passivamente à invasão de seus territórios: eles foram inimigos duros e terríveis, lutaram vigorosamente pelos seus territórios, por sua segurança e pela sua liberdade.





Referências

A REPÚBLICA, Curitiba, 1923.

ABREU, Fernando Ferreira de. Colônia Militar do Jatahy. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, v. 5, n. 6, p. 29-30, 1980.

ALBUQUERQUE, Alan M. de; BAÍIA, Paulo Rogério; SÁ, Sheila. As comunidades indígenas frente à expansão da formação social capitalista. *Contraponto: Revista de Ciências Sociais do Centro de Estudos Noel Nutels*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 97-110, nov. 1976.

ALMEIDA, Aluisio de. O Vale do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 245/247. 1959/1960.

AMARAL, Claro Monteiro. Memória sobre usos e costumes de índios Guaranyes, Cayuas e Botocudos. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 63, n. 2, p. 263-273, 1900.

ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL. Notícia da conquista e descobrimento dos sertões do Tibagi. Rio de Janeiro. Biblioteca Nacional, v. 76, 1956.

ANDRADE, Arthur. *Maringá: ontem, hoje e amanhã*. São Paulo: Rumo Gráf. Ed. 1979.

ANDREATA, Margarida Davina. Notas parciais sobre pesquisas realizadas no Planalto e Litoral do Estado do Paraná. In: *Simpósio de Arqueologia do Prata*, 2., 1968, São Leopoldo. *Anais ...* São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisa, 1968. p. 65-76.

ANGELIS NETO, G.; CHAVES, M.; MOTA, L.T. *Ga jãnhkri: terra limpa*. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações: Laboratorio de Arqueologia, Etnologia e Etno-his, 2006. v. 1, p. 1.

ANUÁRIO DE MARINGÁ. Maringá, 1965-1966.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Ofícios: 1854 a 1887*.

AVE-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.

BALANDIER, Georges. *Antropologia política*. São Paulo: Difel, 1969.

_____. *Antropológicas*. São Paulo: Cultrix: Edusp, 1976.

_____. *As dinâmicas sociais: sentido e poder*. São Paulo: Difel, 1976.

_____. *El concepto de situación colonial*. México: Ediciones Mimeográficas del Comité de Lucha de la Escuela Nacional de Antropología e Historia, 1972.

BALDUS, Herbert. *Bibliografia crítica da etnologia brasileira*. São Paulo: Ed. São Nicolau, 1954.

_____. *Ensaio de etnologia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. (Brasiliana, v. 101).

_____. Vocabulário zoológico Kaingang. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 6, p. 149-160, 1947.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, maio/jun. 1969.

BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Notícia da descoberta do Campo de Palmas. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, v. 14, p. 385-396, 1851.

BARROS, Fausto Ribeiro de. *Padre Claro Monteiro do Amaral (trucidado pelos Índios Caingangs, nos sertões do Rio Feio)*. São Paulo, 1950.

BARTOLOME, Miguel A.; SCOTT S. Robinson. Indigenismo, dialética e consciência étnica. In: CARMEN, Junqueira; CARVALHO, Edgard de A. *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 107-114.

BATALLA, Guilherme Bonfil. El pensamiento político de los índios en América Latina. *Anuário Antropológico*, Rio de Janeiro, 1979.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERNARDES, Lysia M. C. Distribuição da população no Estado do Paraná em 1940. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 4, p. 57-75, out./dez. 1950.

_____. Excursão ao Paraná e Santa Catarina, Londrina e a Zona Pioneira do Paraná. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 28, p. 603-609, jun. 1945.

_____. Crescimento da população do Estado do Paraná: comparação entre os recenseamentos de 1920-1940. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, p. 97-104, abr./jun. 1951.

- _____. O problema das “Frentes Pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 3-43, jul./set. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 53-79, out./dez. 1952.
- BERNARDI, Renato. *Maringá: geografia regional*. Maringá, 1964.
- BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BIANCHI, Roberto *et al.* *Barão de Mauá empresário & político*. São Paulo: Bianchi Ed., 1987.
- BIBLIOTECA NACIONAL. Notícia da conquista e descobrimento dos Sertões do Tibagi. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, v. 76, 1956.
- BIGG-WITHER, Thomas. *Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná, três anos de vida em suas florestas e campos - 1872/1875*. Rio de Janeiro: J. Olympio; /Curitiba/: UFPR, 1974.
- BLASI, Oldemar. Aplicação do método arqueológico no estudo da estrutura agrária de Vila Rica do Espírito Santo - Fenix - PR. *Boletim da Universidade do Paraná*, Curitiba, n. 4, jul. 1963.
- _____. Cultura do índio pré-histórico do Vale do Iapó - Tibagi - Paraná - Brasil. *Arquivos do Museu Paranaense. Nova série. Arqueologia*, Curitiba, n. 6, 1972.
- BONFIL, Guilherme. Do indigenismo da Revolução à antropologia crítica. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. *Antropologia e Indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 87-105.
- BONTE, Pierre. *De la etnología a la antropología: sobre el enfoque crítico en las ciencias humanas*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1975.
- BORBA, Nestor. Excursão ao Salto da Guayra ou Sete Quedas pelo Capitão Nestor Borba. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 97, t. 61, pt. 1, p. 66-87.
- BORBA, Telêmaco. *Actualidade Indígena*. Curitiba, Typ. e Lith. a vapor Impressora Paranaense, 1908.
- BORBA, Telêmaco. Observações sobre os indígenas do Estado do Paraná. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 6, p. 53-82, 1906.
- BORBA, Vicente Antonio Rodrigues. Trecho de relatório, planta e medição do Rocio da Colônia Militar do Jataí, do Capitão Director ao Presidente André Augusto de Pádua Fleury. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, v. 9, n. 15, p. 35-36, 1984.

BORELLI, Silvia H. S. Os Kaingang no estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: *Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração*. São Paulo: Yankatu Editora, 1984.

BOUTIN, Leônidas. Colônias indígenas na província do Paraná. Separata do *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 36, 1979.

BOUTIN, Leônidas. Colônias militares na província do Paraná. *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 33, p. 13-67, 1977.

BRITO, José Maria de. Descoberta de Foz do Iguassu e Fundação da Colônia Militar - 1938. *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*. Curitiba, v. 32, p. 46-72, 1977.

BURMESTER, Ana Maria de O., Francisco M. PAZ, Marionilde D. B. de MAGALHÃES. *O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temíocles Linhares na década de 50*. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTORIA - CULTURA E SOCIEDADE, 1, Curitiba, 1986. *Texto apresentado ...* Curitiba: ANPUH, 1986. Mimeografado.

CABRAL, Manoel. *Maringá, da Floresta à Selva de Pedra*. Maringá: Ed. Central, 1977.

CANCIAN, Nadir. *Cafecultura Paranaense - 1900/1970*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CARDOSO, Jayme Antonio, WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas histórico do Paraná*. Curitiba: Liv. Chain Ed., 1986.

CARDOSO, Jayme Antonio. O Modelo de explicação histórica proposto por Brasil Pinheiro Machado. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 2, jun. 1981.

CARNEIRO, Newton. *Iconografia Paranaense*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1950.

Carta do governador do Rio Grande do Sul sobre os insultos praticados pelos índios de Lages - 22 de novembro de 1872.

Carta do praça Francisco Manoel de Assis França à sua mãe, Guarapuava, 1828.

Carta Régia de 1 de Abril de 1809. Rio de Janeiro.

Carta Régia de 5 de Novembro de 1808. Rio de Janeiro.

CARVALHO, Benedito M. de, CARVALHO, T.M., MELO, Nilza A. de. *Vivo e Aprendo, 1º grau, 3º livro*. São Paulo: FTD, 1976.

CARVALHO, Edgard de A. *As alternativas dos vencidos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

- CARVALHO, Edgard de Assis. Identidade étnico cultural e movimentos sociais indígenas. *Perspectivas*, São Paulo, v. 6, p. 1-9, 1983.
- CASANOVA, Pablo G. A. *Sociología de la explotación*. 11. ed. México: Siglo Veintiuno, 1987.
- CASSIRER, Ernst. *El problema del conocimiento*. México: Fundo de Cultura Economica, 1986. 4 v.
- CASTELNUOVO, Timóteo de, Frei. Cartas do Frei Timóteo de Castelnuovo ao Snr. Joscelin Morocines Augusto Borba. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, v. 1, p. 467-479, 1929.
- CAVASSO, Emilio da, Frei. Coleção de documentos de Frei Emilio da Cavasso OFM. Sobre a atividade dos Capuchinhos no Paraná - Brasil. *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 37, p. 237-284, 1980.
- CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO. *Povos indígenas no Brasil - 85/86*. Rio de Janeiro, 1986.
- CHMYZ, Igor. Considerações sobre duas novas tradições ceramistas arqueológicas no Estado do Paraná. In: *SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA*, 2, São Leopoldo: [s.n.], 1968. p. 115-125.
- CHMYZ, Igor. Novas perspectivas da arqueologia Guarani no Estado do Paraná. In: *SIMPÓSIO DE ARQUEOLOGIA DA ÁREA DO PRATA*, 2, São Leopoldo, 1968. p. 171-189.
- CODATO, Evandir. *Colonização agrícola: a Colônia Três Barras - 1932/1970*. Maringá: [s.n.], 1981. Mimeografado.
- COLOMBINA, Francisco Tosi. *Descobrimento das terras do Tibagy: manuscrito inédito do século XVIII*. Introdução e notas de C. Moreira Neto. Maringá: Imprensa Universitária, 1974.
- Comércio do Paraná, Curitiba.
- COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANA. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1975.
- CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guayrá* Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1951. (Coleção Angelis).
- COSTA, Iraci del Nero da, GUTIÉRREZ, Horácio. *Paraná: mapas de habitantes 1798-1830*. São Paulo: IPE/USP, 1985.
- DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Liv. Martins: Edusp, [s.d.].
- DIÁRIO DA TARDE, Curitiba, 1923.
- DORFMUND, Luiza P. *Geografia e história do Paraná*. São Paulo: Ed. do Brasil, 1963.

EL-KHATIB, Faissal (Org.). *História do Paraná*. Curitiba. Grafipar, 1969.

ELLIOT, João Henrique. A emigração dos Cayuaz. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 19, p. 434-474, 1898.

ELLIOT, João Henrique. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Villa de Antonina e o Baixo Paraguay na província de Mato Grosso: feitas pelos sertanistas o Sr. Joaquim Francisco Lopes e descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 10, p. 153-177, 1848.

_____. Resumo do itinerário de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itararé, Paranapanema e seus afluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, empreendidas por ordem do Exmo. Sr. Barão de Antonina. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 9, p. 17-42, 1848.

ENCICLOPÉDIA universal ilustrada europeu-americana. v. 60, p. 1164, [s.d.].

ENGELS, F. *Anti-Düring*. Lisboa: Edições Afrodite, 1974.

FAIVRE, João Mauricio. Relatório do Dr. Faivre Director da Colônia Tereza ao Sr. Presidente da Província do Paraná Dr. Francisco Liberato Mattos. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, v. 3, n. 2/3, p. 26-31. 1978.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Alberto. *Mauá: Irineu Evangelista de Souza Barão e Visconde de Mauá. 1813-1889*. São Paulo: Ed. Nacional, 1958.

FERNANDES, Florestan. *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*. São Paulo: Pioneira: Edusp, 1970.

_____. *Investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1960.

_____. (Org.). *Karl Marx, Friedrich Engels: História*. São Paulo: Ática, 1983.

FERNANDES, Loureiro. Notas hemato-antropológicas sobre os Caingangues de Palmas. Separata da *Revista Médica do Paraná*, Curitiba, n. 1/2, v. 7, p. 1-8, 1939.

_____. Os Caingangues de Palmas. Separata dos *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 1, p. 171-172, 1941.

FERRAZ, Luiz Pedreira do Couto. Organização das Colônias Indígenas. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, v. 3, n. 2/3, p. 66-74, 1978.

- FIGUEIREDO, Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo: Ed. Nacional, 1937. (Brasiliense; v. 97).
- _____. Paraná Oeste. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 4, p. 527-533, 1944.
- FOLHA DE LONDRINA, Londrina, 1990.
- FRANÇA, Francisco Manoel de Assis. Carta a sua mãe, Guarapuava, 1828.
- _____. Carta de Francisco Manoel de Assis França a sua Mãe. *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 5, n. 3/4, p. 69-71, 1981.
- FRANCO, Arthur Martins. 1º Centenário do Povoamento dos Campos de Palmas. *Revista do Círculo de Estudos Bandeirantes*, Curitiba, p. 304-316.
- _____. *Diogo Pinto e a Conquista de Guarapuava*. Curitiba: Tip. João Haupt, 1943.
- _____. *Em defesa do índio e do sertanejo contra “O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”*. Curitiba: Ed. “O Estado do Paraná”, 1925.
- GAGLIARDI, José Mauro. *O Indígena e a República: estudo a respeito do SPI*. São Paulo, 1989. Mimeografado.
- GAY, João Pedro. História da República Jesuítica do Paraguai. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, t. 26, 1863.
- GUÉRIOS, Rosário Farâni Mansur. Estudo sobre a língua Caingangue. notas histórico-comparativas, dialeto de Palmas - dialeto de Tibagi. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, n. 2, p. 97-177, 1942.
- _____. O Xocren e idioma Caingangue. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, n. 4, p. 321-331, 1945.
- HANKE, Wanda. Ensayo de una gramática del idioma Caingangue de los Cainganges de la Serra de Apucarana, Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 8, p. 65-146, 1947.
- _____. Vocabulário del dialecto Caingangue de la Serra do Chagú, Paraná. *Arquivos do Museu Paranaense*, Curitiba, v. 6, p. 100-106, 1947.
- HELM, Cecília Maria Vieira. *A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang*. Curitiba: UFPr, 1974. Mimeografado.
- _____. *O índio camponês assalariado em Londrina: relações de trabalho e identidade interétnica*. Curitiba: UFPr, 1977. Mimeografado.
- _____. Movimentos Indígenas: o caso paranaense. In: *Movimentos Sociais no Campo*. BONIM ... et al. Curitiba: Scientia et Labor, 1987.

_____. O índio no Paraná na conjuntura da Independência. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 19, p. 27-35, 1972.

_____. Síntese histórica do contacto entre índios e brancos no Paraná. *Revista Estudos Brasileiros*, Curitiba, n. 4, p. 267-273, 1977.

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES. Curitiba, v. 8, n. 14, dez. 1987.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

HOFF, Sandino. *O movimento da produção de excedentes numa região pioneira (nas pegadas do trabalho: café e idéias)*. Maringá: UEM. Departamento de Educação, 1983. Mimeografado.

IANNI, Otavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

IPARDES. *O Paraná reinventado: política e governo*. Curitiba, 1989.

JARDIM, Jerônimo Rodrigues de Moraes. Relatório dos trabalhos de abertura da estrada entre os campos de Palmas e os das Missões, em Corrientes, na Argentina. Apresentado ao presidente da Província do Paraná, André A. de Pádua, 15 fev. 1866.

JOFFILY, José. *Londres Londrina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JORNAL COMÉRCIO DO PARANÁ, Curitiba, 1923.

JUNQUEIRA, Carmen. *Novos rumos da etnologia no Brasil*. São Paulo: PUC. Mimeografado.

_____. Os cintas larga. Separata da *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, v. 27/28, p. 218-219, 1985.

_____. Teoria e Prática do Indigenismo. *Cadernos PUC - Ciências Sociais* 2, São Paulo, 1980.

JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de Assis. *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981.

KOZÁK, Vladimir ... et al. Os índios Héta: peixe em Lagoa Seca. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 38, 1981. Edição especial.

KRUG, Edmundo. Os índios das margens do Paranapanema. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 21, p. 319-347.

LAMING, Anete; EMPEREAIRE, José. A Jazida José Vieira: um sítio Guarani e pré-cerâmico. Universidade do Paraná, *Arqueologia*, Curitiba, n. 1, secção I, Tip. João Haupt, 1969.

- LANE, Frederico. Arcos e flechas dos índios Kaingang do Estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. 11, p. 71-97, 1959. Nova série.
- LEÃO, Ermelino A. de. Subsídios para o estudo dos Kaingangues do Paraná. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 15, p. 223-252, 1910.
- LEVEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.
- LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LINHARES, Temístocles. *Paraná vivo*. Rio de Janeiro: Liv. J. Olimpio: INL. Pró Memória, 1985.
- LOPES, Ana Yara D. P. *Pioneiros do capital: a colonização do norte novo do Paraná*. São Paulo: USP, 1982. Mimeografado.
- LOPES, Joaquim Francisco. Itinerário de Joaquim F. Lopes, encarregado (...) a melhor via de comunicação entre a província de São Paulo e a de Mato Grosso. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 13, p. 315-335, 1850.
- LOVATO, Leda A. A contribuição de Franz Keller à etnografia do Paraná. *Boletim do Museu do Índio, Antropologia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 3-44, 1974.
- LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*: Maringá. São Paulo: USP, 1980. Mimeografado.
- MAACK, Reinhard. A modificação da paisagem natural pela colonização e suas conseqüências no norte do Paraná. *Boletim Paranaense de Geografia*, Curitiba, n. 2/3, p. 29-49, 1961.
- _____. *Geografia física do Estado do Paraná*. Rio de Janeiro: Liv. J. Olimpio, 1981.
- MABILDE, Pierre F. A. Booth. *Apontamentos sobre os indígenas selvagens da Nação Coroados dos matos da província do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Ibrasa; Brasília: INL, 1983.
- MACEDO, F. R. Azevedo. *Conquista pacífica de Guarapuava*. Curitiba: Ed. Gerpa, 1951.
- MACHADO, Brasil Pinheiro; BALHANA Altiva Pilatti. Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná. *Boletim da Universidade do Parana*, Curitiba, n. 3, jun. 1963.
- _____. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 8, n. 14, p. 177-205, dez. 1987.
- MAGALHÃES, Marionilde Dias B. Acerca do Modelo Pinheiro Machado: uma leitura sobre a história regional. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 2, p. 15-22, jun. 1981.
- MARTINS, Romário. *História do Paraná*. Curitiba, Ed. Guaira, [s/d.].

_____. Peabiru - um dos caminhos históricos do Paraná. *Boletim do Arquivo Paranaense*, Curitiba, v. 11, n. 19, p. 11-12, 1986.

MARTINS, Wilson. *Um Brasil diferente*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

MARX, Karl. *Acerca del colonialismo*. Moscou: Progresso, 1981.

_____. *O Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. *História*. Florestam Fernandes (Org.). São Paulo: Ática, 1983.

MEDEIROS, M. G. L.; BELLINI, L. M.; MOTA, L. T. *Epry nen mág: caminhos do mato*. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-his, 2006. v. 1, p. 18.

MEDEIROS, M.G.L.; BELLINI, L.M.; MOTA, L.T. *Ga ty Ivai ki eg vi ki ekre kar, misu ag kame: palavras escritas sobre as plantas e animais da Terra Indígena Ivaí-PR*. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-his, 2006. v. 1, p. 34.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MICHAELE, Faris Antonio S. Presença do índio no Paraná. In: *História do Paraná*. Faissal El Khatib (Org.), Curitiba: Grafipar, 1969.

MONBEIG, Pierre. A zona pioneira do norte do Paraná. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 25, p. 11-17, abr. 1945.

_____. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec-Polis, 1984.

MONIZ, Thomas José (Director da Colônia Militar do Jataí). Eram 42 da Nação dos Coroados. *Boletim do Arquivo do Paraná*, Curitiba, v. 10, n. 17, p. 11-12, 1985.

MONTEIRO, Douglas Teixeira. Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e de monocultura. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, São Paulo, n. 12, out. 1961.

MORAIS FILHO, J. G. M. Pioneiros da noroeste. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, v. 138, p. 35-68, 1951.

MOREIRA NETO, Carlos de Araujo. *A política indigenista brasileira durante o século XIX*. Rio Claro, 1971. Mimeografado.

MOTA, L.T. A denominação kaingang na literatura antropológica, histórica e linguística. In: _____. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2004. p. 1-16.

MOTA, L.T. A história dos Kaingang no vale do rio Ivaí-PR. In: _____. *Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí-PR*. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, 2003. v. 1, p. 20-79.

- MOTA, L. T. A revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e as populações indígenas no Brasil do II Reinado (1839-1889). *Diálogos*, Maringá, v. 10, p. 117-142, 2006.
- MOTA, L. T. *As cidades e os povos indígenas: mitologias e visões*. Maringá: Eduem, 2000. v. 100, p. 60.
- MOTA, L. T. *As colônias indígenas no Paraná provincial*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000. v. 500, p. 200.
- MOTA, L. T. *As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769- 1934)*. Maringá: Eduem, 1994. v. 1000, p. 275.
- MOTA, L.T. *História do Paraná: ocupação humana e relações interculturais*. Maringá: Eduem, 2005. v. 1, p. 98.
- MOTA, L. T. Índios e brancos na Bacia do Rio da Prata na primeira metade do século XVI. In: FÓRUM DE PESQUISA: PROGRAMA ASSOCIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA UEM/UUEL, 1., 2001, Maringá. *Anais...* Maringá: UEM: UEL, 2001. v. 1, p. 171-185.
- MOTA, L. T. Os índios Kaingang e seus territórios nos campos do Brasil meridional na metade do século passado. In: *Uri e Wáxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2000. v. 1, p. 81-190.
- MOTA, L. T.; NOELLI, F. S. Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquiri. In: _____. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. v. 1, p. 21-50.
- MOTA, L. T.; NOELLI, F. S.; TOMMASINO, K. *Uri e Wáxi: estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Eduel, 2000. v. 1, p. 377.
- MOTA, L. T.; TOMMASINO, K. As cidades e os Kaingang no Paraná. In: _____. *Construção do saber urbano ambiental: a caminho da transdisciplinaridade*. Londrina: Ed. Humanidades, 2002. v. 1, p. 115-128.
- MOURA, de Gentil de A. O caminho do Paraguai a Santo André da Borda do Campo. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 13, p. 167-180, 1908.
- _____. *Relatório da exploração dos Rios Feio, Aguapey e do Peixe*. São Paulo: Comissão Geographica e Geológica do Estado de São Paulo, 1905.
- MULLER, Keith D. Colonização pioneira no sul do Brasil: o caso de Toledo, Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 1, p. 83-138, jan./mar. 1986.
- MURICY, José Cândido. *Viagem ao país dos Jesuítas*. Curitiba, Imprensa Oficial do Estado do Paraná, 1975.
- NASCIMENTO, José Francisco Thomaz do. Viagem feita por José F. T. do Nascimento pelos desconhecidos sertões de Guarapuava, Província do Paraná.

Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil, Rio de Janeiro, t. 49, v. 73, pt. 2, p. 267-270, 1886.

NICHOLLS, William H. A fronteira agrícola na história recente do Brasil: o Estado do Paraná, 1920-65. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 26, p. 19-53, set./out., 1970.

NOELLI, F. S. et al. *Bibliografia Kaingang: referências sobre um povo Jê do Sul do Brasil*. Londrina: Eduel, 1998. v.1000, p.250.

NOELLI, F. S.; MOTA, L. T. A pré-história da região onde hoje se encontra Maringá, Paraná. In: _____. *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: Eduem, 1999. v. 1, p. 5-19.

NOLASCO, Margarida. A antropologia aplicada no México e seu destino final: o indigenismo. In: JUNQUEIRA, Carmen; CARVALHO, Edgard de A. *Antropologia e indigenismo na América Latina*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 67-85.

NUNES, Alvaro (Cabeça de Vaca). Comentários. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 87, pt. 1, p. 193-344, 1893.

Ofícios do Arquivo Público do Paraná. 1854 a 1887.

OMURA, Ivani Rogatti. *Eleitores e eleitos: composição e comportamento Maringá, 1956-1964*. Maringá, 1981. Mimeografado.

ORLEANS, Casimiro M. de, Frei. *Pai dos Coroados*. Curitiba, Tip. Max Roesner, 1957.

PADIS, Pedro Calil. *Formação de uma economia periférica: o caso paranaense*. São Paulo: Hucitec, 1970.

PARANÁ, Leis, Decretos, etc. Decreto estadual n. 294, de 17 de abril de 1913. Curitiba, 1913. p. 133-134.

_____. Decreto estadual n. 6, de 31 de julho de 1901. Curitiba: Typ. “A República”, 1901.

_____. Decreto estadual n. 64, de 2 de março de 1903. Curitiba: Typ. “A República”, 1903. p. 59-60.

_____. Decreto estadual n. 8, de 9 de setembro de 1901. Curitiba: Typ. “A República”, 1901. p. 4.

_____. Decreto estadual n. 591, de 17 de agosto de 1915. Curitiba: Typ. “A República”, 1901. p. 274-275.

_____. Decreto estadual n. 68, de 20 de dezembro de 1892. Curitiba: Typ. “A República”, 1892. p. 285-295.

PERARO, Maria Adenir. *Estudo do povoamento, crescimento e composição da população do norte novo do Paraná de 1940 a 1970*. Curitiba: UFPR, 1978. Mimeografado.

PIRES, Maria Lígia Moura; RAMOS, Alcida Rita Ramos. Bugre ou índio: Guarani e Kaingangue no Paraná. In: RAMOS, Alcida Rita. *Hierarquia e simbiose*. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL-MEC, 1980.

PITANGA, Epifanio Candido de Sousa. Diário da viagem do porto do Jatahi à vila de Miranda. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brazil*, Rio de Janeiro, t. 27, p. 149-192, 1864.

PIZA, Marcelo. Notas sobre os Caingangs. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 35, p. 199-209, 1938.

PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. *Anais da Associação Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 61-79, 1951.

Relatório dos Trabalhos de Abertura da Estrada entre os Campos de Palmas e os das Missões, em Corrientes, na Argentina. Apresentado por Jerônimo Rodrigues de Moraes Jardim ao presidente da província do Paraná, André A. de Padua Fleury, em 15 de fevereiro de 1866.

RELATÓRIOS dos presidentes e vice-presidentes da Província do Paraná, 1854-1889.

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 8, n. 14, dez. 1987.

Revista da Associação Paranaense de História. *História: Questões & Debates*.

REVISTA MARINGÁ ILUSTRADA. Maringá, ago. 1957.

_____. Maringá, maio. 1972.

REVISTA NORTE DO PARANÁ, Londrina.

REVISTA POIS É. Maringá: Ed. MRM, 1987.

RIBEIRO, Berta (Org.). *Suma etnológica brasileira: tecnologia indígena*. Petrópolis: Vozes, 1986. v. 2.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Petrópolis: Vozes, 1982.

RIBEIRO, João Coelho Gomes. Ulrich Schmidel, notícia biográfica. *Revista do Instituto Histórico Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 10, p. 29-38, 1905.

RITTER, Marina Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no Século XVII*. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico, Etnográfico Paranaense, 1980.

_____. Considerações sobre teoria geral e modelos de explicações. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n. 73, p. 57-79, dez. 1980.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem a Comarca de Curitiba (1820)*. São Paulo: Ed. Nacional, 1964.

SANTOS, Milton. Espaço e dominação. *Seleção de Textos da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, São Paulo, jun. 1978.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, Silvio Coelho dos . *Os Grupos Jê em Santa Catarina - projeto de pesquisa*. Florianópolis: UFSC, 1963.

_____. *Sobrevivência e assistência de indígenas no sul do Brasil*. Florianópolis: Museu de Antropologia da UFSC, 1972. Mimeografado.

SCHADEN, Egon. A origem dos homens, o dilúvio e outras histórias Kaingang. *Revista Paulistana*, São Paulo, n. 34, p. 139-141, 1947.

SCHADEN, Francisco S. G. Xokleng e Kaingang (notas para um estudo comparativo). In: *Homem, cultura e sociedade no Brasil*. Egon SCHADEN (Org.). Petrópolis: Vozes, 1972.

SILVA, Antonio da Costa Pinto. Descoberta dos campos de Guarapuava. *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. 18, p. 263-288, 1896.

SILVA, Camilo Lellis da. Diário da viagem feita pelos sertões de Guarapuava ao Rio Paraná. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. 28, pt. 1, p. 5-31, 1849.

SILVA, José A. F. *Mandaguari: sua história, sua gente*. Maringá: J.A. Ed., 1982.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

STAVENHAGEM, Rodolfo. *Las classes sociales en las sociedades agrarias*. México: Siglo Veintiuno, 1975.

TAUNAY, Afonso de E. *A grande vida de Fernão Dias Pais*. São Paulo: Liv. J. Olimpio, 1955.

_____. *História das bandeiras paulistas*. São Paulo: Melhoramentos, 1961.

TAUNAY, Alfredo. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

_____. Curiosidades naturais da Província do Paraná. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 81, p. 193-241, 1890.

TELLES, Norma. *Cartografia Brasilis*. São Paulo: PUC, 1983. Mimeografado.

TEMPSKI, E. D. Caingângues: gente do mato. *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 44, 1986.

- TERRA, Sandra Regina H. *Estudos sociais, estados do Brasil, Paraná*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.
- THOMAS, Georg. *Política indigenista dos portugueses no Brasil: 1500 - 1640*. São Paulo: Edições Loyola, 1982.
- TOLEDO, M. J. O. et al. *Eg harh ke to venhkarhrán ke: educação para saúde*. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações: Laboratorio de Arqueologia, Etnologia e Etno-his, 2006. v. 1, p. 1.
- TOMMASINO, K. et al. Diagnóstico da situação sócio-cultural e econômica da Terra Indígena Ivaí. In: _____. *Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí-PR*. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, 2003. v. 1, p. 91-194.
- TOMMASINO, K.; MOTA, L.T.; NOELLI, F. S. *Novas contribuições aos estudos interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Edel, 2004. v.500. p.430.
- VACA, A. N. C. Comentários. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 87, pt. 1, p. 193-344, 1893.
- VELTHEM, Lucia Hussak van. Equipamento doméstico e de trabalho. In: *Suma etnológica brasileira: tecnologia indígena*, v. 2, Petrópolis: Vozes, 1986.
- VILLANUEVA, Orion. *Rolândia terra de pioneiros*. Londrina: Graf. Ipê, 1974.
- WACHOWICZ, Ruy C. *História do Paraná*. Curitiba: Ed. Graf. Vicentina, 1967.
- _____. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Ed. Graf. Vicentina, 1987.
- _____. O papel dos índios na ocupação do sudoeste paranaense. *Boletim do Instituto Histórico Geográfico Etnográfico Paranaense*, Curitiba, v. 40, p. 55-71, 1983.
- WAIBEL, Leo. As zonas pioneiras do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 389-417, out./dez. 1955.
- _____. Princípios da colonização européia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 159-219, abril/jun. 1949.
- WESTPHALEN, Cecilia M. Brasil P. MACHADO e Altiva P. BALHANA: nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Curitiba, n. 7, 1968.
- _____. *Pequena história do Paraná*. São Paulo: Melhoramentos, 1953.

